



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM FILOSOFIA**

VIVIANE BONFIM FERNANDES

**O PONTO DE PARTIDA CIENTÍFICO EM *O CAPITAL* DE
KARL MARX**

Salvador

2015

VIVIANE BONFIM FERNANDES

**O PONTO DE PARTIDA CIENTÍFICO EM O *CAPITAL* DE
KARL MARX**

Tese apresentada ao Doutorado de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

SALVADOR

2015

VIVIANE BONFIM FERNANDES

**O PONTO DE PARTIDA CIENTÍFICO EM O CAPITAL DE
KARL MARX**

Tese para obtenção do grau de Doutor em Filosofia

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Luís da Silva Grespan (USP)

Prof. Dr. Antonio Rufino Vieira (UFPB)

Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas (UFC)

Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara (UFBA)

Prof. Dr. Rafael Lopes Azize (UFBA) – representante do PPGF

*“se houver novamente tempo para tais trabalhos, eu
teria muito prazer [...] em tornar acessível ao
entendimento humano comum o **racional** [grifo nosso
VBF] no método que Hegel descobriu e em seguida
mistificou”*

Carta de 16 de janeiro de 1858. Marx-Engels Werke, vol. 29, p. 260. Apud
GRESPLAN, Jorge. A dialética do avesso. *Crítica Marxista*, São Paulo : Boitempo, v.1,
n.14, 2002, p. 26.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao apoio financeiro da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que tornou viável a realização desse trabalho.

Agradeço aos membros do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFBA – Universidade Federal da Bahia, pela confiança depositada durante o longo percurso desse trabalho, em especial, na reta final, a ajuda do colegiado do programa representado pelo seu coordenador Dr. Rafael Azize, que acompanhou os momentos mais difíceis, ouvindo meus desabafos e, de fato, buscando soluções para os problemas. Externo aqui a minha imensa gratidão ao seu empenho em levar o trabalho para a defesa final. Muito obrigada!

Agradeço a duas pessoas extremamente importantes para a finalização da tese, que contribuíram cirurgicamente e que também me fizeram acreditar no meu trabalho num momento onde eu parecia já não ter mais forças para lutar contra todos aqueles que a desmereceram, Dr. João Roberto de Barros II, e Dr. Alexandre Lima.

Agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, participaram no meu dia a dia na construção e realização desse trabalho, aos amigos e à família, principalmente aos meus pais Alberto Simões Fernandes e Ana Maria Bomfim Fernandes, que nos bons e maus momentos sentiram todas as dores da gestação e do parto das ideias aqui apresentadas. Sofreram, porém também comemoraram juntos cada pequena vitória paulatinamente conquistada. Se eu pudesse protegê-los das dores o faria, mas não foi possível, por isso meu agradecimento é duplo.

Viviane Fernandes

FERNANDES, Viviane B. *O ponto de partida científico em O Capital de Karl Marx*. 2015. 199 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2015.

RESUMO

A presente tese tem por objetivo, a partir do estudo do ponto de partida, desvendar o método de exposição empregado por Karl Marx, em sua principal obra, *O Capital*. Levantar a problemática do ponto de partida consiste em desvendar o método cientificamente correto aplicado pelo mesmo. Para tanto, faz uma análise das principais categorias presentes no primeiro capítulo, por onde Marx inicia a sua exposição, e sobre como elas são apresentadas ao longo do mesmo. Pensar o ponto de partida também nos remete a uma séria questão metodológica entre Marx e os economistas clássicos, que consiste na relação de Marx com o método empírico aplicado por eles, o que implica em clarear onde o aspecto empírico aparece em Marx e por qual razão ele não é suficiente à construção conceitual. Outro aspecto metodológico tratado na tese diz respeito à relação Marx - Hegel, pois pensar o ponto de partida significa compreender o método dialético hegeliano desmistificado e empregado por Marx, ou seja, para que o método dialético pudesse ser utilizado, seria necessário invertê-lo, e foi isso que Marx fez ao desmistificá-lo. Deste modo, coube à pesquisa demonstrar os aspectos dialéticos do método utilizado por Marx e sua diferenciação tanto da dialética-idealista de Hegel quanto do método empírico aplicado pela economia política clássica.

Palavras chaves: Dialética, modo de exposição, Marx, Hegel, economia política.

FERNANDES, Viviane B. *The scientific starting point in Capital by Karl Marx*. 2015. 199 f. Thesis (Doctorate in Philosophy) – Federal University of Bahia, UFBA, Salvador, 2015.

ABSTRACT

The objective of this thesis, based on the study of the starting point, is to disclose the exposition method employed by Karl Marx in his major work, *Capital*. Raising the issue of the starting point is to unravel the scientifically correct method applied by him. Therefore, it analyses the main categories mentioned in the first chapter, where Marx begins his exposition, and the way they are presented therein. Thinking about the starting point also refers to a serious methodological issue between Marx and the classical economists, that consists in Marx's relationship with the empirical method applied by them, which calls for clarification on the appearance of the empirical aspect in Marx and the reason why it is not enough for conceptual construction. Another methodological aspect discussed in the thesis concerns the Marx-Hegel relationship, for considering the starting point means to understand the Hegelian dialectical method demystified and employed by Marx, i.e. for the dialectical method to be used, it would be necessary to reverse it, and this is what Marx did to demystify it. Thus, the research should demonstrate the dialectical aspects of the method used by Marx and its differentiation of both the idealist dialectics of Hegel and the empirical method used by the classical political economy.

Key words: Dialectics, exposition method, Marx, Hegel, political economy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE MERCADORIA, TRABALHO, VALOR E DINHEIRO NO COMEÇO D'O CAPITAL	18
1.1 A QUESTÃO DO MÉTODO EM MARX	18
1.2 A MERCADORIA E SEUS DESDOBRAMENTOS	26
1.3 O CONCEITO DE TRABALHO E VALOR	39
1.4 O CONCEITO DE DINHEIRO	47
2 A DIALÉTICA D'O CAPITAL COMO CRÍTICA AO IDEALISMO E AO EMPIRISMO	62
2.1 O COMEÇO CIENTÍFICO NA <i>CIÊNCIA DA LÓGICA</i> DE HEGEL E SEU COTEJO COM MARX	63
2.1.1 O Conceito de Lógica	64
2.1.2 O Ser e o Começo	71
2.2 O ELEVAR-SE DO ABSTRATO AO CONCRETO EM MARX SEGUNDO ILIENKOV	88
3 AS DIVERSAS ABORDAGENS SOBRE O PONTO DE PARTIDA N'O CAPITAL DE MARX	104
3.1 SOBRE O PONTO DE PARTIDA CIENTÍFICO	104
3.2 A RIQUEZA ENQUANTO PONTO DE PARTIDA	111
3.3 A ANÁLISE DA MERCADORIA	117
3.4 A ANÁLISE DO VALOR	122

3.5 O PONTO DE PARTIDA HISTÓRICO	145
3.6 O CAPITAL COMO PONTO DE PARTIDA	164
3.7 O MÉTODO CIENTIFICAMENTE CORRETO	171
CONCLUSÃO	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195

INTRODUÇÃO

A tese faz uma análise do aspecto científico do ponto de partida em *O Capital* de Karl Marx, no intuito de refletir sobre o método cientificamente correto e as críticas feitas a partir dele, tanto a economia política clássica, quanto ao idealismo hegeliano. Assim, procura destacar a relevância do tema, tanto para Marx, como para os seus estudiosos. Analisa em que medida o ponto de partida da exposição de *O Capital* pode ou não representar um elemento importante do método utilizado por ele ao longo da exposição. Mesmo sabendo que, em *O Capital*, Marx não trata explicitamente do método, é importante ressaltar o interesse dele em aprimorá-lo, principalmente no que diz respeito ao ponto de partida de sua obra, como destaca Grespan (2002, p. 26) ao citar carta redigida por Marx a Engels em 16 de janeiro de 1858: “se houver novamente tempo para tais trabalhos, eu teria muito prazer [...] em tornar acessível ao entendimento humano comum o racional no método que Hegel descobriu e em seguida mistificou.”

As questões tratadas dizem respeito sobre o ponto de partida da exposição de Marx, que consiste em analisar o primeiro capítulo de sua obra no que diz respeito ao estudo que ele faz das categorias econômicas. A leitura do primeiro capítulo, como o próprio Marx destacou, é o estudo da parte mais difícil de sua obra, por tratar do seu aspecto mais abstrato. Por esse motivo, Marx refez o primeiro capítulo incessantemente no intuito de torná-lo o mais científico possível. Assim, a tese também procura demonstrar de onde Marx extrai a ideia do ponto de partida científico.

Quanto à literatura marxista, encontramos diversas visões sobre o ponto de partida, onde, uns destacam a noção de riqueza, outros a análise dada à mercadoria, outros consideram que o conceito de valor da mercadoria é o ponto de partida da obra. Outro aspecto a ser analisado é o caráter abstrato do mesmo, porém há quem diga, diferente de Marx, que o ponto de partida é concreto. E assim, segue-se uma série de observações sobre o caráter do ponto de partida, em que medida ele é imediato, livre de determinações, ou complexo, cheio de determinações; e o quanto esse ponto de partida representa o método de exposição utilizado ao longo da obra.

Esse debate leva a mais três questões importantes: 1. Se o método implementado por Marx é hegeliano ou não; 2. Se o método é empírico ou não; 3. Em que consiste o método cientificamente correto aplicado por Marx.

Assim, a tese procura estabelecer os limites entre Marx e Hegel e entre Marx e os economistas clássicos. Segundo Oliveira (2004, p. 43), “de acordo com a interpretação de Zelený, [Marx procura] trabalhar uma estrutura fáctica, o modo de produção capitalista, de forma categorial, ou seja, na perspectiva da lógica dialética”. A questão discutida e analisada na tese busca compreender como Marx faz o estudo dialético dessa estrutura fáctica, material, concreta, que é modo de produção capitalista.

Segundo Gorender (1996, p. 21-26), o tratamento lógico dado por Marx às categorias econômicas tem o fim de alcançar a essência dos fatos, quer dizer, as suas articulações internas, que acabam por revelar as leis do movimento da realidade objetiva. O que Marx pretende em seu texto é apreender a realidade em seu movimento, por isso a dificuldade de encontrar um método adequado para tal feito.

Segundo Aron (2005, p. 95-96), é da filosofia de Hegel que Marx extrai o seu método, a lógica dialética que permeia todo seu pensamento e seu modo de exposição, pois, para Marx, o pensamento de Hegel é uma síntese conceitual global que repousa na significação filosófica essencial que Hegel reconhece na história. Esse pode ser um dos motivos pelo qual Marx escolhe o método dialético, extraído de Hegel, para expor o seu pensamento, pois esse pode retratar a história, o que para Marx também significa captar o seu objeto de estudo, o capital, dentro de seu movimento real.

Para Marx as ideias constituem o reflexo do mundo na mente humana, o que implica em dizer que o mundo material existe independente da consciência, as abstrações são concebidas “como produtos da elaboração intelectual, com base na prática material” (GERMER, 2003, p.78). Já Hegel afirma o contrário, diz que o mundo material é mero desdobramento de uma divindade, a ideia absoluta. É nesse sentido que se dá uma inversão entre eles, a filosofia de Hegel atribui as abstrações a uma origem sobrenatural, assim o mundo é interpretado “como uma gradual realização da Idéia no plano material” (GERMER, 2003, p. 78).

O estudo do ponto de partida em Marx pretende contribuir no sentido de clarear o modo como expõe seu pensamento que caminha do *abstrato* ao *concreto*, dando suporte a um melhor entendimento do aspecto abstrato de sua obra prima, e da crítica feita à Economia Política Clássica e ao idealismo hegeliano a partir do método dialético empregado.

O Livro I de *O Capital* foi concluído por Karl Marx em 1867, e torna-se uma referência por ser uma obra reflexiva, conceitual e revolucionária, contendo o ponto mais elevado da crítica de Marx à economia clássica política. Benoit (1999, p. 81-82) defende a “literalidade e o respeito rigoroso do modo de exposição de Marx”, pois observa que há uma série de interpretações da obra, e são diversos os exemplos de revisores do texto de Marx que se afastam da literalidade do texto. Segundo ele, muitos leitores recortam, antecipam e desmontam “o modo de exposição de *O Capital* para melhor reencontrar um Marx analítico, crítico e não-dialético, ou seja, ‘científico’, mas certamente não revolucionário”. Para Müller (1982, p. 17-19), o que ocorre é uma comprometedor diluição teórica do conceito de dialética, uma progressiva perda de especificidade metodológica, uma generalização de seu uso e a ampliação de sua semântica. No entanto, dialética significa em *O Capital* o “método/modo de exposição” crítico das categorias da economia política. Assim, a tese visa demonstrar o aspecto dialético científico presente na obra de Marx. A proposta consiste em demonstrar o uso da dialética como método científico em Marx, diferente dos que o procuram encaixar nas ciências empíricas.

A tese considera a crítica feita por Marx ao método utilizado pelos economistas clássicos, que começam “sempre pelo todo vivo: a população, a nação [...] mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc.” (MARX, 1999, p. 39), esse é o método cientificamente exato para os economistas que parte do concreto em direção ao abstrato. Conforme Benoit (2003, p. 4), a Economia Política Clássica é filha do empirismo inglês, e parte do método empírico-indutivo, do particular para o geral. O problema é que Marx faz em *O Capital* o caminho inverso, parte do geral para uma filosofia da prática, quer dar vida à matéria na mente do homem, do *abstrato* para o *concreto*, esse é seu modo de exposição. Para Marx, a abordagem empírico-indutiva corresponde à perspectiva do olhar do senso comum, ou seja, vê o mundo como o homem comum

o vê. Marx propõe um outro ponto de partida para o entendimento da sociedade capitalista e busca fazer isso a partir da dialética como instrumento metodológico, a dialética é usada na reconstrução concreta do universal (BENOIT, 2003, p. 4).

Entre esses dois métodos há uma inversão no conceito de *abstrato* e *concreto*. Para a Economia Política Clássica o que é visto como *concreto* para Marx é uma abstração social. Na Economia Política Clássica, “o concreto é a percepção do indivíduo e onde o universal será sempre abstrato. Jamais se chega e jamais se pretende chegar à representação ‘viva da matéria’, como dizia Marx, ou seja, jamais se chega à representação da totalidade concreta em movimento” (BENOIT, 2003, p. 5).

Sobre o método aplicado por Marx, Antunes (2007, p. 2-9) faz uma análise da crítica de Marx a Ricardo¹, e percebe que existem vários fatores que fizeram com que não só Ricardo como também outros economistas se perdessem nas suas interpretações da realidade. Um desses fatores diz respeito ao caráter burguês do pensamento dos economistas, que não permitia um olhar mais profundo. Portanto, acabam por não abarcarem em suas análises e interpretações as articulações internas do sistema, ficando apenas na superfície dos fatos. Essa superficialidade se dá pelo fato de Ricardo não levar “o processo de abstração e análise aos níveis mais profundos exigidos pelo pensamento teórico”(ANTUNES, 2007, p. 2-9), capaz de perceber o processo contraditório da sociedade capitalista e desvendá-la. Ricardo fica nas “concepções emanadas da concorrência e da superficialidade da vida cotidiana e de sua incapacidade para se elevar às formas superiores e mais abstratas de pensamento” (ANTUNES, 2007, p. 2-9), ou seja, não analisa as formas puras da sociedade capitalista e acaba por enganar-se por sua aparência².

Marx, na sua exposição em *O Capital*, constrói uma representação do real que acaba por negar a representação da Economia Política Clássica, superando os dados dos sentidos e fazendo uma representação lógica e histórica da totalidade, pensando “o tempo lógico e o histórico no interior de um mesmo gênero” (BENOIT,

1 David Ricardo, economista político clássico.

2 Antunes (2007, p. 15) analisou a crítica de Marx quanto às limitações dos economistas e à importância da abstração para o desvelamento da realidade concreta, demonstrando que a “fraqueza de Smith para ir além das categorias econômicas emanadas da concorrência, categorias como preço, lucro e taxa de lucro, residia, segundo Marx, na sua incapacidade para isolar os fenômenos aparentes surgidos na esfera do mercado dos fundamentos ocultos da sociedade capitalista e visíveis apenas à investigação teórica a ao processo de abstração do pensamento”.

2003, p. 5), negando a representação da Economia Política Clássica, ou seja, a aparência empírico-indutiva do real.

Essa superação dos dados dos sentidos ocorre quando Marx se refere à aparência das coisas e expõe o processo contraditório da realidade. Onde o que aparece não é o real, o *concreto*, e sim a mera representação do mesmo. Afirma no primeiro parágrafo do capítulo I de *O Capital* que a riqueza das sociedades capitalistas aparece como uma “imensa coleção de mercadorias”. O uso da palavra *aparece* é proposital, refere-se à aparência, ao que aparece e não à manifestação da essência.

O conceito de *abstrato* e *concreto* na obra de Marx vem atrelado a outros conceitos relacionados tais como: aparência e essência, forma e conteúdo, forma e essência, forma e matéria, “o *abstrato* e o *concreto* são momentos contrários internos e inseparáveis do mesmo processo do conhecimento” (CORAZCA, 2003, p. 48), da mesma forma, se o começo e o fim são contraditórios e inseparáveis, o fim é o começo, e o começo pode ser o fim.

A questão é que para Marx o conhecimento da realidade se dá pelo estudo e entendimento das suas formas puras, abstratas. Só a partir desse estudo é possível entender as leis gerais que a regem e reconstruir o concreto como forma de pensamento, pois o verdadeiro é invisível aos nossos sentidos. Assim o entendimento da realidade se dá a partir do pensamento, quer dizer, a elaboração mental é o que nos permite ver o concreto, o real.

É justamente o isolamento dos fenômenos, a subtração das suas determinações, seu estudo em separado, sua abstração, que permite uma investigação teórica mais profunda da realidade. O avançar do *abstrato* ao *concreto* permite a reconstrução mental da realidade concreta, o entendimento do concreto não aparece aos olhos do homem comum, só é possível como categoria do pensamento. Assim, Marx parte do abstrato, do mais simples, enquanto os economistas começam expondo questões mais complexas o que torna a exposição confusa e obscura.

Marx parte do estudo da categoria mercadoria em sua forma pura, parte do elemento mais simples da sociedade capitalista e avança em direção aos mais complexos. Somente ao compreender a mercadoria em sua complexidade, é possível entender as leis gerais que regem a sociedade capitalista. Por esse motivo,

pretendemos neste trabalho demonstrar como Marx percorre o caminho do mais simples ao mais complexo, a partir da análise da categoria mercadoria, porque Marx a escolheu para começar sua exposição, e porque ela é a mais abstrata em relação às outras.

É importante notar que, mesmo sendo a forma mais abstrata, a mercadoria, ainda assim, compõe a realidade concreta, pois possui uma dualidade, ou seja, ela é composta tanto pelo abstrato como pelo concreto, quando a entendemos em sua totalidade. O seu conteúdo material está no seu valor de uso, isso é o que se tem de concreto, porém, o seu valor de troca constitui a sua forma, sua aparência, que é o que se tem de abstrato. O abstrato e o concreto não existem em separado, fazem parte de uma totalidade, de uma unidade. O método de abstração permite entender as categorias da realidade de forma mais detalhada e profunda, para depois, mentalmente reconstruir o todo complexo.

A forma como a mercadoria se apresenta, como ela aparece aos olhos do homem comum, não corresponde à realidade concreta como se pensa, o que ocorre é justamente o contrário, o que se vê é apenas uma aparência, uma forma, é o *abstrato* da mercadoria, ou seja, é uma aparência criada pelo trabalho humano.

O trabalho humano transforma o valor de uso (*concreto*) em valor (*abstrato*), a matéria em mercadoria, dando à matéria uma forma ideal, uma aparência com determinado valor. Primeiro tem-se a matéria com seu valor de uso e segundo, após o trabalho humano, tem-se a forma ideal, com seu valor de troca.

Nesse processo há uma relação dialética onde a mercadoria é um conteúdo representado, não sendo um conteúdo em si, a sua forma é uma representação do conteúdo em si que está no valor de uso, na matéria. O valor se apresenta como uma contradição do valor de uso, ou seja, existe uma dualidade entre essência e forma. O abstrato tem como pressuposto o concreto, sendo a essência o fundante e a forma o fundado, isto é, o conteúdo material (*concreto*) possibilita a criação da forma, aparência (*abstrato*) que acaba por negar a própria essência (*concreto*) a partir da percepção que se dá de forma invertida, ou seja, o homem comum acredita que o que percebe, a aparência é a essência, o conteúdo, a realidade, o *concreto*.

Marx procura demonstrar, assim como Hegel o faz na *Ciência da Lógica*, que o processo do conhecimento da realidade caminha do *abstrato* ao *concreto*. O conceito de concreto em Marx deve ser entendido a partir do seu modo de

exposição baseado na dialética de Hegel. Para Marx, o *concreto* é o *valor* que pode ser entendido como o *devir* em Hegel. Tanto o *valor* quanto o *devir* são uma unidade contraditória, pois o *valor* elimina e conserva a oposição valor de uso e valor de troca.

A dialética é usada enquanto modo de exposição e significa o retorno sintético do analítico ou a reconstrução concreta do universal. A unidade contraditória do *valor* como *devir* é considerar que as categorias lógicas podem transformar-se, negar-se a si próprias, serem postas em *devir* (permanente). O *abstrato* e o *concreto* não existem em separado, fazem parte de uma totalidade, de uma unidade. O método de abstração permite entender as categorias da realidade de forma mais detalhada e profunda, para depois mentalmente reconstruir o todo complexo. Desta forma, o *concreto* é dado pelo pensamento, é o *concreto pensado* e o *abstrato* é a percepção empírica e enganosa da sociedade capitalista.

A tese procura analisar o ponto de partida em *O Capital* de Marx, principalmente devido ao fato de a escrita do primeiro capítulo sofrer uma série de modificações, demonstrando a relevância do mesmo para Marx, que tanto o procurou aprimorar no intuito de torná-lo o mais científico possível. Essa análise será feita a partir da revisão bibliográfica de alguns teóricos que estudaram mais diretamente essa questão em Marx.

O primeiro capítulo demonstra como Marx utiliza o método dialético de ir do abstrato ao concreto, da análise à síntese, no capítulo I de *O Capital*. Onde mostra, passo a passo, como Marx constrói os seus conceitos, no que diz respeito à teoria do valor da mercadoria.

O segundo capítulo tem por objetivo tratar das divergências de Marx em relação ao método empírico utilizado pela Economia Política Clássica a partir do método dialético, ou seja, a limitação do método empírico utilizado pelos economistas, e como Marx avança em relação a esse método. Para tanto, primeiro estabelece a relação entre Marx e Hegel, para que se possa entender de onde vem o método utilizado por Marx. Assim, traz uma pequena abordagem sobre a relação entre o pensamento de Marx e a *Ciência da Lógica* de Hegel. Para depois analisar a visão de Ilienkov sobre como Marx rompe, a partir da dialética, com o método empírico e, ao mesmo tempo, como ele participa da abordagem dialética.

O terceiro capítulo traz diferentes análises sobre o ponto de partida em Marx presentes na literatura marxista. Discute a abordagem cientificista de Macherey, que representa o grupo de teóricos que procura afastar Marx de Hegel, e por destacar a noção de riqueza enquanto ponto de partida, aspecto muitas vezes não considerado pela maioria dos estudiosos desse assunto. Trabalha também os teóricos que ao interpretarem a obra de Marx verificaram tanto a influência hegeliana, nela contida, como a inversão imprimida na mesma. Entre eles temos a análise feita por Zelený, que trabalha a questão da lógica em Marx, demonstrando a sua proximidade e diferenças entre a abordagem idealista e a abordagem materialista de Marx. E, em seguida, traz Rosdolsky que pensa a gênese d'*O Capital* e seu método de exposição segundo os *Grundrisse*, texto que, para ele, deixa claro a influência hegeliana em Marx. E, por fim, encerra com uma análise sobre o que vem a ser o método cientificamente correto utilizado e proposto por Marx em seu texto.

O fio condutor da tese consiste em analisar a relação de Marx com a tradição empirista/materialista, ou seja, em que medida ele rompe com os empiristas e em que medida ele os extrapola; e, da mesma forma, com a tradição dialética/hegeliana, em que medida ele a critica e a utiliza no método de exposição de sua obra. Deste modo, a síntese a qual se quer chegar é compreender como o ponto de partida abstrato representa o método dialético enquanto o método cientificamente correto para o estudo crítico das categorias da economia política.

1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE MERCADORIA, TRABALHO, VALOR E DINHEIRO NO COMEÇO D'O CAPITAL

A compreensão sobre o ponto de partida em *O Capital* de Marx diz respeito ao modo como ele constrói seus conceitos, ou seja, ao método de exposição empregado por ele. Este capítulo trata primeiramente sobre como Marx explica o seu método de exposição e como ele se posiciona perante os críticos de sua obra. Logo em seguida analisa o primeiro capítulo d'*O Capital* no que diz respeito ao tratamento dado por ele às categorias econômicas.

1.1 A QUESTÃO DO MÉTODO EM MARX

No Prefácio da primeira edição de *O Capital*, Marx alerta sobre o grau de dificuldade do primeiro capítulo de sua obra, devido ao caráter científico que procurou dar à sua exposição. Marx (1996, p. 129) diz: “Todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência. O entendimento do capítulo I, em especial a parte que contém a análise da mercadoria, apresentará, portanto, a dificuldade maior”. Essa dificuldade é dada pelo processo de abstração necessário para a construção conceitual feita por Marx, e deste modo ele acrescenta:

Além disso, na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos. Para a sociedade burguesa, a forma celular da economia é a forma de mercadoria do produto do trabalho ou a forma do valor da mercadoria. Para o leigo, a análise parece perder-se em pedantismo. Trata-se, efetivamente, de pedantismo, mas daquele de que se ocupa a anatomia microscópica. (1996, p. 130)

Marx declara ter utilizado a faculdade de abstrair, de separar, de subtrair certos aspectos, para a análise das formas econômicas. Diferente de como ocorre nas ciências da natureza, o estudo da forma celular na economia política não pode se dar com o uso de reagentes químicos e de microscópio. É nesse sentido que trataremos a questão do método empregado, que consiste na busca de sua forma

elementar, não a partir do uso de microscópio, mas, a partir do uso da faculdade de abstrair, pois só com o uso da razão é que é possível encontrar a célula, o DNA, a menor e a mais elementar partícula da sociedade capitalista de produção. Esse tratamento microscópico ao que Marx se referiu, enquanto tratamento científico das categorias econômicas, busca encontrar a forma celular por ela dá origem ao todo complexo. Se queremos entender o todo complexo, é preciso partir da forma celular que dá origem a esse todo, assim, Marx justifica o esforço feito no primeiro capítulo de sua obra de procurar demonstrar a forma elementar, celular do sistema burguês.

Assim, faremos aqui a análise do primeiro capítulo da obra *O Capital* de Marx, considerado pelo mesmo o capítulo mais abstrato e, portanto, o mais difícil por conter o conceito de valor de troca da mercadoria, o conceito mais abstrato, mais difícil de se compreender. Deste modo, analisaremos as etapas percorridas por Marx no desenvolvimento do conceito de valor da mercadoria. Nele também podemos observar como Marx imprime a faculdade de abstração em sua análise das categorias econômicas.

Outro aspecto que podemos observar nesse primeiro capítulo é a relação entre pesquisa e exposição. É importante pontuar o que Marx (1996, p. 140) pensa a respeito:

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real.

No momento da pesquisa, Marx parte da matéria, do concreto³, dos dados da realidade, de onde procura colher o máximo de informações, esse é o verdadeiro ponto de partida. Porém, depois de analisá-la e tirar suas conclusões, a grande questão passa a ser o melhor método para expor suas ideias. E é no método dialético que encontra o caminho científico correto para a reprodução ideal da vida da matéria, nesse momento inaugura um método inovador, onde procura dar um tratamento lógico à matéria, estudando as articulações sistemáticas entre as

3 Concreto aqui significa para Marx o real, “real é o homem concreto, o homem trabalhador, o homem que age. O que é real na cidade política é o povo, suas disposições próprias, ou seja, uma coletividade determinada. Essa realidade concreta do homem, ou da coletividade determinada, corresponde ao sujeito real e o desenvolvimento histórico sempre se efetua a partir desse sujeito.” (ARON, 2005, p. 113)

categorias abstratas presentes nos dados da realidade. Esse tratamento lógico busca alcançar a essência dos fatos que acabam por revelar as leis do movimento da realidade objetiva (GORENDER, 1996, p. 21-26). O que Marx pretendia em *O Capital* era explicar a lei do movimento da sociedade moderna.

Mesmo quando uma sociedade descobriu a pista da lei natural do seu desenvolvimento — e a finalidade última desta obra é descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna —, ela não pode saltar nem suprimir por decreto as suas fases naturais de desenvolvimento. Mas ela pode abreviar e minorar as dores do parto. (1996, p. 131)

Marx entende que existe uma lei econômica do movimento da sociedade moderna, e esse é um ponto muito controverso para os estudiosos de Marx que procuram separá-lo do idealismo hegeliano. Se existe uma lei, seria esse real racional conforme Hegel? E Marx ainda acrescenta que existem fases naturais de desenvolvimento, naturais no sentido de inerentes às determinações dadas pelo próprio sistema estabelecido pelos homens. Dentro das leis do movimento do real, estabelecidas pela ação do próprio homem. Para Marx (1996, p. 131), existem fases pelas quais o desenvolvimento acontece, porém essas fases podem ser abreviadas, aceleradas, reduzidas. Por mais que essas leis determinem de certo modo as fases necessárias de maturação de certa forma social, para Marx é possível interferir no tempo de cada uma delas, onde aqui aparece o caráter revolucionário do texto de Marx. Ele pretende interferir no movimento do real, acelerando as dores de parto para uma nova sociedade.

Para estudarmos a obra de Marx precisamos ter em mente a finalidade que ele estabelece a ela, e é nesse sentido que a sua filosofia é uma filosofia da prática, pois ela necessita tocar o real. Deste modo, o método dialético aplicado por Marx em sua exposição procura explicar o movimento do real como um todo, não deixando de fora nenhuma das fases de desenvolvimento, inclusive o seu fim, por isso a dificuldade de entendê-lo. Marx trata não só do movimento do real mas, dentro desse movimento, quer entender as fases da forma social do sistema capitalista, seu surgimento, desenvolvimento e fim.

Por tratar do movimento, o desenvolvimento dos conceitos tratados em Marx não segue uma ordenação linear, não segue um fluxo contínuo, mesmo sendo uma construção conceitual, pois ele trata do movimento contraditório do real.

Aceitar que Marx entende que existe uma lei que determina o movimento do real é terrível para os materialistas de carteirinha⁴ que não poderiam deixar Marx ser crucificado, como fizeram com Hegel, considerando-o um bravo Moses Mendelssohn (cachorro morto) (MARX, 1996, p. 140). Mas, quanto a isso, o próprio Marx (1996, p. 132) demonstra não ter tido receio, quando no final do Prefácio da primeira edição d' *O Capital* afirma que “Todo julgamento da crítica científica será bem-vindo. Quanto aos preconceitos da assim chamada opinião pública, à qual nunca fiz concessões, tomo por divisa o lema do grande florentino: *Segui il tuo corso, e lascia dir le genti!* (Segue o teu curso, e deixa a gentalha falar!)”. E seguindo seu curso, a gentalha falou. Marx foi elogiado por uns e seriamente criticado por outros, o que o levou a, no Posfácio da segunda edição de *O Capital*, levantar o debate sobre o método.

E é a partir dos comentários que surgem que Marx vai discutindo o método empregado por ele, e o primeiro aspecto tratado é o grande senso teórico de sua obra:

Um homem, economicamente situado numa perspectiva burguesa, o sr. Mayer, industrialista vienense, afirmou com acerto, numa brochura publicada durante a guerra franco-alemã, que o grande senso teórico, considerado patrimônio hereditário alemão, teria desaparecido completamente das assim chamadas classes cultas da Alemanha, para ressuscitar, em compensação, na sua classe trabalhadora. (1996, p. 134)

Depois de descrever um pouco as condições de desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, França e Alemanha, e de estabelecer a sua relação com a ciência econômica, Marx comenta a reação que a burguesia alemã da época teve à sua obra. Isso ocorre, devido ao fato de conter uma crítica destinada à classe burguesa. Além de colocar o proletário enquanto classe responsável em derrubar o

4 Refiro-me aos marxistas da escola de Althusser que para aproximar Marx da ciência e livrá-lo do idealismo, elevavam o seu aspecto materialista. Para essa escola, a dialética representa o idealismo e, por isso, precisam afastar Marx da crítica que o idealismo sofreu, que levou Hegel à condição de cachorro morto. Marx não poderia passar pelo mesmo, daí a necessidade de o distanciá-lo da dialética, temor que o próprio Marx não teve ao admitir que usou o método dialético.

modo de produção capitalista e abolir a sociedade de classes. A reação da burguesia foi assim descrita por Marx (1996, p. 137):

Os porta-vozes eruditos e não eruditos da burguesia alemã procuraram primeiro aniquilar *O Capital* por meio do silêncio, como tinham conseguido fazer com os meus escritos anteriores. Quando essa tática já não correspondia às circunstâncias da época, passaram a redigir, pretextando criticar meu livro, instruções “Para tranquilizar a consciência burguesa”, mas encontraram na imprensa operária — vejam-se, por exemplo, os artigos de Joseph Dietzgen no *Volksstaat* — lutadores de maior porte, aos quais estão devendo resposta até hoje.

O caráter revolucionário e conseqüentemente prático da obra Marx estava dado, ao mesmo tempo que a exposição foi tida como puramente teórica.

Em 1871, o sr. N. Sieber, catedrático de Economia Política na Universidade de Kiev, em seu escrito *A Teoria de D. Ricardo do Valor e do Capital etc.*, já apontava a minha teoria do valor, do dinheiro e do capital como, em suas linhas básicas, continuação necessária da doutrina de Smith e de Ricardo. O que surpreende o europeu ocidental, ao ler seu valioso livro, é a manutenção conseqüente do ponto de vista puramente teórico. (1996, p. 137)

Por não concordar com o ponto de vista de que sua exposição tem um caráter puramente teórico, Marx adverte que seu método foi pouco compreendido. Segundo Benoit (1997, p. 11), “Marx procurava a rigorosa unidade dialética de uma teoria que fosse efetivamente crítica e, ao mesmo tempo, também revolucionária”, não uma teoria analítica apenas, mas que fosse além dela e alcançasse a síntese para que, com isso, voltasse a tocar a realidade com a prática revolucionária. Segundo Benoit (1997, p. 13) a obra de Marx se diferencia de uma obra de sociologia e de economia burguesa justamente pelo seu caráter crítico e revolucionário dado pelo método dialético por ele aplicado, e esse é o grande motivo de começar pela análise da mercadoria e não de outro modo. Marx começa pela forma aparente do modo de produção capitalista, de “como ele aparece para a consciência atual mais imediata e alienada, consciência ainda adormecida pela ideologia burguesa, consciência sem nenhum desenvolvimento” (BENOIT, 1997, p. 13). E é justamente o método dialético

empregado que conduz o leitor, pouco a pouco, a desvendar as contradições lógicas presentes no sistema capitalista para, a partir delas, chegar à luta de classes.

Marx (1996, p. 138) relata que foi acusado pela *Revue Positiviste* de tratar a Economia metafisicamente, e por se limitar à mera análise crítica da mesma. Ele refuta essa acusação com uma série de outros comentários críticos que procuram definir qual método foi empregado por ele em sua exposição teórica. O primeiro deles afirma que Marx utilizou o método dedutivo da escola Inglesa, o segundo afirma que o método é analítico e, por fim, ele será caracterizado como “desgraçadamente teuto-dialético”, ou seja, um alemão-dialético:

Os resenhistas alemães gritam, obviamente, contra a sofística hegeliana. O *Correio Europeu*, de Petersburgo, num artigo que examina exclusivamente o método de *O Capital* (número de maio de 1872, p. 427-436), considera o meu método de pesquisa rigorosamente realista, mas o meu método de exposição desgraçadamente teuto-dialético. (MARX, 1996, p. 138)

Assim, por ser pouco compreendido, o método de exposição utilizado por Marx torna-se o centro de muitos debates. Segundo Müller (1982, p. 19-20) a dialética usada n'*O Capital* significa primeiramente “o 'método/modo de exposição' crítico das categorias da economia política, o método de 'desenvolvimento do conceito de capital' a partir do valor, presente na mercadoria”. A dialética para Müller (1982, p. 20) designa a exposição do movimento lógico do conteúdo”. Para Marx (1996, p. 140) o fato de procurar um método adequado que espelhasse a vida (o movimento) da matéria no pensamento foi o motivo pelo qual muitos acharam que se tratava de uma construção *a priori*. Deste modo, ele tenta esclarecer estabelecendo as diferenças entre o seu método e o hegeliano:

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 1996, p. 140)

Diferente de Hegel, Marx quer transpor o material na cabeça do homem, essa é a forma como trata o ideal, nada mais que a compreensão da própria realidade⁵, o que é possível verificar nas referências históricas dadas por Marx ao longo de sua obra, que segundo Pietranera (2011, p. 82) “permite enriquecer em grande medida seu caráter concreto”.

O grande problema reside no fato de que a forma racional do método dialético estabelecido por Marx pressupõe a forma de desaparecimento inevitável do sistema burguês, pois estudando-a em seu movimento, esse movimento pressupõe o seu fim, e isso aterrorizou a burguesia de seu tempo, observe:

Em sua forma mistificada, a dialética foi moda alemã porque ela parecia tornar sublime o existente. Em sua configuração racional, é um incômodo e um horror para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua desaparecimento inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária. (MARX, 1996, p. 141)

Assim, Marx retoma o caráter prático de seu texto à necessidade de tocar a realidade com a revolução. Segundo Benoit (1999, p. 84), a dialética em Marx é crítica e revolucionária por não se limitar à racionalidade analítica, “a análise desemboca num processo duplamente negativo (negação da negação) [...] esse momento é o prenunciar do novo, do novo que surge graças ao fundamento antigo que foi abalado”. E para que isso aconteça, é preciso seguir rigorosamente o desenvolvimento preciso da exposição de Marx que transforma o que está pressuposto em posto (BENOIT, 1999, p. 84), esse é o movimento do abstrato ao concreto, que consiste em transpor o real na mente do homem, ou seja, o concreto dado pelo pensamento. É preciso também diferenciar a dialética de Marx da dialética de Hegel e apagar o seu caráter idealista, desmistificando-a, dando-a um caráter

5 Quanto a esse aspecto, Grespan (2012, p. 33) também esclarece: “Não se trata, portanto, de que a apresentação traga implícitas hipóteses subjetivas acrescentadas pelo pesquisador, mas sim de que só mediante a pesquisa é possível apreender o objeto tal como ele é, penetrando através das formas exteriores em que ele aparece como algo harmonioso, para descobrir seu “*nexo interno*” contraditório.” E nesse aspecto Marx se diferencia de Hegel, pois ele tem como ponto de partida da exposição teórica a realidade, quer dizer, o material, nesse caso o objeto concreto, os fatos históricos. Assim, não é o pesquisador que traz hipóteses subjetivas, mas é o real que conduz o pesquisador, é a própria pesquisa que determina o caminho da exposição teórica.

materialista, que se dá pelo estudo das categorias econômicas e sociais, quanto a isso Robaina (2013, p. 68) afirma:

Sua dialética não era o movimento abstrato do espírito, mas o movimento de forças econômicas e sociais, e mais especificamente o movimento – e, portanto, suas contradições – do regime do capital. Assim, a dialética de Marx foi muito diferente da dialética de Hegel, à medida que foi uma dialética materialista, cujos movimentos e a história não foram uma aplicação da dialética abstrata.

Marx pretende mostrar o movimento da história do homem prático estudando as categorias econômicas e sociais da sociedade capitalista no seu movimento histórico que pressupõe início, desenvolvimento e fim, não no sentido de determinar o seu fim, pois essa posição o coloca junto aos idealistas, posição criticada por Marx, e sim enquanto pensamento científico que procura identificar as leis de funcionamento do objeto estudado para melhor controlá-lo. Seu método de exposição, por mais que seja uma construção conceitual, mantém a todo momento seu vínculo com a realidade material, histórica, entretanto, a exposição de Marx não pode ser confundida como uma descrição histórica ou uma descrição das categorias econômicas. A abordagem científica que Marx pretende dar n'*O Capital* nada tem a ver com as ciências empíricas descritivas da realidade pois, apenas a descrição dos dados e sua análise não são suficientes para se compreender a realidade econômica da sociedade capitalista.

O método de Marx, portanto, combinou a síntese e a análise, o histórico e o estrutural, consciente de que não se pode descobrir a lei e desprezar o fenômeno e, ao mesmo tempo, não se pode conhecer os fenômenos sem teoria. Marx, seguindo Hegel, buscou o conceito de lei como um reflexo da realidade, da essência do fenômeno, reconhecendo, por sua vez, que o fenômeno é mais rico que a lei. O fenômeno é a totalidade, contém a lei e mais do que isso, o movimento de conjunto, em suas concretizações, sua vida, de tal forma que a essência aparece no desenvolvimento do fenômeno. E neste ponto também Marx se manteve hegeliano. (ROBAINA, 2013, p. 69)

Em sua abordagem científica⁶, Marx prefere seguir o movimento sugerido por Hegel e não o dos economistas que seguiram a tradição empirista, ou seja, Marx opta pelo método dialético, em estudar o próprio movimento do real, e não pela lógica formal utilizada pelas ciências até então. O método inovador e cientificamente correto, segundo Marx, para o estudo das categorias econômicas consiste no caminho que vai do abstrato ao concreto, o qual procuraremos compreender aqui.

Quanto à crítica feita por Marx à economia política e às críticas feitas a Marx por usar o método hegeliano e ser acusado ter uma abordagem metafísica, Pietranera (2011, p. 35) adverte sabiamente para o caráter metafísico, não de Marx, mas da própria economia política, quanto a teoria de Smith, que procura disfarçar a ordem da sociedade histórico-burguesa em uma espécie de “ordem natural”, caminho pelo qual Marx não optou em seguir. Pelo contrário, procurou descobrir a lei que rege os fenômenos da forma social capitalista, a partir do fenômeno social e não natural, a partir da própria realidade, não misturando o natural com o social.

O ponto de partida que rege o desenvolvimento teórico de Marx é diferente de Hegel e da própria economia política. Por tomar a realidade material como ponto de partida, se diferencia de Hegel que entende-a como exteriorização do espírito absoluto; e por seguir uma abordagem dialética em sua exposição, Marx se diferencia dos empiristas, que se contentam com a descrição do real.

O método dialético empregado por Marx busca compreender o fenômeno econômico também em sua totalidade, mesmo aplicando a faculdade de abstração, Marx não o desvincula de sua realidade complexa. Esse movimento aparece em seu texto de forma rigorosa, quando combina a análise e a síntese, fazendo o movimento de abstração e, ao mesmo tempo, o de síntese. Deste modo Marx contempla constantemente a totalidade em sua exposição.

1.2 A MERCADORIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

O primeiro capítulo da obra tem como título *A mercadoria*, assim, Marx começa determinando-a enquanto a primeira categoria a ser analisada para se

⁶ Concordando com Oliveira (2004, p. 13): “A tese de partida é que Marx conheceu a estrutura da ciência moderna, seu método axiomático-dedutivo, mas não o considerou a única forma de conhecimento científico, nem mesmo a principal.”

compreender as relações econômicas. A ela é aplicado num primeiro momento o método de análise, deste modo, não foi tratada apenas como uma categoria empírica, meramente descritiva, pelo fato de sua compreensão não se restringir apenas ao olhar do homem comum. Neste caso, foi preciso mais que o olhar empírico para compreender o seu significado, foi preciso um olhar filosófico, que fosse além do seu aspecto exterior, que adentrasse a interioridade das relações sociais ali representadas. Assim, a categoria mercadoria (*Ware*) foi posta por Marx em seu nível mais geral, enquanto representante da riqueza (*Reichtum*) da sociedade capitalista. Deste modo, o conceito de mercadoria aparece em seu texto como um conceito geral, carente de determinações, simples, puro, abstrato, pois mesmo sendo um conceito pobre dele é possível extrair diversos outros conceitos mais complexos.

Marx usa o método dialético, que é composto basicamente por dois momentos que se alternam, a análise e a síntese. O primeiro momento, o da análise, é composto de abstrações, onde se procura encontrar as leis gerais a partir de articulações e contradições internas. O segundo momento de síntese ocorre quando, depois de compreendida as relações internas, passa-se para a compreensão da totalidade das relações. Vejamos como Marx (1996, p. 165) começa a sua exposição:

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias” e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria.

Identifica que a mercadoria aparece como a forma elementar da sociedade capitalista, assim demonstra que ela representa o elemento primeiro, o mais simples, para começar o processo de exposição do seu pensamento. “Aparecer”, significa o modo como a riqueza se mostra para os homens, essa seria a primeira representação do mundo na cabeça dos homens, primeira porque ainda se constitui uma representação carente de determinações, portanto simples.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A

natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. (MARX, 1996, p. 165)

Nota-se que nesse primeiro momento Marx se refere à mercadoria como algo concreto, real, material, considerando a sua exterioridade, aqui podemos fazer referência sobre como a investigação aparece na exposição, vemos a passagem do concreto ao abstrato, quando Marx se refere à mercadoria como um objeto externo, uma coisa, que serve para atender às necessidades humanas. Nesse momento ele faz uma representação do real, o que podemos chamar de primeira abstração⁷. Esse movimento tem como ponto de partida a investigação, portanto é um concreto ainda sem significado, e como ponto de chegada o início da exposição, o abstrato, uma representação do real ainda precária. Logo, em seguida, começa o movimento inverso, do abstrato ao concreto, que consiste propriamente na exposição d' *O Capital*, quando procura entender as especificidades, as articulações internas da mercadoria fazendo mais abstrações num processo de análise minuciosa até chegar à compreensão do todo complexo, o concreto dado pelo pensamento, ou seja, o entendimento das relações econômicas de produção, o todo vivo, porém não mais caótico (MARX, 1999, p. 39-40).

Mesmo buscando o aspecto mais simples e elementar da mercadoria para começar a sua exposição, Marx sempre a mantém dentro de seu contexto, quer dizer, fazendo o movimento de síntese a mantém dentro de suas mais diversas relações, em sua totalidade, sendo assim, a totalidade está sempre pressuposta. Marx faz esse movimento paulatinamente, quando, pouco a pouco, acrescenta à mercadoria mais uma determinação. E esse primeiro movimento nos faz ver a mercadoria não só enquanto uma coisa, mas também enquanto coisa útil, neste ponto ele acrescenta uma determinação a esta coisa.

No terceiro parágrafo destaca o duplo aspecto da mercadoria, utilidade e quantidade, pretendendo, com isso, avançar na análise do primeiro aspecto o da utilidade. Admitindo que a mercadoria é uma coisa que tem utilidade, diz:

7 “O conhecer através da 'representação' [primeira abstração] é um ato cognitivo inicial, ingênuo, primeiro, cheio de sentido, mas confuso, caótico. A partir da 'representação' originária, a abstração inicia seu procedimento (produtor de conhecimento) como momento analítico da razão” (DUSSEL, 2012, p. 50).

Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto, ser útil, sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico. Assim como também o é a descoberta de medidas sociais para a quantidade das coisas úteis. (MARX, 1996, p. 165).

Agora Marx começa a imprimir à categoria geral da mercadoria, um processo de determinação da mesma. O aspecto geral envolve a condição social da mercadoria que a mantém dentro de suas relações, e o processo de determinação consiste em analisar a qualidade de ser útil, porém não perde de vista o seu caráter social quando se refere às medidas sociais para a quantidade das coisas úteis. Tudo isso para começar a desvendar o mistério do valor da mercadoria. O primeiro e imediato aspecto da mercadoria é o seu valor de uso, é a utilidade que ela tem para os homens, e diz respeito às suas características materiais, físicas, ou seja, ao corpo da mesma.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. (MARX, 1996, p. 166)

Marx entra na discussão sobre o valor de uso da mercadoria, o que seria a sua primeira determinação de valor, o valor referente às propriedades de seu corpo, sem valor de uso a mercadoria não é mercadoria, essa é a sua primeira determinação. O caráter da utilidade não depende da quantidade de trabalho humano utilizado na sua confecção, o aspecto do trabalho foi abstraído nesse momento. A questão referente à quantidade de trabalho contida na mercadoria como determinação de seu valor não foi posta ainda por Marx.

Porém, surge um aspecto referente à quantidade, os valores de uso pressupõem uma determinação que é quantitativa também, que se refere a seu aspecto material: “O exame dos valores de uso pressupõe sempre sua determinação quantitativa, como dúzia de relógios, vara de linho, tonelada de ferro etc. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material de uma disciplina própria, a

merceologia” (MARX, 1996, p. 166). Essa disciplina diz respeito ao conhecimento enciclopédico que os comerciantes têm da mercadoria, conhecimento que permite saber sobre as suas qualidades que são úteis ao homem, sobre em que medida ela atende às necessidades humanas. Dois aspectos do valor de uso foram abordados, o quantitativo e o qualitativo, e os dois se referem ao caráter material da mercadoria.

O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do — valor de troca. (MARX, 1996, p. 166)

Marx avança em sua exposição sobre as formas dos valores de uso, e faz mais uma abstração, além de serem representantes também da forma social da riqueza, porque representam o conteúdo material dessa riqueza, ao mesmo tempo, enquanto valores de uso, podem representar qualquer forma social, e, deste modo, nos faz entender que a forma social do valor de troca nada tem a ver com o conteúdo material dos valores de uso, ainda que estes sejam os portadores do mesmo. Agora temos uma outra determinação do valor. O valor da mercadoria na condição de valor de uso e na condição de valor de troca, a mercadoria ganha mais outra determinação, além de coisa, valor de uso, é também valor de troca. A coisa precisa dessas duas determinações para ser mercadoria, possuir utilidade e valor de troca.

Então, o valor de uso seria a primeira determinação da mercadoria, e o valor de troca uma segunda determinação, um segundo momento. “O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço”. (MARX, 1996, p. 166). Ou seja, o valor de troca aparece em sua manifestação primeira na relação quantitativa entre as mercadorias, relação entre quantidades que mudam no tempo e no espaço a depender das variáveis existentes. Observa-se que Marx ao falar de valor de troca parte de sua primeira manifestação, a troca de mercadorias entre si, o dinheiro ainda não foi posto na exposição. Isso faz com que muitos estudiosos da obra de Marx defendam a abordagem histórica dada por Marx, principalmente no que diz respeito

ao seu ponto de partida, entre eles temos Zelený, o qual abordaremos no último capítulo, que interpreta esse aspecto enquanto uma gênese histórica presente na exposição de Marx.

“O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo” (MARX, 1996, p. 166), esse caráter relativo do valor de troca expressa mais claramente a questão do método utilizado por ele. Observa-se que Marx usa o verbo “parecer”, o valor de troca aparece como relativo e puramente casual. Relativo porque é visto na relação com outras mercadorias, depende dessa relação, e puramente casual porque a princípio não se percebe nenhuma causa direta do que o gera, é como se fosse algo intuitivo, dado ao acaso.

O valor de troca da mercadoria é relativo porque ela se encontra no mercado numa relação de troca, desta forma, seu valor de troca varia conforme a confrontação das mercadorias no mesmo. Uma determinada quantidade de mercadorias pode ser trocada por outras quantidades de outras mercadorias, contanto que o valor da última seja proporcional ao dela. Mercadorias com valores de uso diferentes podem ser trocadas entre si em quantidades diferentes, contanto que seus valores de troca estejam equiparados. Portanto, uma mercadoria pode ter vários valores de troca, relativos às mercadorias com as quais se relaciona. “Por conseguinte, primeiro: os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a 'forma de manifestação' de um conteúdo dele distinguível” (MARX, 1996, p. 166). Marx, no trecho acima, demonstra que o valor de troca é uma aparência, uma representação de algo diferente dele. O que seria esse algo?

No mercado, as mercadorias se igualam por ser um espaço onde os valores de troca se equiparam, mas como valores de uso são diferentes devido às suas propriedades corpóreas. “Suas propriedades corpóreas só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valores de uso. Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias” (MARX, 1996, p. 167). Assim, o valor de troca de uma mercadoria é dado como suposto e só pode ser identificado devido à abstração do seu valor de uso. É preciso abstrair o valor de uso colocando a mercadoria em relação com outros valores de uso distintos para que o valor de troca se manifeste. Para chegar ao valor de troca, Marx usou o método

analítico, separou-o do valor de uso, mas, ao mesmo tempo, o manteve sempre presente em sua exposição. Só a dialética enquanto método permite manter a visão do todo, mesmo abstraindo o valor de uso ele permanece na exposição.

“Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferentes qualidades, como valores de troca só podem ser de quantidades diferentes, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 1996, p. 167). Se a mercadoria for vista pelo seu valor de uso, o que fica em destaque são as diferentes qualidades entre as mercadorias, agora, se for vista pelo seu valor de troca as suas qualidades são abstraídas e a quantidade é que passa a diferenciar as mercadorias entre si, para que o valor de troca entre elas possa ser igualado. O importante aqui é perceber que o valor de troca abstrai o valor primeiro da mercadoria, abstrai o seu valor de uso, abstrai a primeira determinação pela qual a mercadoria é mercadoria.

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstrairmos o seu valor de uso, abstrairmos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. (MARX, 1996, p. 167)

Marx afirma que as mercadorias são produtos do trabalho humano, é ele que confere a elas suas características corpóreas, que transforma a coisa em algo útil ao homem, ou seja, é o trabalho humano que confere o valor de uso das mercadorias. Se esse valor de uso é abstraído, o trabalho em alguma medida também passa pelo processo de abstração. Até aqui Marx concorda com os economistas, principalmente Smith que admitiu o duplo caráter da mercadoria, ou seja, o fato de a mercadoria possuir dois valores, o de uso e o de troca. Porém, Marx enxerga algo que os economistas parecem não ter percebido com clareza, por não terem feito o processo de abstração, primeiro: por não entenderem que o valor de troca abstrai o valor de uso, e segundo: como consequência disso, que o trabalho humano também passa pelo mesmo processo de abstração. Quando o valor de uso é abstraído, o trabalho que transformou a mercadoria em valor de uso é abstraído igualmente. “Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado” (MARX, 1996, p. 167-168). O

conceito de trabalho produtivo aparece e surgem, então, as seguintes questões: existe algum trabalho que não seja produtivo? Sofre o trabalho algum desdobramento assim como o valor da mercadoria?

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, 1996, p. 168)

Assim como a mercadoria se desdobra em valor de uso e valor de troca, o trabalho também passa a ser visto de forma diferente nesse desdobramento. Marx insere os conceitos de abstrato e concreto na esfera do trabalho. Considera trabalho concreto aquele trabalho diferenciado, determinado, útil, o do marceneiro, ou do fiandeiro, ou do pedreiro por exemplo. Enquanto trabalho abstrato é o trabalho não diferenciado, ou seja, o que todos os trabalhos diferenciados têm em comum. O trabalho abstrato é o trabalho subtraído de suas características específicas, sendo relevante apenas a característica que os igualam, não as que os diferenciam.

Marx considera o trabalho abstrato como uma gelatina de trabalho humano indiferenciado, gelatina porque pode tomar qualquer forma, onde a maneira de como a força de trabalho humano foi gasta não é levada em consideração.

Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores — valores mercantis.” (MARX, 1996, p. 168)

Marx refere-se ao trabalho abstrato como uma objetividade fantasmagórica porque representa a força de trabalho humano em geral, abstraída de suas especificidades. Onde os valores mercantis, ou seja, os valores de troca, são dados pela cristalização da substância social comum a todas as mercadorias, que é o trabalho acumulado em cada uma delas. Assim, a categoria trabalho é apresentada por Marx da mesma forma que apresentara a categoria mercadoria, partindo do

fenômeno, quer dizer, da forma como a mercadoria aparece aos olhos do observador. Assim como a mercadoria aparece inicialmente como valor de uso, o trabalho aparece como trabalho concreto, ambos em seu aspecto sensível e natural. Em seguida, a partir do método da abstração, chega-se ao valor e ao trabalho abstrato. Ambos vistos como resultado do processo de abstração daquilo que inicialmente aparecia como natural e sensível.

Na própria relação de troca das mercadorias seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso. Abstraindo-se agora, realmente, o valor de uso dos produtos do trabalho obtém-se seu valor total como há pouco ele foi definido. O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor. (MARX, 1996, p. 168)

Pode-se perceber que o valor, esta determinação abstrata, é a determinação que prevalece nas relações mercantis, e não o valor de uso. O valor total da mercadoria diz respeito ao que há de comum entre elas, e que só aparece e é visto na relação de troca, o valor total da mercadoria é o trabalho abstrato contido nela. Ou seja, o valor da mercadoria é dado pela quantidade de trabalho total, geral ou social, contido nela.

A grande questão a ser desvendada por Marx é o valor da mercadoria, de como é dado esse valor, porque o valor é a forma mais abstrata dessa sociedade. Entender o valor da mercadoria é entender a forma como ela se manifesta, a sua forma mercantil, o seu valor de troca, é ele que primeiro aparece. “O prosseguimento da investigação nos trará de volta ao valor de troca, como a maneira necessária de expressão ou forma de manifestação do valor, o qual deve ser, por agora, considerado independentemente dessa forma” (MARX, 1996, p. 168). Sendo assim, para se compreender o valor é preciso primeiro abstrai-lo, subtrai-lo de sua forma aparente, e estudá-lo em separado. Somente o entendimento do valor leva ao entendimento da mercadoria em suas determinações abstratas e quantitativas.

Portanto, um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do *quantum* nele contido da “substância constituidora do valor”, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua

vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc. (MARX, 1996, p. 168).

Um outro problema também enfrentado por Smith e Ricardo, uma vez que já haviam detectado que o valor da mercadoria é dado pela quantidade de trabalho humano que ela carrega, foi saber como mensurar essa quantidade de trabalho. E essa é uma pergunta que Marx se faz e tenta responder. Marx propõe contabilizar a quantidade de trabalho contida numa mercadoria a partir do tempo de duração do trabalho. Marx, diferentemente dos economistas que se perderam em tentar estabelecer o valor da mercadoria pelo salário pago ao trabalhador, abstrai o salário, abstrai a condição do trabalho como mercadoria e procura se concentrar no que poderia ser o mais essencial, a medida do tempo de trabalho.

Sendo o valor da mercadoria medido pelo tempo que o trabalhador gasta para confeccioná-la, então, um grupo de trabalhadores inábeis produziria uma mercadoria mais cara em relação a um grupo mais hábil? Sim, o valor da mercadoria corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. “Se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante a sua produção, poderia parecer que quanto mais preguiçoso ou inábil seja um homem, tanto maior o valor de sua mercadoria, pois mais tempo ele necessita para terminá-la” (MARX, 1996, p. 168). Neste caso o trabalhador inábil seria beneficiado? Marx procura resolver esse impasse logo em seguida:

O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais. (MARX, 1996, p. 168)

Observa-se que o valor da mercadoria é dado pela quantidade de trabalho em sua generalidade, quer dizer, pelo *quantum* de trabalho total, trabalho social, e não pelo *quantum* de trabalho em seu aspecto individual. Sendo assim, um trabalhador inábil aumenta a média social do tempo gasto para a produção de determinada mercadoria, interfere na média social, mas não determina sozinho o valor da mercadoria. Esse valor só é definido a partir da soma de todos os tempos gastos

para aquela mercadoria chegar ao mercado, a mercadoria chega ao mercado com um valor, mas logo se ajusta ao preço médio do mercado. E o que os economistas não entendiam era justamente por que a mercadoria variava o seu valor quando era posta no mercado, esse aspecto para eles era obscuro, isso porque permaneceram no processo de abstração, de análise e não avançaram para a síntese, não procuraram entender o valor na sua relação com o todo. Assim, não entendiam porque o preço não coincidia com o valor da mercadoria.

Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. (MARX, 1996, p. 168-169)

Se a produção de uma mercadoria levar mais tempo para ser produzida que o tempo social gasto na sua produção, certamente os custos de produção dela não serão pagos se ela for vendida pelo preço médio do mercado, e se ela não se ajustar ao preço médio ela certamente não será vendida e não adentrará à esfera do consumo. “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (MARX, 1996, p. 169). Nota-se que Marx utiliza o parâmetro social para todas as suas afirmações, tempo socialmente necessário para a produção, grau social médio de habilidade e intensidade de trabalho, ou seja, ele não perde a visão do todo. E, para isso, foi necessário além da análise empreendida, que ele também realizasse o processo de síntese constante. Quando a mercadoria chega ao mercado sua qualidade de ser valor de uso é abstraída da transação passando a ser considerada como valor de troca, abstraindo-se as características do trabalho concreto e aparecendo as características do trabalho social, abstrato. Para chegar a essa compreensão, Marx faz constantemente o movimento não só de análise mas também de síntese. “É, portanto, apenas o quantum de trabalho socialmente necessário, ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor. A mercadoria individual vale

aqui apenas como exemplar médio de sua espécie” (MARX, 1996, p. 169). A quantidade de trabalho social só pode ser medida se o trabalho for visto como geral, como dispêndio de força humana, somente dessa forma é possível igualar os diferentes trabalhos para mensurá-los. Essa foi outra dificuldade dos economistas, mensurar trabalhos diferentes, com habilidades diferentes, com ferramentas diferentes. Marx resolve esse impasse com o conceito de trabalho abstrato, social.

Mercadorias que contêm as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm, portanto, a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra. (MARX, 1996, p. 169).

A determinação abstrata do trabalho é mensurada pelo tempo, e o valor da mercadoria pelo tempo de trabalho. Assim, mercadorias que possuem corpos e utilidades diferentes entre si podem se igualar no mercado pela igual quantidade de tempo de trabalho nelas contido. Se elas possuem o mesmo *quantum* de trabalho, possuem igual valor. “A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria portanto constante, caso permanecesse também constante o tempo de trabalho necessário para sua produção. Este muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho” (MARX, 1996, p. 169). Agora, Marx acrescenta uma outra variável, se as forças produtivas sofrerem alguma alteração o valor da mercadoria também sofrerá, porque se o tempo de produção da mercadoria mudar, conseqüentemente seu valor mudará também, e são muitas as causas que podem alterar o ritmo da produção.

O valor da mercadoria varia conforme as condições de sua produção, quanto maior a força produtiva, menor o tempo necessário para a sua produção, menor a quantidade de trabalho contida na mercadoria e conseqüentemente menor o seu valor. No entanto, quanto menos desenvolvidas as forças produtivas, maior o tempo de produção e maior o valor da mercadoria. A relação entre as forças produtivas e o valor de mercadoria é inversamente proporcional, quando maior uma menor a outra.

Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a

massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto maior o seu valor. A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do *quantum*, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza. (MARX, 1996, p. 170)

Enquanto valor de uso apenas, uma coisa não é mercadoria, só é mercadoria na relação com o mercado. A utilidade é fundamental para que seja considerada mercadoria, sem valor de uso uma coisa não pode ser mercadoria, mas nem todas as coisas úteis são mercadorias. Mesmo um produto do trabalho humano pode não ser mercadoria por não estar na relação de troca, mas toda mercadoria possui um *quantum* de trabalho humano.

E para que algo se torne valor de uso para o outro e não para o produtor é necessário que esse algo passe pela esfera da troca. Engels acrescentou ao texto de Marx a seguinte informação, para que ficasse mais claro esse aspecto: “Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca” (MARX, 1996, p. 170). Engels ressalta a necessidade de o produto passar pelo mercado para que ele se torne mercadoria.

Quanto à questão da utilidade, Marx (1996, p. 171) acrescenta: “Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui nenhum valor”. Ou seja, mesmo contendo trabalho humano uma coisa pode não ser útil, não tendo utilidade acaba por não possuir valor, pois sem valor de uso não consegue ser trocada no mercado, sendo assim, não se constitui como mercadoria. Aqui Marx analisa o que faz com que uma coisa se transforme em mercadoria, para tanto analisou em separado cada um dos aspectos da mercadoria, utilidade, quantidade de trabalho e relação de troca, e percebeu, assim, que para algo ser mercadoria precisava conter todos esses aspectos, e não apenas parte deles. Ou seja, se algo não tiver utilidade não pode se tornar uma mercadoria, só é mercadoria aquilo que é útil, mas se for só útil e não for trocado no mercado não se tornará mercadoria. Precisa ser útil, e precisa ser levado ao mercado para que se torne uma mercadoria. Neste caso, a quantidade de trabalho só passa a ser considerada se a coisa for útil e trocada no mercado, caso contrário a quantidade de trabalho pouco importará.

1.3 O CONCEITO DE TRABALHO E VALOR

O valor de uso de uma mercadoria representa o trabalho concreto nela contido, esse trabalho também pode ser chamado de trabalho útil, é o trabalho real, com suas determinações e características. Assim como os valores de uso das mercadorias se distinguem entre si, os trabalhos que criaram esses valores de uso também se distinguem, existe uma relação direta entre trabalho e valor. “O trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil. Sob esse ponto de vista é considerado sempre em relação a seu efeito útil” (MARX, 1996, 171).

Falar em valor de uso significa se referir ao corpo da mercadoria, ao seu aspecto material útil. Vários tipos de valores de uso juntos formam, segundo Marx, uma totalidade igualmente diversificada, mesmo formando uma totalidade são diferentes entre si. Neste caso, valor de uso também é um conceito geral, Marx generaliza coisas diferentes na qualidade de serem valores de uso:

Na totalidade dos vários tipos de valores de uso ou corpos de mercadorias aparece uma totalidade igualmente diversificada, de acordo com gênero, espécie, família, subespécie, variedade, de diferentes trabalhos úteis — uma divisão social do trabalho. Ela é condição de existência para a produção de mercadorias, embora, inversamente, a produção de mercadorias não seja a condição de existência para a divisão social do trabalho. (MARX, 1996, 171)

A possibilidade da reunião de vários tipos de valores de uso no mercado formando uma totalidade igualmente diversificada é dada pela divisão social do trabalho. Marx não perde de vista a visão do todo, a ideia de totalidade está sempre presente em sua abordagem, essa totalidade significa a síntese dada após o processo de abstração. Aqui essa totalidade é o conjunto da sociedade, ou, o

conjunto dos valores de uso. A produção de mercadorias só é possível em sociedades onde há a divisão social do trabalho, porém o mesmo não acontece na relação inversa, a divisão social do trabalho pode ocorrer em sociedades que não produzam mercadorias. Smith também fala da divisão social do trabalho como necessária para o desenvolvimento mercantil das cidades localizadas em pontos estratégicos de comércio. Na verdade, Smith começa sua exposição com a divisão social do trabalho, enquanto Marx aborda esse assunto depois de já ter exposto a duplicidade do valor da mercadoria e do trabalho.

O mercado iguala as mercadorias, o que não significa dizer que no mercado se trocam produtos iguais. Os iguais nas suas características materiais não podem ser trocados entre si, não se troca casaco por casaco. No mercado são trocados produtos de trabalhos privados qualitativamente diferentes, portanto mercadorias com valores de usos diferentes entre si. Existe entre as mercadorias uma diferença qualitativa dos trabalhos úteis, elas só entram numa relação de igualdade no que diz respeito à quantidade de trabalho nelas contido. “Apenas produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si confrontam-se como mercadorias” (MARX, 1996, 171). As mercadorias para serem trocadas precisam se diferenciar enquanto valor de uso e se igualar enquanto valor de troca.

Marx (1996, p. 172) chama de trabalho útil o trabalho criador de valor de uso, assim, o mesmo integra duas categorias: trabalho e valor. Deste modo, faz a abstração de cada uma das categorias, estudando-as em separado e, ao mesmo tempo, mantendo-as dentro de suas relações entre si. Considera os aspectos históricos do trabalho e observa a sua importância enquanto criador da possibilidade de existência do homem ao longo do tempo. Porém, logo em seguida, Marx faz outro movimento, o de análise, abstrai a história e faz um novo processo de generalização, considerando que não importa em qual tipo de sociedade o homem viva, ele utiliza-se do trabalho para sobreviver, e assim, Marx começa a construir o conceito de trabalho. É através do trabalho que o homem se relaciona com a natureza de forma a poder atender suas necessidades. Assim, o trabalho é o grande responsável pela possibilidade da vida humana. “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de

mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 1996, p. 172).

A natureza e o trabalho humano resumem a condição da existência humana. Se todo o trabalho for retirado, sobra um resíduo material que vem da natureza. Todos os objetos que o homem foi capaz de criar são parte da natureza, significa a natureza transformada. Sem a natureza a produção de coisas úteis e de mercadorias não seria possível. É a natureza que dá condições ao trabalho humano de criar valores de uso, assim como existem valores de uso que ela mesma produz e nos dá, como é o caso do ar e dos raios do sol.

Assim, Marx (1996, p. 172) aprofunda a sua análise e abstrai o próprio trabalho, sobrando somente a natureza, para depois ir inserindo novamente as categorias estudadas, agora, considerando a natureza. Sua abordagem não perde de vista a totalidade, faz análise do trabalho, aprofunda os seus aspectos qualitativos e quantitativos, generaliza-os, e depois o coloca em suas relações com a natureza e com os homens, assim, Marx caminha para a síntese. Esse é o movimento de construção conceitual a partir da dialética. Observe, abaixo, como ele abstrai o trabalho humano para alcançar a natureza e mostrar que ela participa do valor de uso das mercadorias:

Subtraindo-se a soma total de todos os trabalhos úteis contidos no casaco, linho etc., resta sempre um substrato material que existe sem ação adicional do homem, fornecido pela natureza. Ao produzir, o homem só pode proceder como a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias. Mais ainda. Nesse trabalho de formação ele é constantemente amparado por forças naturais. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que produz, da riqueza material. Dela o trabalho é o pai, como diz William Petty, e a terra a mãe. (MARX, 1996, 172)

Apesar dos trabalhos se diferenciarem, o que eles têm em comum é o dispêndio de energia humana, é nesse sentido que trabalhos diferentes se unem numa totalidade. Como já foi dito, esse trabalho total, geral, é considerado por Marx como trabalho abstrato. Porém, a diferenciação do trabalho de forma a que o trabalho abstrato pudesse ser percebido só ocorreu devido ao desenvolvimento das forças produtivas, sendo um resultado do avanço das relações do homem com a

natureza e entre eles. Veja abaixo como o processo de abstração do trabalho continua, mas agora essa abstração é feita considerando esse desenvolvimento:

Alfaiataria e tecelagem, apesar de serem atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos, e nesse sentido são ambas trabalho humano. São apenas duas formas diferentes de despender força humana de trabalho. Contudo, para poder ser despendido dessa ou daquela forma, precisa a força humana de trabalho estar mais ou menos desenvolvida. Mas o valor da mercadoria representa simplesmente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano sobretudo. (MARX, 1996, p. 173)

Portanto, o valor da mercadoria é dado pelo dispêndio da força humana de trabalho, não pelo substrato material fornecido pela natureza gratuitamente, mas pelo trabalho do homem para disponibilizar o que a natureza fornece de modo útil ao mesmo. Nesse momento Marx abstrai o resultado do próprio trabalho para poder conceituá-lo melhor. Agora o que resta para desvendar o valor da mercadoria é saber como diferenciar o dispêndio de trabalhos com intensidades diferentes, e Marx (1996, p. 173) resolve essa questão facilmente:

Embora o próprio trabalho médio simples mude seu caráter, em diferentes países ou épocas culturais, ele é porém dado em uma sociedade particular. Trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples potenciado ou, antes, multiplicado, de maneira que um pequeno *quantum* de trabalho complexo é igual a um grande *quantum* de trabalho simples.

Trabalhos, mais complexos, que requerem um nível de conhecimento ou qualificação maior são trabalhos simples do mesmo modo, porém potencializados, multiplicados. Assim, uma vez estabelecido o valor do tempo médio de trabalho, basta multiplicá-lo. “As diferentes proporções, nas quais as diferentes espécies de trabalho são reduzidas a trabalho simples como unidade de medida, são fixadas por meio de um processo social por trás das costas dos produtores e lhes parecem, portanto, ser dadas pela tradição” (MARX, 1996, p. 174). Marx ressalta mais uma vez que o processo do valor é social, se o valor é dado pela quantidade de trabalho, o valor se dá na média social dos tempos de trabalho, assim um trabalho mais complexo, mesmo durando menos tempo, significa mais tempo de trabalho simples.

Essa operação faz Marx avançar além da economia política, ele não despreza o social, porém só o insere quando a análise das partes já está feita. Difere também do olhar do produtor onde para eles, a diferença entre os trabalhos é dada pela tradição, e não que os trabalhos complexos signifiquem mais tempo de trabalho.

O valor da mercadoria é dado por uma média social, e as mercadorias representam o *quantum* de trabalho nelas contido. Ou seja, as mercadorias se apresentam no mercado como quantidades de trabalhos proporcionalmente iguais, para que possam ser trocadas entre si. Quantidades diferentes de mercadorias, com qualidades diferentes de trabalho útil, são trocadas por mercadorias com quantidades proporcionalmente iguais de trabalho, ou seja, mercadorias diferentes são igualadas no mercado pelo *quantum* de trabalho. “Como a grandeza do valor de uma mercadoria representa apenas o *quantum* de trabalho nela contido, mercadorias devem, em determinadas proporções, ser sempre valores da mesma grandeza” (MARX, 1996, p. 174).

Pode-se aumentar a produção de valor de uso, e naturalmente se aumentará a riqueza material da sociedade que a produz, porém, esse fato pode significar uma diminuição da grandeza do valor. Como já foi visto anteriormente, o valor da mercadoria se dá pela quantidade de trabalho, se o aumento da riqueza material de uma dada sociedade se dá pelo desenvolvimento das forças produtivas, onde se produz mais em menos tempo, com menos dispêndio de trabalho humano, o valor da mercadoria cai. Ou seja, o aumento da riqueza material pela produção não significa o aumento do valor do tempo de trabalho, ele pode permanecer o mesmo. Mas o que acontece é que o tempo gasto para se produzir uma dada mercadoria diminui e na mesma proporção o seu valor também diminui. O que se tem é o aumento da riqueza material, mas não necessariamente o aumento da riqueza abstrata dada pelo trabalho, porque o *quantum* de trabalho pode continuar sendo o mesmo. Essa análise nos ajuda a diferenciar a riqueza abstrata da riqueza concreta, onde a concreta diz respeito ao conteúdo material, ao valor de uso, e a riqueza abstrata, referente ao valor (à quantidade de trabalho) que ela representa. Para que haja aumento da riqueza dada pelo trabalho abstrato é necessário potencializar esse trabalho, ou seja, torná-lo mais complexo.

Um *quantum* maior de valor de uso representa em si e para si maior riqueza material, dois casacos é mais que um. Com dois casacos podem-se vestir duas pessoas, com um casaco, somente uma pessoa etc. Entretanto, à crescente massa de riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo da grandeza de valor. Esse movimento contraditório origina-se do duplo caráter do trabalho. (MARX, 1996, p. 175)

Para entender melhor essa diferença na produção de riqueza, Marx acha necessário entender, também, o duplo caráter do trabalho, ou seja, Marx vai adicionando determinações. Para ele o trabalho pode ser trabalho útil e trabalho geral. O trabalho útil, concreto, está diretamente ligado à força produtiva, determinando o grau de eficácia da força produtiva.

Força produtiva é sempre, naturalmente, força produtiva de trabalho útil concreto, e determina, de fato, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num espaço de tempo dado. O trabalho útil torna-se, portanto, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos, em proporção direta ao aumento ou à queda de sua força produtiva. (MARX, 1996, p. 175)

Nessa relação direta entre trabalho e força produtiva, o desenvolvimento das forças produtivas implica em maior produtividade do trabalho útil, mas se as forças produtivas caem, naturalmente o resultado do trabalho útil cai também, pois o trabalhador passa a produzir menos. Mas para entender melhor essa relação faz-se necessário abstrair o trabalho concreto. Quando muitas variáveis dificultam o entendimento, Marx procura fazer a análise do mais simples, abstraindo as determinações. Neste caso, trabalho concreto é trabalho determinado, assim, Marx o procura abstrair, buscando elementos mais imediatos, e acha o trabalho abstrato, o elemento que existe em todos os trabalhos independente de suas determinações.

Como a força produtiva pertence à forma concreta útil do trabalho, já não pode esta, naturalmente, afetar o trabalho, tão logo faça-se abstração da sua forma concreta útil. O mesmo trabalho proporciona, portanto, nos mesmos espaços de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, qualquer que seja a mudança da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, quantidades diferentes de valores de uso; mais, quando a força produtiva sobe, e menos, quando ela cai. (MARX, 1996, 175)

O conceito de trabalho abstrato permite entender melhor por que as quantidades de valores de uso podem se alterar enquanto a riqueza dada pelo trabalho abstrato não. O valor da mercadoria se altera de acordo com a quantidade que ela representa de trabalho abstrato, porém, a maior produção de mercadorias, ou seja, de valores de uso, não necessariamente representa maior valor do trabalho, o valor da força de trabalho permanece o mesmo. Sendo assim, o valor da mercadoria cai por conter menos tempo de trabalho. Aqui já estamos entendendo o valor dentro de um contexto mais amplo, pois Marx começa a entrar num processo de síntese mais complexo.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso. (MARX, 1996, p. 175)

Assim, o trabalho abstrato gera o valor da mercadoria, enquanto o trabalho concreto gera coisas úteis, valores de uso, e não necessariamente valor de troca. Desta forma, Marx demonstra que para compreender o valor da mercadoria é necessário abstrair as determinações do trabalho concreto, é preciso pensar os seus aspectos abstratos, gerais e imediatos.

Podemos observar aqui que para compreender o valor é preciso analisá-lo, abstraindo-o do valor de uso, porém, mesmo abstraído ele continua presente, não sendo a parte a ser analisada. O valor é uma determinação a mais da mercadoria e, ao mesmo tempo, uma abstração. A economia política não aceitou essa contradição, por isso não avançou, e não alcançou a totalidade em suas considerações, ou seja, não chegaram à síntese do valor, não atingindo, assim, o concreto dado no pensamento, não transpuseram o real no pensamento. Segundo o próprio Marx (1999, p. 40), a economia política, por não avançar para a síntese, fez suas representações volatizarem-se em determinações abstratas que não conduzem a reprodução do concreto no pensamento.

Então, cada objecto, para além do seu valor de uso, passa a possuir múltiplos valores de troca. Aqui, todos esses outros se dão como iguais

entre si, exibindo uma identidade, que é posta pela troca efetiva. A existência social de cada coisa útil é agora determinada por uma abstração, a objetividade-valor, de que cada uma se oferece como encarnação. (SILVA, 2006, p. 90)

Marx consegue enxergar uma objetividade no valor da mercadoria à medida que buscou uma média social do trabalho humano. Diferente dos economistas, Marx deu importância ao mercado no momento mais adequado, ou seja, ele foi inserindo as determinações de cada categoria, pouco a pouco. Percebeu que o mercado abstrai as determinações da mercadoria e, conseqüentemente, estendeu isso ao trabalho. O problema é que os economistas, ao ficarem presos ao método empírico, não se permitiram fazer a abstração do aspecto concreto da mercadoria e do trabalho, preferiram ficar com as determinações empíricas e nelas se perderam. Enquanto Marx utiliza o método dialético e eleva-se do abstrato ao concreto, ou seja, parte das representações abstratas dadas pela intuição sensível e prossegue abstraindo ainda mais, imprime uma análise profunda até encontrar seus aspectos mais simples, mais imediatos, e portanto, o mais abstrato, por ter subtraído as determinações sensíveis. Depois da análise, parte para a síntese, inserindo as determinações novamente, e assim, alcança a complexidade do real, agora de forma mais clara, onde o concreto está reconstituído no pensamento.

O grande mérito de Marx reside no facto de ter descortinado que, no seio da própria realidade social, opera uma síntese que não é, como a síntese kantiana, uma síntese mental, mas uma trama que se tece entre os homens e os seus produtos, e onde o universal se mostra efectivo, ao nível do concreto que por isso, e só por isso, pode ser reconstituído, à maneira hegeliana, como resumo de múltiplas determinações abstratas. (SILVA, 2006, p. 91)

A objetividade do valor da mercadoria é uma expressão de uma mesma unidade social, que é a média dos trabalhos abstratos. A objetividade da mercadoria⁸ é dada pelo trabalho abstrato, ou seja, é no social, no geral, na reunião dos trabalhos particulares que encontramos a objetividade do valor.

8 "A estrutura econômica mercantil leva as coisas a desempenharem um papel social particular e extremamente importante e, portanto, a adquirir propriedades sociais específicas. Marx descobriu as bases econômicas objetivas que regem o fetichismo da mercadoria. A ilusão e o erro na mente dos homens transformam categorias econômicas reificadas em 'formas objetivas' (de pensamento) das relações de produção de um modo de produção historicamente determinado: a produção mercantil." (RUBIN, 1987, p. 20)

Recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria. (MARX, 1996, p. 176)

Assim, o valor de uma mercadoria só aparece na relação de troca com outra mercadoria; a condição do mercado, do espaço social, é fundamental para a compreensão do valor de troca; a visão do todo precisa estar presente para que se possa compreendê-lo. O método inovador e cientificamente correto aplicado por Marx pode ser demonstrado justamente nessa descoberta feita por ele, a descoberta do valor da mercadoria. O método utilizado pela economia política não permitiu esse grau de análise e abstração, os economistas não abstraíram os aspectos materiais da mercadoria, não viram o valor nas suas relações de troca, e não aceitaram suas contradições. Marx, para tanto, imprimiu análise e síntese, fez a análise do valor enquanto relação de troca de quantidades de trabalho e, ao mesmo tempo, fez a síntese considerando o mercado como um todo, quer dizer, considerando a esfera da troca e não só a esfera da produção da mercadoria, onde o valor é gerado. Pois na esfera do mercado, no confronto com outras mercadorias, as diferentes quantidades de trabalho se confrontam e uma média entre elas é estabelecida.

1.4 O CONCEITO DE DINHEIRO

Marx continua avançando em sua análise das trocas imprimindo mais determinações. “Toda pessoa sabe, ainda que não saiba mais do que isso, que as mercadorias possuem uma forma comum de valor, que contrasta de maneira muito marcante com a heterogeneidade das formas naturais que apresentam seus valores de uso — a forma dinheiro” (MARX, 1996, p. 176). Agora, depois de posto o mercado em questão, Marx resolve desvendar a forma dinheiro, como expressão da objetividade do valor de troca da mercadoria, ou seja, a forma dinheiro representa o valor das mercadorias, porém é uma forma muito diferente das mesmas, que antes se trocavam entre si, mas que, mesmo com valores de usos diferentes, serviam para

atender às necessidades humanas. Porém, a forma dinheiro se apresenta de outra maneira:

Aqui cabe, no entanto, realizar o que não foi jamais tentado pela economia burguesa, isto é, comprovar a gênese dessa forma dinheiro, ou seja, acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro. Com isso desaparece o enigma do dinheiro. (MARX, 1996, p. 176-177)

Marx procura explicar em seu método, como jamais tentado pela economia burguesa, a origem da forma dinheiro, usando o método dialético, que vai da análise à síntese, fazendo a abstração de cada nova determinação, buscando o mais simples da nova determinação apresentada e acrescentando às outras análises feitas e, assim, vai complexificando seu objeto de estudo, e o valor, que além de ser valor de uso, além de ser a quantidade de trabalho contida na mercadoria, é também a média desses trabalhos dada pelo mercado. Esse método permite acompanhar o desenvolvimento do valor das mercadorias desde sua expressão mais simples e sem brilho até a sua expressão mais complexa e ofuscante, que para Marx é a forma dinheiro. Deste modo, chegamos à forma dinheiro que é uma forma mais determinada que o valor de troca, portanto mais complexa, por isso, ela só pôde ser desvendada depois que os aspectos mais simples, puros e abstratos foram revelados.

Assim, Marx continua o exame do valor da mercadoria sobre as determinações do mercado, e retoma aqui sua determinação mais simples, a relação de troca entre duas mercadorias. Essa é a forma simples, singular ou acidental do valor, em que uma dada quantidade de certa mercadoria é trocada por outra quantidade de outra mercadoria. Observe-se a equação posta por Marx (1996, p. 177):

x mercadoria $A = y$ mercadoria B , ou: x mercadoria A vale y mercadoria B .

(20 varas de linho = 1 casaco, ou: 20 varas de linho valem 1 casaco.)

Nessa equação, Marx expõe os dois polos da expressão do valor, a forma equivalente e a forma relativa. Aqui começa essa nova análise a partir da forma mais simples da relação entre duas mercadorias. Prefere começar pela relação de troca de uma mercadoria com outra mercadoria, e não da relação de troca de uma mercadoria por certa quantia de dinheiro.

Analisando a equação acima, pode-se perceber que as mercadorias representam papéis diferentes a depender da posição que ocupam na equação, ele acrescenta agora novas determinações à relação de troca, complexificando sua exposição. Vejamos:

A primeira mercadoria representa um papel ativo, a segunda um papel passivo. O valor da primeira mercadoria é apresentado como valor relativo ou ela encontra-se sob forma relativa de valor. A segunda mercadoria funciona como equivalente ou encontra-se em forma equivalente. (MARX, 1996, p. 177)

O papel ativo que cabe à primeira mercadoria da equação é apresentado como valor relativo, pois depende da mercadoria com a qual ela vai se relacionar; e à segunda mercadoria cabe o papel passivo e, portanto equivalente ao da primeira. A partir de uma análise mais profunda da relação de troca, Marx encontrou mais duas formas do valor, o valor relativo e o valor equivalente.

O valor de uma mercadoria só pode ser expresso na relação com uma mercadoria diferente, a mesma mercadoria não serve de parâmetro para representar o valor dela mesma, é preciso de outra diferente para que se possa estabelecer um parâmetro de valor. Assim, ela não pode ocupar os dois polos da equação. O valor de uma mercadoria é expresso a partir de outra mercadoria, e essa expressão de valor é relativa, à medida que as mercadorias pelas quais ela pode ser trocada podem ser as mais diversas. “Por outro lado, essa outra mercadoria, que figura como equivalente, não pode ao mesmo tempo encontrar-se em forma relativa de valor. Não é ela que expressa seu valor. Ela fornece apenas o material à expressão do valor de outra mercadoria” (MARX, 1996, p. 177). Assim, uma mercadoria em sua forma relativa não pode ter como equivalente ela mesma, em outras palavras, a forma equivalente não pode ser, ao mesmo tempo, a forma relativa.

Forma relativa de valor e forma equivalente pertencem uma à outra, se determinam reciprocamente, são momentos inseparáveis, porém, ao mesmo tempo, são extremos que se excluem mutuamente ou se opõem, isto é, pólos da mesma expressão de valor; elas se repartem sempre entre as diversas mercadorias relacionadas entre si pela expressão de valor. (MARX, 1996, p. 177)

Forma relativa e forma equivalente encontram-se na equação em posições opostas, entretanto pertencem uma à outra, pois se relacionam como iguais. São momentos inseparáveis, porque não é possível entender o valor de troca de uma mercadoria fora dessa relação, não existe valor de troca isolado, ele (valor) existe dentro da relação social do mercado. São polos da mesma expressão de valor, ou seja, expressam uma igualdade, expressam o mesmo valor.

Se uma mercadoria encontra-se sob a forma relativa de valor ou sob a forma oposta, a forma equivalente, depende exclusivamente da posição que essa mercadoria ocupe na expressão de valor, em cada momento, ou seja, se é a mercadoria cujo valor é expresso ou aquela na qual é expresso o valor. (MARX, 1996, p. 178)

Ao mesmo tempo, as mercadorias da equação podem mudar de posição, ora podem estar como forma equivalente da outra, ora como forma relativa, como representam uma igualdade podem mudar de posição. Importante notar que nesse trecho tem-se um paradoxo entre diferentes e iguais, a forma relativa representa valores iguais entre mercadorias diferentes.

Digamos: como valores, as mercadorias são meras gelatinas de trabalho humano, então a nossa análise reduz as mesmas à abstração de valor, sem dar-lhes, porém, qualquer forma de valor diferente de suas formas naturais. A coisa é diferente na relação de valor de uma mercadoria à outra. Seu caráter de valor revela-se aqui por meio de sua própria relação à outra mercadoria. (MARX, 1996, p. 179)

Na condição de iguais, são meras gelatinas de trabalho humano no seu aspecto abstrato, é aí que se encontra o valor da mercadoria, abstraindo-a de seu valor de uso, ou seja, desconsiderando sua natureza material, e colocando-a na relação com outra no mercado. O valor da mercadoria não pode ser encontrado no estudo isolado da mesma e sim na sua relação com outra, ou seja, na sua relação

social. “Somente a expressão de equivalência de diferentes espécies de mercadoria revela o caráter específico do trabalho gerador de valor, ao reduzir, de fato, os diversos trabalhos contidos nas mercadorias diferentes a algo comum neles, ao trabalho humano em geral” (MARX, 1996, p. 179).

Neste ponto, Marx concorda que o valor da mercadoria é dado pela quantidade de trabalho abstrato nela contido, veja que não está falando de valor de troca, e sim de valor. Uma vez que o valor de troca já foi entendido também como a quantidade de trabalho abstrato contido na mesma, qual a diferença entre valor e valor de troca? Não estaria Marx se referindo à mesma coisa? Essas são questões que serão respondidas até o final do seu primeiro capítulo.

A força de trabalho do homem em estado líquido ou trabalho humano cria valor, porém não é valor. Ele torna-se valor em estado cristalizado, em forma concreta. Para expressar o valor do linho como gelatina de trabalho humano, ele deve ser expresso como uma “objetividade” concretamente diferente do linho mesmo e simultaneamente comum ao linho e a outra mercadoria. A tarefa já está resolvida. (MARX, 1996, p. 179)

Valor em estado cristalizado é o oposto ao valor em seu estado líquido ou gelatinoso que é dado pelo *quantum* de trabalho abstrato.

O valor relativo de uma mercadoria pode mudar, apesar de seu valor permanecer constante. Seu valor relativo pode permanecer constante, apesar de mudar seu valor e, finalmente, não necessitam, de nenhuma forma, coincidir as mudanças simultâneas em sua grandeza de valor e na expressão relativa dessa grandeza. (MARX, 1996, p. 182-183)

Observa-se que o valor relativo de uma mercadoria não necessariamente varia se o seu valor mudar, e pode variar mesmo que o seu valor não varie. Veja que há uma distinção entre valor relativo e valor, pode-se entender aqui que esse valor relativo está mais para o valor de troca do que para o valor, pois, relativo é relativo a alguma coisa, precisa de outro elemento que é dado no mercado. Essa foi a dificuldade da economia política, pois não conseguiu inserir o conceito de valor no seu contexto social e, por isso, não entendeu por que o valor se altera ao chegar no mercado.

Uma mercadoria é equivalente à outra à medida que ela pode ser trocada pela qual representa o seu valor. A mercadoria na forma equivalente ocupa o papel passivo da equação, sua função é representar um determinado *quantum* de alguma coisa, sendo assim, expressa o valor de uma mercadoria em seu valor de uso, pois nessa relação precisam ter diferentes características, portanto valores de uso diferentes. “A forma equivalente de uma mercadoria é conseqüentemente a forma de sua permutabilidade direta com outra mercadoria” (MARX, 1996, p. 183). É a sua forma permutável direta.

A forma equivalente representa muito mais uma coisa que uma grandeza de valor. Na relação de troca entre mercadorias, a forma equivalente se relaciona mais diretamente com o valor de uso, enquanto que a forma relativa com o valor, “a forma equivalente de uma mercadoria não contém nenhuma determinação quantitativa de valor” (MARX, 1996, p. 184). Tem-se aqui uma contradição, elementos opostos se relacionam nessa equação, valor de uso e valor, ou seja, “o valor de uso torna-se forma de manifestação de seu contrário, do valor” (MARX, 1996, p. 184).

O valor da mercadoria é dado na sua relação com outra diferente de si mesma, seu valor não pode ser dado por ela mesma. Sendo assim, a mesma mercadoria não pode ocupar os dois lugares da equação, precisa se relacionar com outra. Daí a importância do caráter concreto e determinado da mercadoria que ocupa a posição da forma equivalente.

Como nenhuma mercadoria pode figurar como equivalente de si mesma, portanto tão pouco podendo fazer de sua própria pele natural expressão de seu próprio valor, ela tem de relacionar-se como equivalente a outra mercadoria, ou fazer da pele natural de outra mercadoria sua própria forma de valor. (MARX, 1996, p. 184)

Porém, é importante ressaltar que as propriedades de uma mercadoria não têm origem na relação de troca, só atuam nessa relação. Suas propriedades estão ligadas ao valor de uso, e têm origem no trabalho humano. Deste modo, na relação de troca, a mercadoria abstrai as suas propriedades e atuam na forma equivalente, com mercadorias que possuem propriedades diferentes da mercadoria que precisa ser trocada. Por ser uma abstração do valor de uso, a forma equivalente da mercadoria não aparece facilmente ao olhar burguês, o que aparece é seu enigma,

a sua forma pronta, a forma dinheiro. Na forma equivalente, a mercadoria perde as suas propriedades particulares e passa a atuar apenas na forma de valor.

Como, porém, as propriedades de uma coisa não se originam de sua relação com outras coisas, antes apenas atuam em tal relação, parece também que o casaco possui, por natureza, sua forma equivalente, sua propriedade de ser diretamente trocável, tanto quanto sua propriedade de ser pesado ou de manter alguém aquecido. Daí o enigmático da forma equivalente, que de início fere o olhar burguês rústico de economista político, tão logo esta se apresenta a ele, já pronta, sob a forma dinheiro. (MARX, 1996, p. 185)

O caminho trilhado por Marx para desvendar a forma dinheiro foi diferente do da economia política, ele não começa pelo fim, como fizeram os economistas, que ao tentar desvendar a forma dinheiro, começam por ela mesma. Marx, ao contrário, como já se sabe, procura começar pelo simples, busca os princípios e os fundamentos da relação de troca estudando os elementos presentes nela, analisa-os profundamente não perdendo de vista a relação entre esses elementos, e nesse movimento de análise e síntese segue seu percurso avançando gradativamente.

Marx expõe mais duas peculiaridades da forma equivalente, a primeira, já vista, diz respeito às suas propriedades úteis, relacionadas ao trabalho humano concreto; a segunda diz respeito à quando esse trabalho concreto serve de expressão do trabalho abstrato nela contido. “É portanto uma segunda peculiaridade da forma equivalente que trabalho concreto se converta na forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato” (MARX, 1996, p. 186). E a terceira peculiaridade diz respeito à conversão do trabalho privado em trabalho social (MARX, 1996, p. 186).

Uma vez exposta a relação entre os aspectos mediatos e imediatos presentes no processo de troca, Marx avança para a forma dinheiro, e parte dos estudos já feitos anteriormente. Concordando com Aristóteles, “que a forma dinheiro da mercadoria é apenas a figura mais desenvolvida da forma simples de valor, isto é, da expressão do valor de uma mercadoria em outra mercadoria qualquer” (MARX, 1996, p. 186). Ou seja, a forma dinheiro é representação do valor da mercadoria, e essa forma também se converte em mercadoria. Esse é o grande problema dos economistas clássicos, eles também compreenderam isso, mas não conseguiram

abstrair as determinações do dinheiro para entender o valor da mercadoria, muito pelo contrário, queriam desvendá-lo partindo dele mesmo, começando pelo fim.

A constituição desse idêntico supõe que a troca se generalize e que cada objecto se reporte, não individualmente a um outro, mas a um membro qualquer de um conjunto indefinido de outros objectos, ou seja, que a troca singular seja inscrita na cadeia do mercado, e que os objectos de uso se determinem como mercadorias. (SILVA, 2006, p. 90)

Numa relação de troca, qualquer mercadoria pode ser trocada por outra desde que haja uma relação de equivalência ou igualdade, sendo mercadoria, possuem trabalho abstrato, e é justamente a igualdade do *quantum* de trabalho abstrato que permite que coisas diferentes possam ser trocadas entre si “sem tal igualdade de essências, não poderiam ser relacionadas entre si, como grandezas comensuráveis” (MARX, 1996, p. 187).

Aristóteles não entende esse aspecto do trabalho humano abstrato, em virtude de se encontrar em uma sociedade escravista, onde há desigualdade entre os homens e, portanto, entre o fruto de seus trabalhos. O grande segredo foi desvendado por Marx, o de que o valor das mercadorias se dá numa equação de igualdade e equivalência dos trabalhos nelas contidos. Assim, o conceito de trabalho abstrato, trabalho humano em geral, é imprescindível para desvendar esse enigma da sociedade capitalista.

O segredo da expansão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto de trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante. (MARX, 1996, p. 187)

Os economistas clássicos além de começarem pelo fim, estudando o valor das mercadorias com todas as suas determinações, se perderam diante de tantas variáveis, e não deram importância à variável social, à média social dos trabalhos na determinação do valor. Marx avança e, pouco a pouco, vai acrescentando novas

determinações na sua exposição, assim, consegue, com mais clareza, desvendar os enigmas do valor da mercadoria e do dinheiro.

Em outras palavras: o valor de uma mercadoria tem expressão autônoma por meio de sua representação como “valor de troca”. Quando no início deste capítulo, para seguir a maneira ordinária de falar, havíamos dito: A mercadoria é valor de uso e valor de troca, isso era, a rigor, falso. A mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e “valor”. (MARX, 1996, p. 188)

Essa diferenciação entre valor e valor de troca é outra determinação que Marx só traz à tona depois de expor a forma simples da relação de troca. O que foi dito anteriormente como valor de troca na verdade diz respeito ao valor, agora resta desvendar o que vem a ser o valor de troca e como ele se origina.

Ela apresenta-se como esse duplo, que ela é, tão logo seu valor possua uma forma rápida de manifestação, diferente da sua forma natural, a do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada isoladamente, porém sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de tipo diferente. No entanto, uma vez conhecido isso, aquela maneira de falar não causa prejuízo, mas serve como abreviação. (MARX, 1996, p. 188)

A forma rápida de manifestação do valor é o valor de troca, que não pode ser encontrada se a mercadoria for estudada de forma isolada, essa forma do valor só pode ser vista dentro da relação de troca com outra mercadoria diferente. Marx ressalta que o valor dado na relação de troca é valor de troca. Então, qual é exatamente a diferença entre valor e valor de troca? “Nossa análise provou que a forma de valor ou a expressão de valor da mercadoria origina-se da natureza do valor das mercadorias, e não, ao contrário, que valor e grandeza de valor tenham origem em sua expressão como valor de troca” (MARX, 1996, p. 188). Segundo Marx;

Os mercantilistas dão a maior importância ao lado qualitativo da expressão de valor, portanto, na forma equivalente da mercadoria, que possui no dinheiro sua forma completa — os modernos mascates do livre-cambismo, que necessitam desembaraçar-se de suas mercadorias a qualquer preço ressaltam, ao contrário, exclusivamente o lado quantitativo da forma relativa de valor. Para eles não existem, em consequência, nem valor nem grandeza

de valor da mercadoria, exceto na expressão por meio da relação de troca, portanto, apenas no boletim diário dos preços. (MARX, 1996, p. 188)

Muitos se perdem na análise do valor da mercadoria, porque não percebem que realmente há uma sutileza que atrapalha o entendimento claro da realidade, mas, Marx insiste em olhar cada vez mais dentro do processo, buscando as suas articulações internas, para que a mesma possa revelar seus elementos fundamentais. Uns dão mais importância à qualidade da expressão do valor, ou seja, ficam na forma equivalente final, a forma dinheiro. Outros dão mais importância à quantidade, ou seja, à forma relativa, no aspecto que diz respeito apenas ao preço. Em ambos os casos ficam apenas na superfície, apenas no que aparece facilmente aos seus olhos.

O exame mais pormenorizado da expressão de valor da mercadoria A, contida na relação de valor com a mercadoria B, demonstrou que dentro da mesma a forma natural da mercadoria A funciona apenas como figuração de valor de uso, a forma natural da mercadoria B apenas como forma valor ou figuração de valor. (MARX, 1996, p. 188-189)

A equação da relação de troca entre duas mercadorias demonstra que elas são expressão do valor de uso e do valor, onde uma se encontra em oposição à outra, mas numa relação de equivalência, de igualdade; ao mesmo tempo em que são contrárias e são iguais.

A antítese interna entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma antítese externa, isto é, por meio da relação de duas mercadorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso, funciona diretamente apenas como valor de uso; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso vale diretamente apenas como valor de troca. (MARX, 1996, p. 189)

A forma relativa de valor pode ser desdobrada em outras mercadorias, quer dizer, a mercadoria que ocupa a primeira posição na equação pode ser trocada por outras tantas mercadorias de corpos diferentes, mas com grandeza de valor igual.

A laboriosa análise a que Marx procede do desenvolvimento da forma-valor, desde a sua forma mais simples ou acidental até a forma moeda, passando

pela forma valor desenvolvida e pela forma valor geral, é completamente incompreensível para o pensamento formal. Jamais um lógico como é bom de ver, poderá compreender que, sendo a igualdade uma relação simétrica, além de transitiva e reflexiva, da simples inversão de seus membros possa resultar uma alteração substancial dos dados do problema. (SILVA, 2006, p. 89)

Ou seja, a transformação da mercadoria em dinheiro, onde ela passa a representar valor, e o destaque passa ser não mais as suas características físicas e materiais, enquanto valor de uso; e sim o seu aspecto social, mistificado, abstrato de ser representante de valor. Para entender essa forma desdobrada da forma relativa é preciso compreender bem o conceito de trabalho abstrato.

O valor de uma mercadoria, do linho, por exemplo, é agora expresso em inumeráveis outros elementos do mundo das mercadorias. Qualquer outro corpo de mercadorias torna-se espelho do valor do linho. Assim, aparece esse valor mesmo pela primeira vez verdadeiramente como gelatina de trabalho humano indiferenciado. Pois o trabalho que o gera é agora expressamente representado como trabalho equiparado a qualquer outro trabalho humano, seja qual for a forma natural que ele possua e se, portanto, se objetiva em casaco ou trigo ou ferro ou ouro etc. (MARX, 1996, p. 190)

Os trabalhos úteis são equiparados, tem-se assim a forma abstrata do trabalho, ou seja, o trabalho como gelatina, que pode tomar qualquer forma. A forma em si não interessa, a depender de cada situação esse trabalho humano geral ou indiferenciado ganha a forma mais adequada ligada à mercadoria em questão, que pode ser qualquer uma, então, é gelatina porque tem a capacidade de tomar qualquer forma para si.

Por meio de sua forma valor, o linho se encontra portanto agora também em relação social não mais apenas com outra espécie individual de mercadoria, mas sim com o mundo das mercadorias. Como mercadoria, ele é cidadão deste mundo. Ao mesmo tempo, depreende-se da interminável série de suas expressões que é indiferente ao valor mercantil a forma específica do valor de uso na qual ele se manifesta. (MARX, 1996, p. 190)

A forma relativa desdobrada coloca a mercadoria dentro da relação de troca com o mercado, não mais com uma mercadoria apenas, mas com todo o leque de

mercadorias que fazem parte do mercado. Na primeira equação, a qual duas mercadorias se relacionam no mercado, o que aparece é uma relação quantitativa onde determinada quantidade da mercadoria *A* é trocada por outra quantidade da mercadoria *B*. O que acontece na segunda equação é que *A* pode ser trocada não só pela mercadoria *B*, mas pela *C*, *D*, e tantas mais que se apresentarem no mercado.

Na primeira forma: 20 varas de linho = 1 casaco, pode ser casual que essas duas mercadorias sejam permutáveis em determinada relação quantitativa. Na segunda forma, ao contrário, transparece imediatamente um fundamento essencialmente diferente da manifestação casual e que a determina. O valor do linho permanece de igual tamanho, seja ele representado em casaco, ou café, ou ferro etc., em inumeráveis mercadorias que pertencem aos mais diferentes proprietários. (MARX, 1996, p. 190)

A segunda equação permite enxergar outro fundamento do valor, “que não é a troca que regula a grandeza de valor, mas, ao contrário, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca” (MARX, 1996, p. 190). Porém, Marx demonstra mais adiante que as formas relativa e equivalente do valor ainda não são suficientes para desvendar o mistério do valor de troca.

Se finalmente, como deve ocorrer, o valor relativo de cada mercadoria for expresso nessa forma desdobrada, então a forma relativa de valor de cada mercadoria é uma série infinita de expressões de valor, diferente da forma relativa de valor de qualquer outra mercadoria. As insuficiências da forma relativa de valor desdobrada refletem-se na sua forma equivalente correspondente. (MARX, 1996, p. 191)

Ambas as formas, simples ou desdobrada, são insuficientes para revelar o valor de troca, porque ambas resultam na mesma operação de igualdade. As duas formas apresentadas “chegaram ambas a expressar apenas o valor de uma mercadoria como algo distinto de seu próprio valor de uso ou de seu corpo de mercadoria” (MARX, 1996, p. 192). Porém, as formas estudadas até aqui permitem que a forma valor apareça e, assim, Marx vai se aproximando da forma dinheiro da mercadoria.

A forma valor geral, que representa os produtos de trabalho como meras gelatinas de trabalho humano indiferenciado, mostra por meio de sua própria estrutura que é a expressão social do mundo das mercadorias. Assim, ela evidencia que no interior desse mundo o caráter humano geral do trabalho constitui seu caráter especificamente social. (MARX, 1996, p. 194)

Assim, a forma geral do valor que expõe o trabalho como abstrato ou indiferenciado, como uma gelatina a ser moldada, deixa claro o caráter social do mundo das mercadorias e abstrato do seu ponto de partida. Assim, Marx encontra a fórmula para desvendar o valor de troca no caráter socialmente específico e abstrato do trabalho, onde o valor é determinado pela média social do *quantum* de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria. O valor da mercadoria é dado pela média geral dos trabalhos em geral sendo o caráter socialmente específico quem o determina, pois é determinado pela média social dos trabalhos e não de forma individual. É justamente nesse ponto que os economistas se perderam, pois não compreenderam o aspecto social do mercado e sua influência tanto no trabalho como no valor da mercadoria. Os economistas ficaram apenas no processo de análise, não fizeram a síntese, não procuraram ver a parte no todo, e foi isso que Marx fez, buscou a totalidade, depois da análise olhou a parte na totalidade, dentro das suas relações sociais e, assim, percebeu o caráter abstrato tanto do trabalho como do valor.

A forma equivalente geral permite o aparecimento da forma valor, que passa a ser representado na forma dinheiro. Ter um equivalente geral significa dizer que uma mercadoria simboliza a possibilidade de troca por qualquer outra mercadoria disponível no mercado. “A forma equivalente geral é uma forma do valor. Ela pode ser recebida, portanto, por qualquer mercadoria” (MARX, 1996, p. 195). Assim consegue expor a forma dinheiro:

Então, o gênero específico de mercadoria, [...] cuja forma natural a forma equivalente se funde socialmente, torna-se mercadoria dinheiro ou funciona como dinheiro. Torna-se sua função especificamente social e, portanto, seu monopólio social, desempenhar o papel de equivalente geral dentro do mundo das mercadorias. (MARX, 1996, p. 196)

A forma equivalente geral se transforma ao longo do tempo na forma dinheiro, veja:

O ouro só se confronta com outras mercadorias como dinheiro por já antes ter-se contraposto a elas como mercadoria. Igual a todas as outras mercadorias funcionou também como equivalente, seja como equivalente individual em atos isolados de troca, seja como equivalente particular ao lado de outros equivalentes mercantis. Pouco a pouco, passou a funcionar, em círculos mais estreitos ou mais extensos, como equivalente geral. (MARX, 1996, p. 196)

Deste modo, como qualquer outra mercadoria, o ouro, que ao longo do tempo adquire a forma dinheiro, se confronta no mercado com outras mercadorias por antes já ter se confrontado com elas como mercadoria. Assim, o ouro passa a atuar como o equivalente geral, ou seja, entra como equivalente no lugar das outras mercadorias. O problema é que o homem comum não vê o ouro ou o dinheiro como uma mercadoria, pois aparecem como a finalidade última da troca, e não como o meio para se atender às necessidades humanas. E é justamente neste aspecto que se encontra a dificuldade de desvendar a forma dinheiro, a sua finalidade última ofusca a sua origem, vemos só a forma ofuscante e não a sua forma real. Assim, Marx desvenda a origem da forma dinheiro enquanto uma mercadoria equivalente geral.

A relação entre uma categoria geral e uma mais determinada está presente em todos os momentos da exposição, e para tanto é necessário fazer o movimento de análise e síntese, que consiste no movimento do abstrato ao concreto, do geral ao particular, onde no processo de análise temos as abstrações que levam às categorias gerais, e o processo de síntese consiste no retorno ao concreto, à totalidade das relações. Esse movimento é o elevar-se do abstrato ao concreto defendido por Ilienkov que vai do que é mais geral ao mais particular, que veremos no último capítulo.

Vamos procurar esclarecer nos próximos capítulos algumas interpretações dadas à exposição de Marx, entre elas a de que existe uma relação entre exposição e investigação. É evidente que a exposição em Marx é resultado da investigação, porém em que medida a investigação faz parte da exposição é o que vamos discutir. Entendemos que a exposição é um resultado da investigação e como resultado

transforma-se em abstrato, e parece ser dele que Marx parte na sua exposição das categorias mais abstratas em direção às mais complexas. Com isso, entendemos que o abstrato é o ponto de partida, não sendo ainda uma construção conceitual. O conceito em Marx é o concreto transposto no pensamento, é o concreto dado pelo pensamento e não o abstrato como a economia política acreditava. Alcançar o nível conceitual envolve muito mais que as representações vindas da intuição sensível como pensavam os economistas. Os capítulos que seguem procuram fazer uma exposição das diferentes interpretações sobre o método empregado por Marx demonstrando os pontos polêmicos e procurando entender o porquê de cada posição.

2 A DIALÉTICA D'O CAPITAL ENQUANTO CRÍTICA AO IDEALISMO E AO EMPIRISMO

Este capítulo faz uma reflexão da relação de Marx com o idealismo hegeliano e com o empirismo britânico, e sobre quais críticas ele tece a essas vertentes filosóficas e aos seus seguidores. A questão a ser vista diz respeito a que medida Marx além de criticar o empirismo ele também o utiliza, e mesmo criticando o idealismo é capaz de usar o método dialético. Busca entender por que tanto o idealismo como o empirismo são insuficientes na análise de Marx. Para isso, discute a abordagem de Hegel quanto ao começo científico, onde Marx extrai o seu método de exposição, para depois discutir sobre o método dialético em Marx de elevar-se do abstrato ao concreto no intuito de melhor compreender o ponto de partida abstrato.

Seu trabalho teórico pressupõe, então, como ponto de partida, as duas expressões teóricas maiores, segundo ele, do mundo burguês, a saber, Ricardo em economia e Hegel em filosofia. O projeto teórico de Marx vai criticar ambos sem simplesmente eliminá-los radicalmente para estabelecer uma nova análise da economia moderna, mais exatamente do modo de produção capitalista enquanto “*sistema*”, ou seja, enquanto um todo historicamente específico das relações de produção, que é um organismo que se reproduz a si mesmo. (OLIVEIRA, 2004, p. 15)

Sobre a crítica que Marx faz ao empirismo britânico veremos a abordagem dada por Ilienkov no seu texto intitulado *Elevar-se do abstrato ao concreto*. Ilienkov entende que o elevar-se do abstrato ao concreto consiste no método dialético empregado por Marx em sua obra *O Capital*, no qual também encontramos o método indutivo e dedutivo da construção científica, que permite estabelecer relações entre a lógica e o desenvolvimento histórico real. Sendo assim, ele explica a relação de Marx com Hegel no que diz respeito à construção conceitual da realidade, e demonstra a abordagem materialista de Marx em relação a Hegel. Entende que o método dialético é usado no desenvolvimento teórico de Marx, que consiste em, assim como em Hegel, elevar-se do abstrato ao concreto, porém, diferente dele, Marx também faz uma inversão em relação ao método utilizado por Hegel. Essa seria então a grande divergência metodológica entre eles, a qual, o próprio Marx indicou no Posfácio da segunda edição d'*O Capital*, onde diz que irá

invertê-lo. Deste modo, faremos uma abordagem da relação entre Hegel e Marx no que diz respeito a inversão aplicada por Marx ao método dialético e ao começo da ciência segundo Hegel, que servirá para fundamentar a discussão que segue acerca do elevar-se do abstrato ao concreto, segundo Ilienkov.

2.1 O COMEÇO CIENTÍFICO NA *CIÊNCIA DA LÓGICA* DE HEGEL E SEU COTEJO COM MARX

Estudar Marx à luz de Hegel faz parte da tradição, pois o próprio Marx no Prefácio d'*O Capital* se refere a Hegel e admite que em sua exposição resolveu seguir o método dialético. Porém, com uma significativa ressalva, que ia colocá-lo de ponta cabeça. Essa colocação do Marx resultou em uma série de pesquisas sobre a sua relação com Hegel e a uma tendência de se olhar Marx sobre a ótica hegeliana. Logo, estudar Marx implica em estudar Hegel.

A influência de Hegel era considerável e não é possível compreender o trabalho básico de Marx, *O Capital*, sem o conhecimento das principais obras que contribuíram para a formação e desenvolvimento de seu pensamento, *Fenomenologia do Espírito*, a *Lógica*, e a *Filosofia do Direito*. É certo que Marx leu essas obras de perto e desenvolveu seu pensamento a partir delas, às vezes inspirado pelo idealismo e outras vezes rejeitando-o. (HYPPOLITE, 1973, p. 128)

Por esse motivo discutiremos mais profundamente a relação entre eles. O problema sobre o qual estamos tratando, aqui, diz respeito à questão do começo científico em Marx, logo, verificaremos a relação que o mesmo tem com o começo da filosofia segundo Hegel, problema exposto na *Ciência da Lógica*, portanto, iremos nos debruçar no estudo desta obra para melhor entender o nosso objeto de pesquisa. A discussão que segue busca primeiro entender como funciona a lógica hegeliana e compará-la com a lógica expositiva d'*O Capital* de Marx. Porém, é bom lembrar que Hegel não foi o único a influenciá-lo, contamos com uma extensa riqueza de leituras feitas por ele à escrita d'*O Capital*. E, quanto a isso, Hyppolite (1973, p. 29) reforça: “Na leitura de *O Capital*, encontra-se uma riqueza impressionante quanto à documentação econômica, histórica e filosófica. Marx se

refere à Economia de Aristóteles, onde ele é um excelente comentador, tanto quanto de economistas ingleses e franceses de sua época”.

Visto que Marx procura começar pela ciência e, por isso, justifica o caráter abstrato e difícil do seu primeiro capítulo, cabe aqui fazer a análise do entendimento de Hegel sobre a lógica para compreendermos em que medida Marx rompe com ele, ou não. É importante destacar que a análise feita é apenas da introdução do texto de Hegel, e serve para nos dar apenas uma pequena referência de alguns conceitos importantes que servirão para clarear a compreensão da exposição feita por Marx.

2.1.1 O Conceito de Lógica

Hegel, na introdução da ***Ciência da Lógica***, começa contrapondo o conceito de lógica de seu tempo com o que ele pensa ser a lógica. Conceitua a lógica da ciência como aquela que sempre procura começar pelo objeto, pelo mundo fora do sujeito, sem reflexões anteriores, sem conhecimentos *a priori*, e onde objeto e método se diferenciam. Assim, o conhecimento sobre o objeto não é um conhecimento absoluto, mas sim um conhecimento relacionado a outros, depende de outros conceitos e assuntos. Veja a citação abaixo:

Na lógica, mais do que em qualquer outra ciência, se sente a necessidade de começar pelo próprio objeto, sem reflexões preliminares. Em qualquer outra ciência, o objeto da mesma e o método científico se diferenciam um do outro; uma vez que o conteúdo não constitui um conhecimento absoluto, mas que depende de outros conceitos e mantém conexão com outros assuntos ao seu redor. (HEGEL, 1956, p. 57)

A lógica da ciência entende o começo científico começando pelo objeto empírico, sem reflexões, diferencia o objeto do método científico. Ressalta que o conteúdo vem da relação do objeto da ciência com outros e, por isso, não se configura como um conhecimento absoluto. Assim se justifica as ciências falarem tanto de seus fundamentos, de seus pressupostos, pois se refere a essas relações necessárias para a construção do conteúdo. Porém, é preciso partir de conceitos até

então já conhecidos para depois se fazer as conexões com os conteúdos gerais que se quer estabelecer.

Por isso as ditas ciências permitem falar tanto de seu fundamento e de suas conexões bem como do método apenas por slogans; podem adotar diretamente as formas das definições pressupostas como conhecidas e aceitas, e servir de forma ordinária de raciocínio para estabelecer os seus conceitos gerais e suas determinações fundamentais. (HEGEL, 1956, p. 57)

A lógica, segundo Hegel, não pode deixar de lado “nenhuma das formas de reflexão, ou regras e leis do pensamento, pois elas constituem uma parte de seu conteúdo próprio e têm que ser primeiramente fundamentadas na lógica mesma” (HEGEL, 1956, p. 57). Assim, Hegel demonstra a importância de que o pensamento tem na construção do conhecimento, onde parte do seu conteúdo é constituída pela própria estrutura do pensamento. Neste caso, o conteúdo da lógica é não só a exposição do seu método científico como também o próprio conceito da ciência em geral. Porém, o seu conceito só pode ser dado no final, como resultado último, não pode ser dado no início, pois só se completa ao longo da exposição; só se pode ter um conhecimento dela mesma ao final, na conclusão.

O objeto da lógica proposto por Hegel é o próprio pensamento e não um objeto externo, fora do sujeito. Para ele é o pensamento que concebe a lógica, sendo assim, parte inseparável dela e, por esse motivo, não pode defini-la antes de se realizar.

Da mesma maneira seu objeto, o *pensamento*, ou com mais precisão, o *pensamento que concebe*, é tratado essencialmente como parte intrínseca dela; o conceito deste pensamento se engendra no âmbito da lógica e não pode por isso proporcioná-lo previamente. (HEGEL, 1982, p. 57-58)

Hegel critica o fato de se entender a lógica como “a ciência do pensamento em geral”, visto que isso pressupõe a aceitação de que ela não contém em si o conteúdo, o qual viria de fora, observe:

Ao aceitar que a lógica seja a ciência do pensamento em geral, se entende assim que este pensamento constitui a *pura forma* de um conhecimento, que a lógica faz abstração de qualquer *conteúdo* e que o chamado segundo

elemento, que pertencem a um conhecimento, quer dizer a *matéria*, deve ser trazido de outra parte. (HEGEL, 1956, p. 58)

Vista por esse prisma, a lógica apresenta somente as condições formais para o conhecimento verdadeiro e não o conhecimento em si. E neste caso, o conhecimento verdadeiro é trazido do mundo, de fora do sujeito, o que cria um problema: o de que a verdade não pode estar contida na lógica, a qual só possui as condições para que ela seja apreendida; deste modo, a verdade só pode ser buscada fora da estrutura do pensamento, fora da própria lógica para Hegel. Estando o conteúdo fora da lógica, então ela não teria a capacidade de por si alcançar a verdade.

Deste modo a lógica, como se a matéria fosse de todo independente dela, deveria apresentar somente as condições formais do conhecimento verdadeiro, sem conter por si mesma a verdade real; e tampouco poderia ser o *caminho* para alcançar a verdade real, justamente porque o elemento essencial da verdade, isto é, o conteúdo, se encontra fora dela. (HEGEL, 1956, p. 58)

Neste ponto temos a posição da lógica formal, onde o conhecimento só pode ser encontrado fora do pensamento, mas ao mesmo tempo precisa ser apreendido pelo mesmo. Ou seja, para que um conhecimento seja dado, faz-se necessário tanto o mundo material como a capacidade de conhecer⁹.

Posto o conceito de lógica construído até então, Hegel (1956, p. 58-59) se ocupa em criticá-lo ainda mais e faz mais três observações:

1. É inapropriado dizer que a lógica faz abstração de qualquer conteúdo, que se refira somente às regras do pensar, sem penetrar no que está sendo pensado, sem adentrar o conteúdo desse pensamento. Esse argumento pressupõe a existência de uma matéria, a qual a lógica deve preocupar-se.
2. As representações sobre a lógica, até agora, estão em parte se extinguindo; já é tempo de desaparecerem, e de que o ponto de vista dessa ciência seja visto de forma mais elevada e totalmente modificada. Porque o que se tem é uma separação entre a consciência do conteúdo do conhecimento e a forma deste, ou seja, a separação entre *verdade* e *certeza*. Onde a matéria do

⁹ Segundo Marcuse (2004, p. 113): “A enorme diferença entre a *Lógica* tradicional e a *Lógica* de Hegel é acentuada, frequentemente, pela constatação de que Hegel substitui a lógica formal pela lógica material, deixando de lado a separação habitual entre as categorias e formas do pensamento, e o seu conteúdo.”

conhecimento existe como um mundo acabado, em si e por si, fora do pensamento, sendo o pensamento vazio, extrínseco à matéria, que se preenche dela e somente assim adquire um conteúdo e se converte em conhecimento real. Sendo a matéria, o objeto, algo por si completo e acabado; enquanto que o pensamento, pelo contrário, algo imperfeito, que necessita se completar primeiro com uma matéria.

3. Dado a diversidade entre a matéria e a forma, entre o objeto e o pensamento, para não serem deixados em nebulosas indeterminações, devem se constituir em esferas distintas. Então, o pensamento quando apreende e forma a matéria não sai de si mesmo; seu ato de apreender a matéria e de moldar-se a ela não é mais que uma modificação de si mesmo, sem que por isso se transforme em outro diferente dele mesmo. Sendo assim, a determinação autoconsciente pertence somente ao pensamento, que não consegue sair de si mesmo e chegar ao objeto. Deste modo, o objeto segue sendo, como uma coisa em si, como algo além do pensamento.

Mas, ao ser transferido para a razão, como se a mesma relação existisse nela, e se esta relação contivesse em si e por si a verdade, estes prejuízos se convertem nos erros cuja refutação, praticada por todas as partes do universo espiritual e natural, é a filosofia; o melhor dito, os erros, que por obstruir o acesso à filosofia, têm que ser abandonados no umbral do mesmo. (HEGEL, 1956, p. 60)

Para Hegel, essa relação sujeito-objeto não passa de uma questão fenomenológica, que diz respeito à natureza de nossa consciência ordinária, e, se a razão for tratada da mesma maneira, permaneceremos no umbral, na obscuridade das coisas. Hegel refuta a possibilidade de a razão ser tratada como se a relação sujeito-objeto existisse nela. Segundo Taylor (2014, p. 253), para Hegel: “O pensamento e as determinações através das quais ele opera (as *Denkbestimmungen* ou categorias) não são o apanágio de um sujeito em oposição ao mundo, mas residem na raiz mesma das coisas.” O pensamento racional, para Hegel, é portanto o conhecimento do espírito sobre si mesmo.

Na tentativa de resolver o problema posto acima, Hegel (1956, p. 60) retoma a antiga metafísica, que para ele, ainda assim, possui um conceito de pensamento mais elevado do que os dos seus dias, pois dá um *status* melhor ao pensamento. Para ela (a antiga metafísica), o que conhecemos pelo pensamento sobre as coisas é o que temos de verdadeiro. E que o pensamento e as determinações do mesmo

expressam a essência do objeto, não sendo algo estranho a ele. Assim, as determinações imanentes e a natureza verdadeira das coisas constituem um só e um mesmo conteúdo.

O problema é que com o passar do tempo o entendimento *reflexivo* se apodera da filosofia e, com isso, ganha outros sentidos, chegando ao ponto de ser compreendido como o entendimento que abstrai, ou seja, que separa. Assim a verdade passa a ter relação somente com a percepção sensível, que daria o conteúdo; e a razão, ao permanecer em si e por si, criaria apenas quimera. Deste modo, a razão perde mais uma vez a sua relação com a verdade das coisas, e, junto com isso, o conceito de verdade também. Sobra para a razão apenas a verdade subjetiva, a aparência, ou seja, somente aquilo que não corresponde à natureza do objeto. Para Hegel (1956, p. 61), o saber volta a reduzir-se à opinião.

Ao mesmo tempo, percebe-se que a experiência sensorial também tem problemas, pois se sabe que esse conhecimento é um conhecimento das aparências, deste modo, seu caráter também se torna insatisfatório. A saída então está em admitir que se não é possível conhecer corretamente a coisa em si, o que resta é conhecer a esfera do fenômeno (HEGEL, 1956, p. 61). Para Hegel, o problema de toda essa inconsistência reside no fato de a lógica está sendo tratada sem atenção para o seu significado metafísico, ou seja, acaba-se procurando nela características da ordem do mundo dos objetos, mantendo-se uma oposição desnecessária, a oposição sujeito-objeto, pois deste modo acabamos por separar o estudo do conceito do estudo da realidade:

Esse dualismo duplo naturalmente nos leva a pensar que um estudo de conceitos é totalmente distinto de um estudo da realidade, e, mais particularmente, que as relações necessárias entre conceitos que podemos descobrir a partir de tal estudo de modo algum nos permite concluir que haja relações necessárias entre as coisas às quais eles se aplicam. A Lógica, enquanto estudo dessas relações, é, por conseguinte, necessariamente formal, atinente à nossa maneira de pensar e não aos conteúdos sobre os quais pensamos. (TAYLOR, 2005, p. 253).

Deste modo, Hegel (1956, p. 64) entende que o problema da carência de conteúdo das formas lógicas está na maneira de considerá-las e de tratá-las, pois ela acarreta em dualismo (sujeito-objeto / estudo do conceito-estudo da realidade).

As formas mortas são aquelas com determinações firmes, onde não reside o espírito e, por isso, carecem de um conteúdo sólido, ou seja, de uma matéria, pois assim teria em si mesmo um conteúdo válido. Já o conteúdo, que as formas lógicas carecem e que se busca em seu exterior nada mais é que uma base firme e uma concretização de suas determinações abstratas onde, na verdade, a razão lógica já é o substancial, o real, que contém em si todas as determinações abstratas e constitui sua unidade sólida, absolutamente concreta. Assim, se a lógica (formal) carece de conteúdo, não é culpa de seu objeto e sim da maneira como esse objeto é concebido.

O conteúdo de que carecem as forma lógicas não é outra coisa senão uma base e uma concreção firmes dessas determinações abstratas; e uma tal essência substancial costuma-se procurar fora dela. A razão lógica mesma, porém, é o substancial ou o real, que mantém unidas todas as determinações abstratas e é sua unidade consistente, absolutamente concreta. (HEGEL, 2011, p. 27)

No estado que a lógica se encontra apenas se reconhece nela indícios do método científico. Para dar vida, substância e conteúdo a seu esqueleto morto é necessário que seu método seja capaz de constituir uma ciência pura (HEGEL, 1956, p. 70), e é isso que Hegel se propõe a fazer. Hegel entende a lógica como a ciência do pensamento puro, cujo princípio está no *puro saber*, que é a unidade abstrata, concreta e vital, onde a oposição entre o subjetivo (o que existe por si) e o objetivo (ser semelhante) é superada. Destarte, o Ser passa a ser conhecido como puro conceito em si mesmo e como verdadeiro Ser. Esses momentos passam a ser vistos como inseparáveis, e não mais como se cada um existisse por si mesmo (HEGEL, 1956, p. 78-79).

A lógica teria de ser desse modo inicialmente dividida na lógica do *conceito como ser* e do conceito *como conceito* ou – na medida em que nos servimos das restantes expressões comuns, embora as mais indeterminadas e, por isso, as mais polissêmicas – na lógica *objetiva* e na lógica *subjetiva*. (HEGEL, 2011, p. 41)

Entre Marx e Hegel existem algumas diferenças importantes, em Marx há uma distinção entre o movimento do real e sua produção conceitual:

A diferença entre Hegel e Marx aqui é que a reprodução conceitual não é ela mesma o próprio processo de constituição e reprodução do capital enquanto capital: numa palavra, a exposição dialética em Marx pressupõe a distinção entre o processo histórico e sua reprodução ideal. (OLIVEIRA, 2004, p. 25)

Marx utiliza a dialética enquanto método de exposição da ideia, ele não entende que o processo histórico seja uma exteriorização do pensamento, quer dizer, não entende que o mundo é um resultado da ideia como Hegel instituiu na sua abordagem acerca da dialética e da própria lógica.

A **Ciência da Lógica** se apresenta como exposição sistemática das categorias do pensamento puro enquanto formas de concepção da realidade, com o intuito de fundar o próprio conceito de ciência (filosófica) e de método. Ela pretende, assim, justificar o seu único pressuposto, o de que a razão, especificamente, o conceito enquanto ideia, tem em si a força infinita de sua auto-realização. (MÜLLER, 1982, p. 20)

Pode-se observar que o método exposto por Hegel pretende demonstrar a autorrealização da razão, aspecto no qual se difere do pensamento de Marx¹⁰. Entretanto, mesmo com essa diferença, podemos, ainda assim, fazer uma série de mediações entre os dois, em virtude de Marx utilizar o método hegeliano principalmente enquanto método de exposição teórica, o que Hegel não deixa de fazer também, observe:

O conceito de “exposição” na **Ciência da Lógica** está, assim, vinculado intimamente a um projeto de autofundação da razão e do próprio método, enquanto este nada mais é do que a forma do automovimento do conteúdo enquanto ela [a razão] tem consciência de si. Dialética designa, aqui, genericamente, a exposição do movimento lógico do conteúdo (da coisa concebida, “**Sache**”) enquanto é este movimento que preside ao

10 É importante destacar aqui que “o objeto de Marx – o capital – não tem consciência de seu poder de realização e de sua racionalidade imanente [...], que devem ser descobertos como “nexo interno” pela pesquisa prévia, até porque o “movimento efetivamente real” do objeto não consciente de si pode se dar sob formas que invertem e ocultam o seu “nexo interno”, na esfera da circulação de mercadorias e da concorrência” (GRESPLAN, 2012, p. 33). A capacidade do capital de se autorrealizar é dada pelas relações sociais entre os homens, pode nos parecer até um movimento do próprio capital, porém, a alerta que Marx nos quer dar é que esse movimento de autorrealização é dado pelos próprios homens e não pelo capital em si. Marx também nos mostrou de onde essa aparência de vida própria do capital surge, esse é o trabalho realizado por Marx em sua exposição, demonstrar que esse sistema não possui vida própria, que ele é uma criação social e que socialmente pode ser superado, não existem forças invisíveis, as forças são sociais, concretas, reais.

desdobramento das determinações do conteúdo e se constitui, desta maneira, como o seu método. (MÜLLER, 1982, p. 20)

Sendo assim, seguiremos analisando esse aspecto do método de Hegel, enquanto exposição das categorias do pensamento, e procuraremos extrair dele as suas similitudes com a exposição de Marx. Vejamos na parte que segue a questão do começo científico explicitado por Hegel e a utilização dele enquanto processo de exposição teórica.

2.1.2 O Ser e o Começo

Marx em carta redigida para Engels, em 16 de janeiro de 1858, demonstra de onde tira o método aplicado por ele, dizendo: “O que foi de grande utilidade para mim relativamente ao método de tratamento foi a Lógica de Hegel, em que eu acabei olhando por mero acidente” (MARX, 1858). Assim, antes de escrever *O Capital*, Marx relê a *Ciência da Lógica* de Hegel e, então, decide o modo pelo qual irá expor suas ideias. Deste modo, resolve utilizar a dialética exposta por Hegel para apresentar o seu pensamento, porém, desmistificando-a, e deste modo procura iniciar sua exposição pelas categorias mais simples e puras para, aos poucos, ir se aproximando gradativamente das categorias mais determinadas, e mais complexas. Iremos analisar agora o que é esse começo simples, indeterminado, geral, abstrato, universal¹¹, o qual Marx perseguiu reescrevendo constantemente o primeiro capítulo de sua obra e como ele procura desmistificar a dialética hegeliana. Vejamos como a lógica de Hegel orienta Marx na forma como ele articula os conceitos das categorias econômicas em sua exposição.

A *Lógica*, por conseguinte, apresenta uma cadeia de conceitos necessariamente conectados que fornecem a estrutura conceitual da realidade. Isso nos permite responder de modo mais satisfatório a questão posta anteriormente sobre o que Hegel considera um conceito categorial. Partindo do conceito geral mais pobre, mais generalizado e mais irrecusável, a saber, “ser”, a cadeia de conceitos que é gerada no

11 “Se este universal deve de fato ser o começo e a base de toda determinação subsequente, não pode ser determinado, pois, neste caso, nem poderia ser o primeiro, nem o começo. A razão pela qual este universal não pode ser determinado, sendo um começo, está no fato de que tudo o que é determinado depende daquilo que o determina e, por isso, não é o primeiro” (MARCUSE, 2004, p. 119). E no caso de Marx, é a mercadoria, ou melhor, o valor da mercadoria que acaba por determinar as relações da sociedade capitalista de produção.

movimento dialético constituirá a lista de categorias, isto é, os conceitos gerais indispensáveis à descrição da realidade. (TAYLOR, 2014, p. 259)

E é deste modo que Marx trata as categorias em *O Capital*, procura começar pelo conceito mais geral e mais simples, pelo mais abstrato, esse esforço teórico o leva a reescrever tantas vezes o capítulo primeiro de sua obra, na busca constante da categoria mais abstrata, capaz de se desdobrar nas categorias mais concretas. A dúvida, aqui, recai sobre a determinação ou a indeterminação dessa categoria mais geral, quer dizer, em que medida ela é imediata ou mediata.

Em a *Ciência da Lógica*, Hegel inicia discutindo por onde deve começar a ciência, se pelo mediato ou pelo imediato, a questão lançada por ele visa descobrir o princípio do pensamento e de tudo que existe no mundo. Em Marx, esse é o aspecto científico do ponto de partida, é aí que se encontra o problema do começo científico o qual Marx procura encontrar. “O começo da filosofia deve ser *mediato* ou *imediato*, e é fácil demonstrar que não pode ser nem um nem outro; de modo que ambas as maneiras de começar se encontram sujeitas à refutação” (HEGEL, 1956, p. 87). Para Hegel não há como separar o mediato do imediato, “*nada existe* no céu, na natureza, no espírito ou onde seja que não contenha ao mesmo tempo a imediação e a mediação, assim que estas duas determinações se apresentam como *unidas e inseparáveis*” (HEGEL, 1956, p. 88). Deste modo, Marx, ao buscar determinar o ponto de partida da sua exposição, entende que ele deve ser o mais indeterminado em relação à sociedade capitalista, ao mesmo tempo que não deixa de ser o mais determinado do movimento anterior, ou seja, do modo de produção anterior ao sistema capitalista. Isso permite Marx expor o seu pensamento dentro do movimento do real. A contribuição de Hegel para Marx, aqui, é considerar a contradição¹² como parte do real, logo, como verdadeira, e não como uma falsidade, como determina a lógica formal.

Hegel, desse modo, expõe o processo do movimento, do devir, e da não fixidade das coisas, e permite que Marx pense do mesmo modo; ao explicitar que

12 “A negação que cada coisa contém, determina o seu próprio ser. A parte material da realidade de uma coisa é constituída pelo que a coisa *não é*, pelo que ela exclui e repele como seu oposto. ‘O único modo de assegurar o progresso científico... é o conhecimento do preceito lógico que afirma que Negação é também Afirmação, ou que, o que é contraditório não se dissolve em um nada, numa nulidade abstrata, mas somente na negação do seu próprio conteúdo *particular*...’” (MARCUSE, 2004, p. 115)

mediação e imediação estão presentes em tudo que existe, e que se apresentam unidas e inseparáveis.

Somente pela unidade contraditória entre o ser e o devir, entre o lógico e a sua gênese pode-se pensar uma teoria dialética da verdade, uma teoria do desvelamento do mundo que não é somente representação abstrata do real, mas sim, representação concreta, viva, *logos* perpassado pelo histórico e que retorna a este como movimento do negativo, como negação da negação, como *práxis*. (BENOIT, 2003, p. 5)

Pode-se observar que o olhar dialético sobre as coisas do mundo permite perceber que os opostos se identificam, não se excluem. “A *Lógica* mostra uma estrutura conceitual necessária da realidade baseada em contradição. Ela mostra que a contradição pertence à natureza mesma das nossas categorias” (TAYLOR, 2014, p. 259). Deste modo, o lógico e o histórico fazem parte da mesma unidade.

Nessa direção, cabe reconhecer, sem dúvida, que em Hegel ocorre, em certo sentido, a unidade entre o lógico e o histórico, e este é seu grande mérito: redescobrir essa possibilidade teórica, inaugurada no pensamento antigo, redescobrir essa possibilidade teórica de unificar o lógico e o devir, o tempo conceitual e o tempo da gênese. (BENOIT, 2003, p. 5)

E é esse aspecto que Marx pretende demonstrar em seu texto, o movimento do real, a contradição necessária para que o movimento se realize, a dificuldade reside aí, em retratar o movimento do real num texto.

A pretensão de Marx é, então, exprimir teoricamente, captar racionalmente, isto é, por meio de uma determinada articulação de categorias, portanto de uma lógica, as relações internas necessárias desta realidade, ou seja, as relações capitalistas historicamente reais, isto é, o movimento sistemático pelo qual o capital se constitui como processo de autovalorização do valor; portanto, trata-se de expor o desenvolvimento conceitual do capital a partir de sua forma elementar, a mercadoria. (OLIVEIRA, 2004, p. 33-35)

E Hegel, em seu texto, apresenta exatamente a relação abstrata entre um saber subjetivo e objetivo como necessária para o progresso da filosofia. Quer dizer, não considera somente o lado objetivo, material e mediato das coisas e sim, também, o seu aspecto subjetivo, o formal e imediato, para que se possa chegar a um conhecimento mais claro da realidade; deste modo critica a ciência materialista

por considerar somente os aspectos materiais, determinados e objetivos do mundo (HEGEL, 1956, p. 82). E Marx se apropria do método de Hegel justamente nos seguintes aspectos: primeiro, de como apreender o movimento do real no próprio pensamento; e segundo, de como expor a realidade apreendida teoricamente.

O método dialético ajuda Marx a compreender o próprio real, e entender o processo de autovalorização do valor, isso implica no modo de conceber a realidade:

Para, J. Zelený, Marx concebe princípios universais da realidade. Assim, por exemplo, tudo o que realmente existe atua: existir é atuar (poder-se-ia falar aqui de um “transcendental” no sentido da tradição metafísica). A concepção marxiana das diversas formas de ação está radicalmente ligada, segundo ele, a dois princípios de sua concepção da realidade: o princípio de unidade do mundo e o princípio de autodesenvolvimento, ou seja, o de que o ser das coisas consiste em estar em movimento, estar num processo de transformação. (OLIVEIRA, 2004, p. 39)

Esse é um aspecto delicado no pensamento de Marx, ao admitir o princípio do autodesenvolvimento acaba se aproximando do idealismo, porém, é bom demarcar aqui que o autodesenvolvimento do real em Marx consiste não numa determinação do pensamento, mas da ação de sujeitos coletivos.

A questão em Marx é ainda mais grave, uma vez que ele se propunha superar o horizonte da ideologia burguesa que teria impedido os economistas clássicos de captar a verdade do modo capitalista de produção, ou seja, o propósito teórico de Marx era desmascarar e destituir os “pressupostos naturais”, considerados evidentes, da análise da economia burguesa que levaram seus intérpretes a uma perpetuação deste modo de produzir, portanto, a sua naturalização. (OLIVEIRA, 2004, p. 39)

Nesse aspecto, Marx demonstra que os economistas de seu tempo, ao admitirem uma naturalização do sistema econômico, quer dizer, ao entenderem as relações econômicas como algo natural, colocando a natureza como determinante das relações de produção, se colocam mais no campo do idealismo, ou da metafísica, do que ele. Pois entendem que a lei natural sobrepõe sobre os homens, diferente de Marx que reconhece o movimento como inerente à realidade, porém ressalta que esse movimento é dado pelos homens conscientes e não por uma determinação natural.

Em virtude da questão da autodeterminação, Hegel dá uma grande importância ao *eu* e à *consciência* na construção do conhecimento, que começa na sua forma abstrata e não finita, e é justamente esse abstrato que possibilita se chegar à forma infinita, que para Hegel significa a forma conceitual. Temos então mais dois aspectos importantes de seu pensamento que influenciou Marx, o conceito associado à forma infinita (HEGEL, 1956, p. 82). A compreensão desses aspectos é necessária para que possamos entender melhor como o método dialético vai do abstrato ao concreto.

Esse lado formal, a forma infinita do conceito (o aspecto infinito do *eu* e da *consciência*), colocado por Hegel diz respeito à lógica que abstrai o conteúdo, a lógica tradicional, quer dizer, à estrutura do pensamento, sem conteúdo determinado. Quando a ciência admite a lógica como a ciência do pensamento, demonstra que entende a forma pura do conhecimento, ou seja, a constituição do pensamento, onde se pode inserir qualquer conteúdo, seja ele subjetivo ou objetivo, seja imediato ou mediato. Porém, para ela (a ciência), o aspecto finito do *eu* e da *consciência* refere-se ao seu lado objetivo, material; deste modo, despreza o aspecto infinito e subjetivo do *ser*, nesse momento Hegel deixa claro em que aspectos ele discorda da ciência. Para Hegel a lógica não deve abstrair o conteúdo (HEGEL, 1956, p. 58). Hegel critica essa concepção de lógica como uma ciência pura do pensamento, onde o conteúdo é trazido arbitrariamente de fora. Para Hegel, a lógica é uma lógica do *ser*, por isso pode ser concebida como uma ontologia, onde o conteúdo lógico do pensamento é o próprio *ser* e suas determinações.

O *ser*, para Hegel, está no começo, e todo começo é imediato que se determina à medida que é o começo da lógica, do pensamento por ele mesmo (HEGEL, 1956, p. 90). Porém ele (*o ser*) surge de uma mediação, passando do saber puro a um saber finito, definido, mediato. O *ser* se autodetermina, transforma-se, essa autodeterminação de si mesmo é a mediação da qual ele surge. Mas como o começo não deve ter determinação, como o *ser* que é determinado, de alguma forma pode estar no começo? Sua determinação é apenas a possibilidade de autodeterminar-se, a única determinação do *ser* é de ser o começo da lógica, o começo do pensamento como tal.

Hegel expõe o conceito de abstrato como começo absoluto, imediato, sem determinações, sem fundamento, mas, ao mesmo tempo, sendo o fundamento de

tudo (HEGEL, 1956, p. 90-91). E é assim que Marx utiliza o conceito de abstrato, por isso começa sua exposição pela categoria mais abstrata, mais simples, mais imediata da sociedade capitalista, o valor da mercadoria. Esse começo abstrato em Marx possui, em si, como pressuposto, a sua forma acabada, complexa. A capacidade de autodeterminar-se está presente em Marx no sentido de que dessa célula elementar, desse abstrato, o conceito desenvolvido se desdobra, não enquanto criador de si mesmo, mas enquanto determinante de uma realidade que já existe. Para Marx esse é o começo, desta forma o primeiro capítulo d'*O Capital* é o mais abstrato de todos, porque é o começo absoluto, pois a partir do estudo do valor da mercadoria, enquanto representante da riqueza da sociedade capitalista, Marx chega ao valor da mercadoria enquanto produto do trabalho. Deste modo, chega à forma mais abstrata e, ao mesmo tempo, a mais geral, de onde desdobram-se as determinações da sociedade capitalista. Quer dizer, a partir da forma valor chega-se, passo a passo, às formas mais determinadas como dinheiro e capital, os quais representam formas mais complexas.

Em Hegel (1956, p. 91), o *ser* puro não pode conter determinações, e ao anexar a si conteúdo automaticamente passa a se diferenciar de outro. A diferença é um tipo de determinação, é um tipo de relação, pois algo só pode ser diferente na relação com um outro. E o começo é justamente a ausência de determinação e de diferenciação, no começo tem-se então o *ser* puro, livre de determinação no sentido de ser tirado das suas relações, sem relação com um outro diferente, sem mediações; e é justamente nesse começo puro e livre de determinações que Marx certamente se inspira para começar sua exposição, sendo assim, tem como ponto de partida o primeiro elemento que dá origem à sociedade capitalista, vale ressaltar que este primeiro é, ao mesmo tempo, o último elemento da sociedade que antecede a sociedade capitalista. É nesse aspecto que muitas vezes não se entende a relação entre Hegel e Marx, entender o começo enquanto fim do momento anterior.

Hegel (1956, p. 91) continua sua exposição sobre o *ser* puro do começo da lógica, e reafirma que este não contém em si nenhuma determinação e nenhuma relação com um outro diferente.

A exposição de Hegel sobre o começo da Filosofia, sobre o começo lógico da ciência e do conhecimento, ajuda Marx a definir o método de exposição de seu

pensamento, de suas análises acerca da realidade capitalista. Hegel procura descrever como se dá o processo de exteriorização da Ideia, e Marx chega à conclusão de que a compreensão da realidade da sociedade capitalista só pode ser alcançado pelo próprio pensamento, quer dizer, só pode ser alcançado a partir da análise crítica da realidade, não apenas com o olhar empírico. Isso ocorre em virtude de a realidade não se apresentar aos olhos do homem como realmente é, pois se encontra cheia de distorções, cheia de mistificações, e muito caótica ao primeiro olhar. É por isso que, para Marx, se faz necessário empregar um método crítico de investigação e análise para que a realidade possa ser conhecida.

Sendo assim, o método de Hegel parece ser adequado tanto para entender o real quanto à exposição dessa realidade. O que Marx precisa é de um método que o ajude a expor as conclusões que chegou de sua investigação, e nesse aspecto parece concordar com Hegel quando procura começar sua exposição pelo elemento mais abstrato da sociedade capitalista no intuito de, pouco a pouco, desvendar a sua realidade mais complexa, e parece ser por esse método que Marx passa de uma conceito ao outro, do valor da mercadoria para o dinheiro e depois para o conceito de capital, todos enquanto representantes da riqueza. “Assim, o progresso de estágio em estágio é um progresso de totalidade em totalidade, em que cada versão subsequente é mais rica e mais concreta, chegando mais perto de uma imagem do que é a totalidade” (TAYLOR, 2014, p. 378). E é deste modo, o começo lógico é o mais simples de tudo tanto em Marx como em Hegel. “Começamos com o simples Ser, no qual temos, em certo sentido, uma imagem da totalidade, porque ele é autorrelacionado” (TAYLOR, 2014, p. 378). A totalidade está sempre pressuposta, mesmo quando tratamos das categorias mais simples.

Hegel procura deixar claro que outras reflexões acerca do começo lógico podem ser acrescentadas, porém não servem de esclarecimento para o entendimento do *ser* puro do começo, muito pelo contrário, outras reflexões que possam ser adicionadas trarão consigo prejuízos, os quais para resolver e compreender a ciência teria que se munir de muita paciência (HEGEL, 1956, p. 91). Esse alerta que Hegel faz em se tentar encontrar e se explicar determinações e diferenciações ainda no começo, no *ser* puro, faz lembrar três questões sobre o problema dos economistas clássicos: o método da ciência empírica que utilizam; a própria crítica que Marx faz à exposição dos mesmos ao tentarem compreender

muitas determinações desde o início da exposição; e o problema apontado pelos mesmos da dificuldade e obscuridade do tema ao qual estão tratando. Essas foram as dificuldades que encontram em tentar começar pelo mais complexo.

Mas o que importa para Hegel é entender a natureza do filosofar, do conhecimento, o processo de exposição de ideias que, segundo ele, tem uma natureza especulativa. O começo filosófico, quer dizer, o começo do conhecimento possui uma natureza especulativa, por mais que a *verdade absoluta* seja um resultado, ela passa pelo começo especulativo (HEGEL, 1956, p. 91).

A partir desse ponto, Hegel indica que vai começar a descrever o procedimento lógico em geral, ou seja, o procedimento de como se dá o processo do filosofar desde o início e, com isso, inevitavelmente, acaba por indicar o caminho a ser percorrido no processo do conhecimento. Para ele, o ato de filosofar é um retroceder ao começo, para que os fundamentos possam ser postos (HEGEL, 1956, p. 91-92).

O pôr os fundamentos seria voltar ao começo, nesse percurso de volta, os fundamentos seriam expostos. Para se apreender o fundamento das coisas seria necessário o caminho de volta ao começo, nesse caminho se identificaria o que fundamenta o resultado, que é o que está no começo, porém este não aparece, pode não estar exposto no final. O começo não é aceito por não aparecer no final, mas seria ele o próprio fundamento? Segundo Hegel, o começo representa a verdade e a primeira verdade. Ou seja, a verdade seria encontrada no começo. Sendo assim, o avançar no processo do conhecimento é o retroceder ao fundamento (HEGEL, 1956, p. 92) enquanto origem, enquanto início. Esse retroceder se torna muito importante para se compreender o resultado, pois mesmo que o começo não esteja explícito no resultado o mesmo está presente nele. O começo faz parte do resultado, deste modo, para que se possa conhecer o resultado é preciso conhecer o que o compõe, daí a necessidade de se retroceder ao fundamento, de voltar ao começo e, pouco a pouco, ir identificando as diversas etapas que levaram ao resultado. E foi isso que Marx procurou fazer em sua exposição, dar um tratamento científico ao começo e, por isso, modificou tanto o primeiro capítulo de sua obra, na tentativa de encontrar o elemento mais simples da sociedade capitalista, e dar o tratamento adequado ao mesmo.

Hegel continua sua exposição sobre o fundamento e lança uma ideia, a qual Marx certamente discorda, que diz respeito à natureza do começo como espírito absoluto que, segundo ele, é a verdade mais concreta que se desprende na forma de um *ser* imediato. Porém, nesse mesmo trecho, ele explica o processo da dialética, parte mais importante para o entendimento do método aplicado por Marx, o qual nos importa agora discutir. Hegel (1956, p. 92) explica o movimento dialético onde o Primeiro se torna o Último e o Último o Primeiro, diz que aquilo que surge primeiro e se apresenta como imediato se determina na criação de um mundo que contém em si o seu próprio desenvolvimento, ou seja, o resultado tem em si o começo, e o começo tem em si o resultado, para Hegel é esse movimento circular que interessa para a ciência mais que o princípio imediato. Neste caso, a dialética hegeliana permite compreender que o começo de um movimento significa o fim de um movimento anterior a este. E assim, Marx, ao buscar o elemento primeiro dessa sociedade ao mesmo tempo entende, assim como Hegel, que o começo capitalista significa também o fim do movimento anterior.

Deste modo, Marx procura encontrar esse primeiro elemento enquanto o mais simples da sociedade capitalista, e faz isso no intuito de desvendar a complexidade da mesma, procurando os seus fundamentos. Porém, diferente de Hegel, Marx não entende que o começo contém o resultado, esse é um aspecto do idealismo hegeliano. Para Marx, o resultado é fruto das determinações dadas historicamente e de forma alguma estaria pré-determinado no começo, porém, na exposição teórica o resultado está pressuposto no começo. Em Marx, o valor da mercadoria aparece como o elemento mais abstrato, como o imediato, como o princípio, o começo lógico, o qual está contido no resultado, mas que não possui em si o resultado. O resultado contém em si mesmo a história da humanidade, quer dizer, no resultado encontramos as determinações históricas que levaram a ele mesmo. O valor da mercadoria enquanto princípio do capitalismo é ao mesmo tempo resultado histórico das diversas formas anteriores de valor. É nesse sentido que o primeiro e o último elemento se misturam, o começo da sociedade capitalista é, ao mesmo tempo que um começo simples, o elemento mais avançado de todos os tempos até então, ou seja, ele representa o resultado do desenvolvimento das forças produtivas da humanidade.

Agora vale ressaltar que no que diz respeito ao modo de exposição podemos dizer que o começo pressupõe o fim, pois esse fim já é conhecido. Neste caso, o começo não determina os fatos, muito pelo contrário eles já ocorreram, a questão agora é sobre como expor uma dada realidade. Neste ponto podemos perceber que o caminho expositivo de Marx, ou seja, o seu caminho teórico nem sempre coincide com o caminho histórico, à medida que o começo pressupõe um fim que já ocorreu. Só volta ao começo mediante o fim. Ao se referir à sociedade capitalista que tem como embrião o valor da mercadoria, Marx não se refere a esse início como criador do sistema, mas como o que junto às determinações históricas estabeleceu condições que permitiram o surgimento do capitalismo.

Em Marx, ao contrário do que ocorre em Hegel, a gênese histórica é pressuposto inscrito nas próprias formas lógicas. A gênese histórica sendo pressuposto para a lógica, o “motor das 'categorias'”, ou melhor, a 'potência dos gêneros' não é o Ser-Um, o *lógos* divino que se desdobra, mas sim, o que foi posto historicamente como fundamento. Nesse sentido, o modo de exposição de *O capital* é uma obra-prima de manifestação do fundamento. (BENOIT, 2003, p. 6)

Deste modo, em Marx, o valor da mercadoria não faz o papel de determinante, ele faz o papel de gênese, de origem, que junto a dadas condições históricas deu origem ao sistema capitalista de produção, e que se houvesse diferentes determinações históricas certamente daria origem a outros sistemas diferentes.

Na exposição de Marx, a forma valor da mercadoria é o fundamento da sociedade capitalista de produção, quer dizer, a primeira está contida na segunda, uma é o resultado da outra. Sendo assim, o elemento valor da mercadoria é a forma mais abstrata do complexo sistema capitalista. Esse é o começo da exposição, o aspecto mais elementar da sociedade, e que ao mesmo tempo está contido no fim. Neste caso, só é possível identificar o mais elementar se já possui o resultado, o mais complexo, isto é, só posso começar pelo simples se o complexo já estiver posto historicamente.

E, assim, Marx começa sua exposição pelo seu elemento mais simples, o valor da mercadoria, e segue em direção aos elementos mais complexos, que são os desdobramentos da mesma, o dinheiro e o capital. O que significa dizer que o

valor para Marx é o fundamento de tudo o que segue, e está sempre presente nos elementos mais complexos ao longo de seu desenvolvimento teórico.

O mérito de Hegel está no fato de ele ter tematizado o contexto sistemático das categorias do pensamento humano, sua auto-organização lógica, partindo da mais pobre entre elas, a mais indeterminada, que não contém pressuposições a serem explicitadas, até chegar a uma categoria última capaz de fundamentar a validade de todo o cosmo de categorias precisamente porque esta última categoria, através da eliminação de todas as contradições, se revela como síntese plena de conceito e realidade, e assim fundamenta a pretensão das categorias de dizer o real. (OLIVEIRA, 2004, p. 42-43)

Aqui temos o início da exposição do método dialético usado por Marx que avança de um começo lógico, simples, abstrato, em direção às determinações mais complexas e, portanto, concretas da sociedade capitalista.

Hegel (1956, p. 92-93) explica o método dialético do avançar de um começo imanente e o porquê desse começo ser o fundamento de tudo o que segue. Sendo o que se encontra no começo e que está presente em todos os outros momentos posteriores, mesmo que não esteja exposto, ele está pressuposto em todo o resto. Essa ideia de fundamento está presente em Marx também, o qual pode aparecer nos mais diversos momentos: como exposto ou como pressuposto.

Para se compreender o movimento do fundamento, ao longo da exposição teórica de Marx, é preciso entender a dialética hegeliana, compreender que não existe cisão entre as coisas, o que ocorre é uma mudança na relação, na posição, mas que tudo está presente mesmo não estando exposto num determinado momento, mesmo não aparecendo, o que consiste em não perder de vista a visão do todo. Entender isso é compreender o movimento circular de que as coisas voltam ao ponto inicial, porém, nunca iguais ao momento anterior, nunca iguais em conceitos e determinações, entretanto numa mesma estrutura que permite o recomeçar, que permite o fim e um novo começo.

O avançar faz com que o começo perca a qualidade de imediato e de abstrato e passe a ter determinações, conteúdo, ou seja, transforme-se em um mediato, esse é o movimento progressivo da ciência, o avançar do abstrato ao concreto, do imediato para o mediato, do sem determinação para a determinação (HEGEL, 1956,

p. 93), significa sair de uma condição indefinida para uma definida. No que diz respeito ao processo do conhecimento significa partir do mais simples para o mais complexo. O avançar significa o movimento, o desenvolvimento, e no que diz respeito ao conhecimento, à ciência, é o ganhar conteúdo, significa o ganhar características, significa o desenvolvimento do conceito, a definição, a determinação, a diferenciação do outro. O determinado contém em si o indeterminado, não perde o começo, porque o começo está sempre presente, pressuposto; todo fim tem em si um começo pressuposto e, assim, o movimento progressivo da ciência toma a forma de um círculo. O fim resulta no que constitui o começo, não é o mesmo começo, mas um novo começo, um novo fundamento do próximo movimento.

O começo, o saber puro, oferece apenas a determinação negativa de não possuir determinação, considerando o começo abstrato como o começo da filosofia, sendo esse começo aquele momento em que a coisa mesma não existe ainda, da mesma forma o começo da filosofia é algo que ainda não é. Sobre isso, Hegel continua:

Posto o fato de o começo ser o começo da filosofia, não pode, na realidade, deduzir-se dele nenhuma determinação mais exata, ou um conteúdo positivo para ele mesmo. Pois neste caso, o começo, em que a coisa mesma não existe ainda, a filosofia é uma palavra vã ou qualquer representação que se admite, mas, ainda não justificada. O saber puro oferece somente esta determinação negativa que deve ser o começo abstrato. Quando o ser puro é tomado como conteúdo do saber puro, este tem que se retirar de seu conteúdo, deixá-lo atuar por si mesmo e não o determinar mais. (HEGEL, 1956, p. 94)

Conforme Hegel (1956, p. 94), no começo a filosofia é algo vazio, vazio, abstrato, que ainda não possui justificção, que não possui conteúdo ou determinação, sendo qualquer representação que se admite. Conforme Stace (1955, p. 135), “Ser é a primeira categoria [...] É o mais alto grau de abstração possível. De onde todo caráter, todas as determinações de qualquer espécie, foram trazidas. Portanto ser não possui características e é totalmente vazio”. Desta forma, o começo é sempre abstrato, é o ser puro, e este como conteúdo do saber puro designa a não determinação. Entretanto, ao mesmo tempo, acaba por se retirar de seu conteúdo de não determinação, deixando o saber puro atuar por si mesmo, e não mais o

determinando como algo sem determinação. A partir daí, o processo de autodeterminação do saber puro entra em cena.

O começo, o abstrato, o simples, o puro, o sem determinação, em Hegel, dão origem a algo, à determinação (HEGEL, 1956, p. 95). O *ser* e o *nada* formam, assim, uma unidade inseparável, isso é a dialética, a inseparabilidade de coisas que parecem opostas, mas que se complementam, uma dando origem à outra. No *ser* há *não-ser* e no *não-ser* há *ser*. Por isso, para Marx, é possível se chegar à essência, partindo da própria aparência, ou seja, partindo da própria existência, da ilusão que aparece aos olhos do homem comum, pois essa ilusão, essa falsidade contém parte do real, contém o *ser* em si, nos dá pistas sobre o real¹³. E esse é o percurso que Marx segue, parte de uma realidade aparente, falsa, parte do *nada* (do *ser* sem determinação) em direção ao *ser* (determinado), ao real, ao verdadeiro. Parte do *nada* no sentido no *não-ser*, no sentido de partir de algo aparente que ainda não é tido como verdadeiro, para só depois chegar ao concreto dado pelo pensamento. Esse *nada*, esse *não-ser* da aparência do valor da mercadoria enquanto valor de troca é o caminho para se alcançar o *ser*, o conhecimento verdadeiro sobre a mesma.

O começo significa o *não-ser* se transformando em *ser*, deixando de ser *não-ser* para se tornar *ser*, desta forma o *ser* e o *nada* estão presentes no começo; o *nada* deixando de ser e o *ser* se tornando *ser* (HEGEL, 1956, p. 95). Sendo assim, no *nada* está pressuposto o *ser*, e no *ser* está pressuposto o *nada*, porque o *nada* dá origem ao *ser* e o *ser* vem do *nada*, essa é a primeira relação, e pode-se pensar mais adiante que quando o *ser* desaparece dá origem ao *nada*, isso significa dizer que o *nada* também está presente no *ser*, porque dele veio e a ele voltará. Esse é o movimento circular que Hegel identificou nas coisas, na filosofia, na ciência, no conhecimento, no mundo. Identificou o movimento das coisas e do próprio pensamento. E é justamente esse o método que Marx se apropria de Hegel, o método dialético da ciência, da lógica, do conhecimento, do pensamento, do movimento do mundo. Marx usa-o para expor seu pensamento, sua filosofia, seu

13 Segundo Rubin (1987, p. 19-20), Marx viu “relações humanas, por trás das relações entre coisas, revelando a ilusão da consciência humana que se origina da economia mercantil e atribui às coisas características que têm sua origem nas relações sociais entre as pessoas no processo de produção. [...] Marx não mostrou apenas que as relações humanas eram encobertas por relações entre coisas, mas também que, na economia mercantil, as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas e não podem ser expressas senão através de coisas.”

conhecimento sobre a sociedade capitalista, e faz isso principalmente no primeiro capítulo d'*O Capital* "inacabado" (como muitos consideram), devido à busca incessante de um começo científico e o mais abstrato possível, que pudesse apresentar os aspectos mais gerais dessa sociedade.

O *ser* e o *nada* parecem contrários, pois um representa o oposto do outro, porém formam uma unidade por um estar pressuposto no outro. O começo em Hegel é a unidade dos contrários, ou seja, no começo o *ser* e o não-ser não se diferenciam, estão unidos (HEGEL, 1956, p. 95-96).

Porque o ser é, portanto, totalmente vazio, portanto, é equivalente a nada. O pensamento de nada é simplesmente o pensamento da ausência de toda determinação. Quando pensamos em algo, só podemos pensar em virtude de ter esta ou aquela determinação, tamanho, forma, cor, peso, etc. O que não tem determinações de qualquer tipo é um vazio absoluto, nada. E porque o ser é, pela sua própria definição a ausência de determinação, não é nada. (STACE, 1955, p. 135)

O *ser* e o não-*ser*, o *ser* distinto e o *ser* indistinto estão presentes no começo, juntos, unidos, formando o conceito de unidade; e a análise do começo é a análise dessa junção. Entender o absoluto é entender essa unidade. O absoluto é colocado por Hegel aqui como o começo que contém em si o *ser* e o não-*ser*.

Em contrapartida, na ciência, o começo absoluto deve ser algo conhecido, logo, sendo algo conhecido possui determinações, mas sendo o começo é dado como imediato. Se o começo for um concreto, ele é dado como imediato, mesmo não o sendo; só é imediato na relação que é posto, a relação primeira do começo (HEGEL, 1956, p. 96). Hegel, aqui, admite um começo concreto, porém colocado numa relação de imediato. Mas como colocar algo concreto numa relação de imediato? Interessante notar que Marx começa sua exposição em *O Capital*, pela categoria vista por ele como a mais simples da sociedade capitalista, a partir da mercadoria, chega ao seu valor, encontra um aspecto abstrato em um elemento que é concreto, que possui determinações. No começo da exposição parte da mercadoria, destacando seu aspecto puro, simples, e abstrato que é o seu valor, para só depois avançar ao longo dos capítulos imprimindo mais determinações ao valor. Partiu do simples ao complexo, do *abstrato* ao *concreto*. Sendo assim, no início da exposição, a mercadoria se apresenta em seu aspecto abstrato que é o seu

valor. Porém, enquanto realidade material e determinada ela se apresenta como concreta e complexa, ao mesmo tempo que sendo considerada o ponto inicial e elementar de um novo movimento, de um novo desenvolvimento, como é o caso do desenvolvimento do capital, a mercadoria se converte em algo simples, neste caso, abstrato, pois está livre de suas determinações posteriores.

O concreto possui determinações que vêm das suas representações imediatas, ou seja, as determinações resultam do imediato (HEGEL, 1956, p. 97). O mediato surge do imediato. O resultado é fruto do que há no início. As determinações que aparecem no movimento já estavam presentes desde o começo. Em Marx, o resultado só está no começo no que diz respeito ao modo de expor o pensamento, sendo assim, podemos afirmar que o resultado está pressuposto no começo. Neste caso, estamos falando do começo da exposição e não do começo histórico, logo, a forma capital ainda não estava historicamente presente na forma valor da mercadoria, mais conceitualmente quando usamos a forma valor da mercadoria para explicar a forma capital, esta já está pressuposta, quer dizer, presente na forma valor da mercadoria.

O concreto é uma unidade sintética de elementos que se determinam. A relação contida na unidade sintética é necessária enquanto não é percebida, pois quando passa a ser vista, deixa de ser unidade sintética, deixa de ser sem determinação e passa a ter determinação, transforma-se em um concreto. O concreto, ao mesmo tempo, é produzido pelo movimento dos momentos que fazem a unidade, mas não é a unidade. O movimento sintético é contrário ao movimento analítico, o movimento da unidade é um movimento sintético, de união, de agregação. O movimento analítico é exterior ao sujeito e incide sobre ele, já o movimento da unidade sintética está no próprio sujeito. Hegel aqui parece querer demarcar que o movimento sintético é intrínseco ao sujeito, ao *ser*.

Hegel nega a possibilidade de um concreto no começo, porque no começo não deve haver relação, ou mediação (HEGEL, 1956, p. 97). No começo não deve ter um primeiro e um outro, porque no começo não há relação, uma relação é uma mediação entre elementos, sendo o começo uma unidade não há como existir elementos em relação. Se o começo pudesse ser um concreto, este seria um concreto convertido em simples, e parece ter sido isso que Marx fez com a

mercadoria, transformou-a em concreto convertido em simples, para que pudesse ser conhecido mais profundamente.

Sobre esse aspecto podemos dizer que Marx, em sua exposição, partiu de um concreto, de algo material, empírico e o converteu em simples, pois sendo a realidade material por si só complexa, determinada, para começar sua exposição, Marx precisava converter esse complexo em algo simples. Para isso, aplicou o método da abstração, separou as partes e analisou-as começando pela mais elementar, deste modo tornou o complexo simples. Sendo assim, começou sua exposição pelo conceito de riqueza, e fez o giro argumentativo para a categoria mercadoria, ambas realidades complexas, determinadas, materiais. Porém, para servirem ao começo da exposição precisavam ser convertidas em categorias simples e, a partir do método de abstração, Marx encontrou o seu elemento abstrato que é o valor da mercadoria.

Se para Hegel o começo é algo que não pode ser analisado, pois deve ser considerado como simples, imediato, desprovido de conteúdo, de determinações, ou seja, é algo que não pode ser conhecido, pois o conhecido possui determinações, conteúdo. Assim Marx parte de um concreto, ou seja, de algo que pode ser conhecido, mas que para ser conhecido em profundidade é preciso ser considerado desde sua imediatez, desde sua origem, desde o seu momento mais simples.

Hegel admite a dificuldade de se começar pelo começo, visto que o começo é abstrato. Em vez de se começar pelo abstrato, pensa na possibilidade de se começar pela coisa, entretanto, a coisa também é o vazio do começo, nela também está contido o *nada* (HEGEL, 1956, p. 97). A coisa resulta do curso da própria ciência, ou seja, é resultado do movimento, porém só pode ser conhecida no movimento, e não antes dele. Começar pela coisa significa, então, começar pelo seu movimento primeiro. Neste ponto, podemos entender a dialética proposta por Hegel que é usada por Marx como um método de exposição do pensamento. Porém, diferente de Hegel, a passagem do abstrato ao concreto, ou seja, o processo de apropriação do real pelo pensamento, “de forma alguma é um processo de gênese do próprio concreto” (MARX, 2011, p. 55).

Marx, ao começar sua exposição pelo conceito de riqueza, que é representado pela coisa mercadoria, parte de algo material, real, concreto, visto pelos olhos, e ao mesmo tempo geral, indeterminado, no sentido de que a

mercadoria para ser mercadoria precisa ser antes de tudo ser uma coisa. Deste modo, Marx expõe o conceito de riqueza, ou o conteúdo da riqueza, partindo dos conceitos mais simples e gerais pressupostos no mesmo. Parte de um concreto, não enquanto síntese de múltiplas determinações, mas de um concreto efetivo, para só depois chegar ao concreto pensado [*Gedankenkonkretum*] (MARX, 2011, p. 54). Desta maneira, procurou seguir o caminho da lógica dialética posta por Hegel.

O uso que Marx faz da dialética hegeliana o ajuda a expor categorias complexas e aparentemente inacessíveis numa construção teórica brilhante. Expõe de forma detalhada e minuciosa as entranhas do sistema capitalista de produção, desdobrando o conceito de riqueza a partir do método dialético, partindo do mais simples ao mais complexo, do mais aparente, do exterior ao interior, à essência. Deste modo, procura chegar à essência partindo da aparência, procura encontrar o *ser* a partir do *não-ser*. Essa é a relação aparência/essência, forma/conteúdo tratada por Geras (2005, p. 205):

É preciso um trabalho de análise para desvendá-las, para revelar-lhes o segredo; efetuando-a, desvenda-se o conteúdo dessas formas e a essência de sua aparência. Ao mesmo tempo, o conteúdo explica a forma e a essência explica as aparências que, com isso, deixam ambas imediatamente de ser enigmáticas. Não se deveria, contudo, considerar essa operação como uma passagem da ilusão à realidade. Trata-se, antes, de um processo de elucidação de uma realidade, revelando que ela se fundamenta em uma outra realidade e é determinada por ela.

Deste modo, esses elementos não são necessariamente excludentes, muito pelo contrário, a aparência só existe a partir da essência, logo, a aparência pode levar à essência. E esse é o percurso que Marx faz, admite a contradição enquanto parte da realidade, não como uma falsidade, mas como parte da mesma e, não se abate, segue o seu percurso de análise.

2.2 O ELEVAR-SE DO ABSTRATO AO CONCRETO EM MARX SEGUNDO ILIENKOV

Trataremos agora sobre a crítica de Marx à economia política clássica, em outras palavras, a crítica feita ao empirismo¹⁴, que se dá a partir da própria abordagem dialética dada por Marx em sua exposição.

Com o recurso à dialética como método de exposição, no sentido indicado, Marx procura integrar no seu programa de transformação materialista da dialética especulativa hegeliana, que se realiza através da crítica à economia política, o elemento especificamente dialético naquela presente, e que ele julga racional, desde que desvinculado dos seus compromissos idealistas com a especulação, enquanto unidade resolutiva das contradições e integradora do negativo e do positivo. (MÜLLER, 1982, p. 22)

Deste modo, veremos como a dialética enquanto método de exposição contribui na crítica de Marx à economia política. Considerando que a dialética em Marx, para Ilienkov, consiste no elevar-se do abstrato ao concreto, o que nos remete novamente à discussão sobre o ponto de partida científico d'O *Capital*. Iremos, a partir de agora, analisar como se dá essa passagem do abstrato ao concreto na exposição de Marx, segundo a interpretação dada por Ilienkov.

Primeiro Ilienkov (1975, p. 27) analisa a própria defesa que Marx faz ao seu método na *Contribuição à crítica da economia política*, onde procura definir o concreto demonstrando a sua inversão conceitual em relação à economia política:

Na concepção de Marx, o concreto é “a unidade da diversidade”. Essa é a razão de que apareça no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o verdadeiro ponto de partida da intuição e da representação, “(...) o todo, tal como aparece no espírito, como uma totalidade pensada, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única forma que lhe é possível, de um modo que difere da apropriação artística, religiosa, prático-espiritual desse mundo”. (ILIENKOV, 1975, p. 27)

14 A principal falha do método empírico utilizado pela economia política clássica segundo Oliveira (2004, p. 14), “consiste, para Marx, no fato de que ele parte das formas fenomenais como pressupostos “dados”, que devem ser reduzidos, por meio da análise, à sua unidade, em vez de desenvolvê-los geneticamente. O empirismo, criticado por Marx, significa ficar preso a estas formas fenomenais enquanto dadas, enquanto fatos *originários e inquestionáveis* [...] A consequência teórica desse defeito metodológico é a transformação do dado em algo eterno e natural.”

Nas linhas citadas por Ilienkov, Marx explica o concreto tanto como resultado do pensamento como quanto o verdadeiro ponto de partida. Essa questão nos demonstra a complexidade teórica de seu pensamento, que tanto abarca a dialética hegeliana quanto rejeita o seu idealismo, pois em Hegel, o concreto consiste no resultado do autodesenvolvimento do pensamento. Já em Marx a totalidade dada no pensamento não ocorre no sentido hegeliano, e sim apenas como uma construção conceitual dada a partir da realidade material, “a totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação em conceitos” (MARX, 2011, p. 55). Assim, o concreto aparece tanto enquanto a própria realidade exterior, ponto de partida da construção teórica, tanto como ponto de chegada dessa construção, que consiste justamente no que denominou de transpor o real na mente do homem.

O método que se eleva do abstrato ao concreto, de onde “as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento” é definido por Marx como o método cientificamente correto”. É um método específico que “só é para o pensamento a maneira de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo sob a forma de um pensamento concreto. (ILIENKOV, 1975, p. 27)

Deste modo, o método de elevar-se do abstrato ao concreto seria a forma correta pela qual o homem deveria apropriar-se da realidade concreta, trazendo-a, transpondo-a no pensamento, que é o que Marx faz em seu texto, diferente do homem comum e do percurso seguido pelos economistas clássicos, o que também não tem relação com o idealismo onde o pensamento daria origem à realidade concreta, material. Marx quer expor o método científico mais adequado para o homem transpor o concreto no pensamento o que constitui a construção do pensamento teórico. “Só este método permite ao teórico resolver seu problema especial: a transformação em conceito dos dados da intuição e da representação” (ILIENKOV, 1975, p. 27).

Claro que a perspectiva da Economia Política Clássica, como filha do empirismo inglês, constrói uma representação do real, mas o seu caminho é

o método empírico-indutivo, ou seja, a partir dos dados dos sentidos, assim, a partir de uma consciência empírica, individual, psicológica, realiza uma multiplicidade de percepções, recolhe os dados dos sentidos, que são depois reunidos e justapostos, construindo certas generalizações e, assim, certas constâncias e leis que pretendem representar ou descrever o real. Essa perspectiva científica empirista, porém, corresponde à perspectiva do senso comum olhando o mundo. (BENOIT, 2003, p. 4)

Deste modo, Marx, a partir do método dialético, acaba fazendo uma crítica à Economia Política Clássica, que com o método empírico-indutivo pretende descrever e representar o real, e o faz, em alguma medida. Porém, no caso do estudo das relações capitalistas de produção, esse método corresponde à perspectiva do senso comum, ou seja, não consegue representar esse real de forma satisfatória. A diferença entre o método empírico-indutivo e o método dialético proposto por Marx para o estudo das relações econômicas de produção gera uma série de divergências conceituais entre Marx e os estudiosos de seu tempo, o que muitas vezes acaba por dificultar o entendimento da obra de Marx e a forma de como usa certos conceitos. Por isso, Ilienkov enfatiza a relevância de se compreender o método utilizado por Marx, que transforma em conceitos os dados da intuição e da representação, pois é justamente esse aspecto de sua obra que leva muitos estudiosos a incorrerem em equívocos e, por isso, é importante se deter mais detalhadamente nesse ponto. Sendo esse “frequentemente o objeto de falsificações acerca das ideias econômicas e filosóficas de Marx” (ILIENKOV, 1975, p. 27-28).

No decorrer de seu texto, Ilienkov procura esclarecer os principais conceitos que envolvem essa passagem dos dados da intuição e da representação à construção teórica. O primeiro deles é o conceito de concreto, sobre o qual existe muita confusão devido à inversão feita por Marx entre os conceitos de abstrato e concreto em relação aos economistas. Para entender esses conceitos em Marx é de suma importância não tomar como referência o que o próprio tempo de Marx compreendia dos mesmos¹⁵. Vejamos então como Ilienkov procura entender o concreto em Marx:

15 A inversão conceitual implementada por Marx em relação à Economia Política Clássica, no que diz respeito à inversão dos conceitos de abstrato e concreto, ocorre no sentido que abstrato, para Marx, não significa a representação teórica da realidade e, sim, uma visão ainda confusa e precária do real, onde a representação teórica do real na mente do homem significa o concreto, o concreto desmistificado pelo pensamento, o concreto pensado.

Primeiro faz falta recordar que Marx não entende, em nenhum caso o concreto como uma simples imagem da intuição viva, como a forma sensível do reflexo do objeto na consciência e o abstrato como só uma “abstração do espírito”. Se lermos as proposições de Marx, citadas mais acima, de acordo com tal concepção do abstrato e do concreto, que é a do empirismo estreito e do neo-kantismo, caímos no absurdo e nos encontramos em desacordo total com a teoria do reflexo. Estamos em presença de uma ilusão: Marx recomendaria partir da abstração do espírito como um dado imediato, para elevar-se à imagem da intuição viva, como uma coisa secundária, derivada do pensamento. (ILJENKOV, 1975, p. 28)

É importante observar, aqui, a distinção do conceito de concreto de Marx em relação à tradição empirista e neo-kantiana, onde o concreto consiste no reflexo do objeto na consciência, para Marx esse não é o concreto ao qual ele se refere. Esse mero reflexo, essa mera representação não constitui o caminho de uma construção teórica, que é o que procura fazer em *O Capital*. Para Marx, o processo de representação já é uma abstração, assim, se parte dessa abstração à construção do conhecimento, deste modo, seguindo esse caminho, chega-se à representação do real na mente do teórico, esse real representado é então chamado de concreto dado pelo pensamento, que só pode acontecer se o concreto for de alguma forma representado na mente do homem.

Deste modo, para que a passagem do abstrato ao concreto possa acontecer, antes se faz necessário uma outra passagem, a do concreto ao abstrato, só depois dela é que é possível se chegar ao concreto pensado (*Gedankenkonkretum*). Sendo justamente essa relação de dependência entre esses dois momentos imprescindíveis no processo do conhecimento que caracteriza o aspecto dialético do método de Marx.

Desde o ponto de vista que Marx deu, as definições do abstrato e do concreto, as proposições citadas caracterizam justamente a dialética da passagem da intuição viva ao pensamento abstrato, da intuição e a representação do concreto tal como ele se manifesta no pensamento teórico. (ILJENKOV, 1975, p. 28)

Isso demonstra também que, além de dialético, Marx se constitui também um materialista, pois a primeira passagem é que dá origem às outras, ou seja, a vida material e prática é o ponto de partida de toda construção teórica. Posto isto, pode-

se dizer que o ponto de partida em Marx é primeiro o concreto, a realidade material, depois a abstração que dela se faz, a representação da mesma na mente do teórico, o abstrato e, por fim, o concreto transposto na mente, conforme Marx propõe como o método cientificamente correto (MARX, 1999, p. 39-40). Aqui parece que temos uma confusão, a de começarmos pelo concreto ou pelo abstrato, mas que logo será resolvida. Vejamos como Ilienkov (1975, p. 28) descreve mais detalhadamente o processo pelo qual o pensamento teórico se constitui até alcançar o concreto pensado (*Gedankenkonkretum*):

Marx é, antes de tudo, um materialista. Em outros termos: ele parte do fato de que com a ajuda das abstrações, pela síntese das quais, o teórico reconstrói o mundo pelo pensamento, representam cópias mentais de momentos particulares da realidade objetiva, momentos postos em evidência pela análise. Dito de outra forma, suponhamos como evidente que cada definição, tomada a parte, é o produto da generalização e da análises dos dados imediatos da intuição. Neste sentido (porém somente nesse sentido) ela é o produto da “redução” do concreto na realidade, a sua expressão sintetizada e abstrata da consciência. (ILIENKOV, 1975, p. 28)

Para se chegar à síntese, ou seja, ao concreto dado pelo pensamento, é necessário que se faça abstração da realidade material, sem isso não é possível transpor o concreto no pensamento. Esse aspecto demonstra, como ressaltado acima, o caráter materialista de Marx, à medida que os conceitos proveem da realidade, são determinados por ela e não o contrário, e, assim, se diferencia do idealismo hegeliano. Porém, todo conhecimento parte de uma abstração, e essa afirmação não invalida a anterior, e nem muito menos está em oposição a ela, elas fazem parte de um mesmo processo, o processo da construção teórica. Neste caso, a construção teórica se utiliza de um método divergente dos até então utilizados pelos economistas, e é aqui que Marx inova, onde, conforme Macherey, ao mesmo tempo que faz ciência, demonstra o seu método. Sendo o processo de abstração o primeiro procedimento feito na construção conceitual do mundo, por isso Marx diz começar pelo abstrato, diferenciando o método de exposição do de investigação, onde o de investigação parte do concreto ao abstrato, e o de exposição faz o caminho inverso do abstrato ao concreto. Neste caso, o ponto de partida da exposição aparece enquanto abstrato, uma vez que o ponto de partida da

investigação consiste do concreto, e para resolver essa confusão, Marx delimitou o seu método do abstrato ao concreto pensado (*Gedankenkonkretum*) enquanto método de exposição.

É importante deixar claro que a exposição é uma parte do processo de construção teórica do conhecimento, que parte do abstrato, não esquecendo que esse abstrato por sua vez partiu de uma realidade material. O que precisamos nos deter agora é como esse abstrato é formado, ou seja, como é possível representar na mente a realidade concreta. No trecho acima citado, Ilienkov entende essa passagem enquanto uma “redução” que transforma o todo vivo numa representação na cabeça do teórico, essa representação é o que chama de abstrato. Vejamos, abaixo, como Marx analisa o método da economia política no aspecto que diz respeito à relação entre o concreto e o abstrato:

No que concerne as definições que usava a economia política pré-marxista, Marx disse que elas são todas produtos do movimento do concreto, dado na representação para as abstrações mais vazias. Por isso Marx caracteriza o caminho histórico percorrido pela economia política como um caminho que parte do real e do concreto e conduz primeiro às “abstrações mais vazias”, e somente depois destas abstrações vazias para um sistema, para uma síntese, para uma combinação de abstrações que formam uma teoria. (ILIENKOV, 1975, p. 28)

Deste modo, Marx entende que a economia política, para construir suas definições acerca da realidade parte do concreto em direção ao abstrato, o que difere do método empregado por ele em *O Capital*, que parte do abstrato em direção ao concreto. Aqui Ilienkov (1975, p. 28) nos ajuda a esclarecer mais uma confusão sobre a inversão conceitual entre Marx e a economia política. Enquanto os economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, partem do concreto e buscam chegar ao abstrato, Marx parte do abstrato em direção ao concreto pensado (*Gedankenkonkretum*). A questão reside no fato de que Marx continua o percurso da reconstrução teórica do concreto no pensamento, enquanto os economistas se contentam apenas com a primeira etapa, a da primeira abstração, que consiste na representação dos dados do sentido e da intuição.

O abstrato não desenvolvido se reduz a uma compreensão somente representativa do real, contrário ao conhecimento dialético-conceitual. O abstrato desenvolvido ganha o significado de concreto, onde suas possibilidades se efetivaram como identidade do interno e do externo. O concreto, por isso, é um resultado do desenvolvimento a partir do abstrato, que colocou as relações essenciais do sistema produtivo. (CRESSONI, 2010, p. 104)

A construção teórica precisa continuar o processo de abstração, partindo para a síntese, e essa, sim, constitui a unidade do diverso, o concreto dado pelo pensamento, sendo assim, é um resultado do desenvolvimento que se dá a partir do abstrato. O abstrato não desenvolvido ainda não constitui a investigação teórica.

“Reduzir” a plenitude concreta da realidade à sua expressão abstrata na consciência, é evidentemente, a condição sem a qual nenhuma investigação teórica especial pode desenvolver-se nem sequer comprometer-se. Mais ainda esta não é somente “premissa”, uma condição pré-histórica da apropriação teórica do mundo, mas também um momento primordial do processo mesmo da edificação de um sistema de definições científicas, quer dizer, da atividade de síntese do espírito. (ILIENKOV, 1975, p. 29)

Assim, pode-se verificar a importância do primeiro momento da abstração, a redução da plenitude concreta da realidade ao pensamento, para que o percurso da reconstrução teórica da realidade possa acontecer até que se chegue à síntese. O pleno se reduz ao pensamento, essa é a primeira abstração, como visto acima, não só “premissa” para que os outros momentos do conhecimento possam acontecer, não só condição pré-histórica do processo de construção do conhecimento acerca do mundo, mas momento primordial, primeiro, do desenvolvimento do conceito de capital. A redução da plenitude concreta ao pensamento é o primeiro passo para a construção de um conhecimento teórico, de um sistema de definições científicas.

É sabido que o teórico não encontra preparadas, em nível de conhecimento, todas as definições com as quais ele forma um sistema. Sua tarefa não se limita a agrupar formalmente as frágeis abstrações já preparadas aplicando as regras conhecidas desta operação. Quando ele organiza um sistema de abstrações já preparadas, obtidas anteriormente faz sempre delas uma análise crítica; ele as verifica confrontando-as com os fatos e com estas mesmas formas recorre de certo modo, novamente o

processo que se eleva do abstrato na realidade ao concreto no pensamento. Assim, deste modo, esta “subida” não é unicamente nem sequer uma “premissa” da edificação de um sistema científico, mas um momento fundamental desta edificação mesma. (ILJENKOV, 1975, p. 29)

O papel do teórico não se limita somente em agrupar as abstrações que lhes aparecem, prontas ou não, para compor um sistema de abstrações, ele precisa fazer uma análise crítica das mesmas, verificando-as, confrontando-as; sendo esse procedimento de certa forma o elevar-se do abstrato ao concreto. Interessante ver aqui a inversão conceitual que Marx faz, identificada por Iljenkov (1975, p. 29), a de o abstrato ter relação com a realidade e o concreto com o pensamento, que consiste no elevar-se da realidade ao pensamento, do abstrato ao concreto. Indo por esse caminho o abstrato corresponde aos dados vindos da observação da realidade prática, muito diferente da concepção de abstrato para a economia política de seu tempo, que corresponde ao conhecimento acerca do objeto. Sendo o abstrato a representação e os conceitos vindos da realidade prática, começamos a entender melhor o ponto de partida abstrato ao qual Marx se refere.

As definições abstratas particulares, cujas sínteses dá “o concreto no pensamento”, se forma no curso deste mesmo processo. Assim, o processo teórico que conduz ao conhecimento concreto está sempre ao mesmo tempo, em cada uma de suas elaborações como em seu conjunto, é um processo de redução do concreto ao abstrato. (ILJENKOV, 1975, p. 29)

Toda construção teórica se faz a partir da redução constante do concreto ao abstrato, da realidade ao pensamento, e isso implica em dizer, nesse caso, que a exposição de Marx, sendo uma abstração, é uma redução, porque, em primeiro lugar, visa por si só a apropriação teórica do mundo pelo pensamento, o pensamento por si mesmo é uma abstração em seus mais diversos graus. A relação entre o concreto e o abstrato na teoria de Marx pode parecer confusa, porém a dificuldade está em entender a relação de mutualidade entre esses dois conceitos:

Em outras palavras, se pode dizer que elevar-se do concreto ao abstrato, por um lado, e elevar-se do abstrato ao concreto, por outro lado, são aqui duas formas que se implicam mutuamente no processo de apropriação teórica do mundo, ou seja, do “pensamento abstrato”. Cada uma delas não se realiza mais do que através de seu contrário, em união

com ele. A elevação do abstrato ao concreto sem seu contrário, a elevação do concreto ao abstrato se converteria em um conjunto puramente escolástico de frágeis abstrações já feitas e copiadas de outra parte sem um espírito crítico. (ILIENKOV, 1975, p. 29)

O abstrato e o concreto fazem parte do processo de construção teórica, um não é sem o outro, o que ocorre é que a depender do momento da exposição o enfoque é dado a um ou a outro. Os contrários estão unidos, um não é sem o outro, isso faz lembrar as teses heraclitianas da mistura entre o ser e o não-ser, teses tão rejeitadas pelos antigos gregos e que, de uma certa forma, podemos dizer que Hegel, com o seu método dialético, faz ressurgir das cinzas a união dos contrários. Esse é o aspecto dialético da obra de Marx, o qual congratula Hegel pela façanha. E a dificuldade de muitos em compreender o método dialético parece ser a mesma dificuldade que os gregos tiveram para entender Heráclito, ou melhor, não o entenderam, preferiram a segurança do Ser à insegurança da mistura entre Ser e Não-Ser. Vejamos como Cirne-Lima (2005, p. 22) entende essa relação em Heráclito:

Ser e Não-Ser, tese e antítese, são conciliados, num plano mais alto, através de uma síntese. Ser e Não-Ser, que à primeira vista se opõem e se excluem, na realidade realmente real constituem uma unidade sintética, que é o Ser em Movimento, o Devir. No Devir existe um elemento que é o Ser, mas existe por igual um outro elemento igualmente essencial que é o Não-Ser. Ser e Não-Ser, bem misturados, não mais se repelem e se excluem, mas entram em amálgama e se fundem para constituir uma nova realidade.

E se Marx pretendia explicitar a realidade, ele precisava de um método adequado, que desse conta de abordá-la dentro de seu movimento, deste modo, precisou compreender o Devir, e por isso escolheu o método dialético.

O marxismo entra em conflito com a ciência em dois pontos: 1) porque considera que a realidade é intimamente contraditória, isto é, unidade do ser e do não-ser ao mesmo tempo (aqui o marxismo faz sua a tese de Hegel de que “todas as coisas são, em si mesmas, contraditórias”); 2) porque considera, por conseguinte, que, sendo a realidade assim feita, só a dialética, isto é, a lógica da contradição, é capaz de entendê-la (enquanto que a lógica não-contraditória, justamente por excluir a contradição, daria uma falsa imagem da realidade). (COLLETTI, 1983, p. 88)

Sendo assim, o método cientificamente correto aplicado por Marx se diferencia do método aplicado pelos economistas. O ponto de partida que determina o método diz respeito a como se concebe a realidade, se móvel, ou imóvel. E daí se desdobram as concepções de verdade. Se a realidade é entendida como estática, a verdade também é estática, se a realidade é entendida como dinâmica, a verdade também é.

Agora partimos para o procedimento investigativo da realidade, procedimento de extrema importância na construção teórica do conhecimento, pois o elevar-se do abstrato ao concreto só é possível se o teórico já possuir uma ideia geral de investigação: “reduzir o concreto ao abstrato ao acaso, sem uma ideia geral de investigação claramente concebida, sem hipótese, não pode tampouco dar numa teoria e nem a dar. Isso só dará num montão desordenado de abstrações vazias” (ILIENKOV, 1975, p. 29). Deste modo, para que a construção do conhecimento ocorra é preciso que o teórico tenha claro para si o processo investigatório, pois ao que parece, a construção conceitual não se dá de forma aleatória e desordenada, pois se assim se fizer, não se chegará a uma teoria. Ilienkov sugere então que o processo de investigação teórica da realidade segue uma ordem, e isso nos faz lembrar as palavras de Macherey (1979, p. 211) sobre o papel da ciência de definir o seu objeto e imprimir sua ordem a ele. E que, no caso de Marx, a ordem, o método empregado, fundamenta-se no elevar-se do abstrato ao concreto, no método propriamente científico que é a dialética:

Porém, por que Marx, que tem em conta tudo isso, faz justamente do método que consiste em “elevar-se do abstrato ao concreto” o único método científico possível e correto de apropriação teórica (do reflexo) do mundo? É que a dialética (ao contrário do ecletismo) não funciona segundo o princípio “de um lado, de outro lado”, mas que indica em todos os casos o lado determinante, dominante, o momento de unidade dos contrários que é decisivo no caso considerado. Tenho aqui um axioma da dialética. (ILIENKOV, 1975, p. 29-30)

Precisamos entender por que a dialética é considerada por Marx como o único método científico possível e correto para a exposição teórica da realidade concreta. Talvez porque mesmo quando aponta para uma posição como determinante de sua abordagem sempre considera a unidade dos contrários. Quer

dizer, será pelo fato de o método dialético possuir uma visão mais abrangente? Por exemplo, quando fala do abstrato, considera o concreto enquanto ponto de partida e enquanto ponto de chegada, e quando fala do concreto entende que o que temos dele é uma abstração, primeiro uma representação dos dados dos sentidos, depois o elevar dessa abstração até o seu ponto mais alto, mais complexo, considerado então enquanto o real transposto na mente do homem. Vejamos:

É específico e característico do processo de apropriação teórica (a diferença da simples tomada de consciência empírica dos fatos) que cada “abstração”, tomado em separado, se forma no curso do movimento geral da investigação, nos movendo para um conceito cada vez mais completo (quer dizer, concreto), do objeto. (ILJENKOV, 1975, p. 30)

O papel que cada abstração possui no curso do conhecimento não se dá de forma simples e aleatória, pelo contrário, segue o curso do desenvolvimento do conhecimento, cada abstração nova que aparece precisa avançar em relação à anterior. E é assim que se caminha do mais simples ao mais complexo, ao mais cheio de determinações, e nesse percurso, o que era abstrato, simples, vai se tornando menos abstrato e menos simples até atingir um certo grau de determinações que passa a deixar de ser simples, de ser abstrato e passa a ser um complexo determinado, o concreto transposto no pensamento.

Cada generalização tomada a parte (donde a fórmula é: “do concreto ao abstrato”) não tem sentido neste caso senão a condição de ser um passo para a apreensão concreta da realidade por um caminho que se eleve do reflexo abstrato do objeto no pensamento a sua expressão cada vez mais concreta no conceito. (ILJENKOV, 1975, p. 30)

Deste modo, se dá a construção do conceito, a partir de cada generalização, de cada representação que se faz da realidade concreta no pensamento, até que essas abstrações, essas generalizações, alcancem o nível do conceito, ou seja, até que elas sejam capazes de apresentar uma complexidade tal capaz de reconstruir no pensamento o concreto.

Sem um ato dado de generalização não é ao mesmo tempo um passo adiante no desenvolvimento da teoria, um passo que vá de um

conhecimento já alcançado a um novo conhecimento mais completo, se ele não faz avançar toda a teoria e não a enriquece para uma nova determinação geral (senão somente faz repetir o já conhecido), este ato está, desde o ponto de vista de desenvolvimento da teoria, simplesmente desprovido de sentido. (ILIENKOV, 1975, p. 30)

A construção teórica precisa deixar o abstrato para encontrar o concreto, com isso podemos afirmar que o ponto de partida e o ponto de chegada do pensamento é o concreto. Partimos do concreto vivo, da realidade material, e transpomos esse concreto vivo no pensamento, como forma de se apropriar do real, quer dizer, compreender o real para o modificar. O concreto está sempre presente e como determinante esse é o caráter materialista de Marx, cada nova generalização é determinada pela própria realidade concreta, dela é tirada cada novo elemento para compor cada nova abstração, esse novo elemento tanto leva a uma nova abstração como a uma nova determinação.

Em outras palavras, o “concreto” (quer dizer, o movimento permanente faz uma compreensão teórica cada vez mais concreta) é aqui o fim específico do pensamento teórico. Ao mesmo tempo que é um fim de tal natureza, o “concreto” define como lei a maneira de atuar do teórico (se trata de uma ação naturalmente mental) em cada passo particular, por cada generalização tomada a parte. (ILIENKOV, 1975, p. 30)

Sendo o concreto o ponto de partida e o ponto de chegada, aquele que determina cada novo movimento de subida ao concreto, o trabalho do teórico é conduzido por ele, e é a parte abstrata do processo. Se o concreto está no princípio e no fim do processo, o abstrato acha-se no meio, vejamos como Ilienkov (1975, p. 30) aborda essa questão:

Deste ponto de vista, o “abstrato” não é o fim senão o meio do processo teórico, e cada ato de generalização (quer dizer, de redução do concreto ao abstrato) aparece como um momento “desvanecedor” do movimento geral.

Na linguagem da dialética, o “momento desvanecedor” é um momento que não tem significado por si mesmo, a parte de outros momentos, senão somente em ligação com eles, em interpretação viva com eles, de passagem.

Observe que o abstrato integra o ato de desvanecer, quer dizer, a abstração é em si um desbotar, um desaparecer do concreto. Para integrar o pensamento, o concreto deixa de ser concreto e passa a ser uma abstração, perde sua concretude, o processo de construção teórica desintegra o real, o abstrai, para depois recompô-lo na mente do teórico. Assim, o abstrato isolado não faz sentido, se desvinculado dos outros momentos, ele vem do concreto e a ele retorna, e é dessa inter-relação que se dá o processo dialético.

Aqui está toda a questão. Porque Marx é um dialético, não se limita à simples constatação do fato que o processo do pensamento teórico inclui também o movimento do concreto em direção ao abstrato e do abstrato em direção ao concreto, a não ser que ponha em destaque, diante de tudo, a forma de movimento do pensamento que é o dominante no caso considerado e que determina o peso e a significação da forma contrária. Na investigação teórica especializada a forma que se eleva do abstrato ao concreto é a que domina. Por isso, é a forma específica do pensamento teórico. (ILIENKOV, 1975, p. 31)

A dialética consiste justamente em considerar a parte estudada não a desvinculando do todo, e considerá-la nesse todo significa conceber o movimento, mesmo estudando uma parte, as outras sempre estarão pressupostas de algum modo. Significa procurar entender a parte estudada dentro de um processo de desenvolvimento ou de mudança, significa partir do pressuposto de que o movimento está sempre presente e, no caso aqui estudado, o movimento consiste na construção conceitual, em como sair das simples impressões sensíveis a uma teoria que abarque a realidade concreta. Marx fez isso com a teoria do valor, explicou o valor da mercadoria dentro do movimento de aparecimento e desenvolvimento do mesmo, e ainda esboçou a possibilidade de seu fim, ele fez o estudo do valor e, com isso, o das relações capitalistas de produção e, ao mesmo tempo, nos mostrou o funcionamento desse novo método, a dialética. Marx mostrou que os contrários não necessariamente se excluem, mas que fazem parte de um mesmo processo, compõem uma totalidade, relativa ao contexto estudado. A sua grande diferença em relação à economia política reside no fato de Marx não considerar a contradição uma falsidade, um erro.

Em vez de fugir da contradição, Ricardo deveria tê-la enfrentado, justamente porque a forma com que ela “aparece”, se resolve e se repõe, constitui o movimento das mediações – oposto da “imediaticidade” criticada – que vai do “fundamento” a suas “formas de manifestação”, num processo que é o próprio “desenvolvimento” proposto por Marx. (GRESPLAN, 2012, p. 29-30)

David Ricardo, elogiado por Marx por conseguir fazer mais abstrações, ao se deparar com as contradições recuava, entendia que dada as circunstâncias do mercado, algo acontecia com a mercadoria que impedia de se encontrar a medida exata do valor de troca.

Poderia estar sujeita, ainda, a variações provocadas pela mesma causa, segundo os diferentes graus de durabilidade do capital utilizado nela e nas demais mercadorias com as quais devesse comparar-se, ou ainda segundo o tempo necessário para colocá-la no mercado fosse mais ou menos longo que o requerido para colocar as outras mercadorias cuja variação tivesse de ser determinada. Todas essas circunstâncias desqualificam qualquer produto como uma medida perfeitamente precisa de valor. (RICARDO, 1996, p. 44)

Deste modo, Ricardo admite não conseguir chegar a uma medida exata do valor de troca que sofria uma variação ao chegar no mercado. Ele chegou a perceber que algo acontecia no mercado que alterava o valor da mercadoria no ato da troca.

O problema a ser desvendado, aqui, diz respeito ao método empírico empregado tanto por Ricardo como por Smith, que consiste na observação e descrição da realidade, sem fazer as abstrações necessárias, ou seja, procuram estudar as categorias de uma só vez, não as abstraíndo. Porém, Ricardo avança mais que Smith, porque faz mais abstrações, mesmo ainda não o suficiente para desvendar o valor de troca da mercadoria. Entretanto, apesar de ter avançado mais, o problema de Ricardo é equivalente ao de Smith, o de estudar variáveis complexas e cheias de determinações ainda no início da exposição. Deste modo, Gresplan (2012, p. 29) reforça: Ricardo, como o último grande representante da Economia Política Clássica, segundo Marx, foi censurado porque “quando concebe o valor da mercadoria, se deixa influenciar por considerações a todos os tipos de relações concretas.”

Marx, por ter uma concepção diferente de ciência, operou de uma outra forma, diferente de Ricardo, aceitou a contradição¹⁶ enquanto parte do processo de construção teórica e, por isso, avançou mais que a Economia Política Clássica.

“Em Ricardo, a unilateralidade vem dele querer demonstrar que as diversas categorias ou relações econômicas *não contradizem a teoria do valor*, em vez de, ao contrário, *desenvolvê-las* junto com suas contradições aparentes a partir deste fundamento ou expor o desenvolvimento deste fundamento mesmo”. (GRESPLAN, 2012, p. 29)

Marx, ao se deparar com as contradições do mercado, não recuou e conseguiu perceber a objetividade dos sujeitos sociais presentes nele. Assim, identificou as circunstâncias do mercado enquanto determinante do valor de troca e não do valor, e a partir daí encontrou a duplicidade do valor e diferenciou valor de valor de troca. O método utilizado por Marx, tanto na investigação como na exposição, foi crucial para se chegar à compreensão do valor de troca da mercadoria, momento mais abstrato da exposição e o ponto de partida de sua obra.

Foi o método dialético que permitiu Marx definir o método cientificamente correto e o ponto de partida científico de sua obra. Marx pretendia fazer ciência, mas não a ciência empírica praticada pelos economistas, e nem a ciência idealista proposta por Hegel, assim, extraiu o materialismo das ciências empíricas e a dialética do idealismo, deixando de lado a linearidade das ciências empíricas e o Ser enquanto Ideias da dialética idealista de Hegel. Deste modo, Marx segue com o método que apreende o seu objeto em seu próprio movimento, deixando de lado o método que prende o seu objeto nas amarras da fixidade dos conceitos.

Percebemos, desse modo, que os conceitos em Marx acompanham o movimento real, eles são construídos partindo do real, primeiro na forma pelos quais aparecem, depois pela investigação que adentra suas estruturas internas, caminha do exterior ao interior, considerando os dois momentos, não eliminando um em decorrência do outro. Está aí a dificuldade de se entender o método e o ponto de partida em Marx. O ponto de partida depende e indica o método empregado, logo

16 “Realmente, a grande diferença de Marx em relação à Economia burguesa é perceber o caráter contraditório, perecível e histórico das formas econômicas e das categorias econômicas da sociedade capitalista.” (BENOIT, 1996, p. 42)

não se entende o método, não se entende o ponto de partida. O capítulo que segue mostrará a dificuldade que existe em torno desse tema.

3 SOBRE O PONTO DE PARTIDA N'O CAPITAL DE MARX

São diversas as interpretações sobre o ponto de partida da obra de Marx, *O Capital*, este capítulo procura abordar algumas delas, analisa diferentes perspectivas do tema proposto.

Primeiramente analisa a abordagem científica com sua tendência empirista no que diz respeito à análise da riqueza, da mercadoria e do valor dada por Pierre Macherey. Depois, analisa os textos de Jindrich Zelený e Roman Rosdolsky, dois teóricos que procuram explicar o método dialético de exposição de Marx, e a desmistificação aplicada por ele à dialética hegeliana. Essa desmistificação passa pela supressão do caráter idealista da dialética em Hegel, deste modo esse capítulo faz o contraponto entre o uso da dialética e a crítica ao idealismo.

Traz para o debate a interpretação do ponto de partida histórico dada por Jindrich Zelený e, também, a abordagem de Rosdolsky do capital enquanto ponto de partida. No que diz respeito ao método cientificamente correto anunciado por Marx, do avançar do abstrato ao concreto. O que permite refletir sobre as diversas visões que permeiam a interpretação da obra, no intuito de demonstrar que a dificuldade do tema se encontra na dificuldade da compreensão do próprio método dialético, o método cientificamente correto, segundo Marx.

3.1 SOBRE O PONTO DE PARTIDA CIENTÍFICO

Sobre o caráter científico do ponto de partida na obra de Marx, *O Capital*, é feita a análise do texto de Pierre Macherey, **A Propósito do Processo de Exposição de O Capital**, que faz parte de obra coletiva da qual participa Louis Althusser conhecida como *Lire le Capital*. O texto foi escolhido justamente por tratar do método de exposição, fazendo uma análise do ponto de partida de *O Capital*. Porém, é importante destacar que Macherey está inserido dentro de um contexto cientificista que procura desvincular a teoria marxiana da influência hegeliana. Assim, ele propõe uma leitura d'*O Capital*, a qual busca observar os elementos que procuram afastar Marx do idealismo hegeliano e da dialética declarada pelo próprio Marx como

método de exposição. Nessa tentativa, Macherey acaba por cometer alguns equívocos, o que não invalidam a sua contribuição na análise do ponto de partida.

Ele destaca a riqueza enquanto ponto de partida, quando Marx se refere a ela como uma coleção de mercadorias; outra análise importante dado por Macherey ao começo em *O Capital* diz respeito ao caráter científico dado a ele por Marx, o que marca uma importante vertente do marxismo que procura dar a Marx um caráter científico. O problema dessa abordagem é que o aspecto científico dado por eles a Marx não aceita que a dialética é justamente o aspecto científico do método de Marx; ao contrário, procuram aproximar Marx da ciência e da lógica formal. Veremos essa problemática aparecer, pouco a pouco, quando nos deparamos com o texto de Macherey.

Macherey (1979, p. 173-174) entende que o método de exposição de Marx consiste no movimento rigoroso de determinado saber, e para se ter um conhecimento mais aprofundado da obra e desse movimento rigoroso, é preciso primeiro compreender como se passa de um conceito a outro, antes mesmo de saber como Marx passa de um livro a outro ou de um capítulo a outro. E chama a atenção para o estudo do começo da exposição necessário para alcançarmos o conhecimento essencial da obra. Deste modo, é preciso começar o estudo e a compreensão da obra não aleatoriamente, mas pelo começo mesmo, e é esse aspecto que nos leva a estudar a abordagem de Macherey, a sua preocupação com o começo, enquanto começo científico. Assim, Macherey lança a problemática da necessidade do estudo minucioso do ponto de partida em Marx. Porém, vale a pena ressaltar que esse destaque dado por Macherey ao ponto de partida é uma tentativa de afastá-lo do hegelianismo, para aproximá-lo da ciência positiva¹⁷.

O privilégio do ponto de partida é uma característica do método de Marx. Antes de expor esse privilégio, antes de explicá-lo, será conveniente simplesmente *reconhecê-lo*: é sabido que Marx dedicou um cuidado

¹⁷ Porém, no sentido do termo, a palavra ciência, traz consigo a abordagem positivista, por isso é preciso diferenciar a ciência que Marx procurou fazer, quanto a isso Benoit explica que: “*O capital* não é uma obra científica, ao menos como se compreende que uma obra acadêmica(-burguesa) de história, de sociologia ou mesmo de economia é chamada de 'científica'.” (BENOIT, 1996, p. 14) Assim, é preciso afastar Marx da abordagem científica positivista, diferente desta, Marx pretende fazer ciência a partir de um outro método, o método dialético. Esse é o perigo da abordagem de Macherey, ele não diferenciou ciência positiva da concepção de ciência de Marx. Ao se questionar se a obra de Marx é científica, Benoit (1996, p. 14) responde: “Se por ciência entendemos exclusivamente o conhecimento e a compreensão *positivos* (ou afirmativos) de um determinado objeto em suas diversas particularidades e aspectos temporais ou estruturais, certamente, esta não é uma obra científica.”

especialíssimo ao primeiro capítulo de *O Capital*; encontramos traços deste texto desde os primeiros rascunhos da *Contribuição*, e esse projeto é sempre retomado, corrigido, refeito, até as últimas edições, a ponto de podermos nos perguntar se foi realmente concluído; é como se Marx nunca tivesse terminado esse começo. (MACHEREY, 1979, p. 174)

Discutir o ponto de partida em Marx e encontrá-lo não parece ser uma tarefa simples. Conforme visto acima, Marx parece não ter concluído o começo de sua obra, pois constantemente o repensava e o modificava. Porém, é importante notar que sempre iniciou pela riqueza, seja nas 1ª e 2ª edições alemães ou na versão francesa, e na *Crítica da Economia Política* de 1859. O que nos cabe entender é a importância do começo para Marx, por que ele o modificou tanto? A dedicação de Marx ao ponto de partida pode ser atribuída à necessidade que ele tinha de dar um caráter científico à exposição de sua obra, sendo assim, o começo também precisava ser científico.

(...) Marx atribui importância determinante ao ponto de partida, que essa *distinção* implica certa concepção e certa prática da exposição científica, que exige um modo de escrever, um estilo científico original, que essa escrita exige uma leitura que lhe seja de acordo, e, enfim, que essa leitura se aprende precisamente no ponto de partida. (MACHEREY, 1979, p. 174)

Deste modo, pode-se notar a importância do ponto de partida para se entender o caráter científico e original da obra de Marx, sendo ele uma característica do seu método. O próprio Marx, no prefácio da primeira edição de *O Capital*, destaca a sua importância: “Todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência. O entendimento do capítulo I, em especial a parte que contém a análise da mercadoria, apresentará, portanto, a dificuldade maior.” (MARX, 1996, p. 129). Assim, Marx (1996, p. 130) ressalta o caráter científico que procurou dar ao começo de sua exposição, atribuindo essa dificuldade ao processo de abstração necessário para se encontrar e analisar a forma celular da sociedade burguesa:

Para a sociedade burguesa, a forma celular da economia é a forma de mercadoria do produto do trabalho ou a forma do valor da mercadoria. Para o leigo, a análise parece perder-se em pedantismo. Trata-se, efetivamente, de pedantismo, mas daquele de que se ocupa a anatomia microscópica.

Marx procura a forma elementar da sociedade capitalista para começar a exposição e encontra a forma do valor da mercadoria como essa forma celular. E a análise da forma valor parece ser por onde Marx começa sua exposição. Na segunda edição de *O Capital*, Marx (1996, p. 133) revisa o primeiro capítulo e faz as seguintes colocações:

No capítulo I, 1 a dedução do valor por meio da análise das equações, nas quais se exprime todo valor de troca, é realizada com rigor científico maior, assim como é destacada expressamente a conexão, apenas indicada na primeira edição, entre a substância do valor e a determinação da grandeza do valor por meio do tempo de trabalho social necessário. O capítulo I, 3 (A forma do valor) está totalmente reelaborado, o que já se impunha pela exposição dupla na primeira edição.

Observa-se uma preocupação com o rigor científico da exposição e que as modificações do capítulo I ocorrem em virtude desse rigor. Segundo Macherey (1979, p. 174) “essa dificuldade de terminar o começo não decorre de que tudo devia ser dado *no começo*”, pois “uma concepção de tal modo *orgânica* do discurso era totalmente estranha à ideia que Marx fazia da instituição do saber”. Para Macherey (1979, p. 174-175), o começo para Marx tem um duplo valor inaugural, porque rompe com o que precede e se diferencia do que se segue, contribuindo com novos conceitos e novos métodos. Essa nova forma de pensar o começo, o problema do ponto de partida em Marx, torna-se assim algo inteiramente original para Macherey (1979, p. 175), e é esse ponto de partida que nos esclarece sobre a estrutura de conjunto do discurso de Marx. A questão, aqui, é que Macherey entende que Marx imprime análises diferentes às diferentes categorias apresentadas no primeiro capítulo d'*O Capital*.

Macherey leva a discussão do ponto de partida para o campo científico, e mesmo entendendo que Marx rompe com a ciência formal, Macherey não se dispõe a enfrentar o método dialético no intuito de entendê-lo e dissecá-lo.

Um dos aspectos do caráter dialético que Macherey reconhece em Marx diz respeito a como Marx demonstra a partir de uma exposição científica o que entende por ciência. “Marx não desenvolveu uma exposição a partir de certa ideia adquirida; ele pretendeu *a um só tempo* constituir uma ideia da ciência e realizar um discurso científico” (MACHEREY, 1979, p. 175). Segundo Macherey (1979, p. 175), “Marx

rompe com certa concepção, com uma apresentação clássica da ciência: não há discurso sobre a ciência antes do discurso da ciência, mas ambos ao mesmo tempo, o que não significa afirmar que ambos se confundem”. Macherey não consegue negar o aspecto dialético do método utilizado por Marx, quando admite que, segundo Marx, a teoria e a prática da ciência seguem necessariamente juntas.

Marx diz aplicar em *O Capital* o método de análise, o qual segundo ele até então não havia sido empregado no campo das ciências econômicas, e esse seria o motivo da dificuldade de leitura encontrada no primeiro capítulo de sua obra, esse método consiste no método de abstração, do estudo minucioso das categorias econômicas.

O problema é que Macherey entende o método de abstração como um método do pensamento, o que o acaba levando a uma separação entre a construção científica e a própria realidade, para ele: “A ciência é um processo de pensamento. Portanto, ela define uma forma de exposição que não se confunde nem com o processo real, nem com o processo de investigação de que é resultado” (MACHEREY, 1979, p. 179). E assim ele segue por um caminho oposto ao de Marx e, neste caso, a ciência que ele está propondo é mais idealista do que a construída a partir do movimento do real. Macherey precisa negar a dialética, tanto como movimento do real quanto como movimento da construção conceitual que se relaciona com o real.

Deste modo, ele procura justificar o caráter científico do modo de exposição de Marx, enquanto um processo essencialmente racional, e que não necessariamente coincide com o real, negando a tese hegeliana de que o real é racional, e o racional é real. Com isso, Macherey (1979, p. 180) fez o caminho inverso ao qual queria, tornou Marx mais idealista do que se apresentava, considerou que para Marx o caminho do conceito consiste em buscar aquilo que não se confunde com a realidade, procurando o que está nas entrelinhas, quer dizer, procurando o que não está explícito na realidade, deste modo, para Macherey, o que não está explícito não seria o real e sim uma construção racional. Quanto a essa problemática, Colletti (1983, p. 22) nos esclarece a partir de Hegel:

Para Hegel, a ciência – tal como o senso comum e o “intelecto humano ordinário” - ainda é prisioneira do materialismo, isto é, da distinção entre

pensamento e ser. Ela se inspira no princípio de não-contradição, porque ainda está vinculada ao “âmbito da percepção”, isto é, à esfera da experiência empírico-sensível.

[...]

... já que a ciência utiliza o princípio da não-contradição, ela não é verdadeiramente ciência, mas metafísica, e para tornar-se ciência efetiva deve converter-se em conhecimento dialético da natureza.

Essa é a inversão feita por Macherey, ele fez nada mais do que ser mais um adepto do aspecto dualista da ciência moderna que separa o pensamento do mundo e, assim, procura demonstrar que o desenvolvimento da exposição teórica de Marx ocorre de modo separado da realidade prática, mesmo sendo um materialista, ele se desvincula do mundo material no seu entendimento de ciência. Deste modo, pode-se perceber que este é um equívoco do próprio materialismo, por ser adepto do princípio metafísico da não-contradição¹⁸, o qual considera que a verdade é algo não-contraditório, princípio esse incompatível com a realidade prática que é por si só contraditória. Por isso, a importância do pensamento de Hegel no entendimento de realidade em Marx de que “todas as coisas são em si mesmas, contraditórias”.

O erro da ciência está no fato de tratar seu método de forma metafísica, isto é:

(...) um grave limite de método, consistente no fato de que ela isolou os fenômenos, classificou-os, seccionou-os, perdendo, assim, o seu nexo de conjunto. Este método, que originou o hábito de conceber as coisas e os fenômenos da natureza em seu isolamento recíproco, teria produzido (já no dizer de Engels) uma maneira de ver as coisas que, passando da ciência da natureza à filosofia, determinou a limitação específica dos últimos séculos, isto é, o “modo de pensar metafísico”. (COLLETTI, 1983, p. 23)

Diferente disso, Marx “separou”, “isolou”, “abstraiu”, porém sem perder “o seu nexo de conjunto”, ou seja, ao abstrair e utilizar o método de análise, não perdeu de vista a relação das partes com o todo, e na sua exposição alternou análise e síntese, rompendo assim com a tradição dualista da metafísica de separar o pensamento do real. Assim, segundo Colletti (1983, p. 23), a ciência precisa passar por uma

¹⁸ O princípio metafísico da não-contradição consiste em compreender o mundo a partir de um modelo racional, onde a contradição, ou a mudança representam falsidade. Diz respeito à relação entre ser e não-ser discutida desde os filósofos pré-socráticos, entre eles destaca-se Parmênides de Eléia que entende o não-ser (contradição) como algo que não existe e logo, que não pode ser pensado.

revolução no método, para isso “deve abandonar o modo metafísico de pensar e familiarizar-se com o pensamento dialético.” E foi isso que Marx procurou fazer na sua exposição, abandonar a separação entre pensamento e realidade.

Outro problema de Macherey foi cair no mesmo erro dos economistas, confundir realidade com aparência, pois o que Marx faz é ir além da aparência dos sentidos e, nesse caso, ao buscar a essência, Macherey entende que nesse momento Marx se separa do real. Aqui o problema é o mesmo, o entendimento de aparência e essência como conceitos que se excluem e não que um compõe o outro. Assim, fica clara a diferença entre o método usado pela ciência moderna, o qual é a lente usada por Macherey para analisar o texto de Marx, e o método dialético usado efetivamente por Marx enquanto método cientificamente correto no estudo das categorias econômicas. E, assim, com esse olhar, Macherey (1979, p. 181) prossegue a sua análise da obra de Marx, vejamos:

Marx escreveu *O Capital* em dois níveis ao mesmo tempo: no nível da dissertação econômica (na qual os conceitos são rigorosos na medida em que estão em harmonia com determinada prática científica e possibilitam a apropriação do real pelo pensamento); no nível dos instrumentos da dissertação, dos meios da escrita, que determinam a *condução* do raciocínio.

Assim, abre-se outro leque de leitura de *O Capital*, o de não só entender os rigorosos conceitos econômicos expostos, que nos levam a uma apropriação do real pelo pensamento, ou seja, nos incitam a compreender *O Capital* pelo seu aspecto metodológico, preocupação de Marx que o levou a reescrever o texto incessantemente, buscando a melhor forma de expor seu pensamento de forma científica. Sendo assim, Macherey (1979, p. 181-182) destaca a importância de se fazer uma leitura de Marx que abarque a *página da escrita*, que abarque essa constante preocupação de Marx em modificar o texto procurando a melhor forma, e assim, alerta que não se trata de estudar isso ao acaso, em qualquer trecho da obra, mas sim de estudar especialmente o começo, trecho que desprende tanta atenção de Marx, porque é no começo, no que é dado nas primeiras páginas, que se apresenta a entrada na ciência.

Segundo Macherey (1979, p. 182), o ponto de partida em Marx, ou seja, o início da sua exposição em *O Capital* pode ser decomposto em três objetos, o primeiro a ser analisado é a *riqueza*, e Marx o faz nas quatro primeiras linhas; depois passa para a *mercadoria* e segue com ela um pouco mais de 50 páginas (da edição francesa das Editions Sociales); e o terceiro, o *valor*. O que Macherey vai fazer é estudar separadamente a análise que Marx faz de cada um desses objetos, e como ele passa de um conceito a outro.

3.2 A RIQUEZA ENQUANTO PONTO DE PARTIDA

Para Marx (1996, p. 129), todo começo, em se tratando de ciência, é árduo. Assim, não pôde deixar para depois a sua abordagem científica, não pôde precedê-la de uma apresentação vulgarizada, preferiu começar pela ciência. E começar pela ciência significava começar pelo mais difícil. Sabemos que Marx fez muitas revisões em seu texto na tentativa de tornar a leitura do primeiro livro, sobretudo do primeiro capítulo, menos penosa e mais acessível. E mesmo com suas incessantes revisões um nível de dificuldade permaneceu.

Desse modo, segundo Macherey (1979, p. 183), Marx entra diretamente na ciência e começa pelo que chama de “análise dos elementos”, pela “análise micrológica” (MARX, 1996, p. 130), e, como isso recai sobre os conceitos mais gerais, mais “abstratos”. “O livro não se inicia com uma *passagem*, mas com uma ruptura: é preciso estar habituado à prática teórica para dar esse salto” (MACHEREY, 1979, p. 183).

Macherey (1979, p. 183-184) entende que, para Marx, o ponto de partida científico deve ser súbito e sem maiores explicações. Serve também para delimitar a abstração, para definir o objeto a ser estudado pela ciência, por isso é rigoroso, mas não pode ser enigmático, não pode estar às escondidas, deve estar explícito. Deve ser “a própria introdução a si mesmo”, deste modo não pode ser justificado, pois se o fosse teríamos uma regressão ao infinito. Sendo assim, o ponto de partida deve ser “injustificável, arbitrário”.

Marx começa pela noção de riqueza, e é dela que todos os outros conceitos de sua obra irão sair, por isso Macherey (1979, p. 184) considera o ponto de partida

da exposição de Marx surpreendente. “A riqueza é uma abstração empírica; trata-se de uma ideia: falsamente concreta (empírica), incompleta em si mesma (ela não tem sentido autônomo, mas apenas por relação com um conjunto de coisas que a recusam)”. Deste modo, ao que parece, Marx começa sua exposição por um conceito abstrato, por uma ideia, por uma abstração empírica, que para a entendermos precisamos colocá-la num conjunto de relações. Quer dizer, para compreendermos o conceito de riqueza precisamos de outros elementos, não o podemos entender por ele mesmo, não existe um objeto único e fixo no mundo ao qual a riqueza possa ser representada. Seu conceito varia conforme o tempo e o espaço do qual estamos falando. Por isso, é tida como falsamente concreta, pois parece representar algo concreto mas, ao mesmo tempo, é um conceito muito genérico. Macherey (1979, p. 184) reitera: “A riqueza é uma noção ideológica, *da qual à primeira vista nada se pode extrair*”. Sendo assim, a riqueza seria o pior ponto de partida para a pesquisa científica, porém não parece ser o pior ponto de partida do ponto de vista da exposição, pois é dela que Marx apresenta os conceitos fundamentais de sua teoria.

A questão posta aqui consiste em entender que a noção de riqueza, mesmo sendo abstrata, se refere a algo empírico, e Marx faz isso decompondo esse conceito nos seus elementos, e no espaço e tempo, nos levando à referência empírica do mundo das mercadorias. Assim, a riqueza é decomposta em mercadorias, sendo a mercadoria, então, a forma elementar, celular, da riqueza.

Outro ponto importante a notar é que Marx começa pelo objeto empírico da ciência econômica, a riqueza. Ela parece ser o grande ponto de partida para os economistas. É o objeto empírico imediatamente dado, usando as palavras de Macherey (1979, p. 184). Porém, a noção de riqueza “é profundamente *transitiva*; serve para passar de uma coisa a outra, e em particular para lembrar o vínculo com o passado da pesquisa científica” (MACHEREY, 1979, p. 185). E é o que Marx parece fazer em *O Capital*, usa o conceito de riqueza para iniciar a sua exposição, destacando o objeto de investigação da ciência econômica e logo passa para outros conceitos, pois, pela sua fragilidade se faz necessário passar logo para outro conceito e esquecer o anterior. Nesse ponto podemos observar a crítica feita aos economistas, Marx começa com a noção de riqueza e logo passa para o conceito de mercadoria, isso demonstra que o ponto de partida desenvolvido pelos economistas

é falho. Assim, segundo Moura (1999, p. 67), Marx faz um giro argumentativo quando passa da riqueza à mercadoria e, desse modo, Marx começa pela crítica ao seu objeto, a riqueza em sua forma capitalista.

Macherey (1979, p. 185) demonstra que a noção de riqueza aparentemente precária pode conter conteúdo, pois dele é possível extrair “toda a essência dos fenômenos” Podendo-se usar a própria contradição da palavra para dela lhe extrair conteúdo, falar de riqueza implica falar também de pobreza. “A riqueza é ao mesmo tempo pobreza: a riqueza das nações é também a pobreza das nações”. Deste modo, o conceito de riqueza pode tornar-se fecundo, entretanto, não é esse o uso que Marx fez desse conceito em sua exposição.

Segundo Macherey (1979, p. 185), Marx utiliza a noção de riqueza, não pela sua fecundidade, mas pela sua esterilidade, no sentido de não se referir diretamente a algo em particular, por se referir sempre a uma variedade de coisas que a depender da época e da sociedade remete a coisas diferentes, sendo assim, aplica-lhe apenas uma análise mecânica e não uma análise crítica. Quer dizer, faz uma análise apenas no que diz respeito aos seus aspectos mecânicos que, segundo Moura (2004, p. 119), seria “pelo modo fenomênico, pela manifestação imediata da riqueza capitalista, procurando desentranhar seus lapsos, suas contradições, suas incoerências. O giro argumentativo na direção da mercadoria se dá precisamente com esse afã.” Essa passagem nos faz compreender melhor a abordagem de Macherey, no que diz respeito à análise mecânica feita por Marx, que seria esse primeiro momento da análise fenomênica e imediata da riqueza, mas no intuito de alcançar uma análise mais profunda, sendo o giro argumentativo colocado por Moura (2004, p. 119) justamente a passagem da análise mecânica para a análise crítica. Essa, sim, busca “desentranhar seus lapsos, suas contradições, suas incoerências”. E é devido a esse tratamento dado à riqueza que muitos estudiosos consideram o começo enquanto empírico, Corazca (2003, p. 51), por exemplo, entende que o verdadeiro ponto de partida em Marx é empírico, vejamos o porquê:

Embora Marx afirme que o método científico correto é o que parte do abstrato para chegar ao concreto, isto não quer dizer que o verdadeiro ponto de partida não seja a realidade sensível, pois está se referindo ao momento da exposição, que foi precedido por todo um trabalho de investigação, momento em que são feitas as abstrações.

E a riqueza representaria esse aspecto mais imediato, mais empírico do começo em *O Capital*, mesmo sendo uma abstração, Marx não tratou a riqueza enquanto um conceito, usou-a para chegar à categoria mercadoria.

Macherey (1979, p. 185) chama a atenção para o diferente tratamento dado à noção de riqueza em *O Capital* e nos *Manuscritos*, onde o método hegeliano é evidente, pois partindo da contradição da riqueza chega à situação econômica de pauperização e com ela ao trabalho alienado; sendo assim, a noção vazia de riqueza passa a ser vista em sua essencialidade, dá-se ênfase ao que dele se pode extrair de saber. Em *O Capital*, Marx resolveu deixar as contradições da riqueza de lado e partir para a análise do que representa essa riqueza na sociedade capitalista, procurando sair de um conceito amplo para um mais específico, mais definido, mais determinado, o de mercadoria.

Como vimos, em *O Capital*, o mesmo ponto de partida, a riqueza, é tratado de uma outra forma, visto que Marx não busca mais uma resolução a partir das contradições com Hegel. Macherey (1979, p. 185) defende a hipótese de que a análise por meio das contradições visa resolver problemas, como dito anteriormente, para ele Hegel usa a dialética para encontrar uma saída, e parece não ser isso que Marx fez em *O Capital*, pois isso seria um engano, uma aparência. E é assim que Macherey (1979, p. 186) vai interpretar a riqueza como ponto de partida em *O Capital*, como uma ideia pobre, que nada tem a nos dizer, mas, mesmo assim ela aparece na obra de Marx enquanto o ponto de partida arbitrário da ciência.

A idéia de riqueza nada nos pode ensinar a mais do que o sabiam os que a formaram, por um saber muito empírico que se assemelha ao que Marx chama tantas vezes de “rotina”: a riqueza é uma coleção de mercadorias. Desta maneira, o ponto de partida é suficientemente arbitrário para que não nos arrisquemos a tomá-lo suficientemente a sério, e é bastante “imediato” para que não tenhamos a necessidade de lhe procurar as razões, o que nos faria esquecer de o esquecer. (MACHEREY, 1979, p. 186)

No trecho acima, Macherey mostra a fragilidade da noção de riqueza dada por Marx, em virtude de se configurar “um saber muito empírico”, ou seja, muito imediato, deste modo não nos acrescentaria maiores informações. Ele é também muitas vezes utilizado por Marx como idêntico a “uma coleção de mercadorias”,

neste caso, Marx se refere à mercadoria para explicar seu conceito. Outro aspecto da ideia de riqueza diz respeito à sua arbitrariedade, que faz com que não nos interessemos muito por ele. Sendo arbitrário não nos dá motivos para ficar muito tempo nele e, com isso, acabamos por deixá-lo logo de lado e esquecê-lo. O mais evidente parece ser que a ideia de riqueza serviria de passagem para o conceito de mercadoria, o qual será, efetivamente, analisado por Marx.

Para Moura (2007, p. 392-393), Macherey está correto nesse aspecto, pois: “Do ponto de vista investigativo a noção de riqueza não esclarece muito; para tanto é mister criticá-la, inclusive porque ela tem a força de uma evidência empírica...”. Neste ponto, Moura (2007, p. 390) relaciona o ponto de partida ao da economia política: “A noção de riqueza não foi eleita arbitrariamente como ponto de partida, não sendo mera coincidência que a principal obra de Adam Smith, [...] seja dedicada, de modo precípua, à investigação da riqueza, sua natureza e causas”. Porém, diferente dos economistas, Marx estabelece logo em seguida outro ponto de partida, o que ele, de fato, irá imprimir uma análise rigorosa, a mercadoria.

A mercadoria é vista como um elemento da riqueza, como parte dela, sendo assim, a princípio pode também ser considerada como estéril. Porém, diferente da riqueza, nela Marx aplicou o método de abstração, o qual chama de método de análise. Macherey entende que o método de análise aplicado por Marx não consiste em uma análise crítica, e sim em uma análise minuciosa, em uma pesquisa dos elementos que acaba por encontrar a contradição, Macherey (1979, p. 186) não quer relacionar à contradição hegeliana, observe:

Essa análise não poderá ser necessariamente do mesmo tipo que a precedente, e não será, todavia uma análise crítica (que desmonte ao mesmo tempo e denuncie o conceito): será uma pesquisa dos requisitos, que acabará precisamente por deparar a contradição, mas contradição muito diferente do modelo hegeliano de contradição.

Para Macherey, a análise da riqueza não serve de modelo para as análises que seguem, elas sofrem mutações ao longo do processo de exposição, assim como o vocabulário, ou seja, o repertório conceitual usado por Marx também sofre modificações significativas. Quando Marx inicia *O Capital* anunciando a riqueza como uma “imensa coleção de mercadorias”, deixa evidente uma série de

expressões equivalentes, como: “aparece como”, “vem ao mundo sobre a forma de”, “anuncia-se como” (MACHEREY, 1979, p. 187). Entende que a análise que Marx faz da ideia de riqueza trata-se de uma análise da forma da riqueza que remete à forma mercadoria. Sendo assim, trata-se de um conceito de forma, de um tipo de relação que aproxima termos, segundo uma *relação de forma*, a relação entre a forma riqueza e a forma mercadoria. Sendo a mercadoria colocada como a *forma elementar* da riqueza. Considerando a relação entre os termos *a* e *b*, onde *a* aparece como *b*, sendo *b* a forma elementar de *a*, e *a* o conteúdo de *b*. Neste caso, tomamos como *a* a forma riqueza e como *b* a forma mercadoria, onde a forma riqueza dá o conteúdo da forma mercadoria.

A noção de forma é complexa, pois Marx estabelece diversas relações, como: a mercadoria como *forma elementar* da riqueza, o valor de uso como *forma natural* da mercadoria, a relação de troca como *forma de aparecimento* do valor, e assim por diante. Marx relaciona riqueza, mercadoria, valor de uso, troca e valor. Saímos então do conceito de riqueza e passamos para o de mercadoria, onde as outras relações se estabelecem na relação mercadoria – valor de uso, e depois a forma mais complexa, a relação entre valor de troca e valor.

Macherey (1979, p. 187-188) considera que “o conceito de forma parece designar: o modo de existência empírica das coisas, o seu modo de aparecer, de mostrar-se, de manifestar-se.” Assim, o ponto de partida apoia-se num conceito de forma empírica. Resta saber se essa forma empírica é considerada como uma aparência. Ao mesmo tempo, o mesmo não se pode dizer da forma valor, que não é aparente, pois *não se mostra* empiricamente. Aqui reside a questão: nos deparamos com uma nova definição de forma e de análise? Marx sai da forma mais natural à forma mais abstrata? De qual forma Marx está tratando quando se refere à riqueza, à mercadoria, ao valor? Seria a passagem da linguagem tradicional para a linguagem científica, ou a passagem de um nível de linguagem a outro, de um tipo de raciocínio a outro? Marx parte da riqueza, mas parece buscar respostas mais profundas na análise da mercadoria onde mais questões se resolverão.

O *capital* começa, ao nível do modo de exposição, como a economia política burguesa (como, por exemplo, Adam Smith) partindo da riqueza. Mas já a primeira afirmação lança o processo negativo. Pois se fala a respeito da aparência da riqueza e assim se supõe uma forma não-aparente

da riqueza; fala-se também da riqueza em geral (como pensaria a Economia Política burguesa), mas, sim, da “riqueza (*der Reichtum*) das sociedades nas quais domina o modo de produção capitalista”, ou seja, historiciza-se a riqueza. (BENOIT, 1996, p. 17)

Deste modo, Marx aplica à noção de riqueza o método dialético, parte da riqueza como uma generalização mas, ao mesmo tempo, a situa historicamente, ou seja, a determina. E logo em seguida parte para o estudo da mercadoria como forma empírica de sua manifestação, são aplicadas, assim, duas negações à generalização. Assim, com o método dialético, Marx supera o “universal abstrato da Economia Política burguesa, riqueza aparente e não-histórica” (BENOIT, 1996, p. 17).

3.3 A ANÁLISE DA MERCADORIA

Agora analisaremos o tratamento dado por Marx à categoria mercadoria segundo Macherey, neste caso, diferente do tratamento dado à riqueza. Macherey entende que Marx passa para a análise interna da mercadoria e, nela, descobre o valor de uso e o valor de troca. Aqui, Macherey (1979, p. 190) diferencia valor e forma do valor pois, para ele, segundo Marx, esse foi um dos erros essenciais dos economistas. A princípio valor de uso e valor de troca aparecem na exposição de Marx como relações de forma, assim temos um caráter duplo na mercadoria, o fator 1: valor de uso; e o fator 2: valor de troca (MACHEREY, 1979, p. 190).

O fator 1, a forma do valor de uso, ou seja, o que a mercadoria é em primeiro lugar, uma forma direta e imediatamente reconhecida da mercadoria, pois “aparece em contornos bem nítidos: ‘nada há nela de vago e indeciso’” (MACHEREY, 1979, p. 191). O valor de uso, independente da forma social que possua, pode ser inteiramente conhecido, visto que se trata de uma determinação material, porém, na sociedade capitalista de produção, essa coisa sofre uma espécie de deslocamento, um deslocamento dado pela sociedade. Onde as coisas, ao mesmo tempo, em que são sustentáculo, conteúdo ou matéria da riqueza são também valor de troca. Assim, a coisa passa a ser duplamente determinada, ou seja, passa a ser “*uma forma para dois conteúdos*” (MACHERY, 1979, p. 191). Essa coisa é a mercadoria e é dupla por

servir de matéria para duas coisas, uma dada empiricamente (riqueza) e outra socialmente (valor de troca).

Diferente do valor de uso, ou seja, da coisa em sua materialidade, em seus atributos materiais, e da riqueza; o valor de troca não aparece empiricamente, ele aparece sobre a forma da relação de troca, ou seja, precisa da relação de troca para se manifestar. Quer dizer, se manifesta na relação entre duas mercadorias, onde a mercadoria, por sua vez, se apresenta como coisa (MACHEREY, 1979, p. 192). Diferente do que se pode pensar, “a mercadoria não pode aparecer como valor; pelo contrário, é o valor que surge na forma da troca de mercadorias” (MACHEREY, 1979, p. 192). Ele precisa da relação de troca entre mercadorias para se manifestar, assim como a mercadoria também precisa da coisa para se manifestar enquanto mercadoria. No caso da mercadoria ser um serviço, o sustentáculo material dele é o resultado do trabalho humano, o benefício do trabalho, o serviço. Assim, a coisa tanto é a forma da mercadoria, como o sustentáculo material do valor, e no caso dos serviços, o resultado do trabalho humano se apresenta como a própria forma do serviço, como sustentáculo do valor, e a troca das mercadorias ou dos serviços compõem a forma do valor.

Nesse contexto, a relação de troca se apresenta como algo arbitrário, pois está na relação entre mercadorias e não na mercadoria, esse fato faz aparecer uma nova contradição, pois a mercadoria enquanto coisa não poderia aparecer como valor, somente a sua condição de existência material não a permite aparecer enquanto valor. Porém, na relação de troca, a mercadoria perde as suas características materiais e ganha uma outra roupagem, deste modo, passa a se apresentar enquanto valor. Aí está a nova contradição posta por Marx: ao mesmo tempo que a mercadoria desaparece enquanto coisa material para que o valor apareça, precisamos de sua materialidade para que a relação de troca possa acontecer e para que, em consequência disso, a forma do valor possa se manifestar.

Segundo Macherey (1979, p. 192-193), para Marx, essa é uma contradição aparente, que não precisa ser resolvida, só suprimida e superada, para que a análise possa ir além dela. “O objetivo da análise é ir além da contradição: para isso, não terá de resolvê-la (uma contradição aparente não precisa ser resolvida), mas de suprimi-la” (MACHEREY, 1979, p. 193). Em nota de rodapé, Macherey (1979, p. 193) reforça que essa contradição, no início da análise do valor, opera como contradição

formal, talvez diferente das outras contradições apresentadas ao longo do texto de *O Capital*, o qual parece apresentar diversos tipos de contradições. Sendo a lógica de Marx materialista, esta não pode se reduzir a uma lógica da contradição em geral (MACHEREY, 1979, p. 193), pelo contrário, a lógica precisa da materialidade para que as contradições possam se desenvolver. Macherey parece se confundir, aqui, ao mesmo tempo que critica a dialética enquanto resolutora de todas as contradições por não enfrentá-las, faz o mesmo, ou seja, ao se deparar com uma contradição entende que Marx a suprimiu, e recorre à contradição formal para justificar a sua dificuldade de admitir que Marx trata a contradição por uma outra perspectiva. Ao admitir a lógica de Marx, enquanto materialista, deveria entender as contradições inerentes à materialidade do mundo, porém, Macherey prefere apenas negar o caminho da contradição formal não trilhado por Marx. Sobre esse aspecto em Macherey, observe o comentário feito por Robaina (2013, p. 73):

Abrimos aqui um parêntese para comentar os erros acerca da compreensão sobre a mercadoria na posição daquelas correntes marxistas que negaram que a contradição é um conceito que reflete o real. Pierre Macherey sustenta que as contradições no conceito de mercadoria são apenas aparentes, na realidade não existem.

Para Macherey (1979, p. 193), Marx caracteriza toda contradição enquanto uma aparência, à medida que ela é resultado do pensamento, na tentativa de salvar Marx da abordagem idealista de Hegel, Macherey com essa afirmação o acaba afastando do real aspecto materialista de seu trabalho. Marx entende a contradição enquanto parte do real, e é por esse motivo que escolhe o método dialético para expor os resultados de sua pesquisa, ele escolheu um método que permitisse falar do real, que admitisse as contradições enquanto parte do real e não enquanto um engano, uma falsidade. E Macherey procura afastar de Marx justamente esse aspecto, o de que seu modo de exposição reflete o real.

E para resolver esse impasse da contradição em Marx, Macherey (1979, p. 193) recorre a Lenin, justificando que a dialética materialista estuda as contradições na essência das coisas, no sentido de ter como ponto de partida a própria realidade material, porém, Macherey separa totalmente a investigação da exposição e entende que no texto de Marx só temos a contradição aparente, aquela que é apenas fruto

de uma especulação do pensamento, deste modo desvincula a exposição de Marx de seu aspecto material.

A dificuldade da exposição reside no fato de que o valor não se apresenta como uma forma empírica, pois não é algo que se possa pegar, ele é uma representação, não possui corpo, na verdade ele toma emprestado o corpo da mercadoria para se manifestar. Neste ponto, Macherey (1979, p. 193) entende que Marx imprime uma nova forma de análise, que vem para suprir a insuficiência, e a contradição formal dos conceitos até aqui expostos.

Macherey (1979, p. 194) levanta a possibilidade do conceito de mercadoria ser tratado de duas maneiras, quer dizer, de se aplicar análises diferentes, em níveis diferentes a ele. Neste caso, a contradição é formal por se tratar da abordagem que se dá ao conceito, não se tratando de uma contradição entre os conceitos, ou seja, podemos abordar os conceitos de forma diferente, e isso não significa que os conceitos sejam contraditórios entre si. O que temos aqui é a diferença no tratamento dos conceitos, essa é a contradição formal posta por Marx, que tem relação direta com o modo de exposição adotado, e que não teria relação com o processo real.

Macherey (1979, p. 194) aponta a importância da contradição como necessária na constituição do saber, ou seja, a importância da fricção entre as diversas formas de se abordar os conceitos e da disparidade entre eles para que o saber sobre algo possa avançar. E, assim, ele procura entender a lógica presente em *O Capital*, como a lógica que dirige o trabalho de constituição dos conceitos. Entende a lógica do trabalho dos conceitos presente na exposição de Marx como algo inevitável no processo da construção do saber. Sendo assim, a lógica da exposição consiste em passar de um conceito a outro, friccionando-os, diferenciando-os, com conteúdos e formas diferentes. Essa seria a lógica utilizada por Marx na constituição dos conceitos em sua exposição teórica. E, uma nova análise surge justamente das possíveis “falhas” da argumentação, que na verdade acabam por não serem “falhas” e sim o começo de uma nova análise. São exatamente os conflitos entre os conceitos que geram as rupturas nos níveis de argumentação, passando-se de uma argumentação à outra e, como se observa, de um nível mais simples, mais superficial, para um nível mais complexo, mais

profundo. E é justamente nesse processo que Macherey (1979, p. 194) entende o aprofundamento dado por Marx às relações mais internas da mercadoria.

A análise da mercadoria passa para outro nível de argumentação, sai-se de uma esfera de argumentação para outra, em virtude da mudança na sua forma de se apresentar, quando colocada dentro de uma relação de troca. Começa-se então a percebê-la sob dois aspectos, sob dois fatores, passando a ser considerada não apenas em seu contorno material que diz apenas do seu valor de uso, mas passando a ser considerada dentro da esfera da relação de troca. Essa nova esfera permite à mercadoria não mais se apresentar como antes. Essa nova apresentação da mercadoria cria, deste modo, a necessidade de se aplicar um novo tipo de análise, pois envolve agora uma relação, não mais uma mercadoria e sim mais que uma.

A unidade abstrata da mercadoria é deixada de lado, a separação que foi feita dela das suas relações não se mantém, passa-se agora para um outro processo de análise na exposição. Agora é preciso considerar não apenas uma mercadoria, mas duas, para que se possa estudar a relação entre elas. Para Macherey (1979, p. 195), aqui há uma ruptura, não há uma continuidade da análise da mercadoria em sua forma individual, foi preciso implementar outro tipo de análise, que considere outras formas de aparição da mesma. A forma que passa a ser estudada, então, consiste na sua forma de aparição enquanto relação de troca, e para tanto a análise passa a ser feita a partir do estudo de duas mercadorias e não uma. Sobre essa ruptura Macherey (1979, p. 195) relembra a crítica que Marx fez a Hegel e demonstra que esse é um aspecto que Marx rompe com ele, pois não continua numa análise especulativa da unidade abstrata, e sim parte para outro nível de análise que permite que a mercadoria saia do isolamento e se coloque na relação com outra. Colocar a mercadoria na relação com outra é mais dialético do que Macherey acreditava, pois significa avançar nas determinações, em busca da síntese. Macherey não entendeu o movimento empreendido por Marx que consiste na análise e na síntese. A síntese consiste justamente em avançar na exposição, depois de empreendida a análise de um determinado aspecto, Marx passava para outro aspecto, mas não aleatoriamente, ele considerava a totalidade do real, voltava-se para o todo, para a complexidade do sistema e acrescentava outro aspecto à sua análise.

Macherey não entende esse processo de síntese e prefere só enxergar o aspecto abstrato, analítico do método em Marx, entende somente que a análise passa para um outro tipo de abstração, a abstração do valor de uso.

3.4 A ANÁLISE DO VALOR

Macherey (1979, p. 196) destaca que na análise da forma valor, Marx procurou olhar a mercadoria mais de perto, na sua interioridade. A primeira observação a ser feita diz respeito a que aspecto da relação de troca é tratado nessa análise. Macherey (1979, p. 196) adverte que a forma moeda não será usada para definir o valor da mercadoria, pois se trata de uma forma já desenvolvida. Entende que Marx procura a origem mais antiga dessa relação de troca e nela encontra a gênese da moeda, ou seja, a origem da forma moeda. A análise do valor em Marx começa no enigma aristotélico sobre onde está a igualdade das trocas feitas no mercado. Neste caso, a forma mercadoria não pode ser convertida da forma das coisas trocadas, mas da forma geral dos produtos do trabalho, ou seja, da forma valor.

A segunda observação sobre a análise do valor que diz respeito a que tipo de análise se deve empreender. Segundo Macherey (1979, p. 197), a análise empírica precisa ser descartada nesse momento, para que se possa compreender a forma valor, pois no nível da experiência não existe igualdade entre as coisas trocadas no mercado.

Outro aspecto importante é notar que “a relação entre duas mercadorias nada tem de natural, de imediato: ela deve ser produzida, artificialmente realizada, num ato que poderia lembrar o da experimentação” (MACHEREY, 1979, p. 197). A mercadoria é levada ao mercado por outro, não por sua vontade própria, por isso a troca de mercadorias se dá de forma artificial.

A lógica material da análise do valor consiste em passar de um conceito a outro sem se prender à decomposição da observação empírica nem ao método formal da contradição, pois por esse caminho não seria possível encontrar igualdade na relação entre coisas materiais diferentes. Pela decomposição empírica, não poderíamos enxergar a igualdade entre coisas diferentes, e a contradição formal não permitiria afirmar igualdade onde se vê diferença, logo, outro método de análise foi

necessário para se chegar a essas conclusões. Marx precisou enfrentar a contradição de uma forma diferente, teve que, com isso, romper com a tradição, com o método formal que entende a contradição como uma falsidade, como um erro. O interessante é notar, aqui, o enorme receio de Macherey em identificar a dialética hegeliana enquanto uma influência importante no caminho que Marx escolheu trilhar. É o método dialético hegeliano que primeiro rompe com o método formal da contradição, onde a negação é entendida enquanto parte do movimento do real e não significando uma falsidade. Pelo contrário, a negação ou a contradição compõem o próprio real. E foi assim que Marx enfrentou as contradições, não as entendeu como falsas e seguiu a sua análise. Diferente dos economistas que, baseados no princípio da não-contradição, ao se depararem com elas recuaram, entenderam que o caminho que estavam seguindo tinha algum erro e, por isso, não avançaram na análise do real. Macherey admite que o método formal não serve, e faz uma crítica ao empirismo pelo fato de usá-lo, porém prefere entender o método em Marx apenas enquanto método de análise e, assim, ele prossegue defendendo essa posição.

A quarta observação de Macherey (1979, p. 198) diz respeito a sair das aparências o que, para ele, significa sair da forma e adentrar no conteúdo, significa sair da observação empírica do que aparece, e observar o que não está explícito. Esse movimento consiste numa nova forma de análise que passa a ser aplicada a partir de então por Marx, daí a necessidade de se estudar a estrutura da relação e sair dos elementos que a compõem. O problema aqui é que Macherey entende a construção conceitual como um movimento desvinculado do real, nesse ponto ele nega o empirismo e se coloca numa posição que não queria, por entender o método de Marx apenas como um método analítico e desvinculado do real, o método empírico, assim, ele cai na abstração formal, a qual ele mesmo critica.

Deste modo, se não podemos entender a relação de troca comparando os elementos dessa relação de maneira empírica, Macherey (1979, p. 198) toma outra coisa como referência, outra coisa que está fora da relação, que vai determinar a medida da igualdade dos elementos da relação. Passemos agora à observação de Macherey (1979, p. 198) sobre a análise do valor feita em *O Capital*, que diz respeito a que medida é essa:

Poder-se-ia, a partir disso, formular uma regra geral, que valeria não apenas para a análise econômica: para comparar não empiricamente objetos, é preciso antes determinar a expressão geral dessa medida. Deparamos aqui pela primeira vez essa exigência que é um aspecto essencial da “Lógica d’O *Capital*”, que, como se sabe, Marx não escreveu.

Sendo assim, é preciso compreender a regra geral que determina a medida dos elementos da relação. O estudo dessa regra geral corresponde, segundo Macherey (1979, p. 198), à lógica da exposição de *O Capital*, que não foi explicitada por Marx em seus textos. Macherey entende que para compreender o valor, Marx sai da abordagem empírica e busca outra forma de análise, diferente das descrições dos sentidos. Sai da descrição e começa a analisar os tipos de relações, percebe que a relação e igualdade entre duas mercadorias é determinada por uma outra relação que é de natureza diferente da relação de igualdade presente na troca das mercadorias.

Por conseguinte, o valor só se apresenta como valor (nos limites de sua apresentação) no interior da relação de troca, mas é impossível analisar essa relação em si mesma, a menos que nos detenhamos, como o faz Aristóteles, diante da contradição. É que o valor não está *dentro* da relação como o núcleo no seu fruto: não se passa da mercadoria, ou das duas mercadorias, ao valor, a não ser submetendo-se à ruptura que separa uma forma da outra. (MACHEREY, 1979, p. 199)

Além do valor se apresentar no interior da relação de troca, ele não corresponde ao seu núcleo, não é possível encontrar o valor se passando da mercadoria ao valor, mas fazendo a ruptura, separando uma forma da outra, quer dizer, separando a forma mercadoria da forma da relação de troca.

A relação de troca é o único meio de acesso ao valor, mas a relação não dá sobre o valor uma tomada direta. A relação é o único caminho que leva ao valor, mas o caminho *passa apenas* pela relação. Quando se chega ao conceito de valor, é preciso desviar-se da própria relação para indagar das condições de seu aparecimento. *Paradoxalmente, a relação de troca não é a forma de aparecimento do valor senão na medida em que o valor nela não aparece.* (MACHEREY, 1979, p. 199)

Segundo Macherey, as condições de aparecimento do valor não estão na relação de troca, o que é muito contraditório à medida que o valor precisa estar presente para que as duas mercadorias se troquem ao mesmo tempo em que o mesmo não está visível nesta relação.

A equação é que dá o meio de sair da relação de troca, e de perceber o valor: “*Seja qual for a relação de troca entre duas mercadorias, ela pode ser sempre representada por uma equação*”. Pode então começar “a dedução do valor por meio da análise das equações nas quais se exprime qualquer valor de troca” (posfácio à segunda edição). É preciso, pois, *reduzir* a relação à sua equação para poder *deduzir* dessa equação o valor. (MACHEREY, 1979, p. 199)

A equação da relação de troca pode exprimir qualquer valor de troca, ou seja, sendo uma relação de igualdade, qualquer valor pode passar por essa equação. Logo, na equação não está explícito o valor, mas ela pode nos levar a ele. O valor pode ser deduzido dessa equação e não empiricamente.

Não se trata de deduzir o valor da sua forma de surgimento (essa dedução é, como vimos impossível). Não se trata também de reduzir os objetos que preenchem empiricamente a relação a seu valor abstrato... (MACHEREY, 1979, p. 199)

E, para fazer isso, Macherey (1979, p. 200) acredita que Marx rompe com a dialética hegeliana e com a redução empírica, observe o trecho abaixo:

Na exposição rigorosa de *O Capital*, não há mais inversões dialéticas, nem reduções ingênuas: redução e dedução só têm valor ali ao preço de uma estrita combinação, que tem por função excluir qualquer confissão entre o real e o pensamento. Longo caminho percorrido desde o texto da *Sagrada Família* sobre o processo de fruto, no qual a dedução hegeliana foi substituída, invertida, para tornar-se uma redução empírica: a passagem pela equação, que arranja e transforma a redução e a dedução, coloca no mesmo plano, confunde numa única crítica, os dois métodos tradicionais do conhecimento idealista: a análise tal como é agora definida distancia-se tanto do empirismo quanto de espiritualismo lógico.

Para Macherey (1979, p. 200), da crítica à dedução hegeliana, Marx passa à crítica da redução empírica, e essa mudança seria a saída da dialética e a

passagem para o método empírico. Ou seja, a crítica se refere tanto ao idealismo quanto ao empirismo. Neste ponto temos outra observação:

Ao cabo da operação complexa redução-dedução, a noção de relação de troca para mais nada serve; pode-se abandoná-la, como já se fez com muitas outras: “Os dois objetos são, pois, iguais a um terceiro *que, por si mesmo, não é nem um nem outro*. Cada um dos dois deve, enquanto valor de troca, ser reduzido ao terceiro, *independentemente do outro*”. (MACHEREY, 1979, p. 200)

Percebe-se que para encontrar o valor é preciso sair da equação da relação de troca e buscá-lo em um terceiro elemento que não aparece explicitamente na equação, que não diz respeito aos objetos da equação. A preocupação agora é demonstrar que não é possível se chegar ao valor a partir de reduções e deduções.

Segundo Macheray (1979, p. 200), não seria possível se chegar ao valor apenas pela observação empírica, tanto da troca (*na* relação dos termos da troca) como da mercadoria (*nos* termos da troca), qualquer um desses percursos não levam ao valor, é preciso seguir outro caminho que seria o da construção do conceito. Entende que a troca nos leva ao valor, mas não nos diz quem ele é. Aqui nos deparamos com o problema do real e do conceitual. No real percebemos a existência do valor na troca, mas esse real não expõe o conceito de valor, seu conceito precisa ser alcançado de outro modo pois, para Macheray, trata-se de um objeto de outra natureza, ele não consegue entender a relação entre o conceitual e o real, entende-os segundo a lógica formal, separa-os, a compreensão do movimento dialético não foi assimilada por Macheray e, assim, ele procura separar os elementos, ou seja, fica só na análise, não conseguindo reconstituir o real no conceitual, pois não faz a síntese, não volta para a totalidade. Por isso, entende que o valor não deve ser confundido com a mercadoria (objeto que o sustenta), tanto existe à parte delas como também não está nelas. Macheray (1979, p. 201) compreende que o valor tem uma natureza diferente dos termos da troca, não sendo um objeto que está entre os dois termos, deste modo, o valor só pode ser encontrado enquanto um conceito. Para Macheray (1979, p. 201), a análise empregada por Marx não é dialética no sentido hegeliano, pois não se trata de um movimento contínuo, sendo constantemente interrompido, vejamos:

A análise do valor não é dialética, no sentido hegeliano deste termo, dado que não depende de uma “dialética das mercadorias” (identidade, resolução no conceito já dado de início sob forma não-desenvolvida). O movimento da análise não é contínuo, mas incessantemente interrompido pelo questionamento do objeto, do método e dos meios da exposição.

Essa observação esclarece um pouco mais sobre a crítica dupla que Marx faz ao hegelianismo e à dialética. A partir de um exemplo da geometria dado por Marx, Macherey (1979, p. 201-202) procura explicar o que é um conceito e como ele aparece em Marx. Macherey (1979, p. 201) entende que a análise rigorosa em Marx possui um raciocínio próprio da geometria devido a um exemplo dado pelo próprio Marx, o que consiste em um raciocínio abstrato e que aparece no final da exposição. Nesse momento, Macherey (1979, p. 201) destaca o próprio posicionamento de Marx (1996, p. 91), quando expressa que irá explicar seu método de análise a partir do método da geometria, no intuito de diferenciar a sua análise da análise empírica. Faz isso na explicação da passagem da troca ao valor e conclui que os valores de troca das mercadorias devem ser reduzidos a algo que lhes é comum. Temos a partir disso duas questões importantes a serem clareadas, uma entender o método geométrico de análise utilizado por Marx, e outra entender como Marx explica o valor da mercadoria a partir do método geométrico.

Ao se chegar à medida da superfície do triângulo encontramos tanto um dado particular que é a medida daquele triângulo, quanto um dado geral que se refere à equação que nos levou a encontrar a medida. Sendo assim, as medidas variam, mas a equação não, e é isso que é o conceito, de uma realidade particular se encontra o conceito, o qual enquanto conceito expressa uma realidade em geral, num certo sentido universal. Quer dizer, o conceito equivale à equação, nos leva ao desdobramento e à compreensão de uma dada realidade particular, a qual o conceito se refere. Vale destacar que o conceito, mesmo sendo uma expressão abstrata, tem, neste caso, sempre uma relação com a realidade prática.

Deste modo, a expressão abstrata é, afinal, e fundamentalmente, relacionada com cada “objeto” tomado em si mesmo, isto é, independentemente dos demais: ela não é o conceito das relações entre objetos, isto é, um conceito empírico, mas o *conceito de cada objeto em*

particular, discernido graças à mediação da relação, mas não produzido por ela: assim é que a crítica (implícita) do hegelianismo é ao mesmo tempo uma crítica (explícita) do empirismo. (MACHEREY, 1979, p. 202)

No trecho acima, Macherey quer deixar claro que a expressão abstrata, ou seja, o conceito, se refere a cada objeto em particular, abstraído dos outros objetos, separado, e não a todos os objetos juntos em suas relações. Para Macherey, aqui, encontra-se uma crítica direta de Marx ao empirismo que consideraria todos os objetos se relacionando, pois entende essas relações enquanto um fenômeno empírico. É importante verificar a falta de entendimento de Macherey sobre o que é o método dialético e como ele aparece em Marx, e a confusão que ele faz entre o empírico e o conceito de totalidade e síntese em Marx. A crítica de Marx aos economistas se faz por eles considerarem o todo no começo, quer dizer, por eles procurarem entender a totalidade das relações no início da exposição, o que os confundiu. Marx utilizou o método de análise junto com a síntese, Macherey não entendeu o movimento de síntese feito por Marx em sua exposição, parece que ele só entendeu que a totalidade das relações significa uma visão empírica e, por isso, deve ser desprezada. Não compreendeu que a crítica tecida por Marx aos economistas diz respeito à ordem da exposição, não ao fato de que a totalidade das relações deveriam ser deixadas de lado. E, assim, Macherey continua sua exposição pautado nessas crenças que desprezam a totalidade e a síntese enquanto o ponto de chegada da construção conceitual. No trecho, a seguir, Macherey (1979, p. 202) procura entender que a análise dialética feita por Marx reduz os objetos reais a um objeto simbólico, vejamos:

A equação da superfície, como a da troca, é uma idéia, isto é, um “objeto” de espécie bem diferente: não um conteúdo da realidade, mas conteúdo de pensamento, para utilizar uma classificação já empregada, uma generalidade III [Cf. L. Althusser, *Pour Marx*: “Sobre a dialética materialista”], compreende-se então que, ao dizer que a análise reduz os objetos reais a um terceiro “objeto”, o termo objeto seja utilizado num sentido simbólico (mas não alegórico: o conceito é de fato certa espécie de objeto).

Assim, o terceiro “objeto” da troca consiste num “objeto” no sentido simbólico do termo, pois se trata de um conteúdo do pensamento, um conceito. Diferente de

um conteúdo que trata da realidade em si; o conceito ou a equação tanto da troca como da superfície são resultados de pensamento e não uma descrição do real empírico. Deste modo, Macherey entende que a construção conceitual se dá em separado da realidade, afastando Marx da materialidade de sua abordagem. Na verdade, diferente de Macherey, entendemos que em Marx o conceito é construído a partir do material, e não como uma existência a parte, a relação entre o conceitual e o material em Marx é permanente, não há como separar. E é nesses termos que o problema da relação entre o teórico e o histórico na exposição de *O Capital* aparece, onde Macherey (1979, p. 203) procura afastar o histórico do teórico, pois admitir isso significaria admitir a sua relação com a dialética hegeliana:

O procedimento da exposição nem é o de uma redução empírica, nem o de uma dedução conceptual (se Marx dá a impressão de seguir o movimento da tal dialética – sabemos que se trata apenas de “flerte” – é mostrando precisamente que ela é enganosa, que ela não descreve o movimento real, mas o jogo de uma ilusão): a partir das abstrações empíricas (que orientam, guiam, a prática econômica e as suas ideologias científicas), é preciso constituir esse conteúdo de pensamento, esse *concreto-de-pensamento* que é o conceito científico: esse conteúdo nem é absolutamente derivado nem absolutamente deduzido, mas *produzido* por um trabalho de elaboração específico.

Sendo assim, para Macherey, o concreto pensado (*Gedankenkonkretum*) é resultado do conceito científico e não derivado da experiência empírica ou deduzido de um conceito. Acredita que Marx usa o método dialético em sua exposição para mostrar que ele é enganoso, pois em vez de descrever a realidade descreve a ilusão. Entende que Marx procura, com isso, se afastar das ilusões, a fim de fazer o caminho do conceito, que será num primeiro momento um caminho negativo, não do modo dialético, mas do modo analítico. Essa posição de Macherey reflete o pensamento de Althusser, que considera que a ordem de exposição de Marx “nada tem a ver com a história, é uma ordem específica, que ele prefere chamar de ordem de *análise* teórica...” (SOUZA, 2005, p. 5). Para Souza (2005, p. 5), Althusser não entendeu que o método de análise expresso por Marx (1999, p. 39-40), em seu texto “O Método da Economia Política” (parte III da “Introdução”), o qual consiste no processo que vai da representação caótica do todo às determinações mais simples, foi o método empregado pela economia política, e o método cientificamente correto

aplicado por ele faz o caminho inverso, do simples ao complexo, do abstrato ao concreto dado pelo pensamento, ou seja, das determinações mais simples à representação do todo, porém não mais caótica. É o processo de síntese que faz aparecer o concreto no pensamento, e foi justamente esse o aspecto deixado de lado pela escola de Althusser, a qual Macherey faz parte.

O problema dessa visão de Macherey diz respeito à cisão que ele vai estabelecendo na sua interpretação à exposição de Marx, entende que Marx separa conceito de realidade, ou seja, que a construção conceitual se dá num plano diferente do real. A questão reside na relação entre o lógico e o histórico, à medida que Marx afirma não seguir a cronologia dos acontecimentos ao longo da sua exposição. Ao procurar diferenciar a investigação da exposição, Marx abre precedentes para diversas interpretações de seu texto, e assim, Macherey prefere entender que a construção teórica de Marx não tem relação com o real.

Quando Macherey separa a construção do conceito de valor da relação de troca, cai num idealismo. Admite que a constituição do conceito de valor não é um resultado do trabalho da realidade sobre ela mesma, e nem de um trabalho da ideia sobre si mesma. Ao mesmo tempo que para Macherey o conceito de valor não é dado a partir da troca, mas se fazendo a abstração dos mesmos, das suas individualidades, das suas particularidades, sendo a situação privilegiada da troca que nos permite fazer essa abstração empírica. O problema aqui parece estar no entendimento que Macherey tem de abstração, que parece ser de uma cisão definitiva.

Mesmo colocando que o conceito de valor é um resultado do trabalho da ideia sobre a própria realidade, Macherey parece não ter entendido bem esse aspecto da exposição de Marx, manteve-se resistente a qualquer forma que pudesse remeter Marx ao método dialético. Repudiou a contradição, aceitou-a somente enquanto formal e, no caso acima citado, não percebeu a relação entre o teórico e o real. Nesse aspecto, Macherey se posiciona tanto contra a ideia dos que afirmam um materialismo dialético em Marx, que pensam a autodeterminação da matéria, quanto contra o idealismo dialético hegeliano que entende a realidade enquanto autodeterminação da ideia, a dialética está fora de questão, para ele. A discordância de Macherey em relação à lógica dialética, enquanto algo que ajuda a resolver qualquer problema do mesmo modo, ou como algo que evita os problemas

misturando exterior e interior, início e fim, pode ser uma redução vulgar do conceito de dialética. Ao contrário do que pensa Macherey, a dialética procura expor a complexidade das coisas, porém, desvendando-as.

Não se trata de pensar separadamente ou de maneira justaposta uma estrutura sincrônica e outra diacrônica, mas sim, pensar o tempo lógico e o histórico no interior de um mesmo gênero. Essa unidade entre o lógico e o histórico é, por excelência, contraditória, pois, é pensar que as categorias lógicas podem transformar-se, negar-se a si próprias, serem postas em devir (permanente) e conservarem ainda assim, um valor de verdade. Isto significa dar “vida” às categorias lógicas, e mostrar que o tempo conceitual não é incompatível com o tempo histórico. (BENOIT, 2003, p. 5)

Porém, Macherey não admite esse aspecto dialético do método expositivo de Marx, porque ele o entende como um método idealista, e isso faz com que ele vá contra o próprio Marx, que afirma utilizar a dialética enquanto método de exposição. Deste modo, Macherey entende o processo de construção teórica como um processo científico de abstrações cada vez mais profundas e, com isso, coloca a exposição de Marx no rol da construção racional, pois ao negar a dialética, nega a relação entre o real e o conceitual, e todas as contradições que a permeiam.

Sendo assim, Macherey (1979, p. 205) afirma que “o conceito de valor é produto do trabalho do conhecimento que suprime precisamente na relação, o que ela continha de evidentemente característico (o que a distinguia, fazendo ver), para desalojar os fantasmas que a perseguem”. E isso constitui o trabalho do conceito na própria realidade. Observe como Macherey (1979, p. 205) impregna o pensamento de Marx de idealismo:

O conceito só pode ser produzido a partir dos conceitos (dando-se as costas às realidades empíricas): é o que poderia dar a impressão de um processo especulativo. Há de fato uma mudança no nível do conceito: não no interior do conceito, mas no exterior (a passagem de conceito em conceito); esse movimento não é produzido pelo conceito, mas produz o conhecimento a partir do conceito em condições materiais determinadas.

Para que a construção conceitual aconteça, é preciso dar as costas à realidade, o trabalho dos conceitos se dá dessa forma para Macherey, e é nesse momento que o processo de abstração ocorre. Entretanto, Macherey adverte que

esse aspecto não se trata de um processo especulativo, ou seja, não se trata do trabalho da ideia por si mesma o que caracterizaria um idealismo, essa é apenas uma impressão. Na verdade, Macherey não enxergou que a passagem de um conceito para outro só se dá devido às próprias condições da realidade material.

O fato de desvincular a construção conceitual da realidade, Macherey termina por tirar o aspecto revolucionário da exposição de Marx, pois entende que o aparecimento do conceito sobre a realidade material não a modifica. O que é muito diferente da finalidade que Marx quis implementar em sua obra, a de superar o mais rápido possível a sociedade burguesa.

Macherey (1979, p. 205), na intenção de ressaltar a total desvinculação da matéria em relação à ideia, faz uma referência ao próprio Marx, quando diz que o real não sofre influência, quando da descoberta de um novo conceito acerca da realidade, aspecto que é interpretado de forma diferente pelos teóricos que aceitam a dialética enquanto método de exposição, entendem que a filosofia de Marx é uma filosofia da prática e, por isso, o conceito retorna à realidade no intuito de transformá-la. Neste caso, o propósito da transposição do concreto no pensamento é que esse pensamento retorne ao concreto.

Macherey (1979, p. 205), ao seguir a tradição althusseriana, procura de todo modo negar o aspecto dialético do método utilizado por Marx, porém ele mesmo acaba não deixando claro certas passagens da exposição, dando respostas muito sucintas e efêmeras, afirma que: “O real não é modificado diretamente pelo aparecimento desse conceito [dialética]”. Depois cita Marx, numa passagem que se refere à relação entre pensamento e realidade, onde afirma que o pensamento não interfere no real. O que acontece é que Macherey, por não compreender a dialética, acaba entendendo a construção conceitual como uma mera operação mental, tal como a tradição a entende, cabe nesse momento, fazer algumas ponderações:

O que caracteriza o conhecimento dialético é, primeiramente, que o verdadeiro (Hegel), o racional e o concreto (Hegel e Marx), não são de acesso imediato a qualquer tipo de intuição intelectual ou experiência direta, que intuiria ou tomaria o objeto no seu ser dado imediato, mas que eles são o resultado de um movimento de pensamento, do que Hegel chama de 'trabalho do conceito', que expõe progressivamente, a partir das determinações mais simples e abstratas do conteúdo, suas determinações cada vez mais ricas, complexas e intensas, até o ponto de sua unidade, que

não é uma unidade formal, mas uma unidade sintética de múltiplas determinações. (MÜLLER, 1982, p. 22-23)

Sendo assim, tanto para Marx como para Hegel, conhecer o real depende do trabalho dos conceitos, que consiste em um movimento que sai do conceito mais simples em direção aos mais complexos, o real, o concreto, só pode ser apreendido pelo pensamento, este é o responsável pela construção conceitual. Essa passagem do simples ao complexo não é compreendida por Macherey, justamente por representar o método dialético de exposição aplicado por Marx, que leva a uma unidade múltipla. Macherey parece não saber diferenciar pensamento de conceito, o pensamento elabora o conceito, o conceito é um resultado do pensamento, o pensamento pode tocar o real a partir do conceito, o conceito é elaborado a partir do real, a determinação do conceito vem do real, porém é elaborado pelo pensamento. Essa distinção é importante para que não se coloque Marx no rol dos idealistas, e por não entender essa diferenciação Macherey prefere afastar Marx da dialética. E, assim, ele segue abordando o aspecto que lhe interessa, o aspecto material da construção do conceito, ou seja, a matéria toca o pensamento, mas o pensamento não toca a matéria, não diretamente, esquecendo o aspecto revolucionário da obra de Marx, que é: o conceito tocando a realidade, e implementando a revolução.

Mais adiante, Macherey (1979, p. 206) admite que a realidade toca a construção conceitual, ao mesmo tempo que a passagem de um conceito ao outro não acontece de modo espontâneo, muito pelo contrário, é um resultado do trabalho do conhecimento, e para que trabalho do conhecimento nessa construção conceitual não pareça ser mero idealismo, admite que a coisa é suporte do conceito de mercadoria, quer dizer, o conceito de mercadoria aparece a partir da coisa, pois ela é o suporte material do conceito. Neste ponto, é importante notar que, ao mesmo tempo em que a coisa não é a mercadoria, ela permite o aparecimento do conceito de mercadoria. Ou seja, a mercadoria só existe no corpo da coisa, só vemos a mercadoria a partir da sua manifestação a partir da materialidade da coisa, neste caso é que a coisa pode nos confundir, quando o conceito de mercadoria se manifesta na coisa.

Agora Macherey (1979, p. 206) passa à última observação sobre o ponto de partida enquanto análise do valor da mercadoria em Marx, que consiste em ir além da dupla face da mesma, vejamos:

A “coisa de dupla face” era apenas, portanto, um “primeiro enfoque” (do mesmo modo, aliás, que as duas coisas ao mesmo tempo: os termos da contradição *desapareceram*): a mercadoria não é uma realidade dilacerada, contraditória, separada do *seu* valor. Pelo contrário, a mercadoria é bem determinada pela sua qualidade fundamental (a partir de um *quantum* de trabalho): simplesmente ela não é como aparece (e reciprocamente).

O conceito de mercadoria não é dado espontaneamente pela ideia de coisa, a mercadoria possui outros atributos além da coisa. Neste ponto, Macherey demonstra que a contradição desaparece à medida que se entende que valor e mercadoria, e coisa e mercadoria não estão separados, fazem parte de um mesmo processo, estão interligados. Pois a qualidade fundamental do valor é determinada pelo *quantum* de trabalho contido na própria mercadoria, ou seja, o valor da mercadoria se manifesta a partir da mesma, deste modo não estão separados. Da mesma forma, coisa e mercadoria também não estão separadas, fazem parte uma da outra, ao mesmo tempo em que uma não é a outra, deste modo se diferenciam qualitativamente. Pois, sendo o valor da mercadoria algo determinado pelo *quantum* de trabalho nela contido, ele não é a coisa, mas se manifesta pelo corpo da mesma. A coisa permite o aparecimento do valor da mercadoria, mas não é o valor. O que determina o valor da mercadoria é o *quantum* de trabalho nela contido que, por sua vez, se manifesta por meio do corpo da mercadoria, ou seja, só pode ser visto através dela. Podemos concluir, então, que a mercadoria toma emprestado o corpo da coisa para se manifestar, e do mesmo modo o valor também toma emprestado o corpo da mercadoria para se manifestar. O valor da mercadoria não é algo que existe enquanto materialidade, enquanto concretude. O valor não é a realidade material, ele só se manifesta a partir dela, e para encontrarmos o seu conceito precisamos abstrair a realidade material e o que faz ele não ser uma mera criação conceitual é a sua existência a partir de uma realidade material. Quer dizer, abstraímos a realidade material porém, ao mesmo tempo, sabemos que o conceito de valor sai dela.

Para Macherey (1979, p. 206), a realidade do valor é ser um fantasma, pois ele não é a coisa, entretanto só pode se manifestar a partir desta, pois usa o corpo de outrem. O valor incorpora em um corpo que não lhe pertence, ele aparece como coisa, mas não é a coisa. Não sendo a coisa, e nem sendo a mercadoria, o valor se caracteriza por não possuir nenhuma característica empírica, ao mesmo tempo em que se constitui uma realidade que vem da matéria, mas se constitui uma realidade prática, presente nas relações sociais. O valor aparece enquanto um fantasma por ser resultado não do trabalho em si, mas do *trabalho em geral*, ou seja, é um resultado geral e não particular, sendo o valor a média geral dos trabalhos em particular. Sobre esse aspecto é bom recordar que, no início da sua exposição, Marx utiliza a palavra valor ao se referir ao valor de troca, só mais à frente é que faz a diferenciação entre valor de troca e valor.

Se a coisa que tem duplo aspecto não passa de representação inadequada, valor de uso e valor de troca não devem de modo algum ser colocados no mesmo plano. Não pode haver contradição entre eles, a não ser ignorância ou ilusão (e assim a contradição é apenas a da ilusão). Podemos então voltar a um problema já considerado: “dois fatores” da mercadoria não foram obtidos por diferenciação no interior do conceito. (MACHEREY, 1979, p. 206)

É importante observar nesse trecho que o duplo aspecto da coisa enquanto algo contraditório não deve ser considerado do mesmo modo que valor de uso e valor de troca, também não deve ser colocado no mesmo plano de duplicidade e de contradição, colocá-los nessa condição representaria um engano, uma aparência. Pois, esses dois fatores da mercadoria não foram obtidos por diferenciação no interior do conceito, ou seja, não foram obtidos por meio de uma contradição entre eles, e sim por um processo ilusório, aparente.

Os “objetos” que se apresentavam na troca são nesse momento tão-só “sublimados”: “não manifestam mais que uma coisa”. Chegamos à derradeira condição: o trabalho em geral que é depositado, acumulado, cristalizado, entranhado nas mercadorias. Esse trabalho é por sua vez produzido por uma “força única”: “a força de trabalho de toda a sociedade, a qual se manifesta *no conjunto dos valores*”. (MACHEREY, 1979, p. 206)

Para se chegar à definição do valor da mercadoria é preciso passar por um processo de abstração que Macherey (1979, p. 206) chama de “sublimação” dos objetos da troca. Essa “sublimação” consiste em enxergar os objetos enquanto coisa, e nada mais além disso. Pois só com essa abstração é que conseguimos perceber o trabalho generalizado contido na coisa, ou seja, a força de trabalho de toda a sociedade. É preciso deixar de lado as características particulares dos objetos da troca e enxergá-los enquanto coisa, para que se perceba o trabalho abstrato neles contidos que determina o valor de troca dos mesmos. Esse é o processo analítico desenvolvido por Marx que vai do elemento mais simples à totalidade complexa, até chegar ao conceito de valor de troca que consiste na quantidade de trabalho geral contido nos objetos da troca.

O estudo analítico partiu do elemento simples (o valor) para voltar à totalidade complexa e estruturada que o constitui em última análise: e desse modo o valor só se define em relação ao todo dos valores; distingue-se assim radicalmente do uso que só se determina em relação à coisa. A expressão: valor *da* mercadoria assume, pois, novo sentido, dado que não constitui mais o derradeiro termo da análise, mas apenas uma das suas fases; se a substância do valor é o trabalho em geral (que não deve confundir com o trabalho “independentemente de qualquer forma de sociedade”, p. 58), é que o elemento simples do valor só tem sentido *diacrítico*, pelas relações que mantém com todos os demais valores. O estudo formal dos elementos simples é, pois, incompleto em si mesmo. Ao estudo de uma contradição formal, aparente, irá suceder o das contradições reais que constituem o modo de produção capitalista. (MACHEREY, 1979, p. 206 e 207)

Macherey entende a primeira contradição apresentada como aparente que leva às outras contradições reais, contrapõe contradição formal e contradição real, sendo a formal uma contradição aparente dos elementos simples, porém necessária para se alcançar as reais contradições do modo de produção capitalista. Sendo o valor o elemento simples que leva a outro elemento mais complexo a ser analisado que é a sua própria substância, o trabalho em geral. O valor dá o tom do trabalho, quer dizer, se manifesta enquanto um acento, deste modo, o seu estudo é incompleto em si mesmo por ser apenas uma representação de uma dada realidade, a realidade do trabalho.

Segundo Macherey (1979, p. 207), a mercadoria representa a sua própria história, pois ela é o resultado de uma sucessão irreversível de formas, que vai da coisa à mercadoria, do valor de uso ao valor de troca, do trabalho útil ao trabalho social, da diversidade das necessidades à unidade da força de trabalho da sociedade. Ou seja, essa análise da relação de sucessão onde a coisa útil se transforma em mercadoria é considerada irreversível por ser um resultado do processo histórico, não sendo possível se voltar no tempo, quer dizer, não sendo possível a mercadoria se tornar somente coisa, o valor de troca se tornar valor de uso, a generalidade do trabalho retroceder para a diversidade dos trabalhos, mas ao mesmo tempo é possível um retroceder conceitual, teórico.

Vimos que, para Macherey (1979, p. 207), o valor se apresenta de forma diacrítica, por apenas representar a quantidade de trabalho contida na mercadoria, por não representar o valor de uso da mesma, na verdade, ele modifica a percepção da mercadoria, que acaba não sendo mais percebida enquanto valor de uso, e sim enquanto valor. Já o valor de uso não se apresenta da mesma forma, "... mas na sua relação direta com a coisa: ele não assume seu sentido a partir de uma totalidade estruturada, mas no interior de uma diversidade radical" (MACHEREY, 1979, p. 207). Sendo assim, o valor de uso se determina dentro da diversidade dos usos, quer dizer, dentro da variedade qualitativa da utilidade presente em cada mercadoria. Com essa consideração, Macherey (1979, p. 207) quer demonstrar a dissimetria existente entre o valor da mercadoria e o seu valor de uso, onde o valor se refere à mercadoria e o valor de uso possui relação direta com a coisa, daí a dissimetria entre coisa e mercadoria e entre valor e valor de uso, vejamos:

É, pois, impossível apresentar as características distintivas do valor de uso e do valor de troca sob uma forma analógica: à mercadoria o seu valor como à coisa a sua utilidade. Uma vez mais, não há simetria, nem reciprocidade: a distinção dos dois níveis não é abstrata (no interior de uma totalidade ideal, dividida contra si mesma), mas real. E só o método analítico permite elucidar essa distinção.

Assim, no trecho acima citado, Macherey conclui que o método utilizado por Marx é o analítico, pois é o que permite conhecer a distinção entre valor de uso e valor, e não o método dialético hegeliano, pois pressupõe uma abstração no interior

de uma totalidade ideal, o que não ocorre, pois a distinção dos níveis é real e não abstrata, não ideal. O problema de Macherey é apenas entender a dialética dentro da mistificação dada por Hegel a ela, ele não compreendeu o que Marx (1996, p. 140) disse no Posfácio da segunda edição d'*O Capital*, que iria invertê-la, e que essa mistificação não o impedia de utilizar o método dialético. Macherey (1979, p. 207) se preocupa apenas em reforçar o aspecto científico da exposição de Marx, descartando seu aspecto dialético, pois esse traz resquícios do idealismo especulativo hegeliano, como o conceito de totalidade. Procura negar qualquer aspecto especulativo da exposição de Marx, demonstrando que os conceitos são construídos a partir do método analítico, com isso peca ao não perceber a síntese presente na exposição de Marx. Argumenta que a exposição utiliza o método analítico, e que a construção teórica segue a parte da realidade, tornando Marx ainda mais metafísico que o Marx da dialética.

Veja algumas considerações feitas por Macherey (1979, p. 207-208):

Dessa leitura das primeiras páginas de *O Capital* podemos tirar as conclusões seguintes:

- 1) A crítica do empirismo e a do idealismo especulativo vão reunidas.
- 2) O processo real (surgimento da mercadoria, na história econômica) não é diretamente reproduzido (refletido) pelo movimento da análise: no entanto, a diferença “histórica” que faz com que se possa conceber a coisa sem a mercadoria, mas não a mercadoria sem a coisa, é reencontrada na ordem da exposição que estabelece os requisitos dos conceitos: no quadro dessa ordem dogmática que pertence de direito à análise, a mercadoria não pode ser apresentada como o equivalente, ou o inverso da coisa. Assim se exprime a necessidade de uma ordem de sucessão que permite pensar a passagem da coisa à mercadoria, mas não o inverso.

Deste modo, o momento em que a ordem conceitual se encontra com a ordem histórica ocorre, segundo Macherey, quando a coisa se define sem a mercadoria. Porém, mais adiante, depois do surgimento da mercadoria, o processo inverso não acontece, pois não mais é possível definir a mercadoria sem que o conceito de coisa exista. Logo, a abordagem conceitual acaba por tocar a história da transformação da coisa em mercadoria. O conceito pode ir e vir, mas a ordem estabelecida historicamente não. Pois a mercadoria historicamente não deixa de ser

mercadoria e se transforma apenas em coisa, só conceitualmente, do mesmo modo que o conceito de mercadoria não possui uma relação de equivalência, ou seja, de igualdade, de equidade com a coisa e nem é o seu inverso. A mercadoria não é o contrário da coisa e nem está numa relação de igualdade com ela, o que ocorre é uma relação entre o histórico e o conceitual de uma para com a outra, a mercadoria precisa do conceito de coisa para que o seu conceito apareça, da mesma forma que a mercadoria surge historicamente a partir da existência da coisa. Nesse ponto, o aspecto dialético não visto por Macherey aparece em seu discurso.

O valor não está para a mercadoria assim como o uso está para a coisa: porque esses termos só têm sentido em níveis muito distanciados da análise conceitual. Essa impossibilidade formal, que define uma ordem dogmática entre conceitos, é também a melhor maneira de elucidar a ordem histórica: assim a ordem dogmática não é distinta da ordem histórica como o pensamento é distinto do real (no interior do real): a ordem dogmática permite pensar a ordem histórica. (MACHEREY, 1979, p. 208)

Sendo assim, nesse dado momento da exposição conceitual o processo histórico interfere diretamente, como que fixando o caminho irreversível do percurso trilhado na constituição da mercadoria, criando assim uma impossibilidade de retorno tanto histórico como formal, como já dito anteriormente. Outra questão que se levanta, aqui, diz respeito à relação entre valor e mercadoria, se essa relação tem alguma similitude com a relação coisa e valor de uso. Sendo a relação da mercadoria com o valor uma relação onde o valor representa algo que está para além dele que é a quantidade de trabalho, diferente da relação coisa e valor de uso, onde neste caso, o valor de uso é algo que está diretamente presente na própria coisa. Pode-se perceber, então, que o valor da mercadoria representa algo para além dela, ao mesmo tempo que o seu valor de uso representa a sua própria materialidade, ou seja, representa a mercadoria enquanto coisa, suas qualidades concretas, e não o seu valor de troca.

Como podemos observar, os conceitos não conservam um sentido imutável no curso da análise. Por exemplo, o conceito de mercadoria é no início algo como um conceito “euclidiano”: a mercadoria aparece numa forma de contornos nítidos (o equivalente de uma figura); é

desse modo suscetível de definição empírica. (MACHEREY, 1979, p. 208)

Essa observação sobre o curso da análise leva em consideração algo muito importante em Marx, que diz respeito à complexidade de sua exposição, que é a transmutação que os conceitos vão sofrendo no decorrer do texto. Essa transmutação ocorre pela graduação da análise, é como se fosse uma lente que no início vê o processo material nítido e depois é como se essa lente fosse perdendo o foco, pois o material deixa de ser o foco, que passa para outros aspectos não mais presentes no contorno nítido da figura dado pela observação empírica. Assim, ele começa com a nitidez material da mercadoria e, logo, muda o foco para outro elemento da análise que é o valor, esse não possui contornos fixos que possam ser vistos como uma figura desenhada em um papel, deste modo, Macherey separa a construção conceitual do concreto, desvinculando-a do real.

O mesmo não acontece com o conceito de valor que não é suscetível dessa definição (ele a exclui de saída): o valor surge numa forma não-definida; o seu conceito deverá ser constituído pela combinação de uma redução e de uma dedução. Mas, recorrentemente, uma vez destacada a substância do valor, a mercadoria surge como incompletamente caracterizada pela sua definição (que era apenas manifestação); em seus contornos empíricos era apenas fantasma de si mesma: confrontada com o verdadeiro conceito do valor, ela sofre uma metamorfose. (MACHEREY, 1979, p. 208)

Ao caminhar no conceito de valor, retorna ao conceito de mercadoria, demonstrando que a visão anterior dela não era a real, era apenas uma aparência, uma fantasia. Descobrimo que a mercadoria se utiliza do corpo de outrem para aparecer, percebe-se, então, que o que foi visto anteriormente enquanto mercadoria não corresponde ao que ela é na realidade. Assim, Macherey vai deixando cada vez mais claro o que entende por aparência, diferente do entendimento de Marx, para ele aparência é uma falsidade.

Assim os conceitos, se não são desenvolvidos uns a partir dos outros, também não são postos uns ao lado dos outros, numa relação de indiferença: eles se trabalham e se transformam mutuamente. O processo do conhecimento é também, mas não por si só, um processo material. (MACHEREY, 1979, p. 208)

Macherey quer demonstrar, acima, que Marx não desenvolve um conceito a partir do outro, ele mostra uma primeira abordagem do conceito de mercadoria, depois passa para o conceito de valor e acaba retornando ao conceito de mercadoria e lhe dando novas configurações. Macherey não compreende a síntese em Marx, que une os elementos. É certo que Marx não segue um caminho linear, primeiro um conceito depois o outro, pelo contrário, na construção de um conceito, Marx vai ampliando a visão do que já se tinha anteriormente.

Há pois uma contradição entre as leis da aparência e as leis da essência. A secção I [d'O *Capital*] tem pois como objetivo o capitalismo pois ela trata da aparência do capitalismo; mas ela não tem como objeto o capitalismo, pois ela põe o que o capitalismo “nega” e ela põe entre parênteses essa negação. A continuação da exposição d'O *Capital* é pois uma negação desse ponto de partida, ou uma passagem à essência. (TEXIER, 1990, p. 78)

A dificuldade de Macherey está em entender esse movimento da aparência para a essência, assim, Marx começa pela aparência e caminha em direção à essência, deste modo, ao longo do texto vai negando a aparência posta no começo. A seção I d'O *Capital* trata da circulação simples, considerado por Texier como a aparência do capitalismo, o ponto de partida de Marx. E Macherey (1979, p. 208) parece não compreender esse movimento teórico, e opta por outra explicação, entretanto admite que os conceitos não seguem a tradição empírica, onde os conceitos são colocados lado a lado, num processo de comparação. O que ocorre é uma transformação mútua na construção teórica dos mesmos, ou seja, Macherey entende que Marx faz algo diferente, mas não admite que esse novo faz parte do método dialético aplicado por ele. Para Macherey (1979, p. 208-209), Marx sai de conceitos mais ideológicos, mais primitivos, para conceitos científicos, deste modo uns conceitos vão sendo abandonados e outros, considerados úteis, vão sendo mantidos. Nesse percurso, do ideológico ao científico, os conceitos passam por um tratamento que acaba por modificá-los, transformá-los. Deste modo, o trabalho de análise passa pelo crivo do método científico, que trabalha análise e abstração; pelo tratamento lógico que estuda a forma, a expressão do conceito e seu processo contraditório; e pelo da prática matemática que o equaciona, o mede e o reduz.

Assim, a partir de um método de análise minuciosamente científico nada parece escapar. Entende que o método analítico empregado por Marx faz com que os conceitos passem por um processo de transformação, onde a mudança de um interfere no outro ao longo da exposição. O que era visível torna-se invisível, torna-se fantasma, o que aparecia em contornos nítidos passa a ser apenas uma representação, uma aparência do que estamos investigando. Macherey chama esse processo de análise do trabalho dos conceitos, onde os conceitos se transformam mutuamente.

Dessa maneira o trabalho do conhecimento efetua-se em dois sentidos ao mesmo tempo (nisso é que ele é verdadeiramente dialético). O texto de *O Capital*, como vimos desde o início, é escrito em dois níveis: o da teoria científica em geral (forma do raciocínio) e o da prática de uma ciência particular: conforme o leiamos colocando-nos sob um outro ponto de vista, os conceitos têm uma ação diferente... (MACHEREY, 1979, p. 209-210)

Os conceitos de conteúdo põem os conceitos ideológicos em prova, nesse momento eles fazem o papel dos conceitos formais, da ciência, até que se chegue aos conceitos científicos propriamente ditos. O trabalho desenvolvido por Marx, segundo Macherey (1979, p. 209-210), segue o rumo científico e não dialético.

Porém, mesmo tentando esconder a todo momento a dialética, acaba reconhecendo o aspecto verdadeiramente dialético do trabalho dos conceitos presente em Marx. Mesmo discordando da abordagem dialética que aproxima Marx de Hegel, Macherey reconhece a dialética presente na exposição, que para ele aparece quando os conceitos são trabalhados ao mesmo tempo, onde a forma e o conteúdo se contrapõem, onde o conceito *de* ciência é trabalhado junto com o conceito *da* ciência. Macherey entende a dialética apenas enquanto algo relacionado à construção teórica e desvinculado da realidade concreta, não conseguiu perceber a dialética como Marx a tratou, enquanto parte do movimento do próprio real, do concreto e não apenas como uma construção ideal.

A sistematização da exposição científica de Marx não se dá de forma homogênea, linear e coerente como Macherey tentou expor. Pelo contrário, a contradição aparece no texto de Marx e não é negada por ele, não aparece enquanto uma negação do verdadeiro, como sempre foi tratada ao longo da história

do conhecimento e da verdade. E foi assim que Marx avançou em relação aos economistas clássicos, justamente porque aceitou a contradição enquanto parte operante da própria realidade, nesse aspecto, a sua exposição é prova crucial disso, não separando o real do conceitual.

Embora o objetivo de *O Capital* não seja uma narrativa histórica, suas categorias têm como referência um objeto historicamente constituído – não na forma eterna, natural e única da produção social – de modo que muitas vezes as passagens da apresentação dependem de pressupostos históricos, evidenciando a impossibilidade de uma mera dedução lógica dos conceitos. (GRESPLAN, 2012, p. 32)

Assim, os conceitos aparecem não enquanto equivalentes ou similares, mas como eles se apresentam na realidade material. Marx não impôs o conceitual ao real, e nem fez uma construção conceitual desvinculada, à parte do real como Macherey tentou demonstrar, pelo contrário, o real foi ponto de partida constante na construção dos conceitos.

Então, “Determina-se neste ponto como a forma dialética da apresentação só está correta quando ela conhece seus limites”, “limites” que correspondem à impossibilidade de se tratar “apenas de determinações conceituais e da dialética destes conceitos”, apontando para a necessidade de serem incorporados pressupostos históricos para completar a passagem de um momento para o outro da apresentação. (GRESPLAN, 2012, p. 32)

E assim, Marx busca também se afastar do idealismo, buscando sempre a referência no real, no material, no histórico. Deste modo não temos em Marx uma dialética dos conceitos, conforme a *Ciência da Lógica* de Hegel, temos, segundo Grespan (2012, p. 32-33), a dialética real do objeto e, para ele, esse foi o motivo de Marx diferenciar método de pesquisa e método de apresentação, onde o primeiro precede necessariamente o segundo, e foi sobre esse aspecto que Macherey se perdeu, além de não conseguir se desvincular do olhar metafísico da ciência, que separa o pensamento do real, fez a crítica à dialética, pois não soube separá-la do idealismo.

Assim, a discordância de Macherey em relação à lógica dialética, enquanto algo que ajuda a resolver qualquer problemas do mesmo modo, ou como algo que

evita os problemas misturando exterior e interior, início e fim, parece ser uma redução vulgar do conceito de dialética, pois a crítica não deveria se dirigir à lógica dialética e sim ao idealismo.

Ao contrário do que pensa Macherey, a dialética procura expor a complexidade das coisas, desvendando-as. Segundo Saad Filho (2011, p. 22), “a dialética materialista seleciona a característica mais importante do concreto e reconstrói os seus demais aspectos a partir da essência”, sendo a essência “o aspecto objetivamente mais geral dos particulares”, ela existe “apenas *nos fenômenos e através deles*, e os fenômenos não são apenas a forma de manifestação da essência mas, mais precisamente, a sua *forma de existência*”. A essência é revelada analiticamente, ela não existe por si, é encontrada nos particulares, deste modo, não se encontra separada dos fenômenos. Marx procura chegar à essência partindo da aparência e não rompendo com ela, procura encontrar o *ser* a partir do *não-ser*. Entende que esses elementos não são necessariamente excludentes, muito pelo contrário, a aparência só existe a partir da essência, logo, a aparência ou o fenômeno levaram à essência.

Resta explicar a idéia de que, no *Capital*, a distinção entre essência e aparência é, do mesmo modo que qualquer outra, uma distinção entre a totalidade e suas partes. Cada fato ou relação isolada é uma aparência cuja plena significação (ou realidade) só pode ser articulada com a condição de ser teoricamente integrada em sua totalidade estruturada. (GERAS, 2005, p. 220)

Deste modo, é preciso compreender os fenômenos em sua totalidade, para que saiamos da aparência do sistema e adentremos à sua essência. Assim, o uso que Marx faz da dialética o ajuda a expor categorias complexas e aparentemente inacessíveis pela tradição pelo fato ficarem na aparência, não adentram a essência, ficam na fragmentação do real, não alcançando a totalidade. Ao contrário, Marx expôs de forma detalhada e minuciosa as entranhas do sistema capitalista de produção, desdobrando o conceito de valor da mercadoria a partir do método dialético, partindo do mais simples ao mais complexo, do mais aparente, do exterior ao interior sem perder a sua conexão com o concreto, com a totalidade. Marx admite a contradição enquanto parte da realidade, e segue o seu percurso de análise e síntese.

3.5 O PONTO DE PARTIDA HISTÓRICO

Agora discutiremos o aspecto histórico do ponto de partida, e para tanto estudaremos a abordagem de Zelený que, além de discutir o ponto de partida em Marx, trava um debate entre o lógico e o histórico e entende o histórico enquanto o aspecto materialista de Marx, aspecto que demonstra o seu rompimento com a tradição idealista hegeliana. No processo de construção conceitual dá bastante ênfase ao ponto de partida enquanto gênese histórica, mesmo admitindo que o lógico e o cronológico não necessariamente coincidem. Ele também procura ressaltar em seu texto o aspecto científico da obra de Marx, e a relação direta entre a exposição e a investigação.

O problema do ponto de partida para Zelený (1978, p. 63) passa pelo estudo de dois aspectos, o primeiro diz respeito a que objeto tomar como ponto de partida, e o segundo sobre como deve ser o começo científico. A discussão que se passa aqui também coloca em evidência o caráter científico do começo da exposição d'*O Capital*.

O aspecto da exposição científica parece roubar a cena do debate, e como já observado, essa foi a grande questão enfrentada por Marx, e o que o levou a refazer inúmeras vezes o capítulo primeiro de sua obra. A preocupação era começar a exposição de modo científico, o que implica em discutir a concepção de ciência em Marx. Zelený também procura fazer esse debate, quando aborda o problema do ponto de partida em sua obra que pode ser traduzida como *A Estrutura Lógica do Capital de Marx*, e, com isso, procura estabelecer o que difere Marx dos economistas em relação à abordagem empírica-materialista e de Hegel em relação à abordagem dialética-idealista.

Zelený (1978, p. 63) leva em consideração o materialismo de Marx, no qual o ideal é nada mais que o material transposto e traduzido na mente do homem (MARX, 1996, p. 140), o que evidencia o aspecto materialista de seu pensamento em relação a Hegel. Neste caso, esse é um aspecto que Zelený procura explicar em

seu texto, não nega a relação de Marx com Hegel mas, ao mesmo tempo, procura destacar o aspecto materialista do método dialético de Marx.

O primeiro aspecto a ser abordado por Zelený diz respeito ao objeto a ser analisado na sociedade capitalista de produção que, por sua vez, parece possuir uma relação direta com o método de investigação. Sendo que se esse objeto partir da realidade objetiva, o método de investigação se dá de modo empírico, o que leva às representações empíricas e depois aos conceitos. Enquanto o segundo aspecto diz respeito ao segundo momento, o da exposição do pensamento, o da representação do real na mente do homem, o que o difere do método de investigação. Esse alerta é dado pelo próprio Marx (1996, p. 138) no Posfácio da segunda edição d'O *Capital*, depois das críticas que recebeu por usar o método dialético e sofrer a influência de Hegel na sua exposição foi acusado de ter tratado a Economia metafisicamente.

Entre as defesas e acusações sobre ser Marx influenciado pelos empiristas ingleses ou por Hegel, Marx (1996, p. 140) se posiciona:

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*.

Nesse trecho, Marx deixa claro que a investigação feita por ele é empírica, pois precisa captar detalhadamente a matéria para analisar suas várias formas e suas conexões internas, porém a exposição do pensamento, ou seja, do movimento real no pensamento, se dá de outra forma. Para Marx, a exposição do movimento real deve espelhar idealmente a vida da matéria no pensamento, e esse fato é que faz parecer ser o seu pensamento uma construção *a priori* da qual foi acusado. Marx não propõe nenhuma construção *a priori*, muito pelo contrário, parte da matéria para a compreensão da realidade, é dela que faz a construção do real na cabeça do homem, é o real que precisa ser transposto no pensamento. E é esse aspecto que Zelený procura esclarecer.

Para tratar da concepção de ciência de Marx, Zelený observa as diversas concepções presentes na época moderna que acabam por influenciar as de Marx. Procura, assim, observar o quanto a concepção científica empirista influenciou o pensamento dos economistas e, por conseguinte, busca diferenciá-los de Marx, mostrando, deste modo, o quanto ele rompe com a tradição meramente empírica e com a tradição idealista hegeliana, sendo justamente o problema do ponto de partida importante para demonstrar essa diferença.

Zelený (1978, p. 63 e 64) observa a relação entre a concepção de Locke e as análises de Smith e de Ricardo, a qual se difere das análises e consequentemente da concepção de ciência de Marx. Zelený destaca que o empirismo de Locke parte de uma interpretação individualista e contemplativa, enquanto que Marx prefere a concepção histórico-coletivista e prática.

A abordagem teórica de Marx está, segundo Zelený (1978, p. 64), pautada na sua concepção materialista-dialética pois, para Marx, ela não teria nenhum valor se estivesse separada da história real, assim constitui o seu caráter dialético processual “nunca se trata de subjugar simplesmente os casos singulares abaixo de uma concepção geral conclusiva”¹⁹ (ZELENÝ, 1978, p. 64).

Zelený (1978, p. 65) ressalta a preocupação de Marx com o problema do ponto de partida na metodologia da exposição do modo de produção capitalista, essa preocupação aparece desde a “Introdução” incompleta de 1857 e nas críticas que tece a Smith e Ricardo nas *Teorias sobre a mais-valia*. Para ele a preocupação de Marx está em fazer uma exposição sistemática genético-estrutural, quer dizer, uma exposição sistemática que abarque a gênese e a estrutura do objeto.

Aqui, o problema passa pelo estado de desenvolvimento da ciência em questão onde, no século XVII, a ciência econômica procurou começar pelo todo, que acabou por fazer uma representação caótica deste. Marx (1999, p. 39-40) identificou o erro dos economistas clássicos por optarem em começar sua exposição pelo todo complexo, cheio de determinações e, portanto, caótico. Nesse momento da sua crítica aos economistas, Marx (1999, p. 39-40) expõe o método cientificamente correto que começa pelo processo de abstração das determinações mais simples

19 “... nunca se trata de subsumir simplemente los casos singulares bajo una concepción general conclusa”. (ZELENÝ, 1978, p. 64)

até chegar ao todo vivo. Assim, chega-se às representações do todo de maneira não caótica.

Com isso, Zelený (1978, p. 66) faz uma distinção entre Ricardo e Marx, onde Ricardo parte da determinação simples, que é concebida como essência fixa, enquanto Marx, parte da determinação simples concebida como célula, unidade “simples”, elementar, que dá origem aos contrários. Com Ricardo temos a explicação de um todo complexo mediante a chamada abstração formal, sem a mediação do método genético-estrutural feita por Marx. A abstração formal entende os conceitos enquanto fixos, já o método genético-estrutural entende os conceitos enquanto parte de um processo, ou seja, esses conceitos estão em movimento, parece ser esse o método inovador utilizado por Marx, que buscava entender os conceitos dentro de suas relações mutantes, enquanto originários de uma estrutura, onde na estrutura que ajudaram a construir passam a ter uma nova configuração.

Daí a diferença fundamental nos procedimentos do saber: no primeiro caso [o de Ricardo - VF], a ciência é a explicação de um todo complexo através da abstração formal, ou seja, através da simples transposição do velho método axiomático da matemática para os demais objetos; no segundo caso [o de Marx - VF], esta explicação acontece através de sua reprodução mental mediante o método da análise genético-estrutural, que pressupõe a essência não como fixa, mas como autodesenvolvimento. (OLIVEIRA, 2004, p. 40) (Grifo nosso)

Segundo Zelený (1978, p. 66), para Marx, a célula elementar da sociedade capitalista se apresenta sob a forma de mercadoria, a forma-valor do produto, ou seja, a mercadoria é vista como forma econômica específica. Ela desempenha a função de “célula originária” e, deste modo, a sua análise torna-se o ponto de partida de toda a análise genético-estrutural do capitalismo.

O que qualifica a mercadoria como célula originária é o fato de que a forma da mercadoria é um fenômeno econômico a partir do qual uma linha contínua histórico-genética conduz até o capital e o capitalismo, assim como o fato de que a forma mercantil é, no mecanismo do capitalismo desenvolvido, a forma econômica elementar, cuja captação é pressuposta pela captação das formas econômicas mais complicadas. (OLIVEIRA, 2004, p. 40-41)

Zelený (1978, p. 67) procura explicar como a mercadoria serve de fio condutor histórico-genético que conduz até o capital e o capitalismo. Entende “que a forma mercantil é no mecanismo do capitalismo desenvolvido a forma econômica elementar que tem a capacidade de ser pressuposto na compreensão das formas econômicas mais complicadas do capitalismo” (ZELENÝ, 1978, p. 67). A mercadoria exerce a função de levar, através de seu desenvolvimento histórico, à compreensão do sistema capitalista mais complexo. Estudando o desenvolvimento histórico da forma mercadoria, partindo de sua condição histórica inicial e chegando à sua condição histórica atual, percebemos as diversas transformações que sofre, e assim chegamos à sua forma capitalista. Deste modo, a análise mediante o método histórico-genético conduz, desde a sua forma mais simples, até a sua forma mais complexa, permitindo compreender, passo a passo, esse desenvolvimento e a consequente complexificação de sua forma no sistema capitalista. Zelený dá grande importância à referência que Marx faz à história, procurando a gênese da mercadoria, ou seja, ele entende que o processo de busca do mais simples é um retorno ao aspecto histórico. Porém, mais à frente veremos que ele separa o lógico do cronológico, pois admite que a construção lógica do conceito em Marx não segue rigidamente a ordem cronológica e, a partir desse momento, percebemos que Zelený passa a tratar o histórico enquanto o material, enquanto as relações sociais entre os homens, o qual Marx sempre toma como referência no seu desenvolvimento conceitual.

Sobre essa abordagem surge outro problema visto por Zelený (1978, p. 68) acerca da escolha desse ponto de partida em Marx. Em se tratando de ciência, esse ponto de partida não só depende do desenvolvimento da ciência em si, como vimos até agora, mas também do estágio do desenvolvimento da própria realidade investigada, onde entra o aspecto histórico. “Era necessário um elevado estado de desenvolvimento da economia capitalista para que o valor de troca e o valor aparecessem claramente como simples ponto de partida de todo o sistema das relações capitalistas” (ZELENÝ, 1978, p. 68).

Para Marx, o problema da escolha do ponto de partida tem a ver não somente com o estágio de desenvolvimento da ciência de que se trata, mas também com o estágio de desenvolvimento da própria realidade investigada. Foi necessário um desenvolvimento elevado da economia

capitalista para que o valor de troca e o valor aparecessem como ponto de partida simples de todo o sistema das relações capitalistas. (OLIVEIRA, 2004, p. 41)

Essa questão que surge nos remete a Hegel que está relacionada ao método de análise histórico-genético utilizado por Marx, em virtude da abordagem científica que procurou dar ao começo de sua exposição. Segundo Zelený (1978, p. 68), a concepção marxiana do ponto de partida científico ao mesmo tempo em que tem conexão com Hegel se encontra em agudo contraste crítico com o mesmo.

A crítica hegeliana às concepções anteriores do problema do ponto de partida de um sistema científico tem elementos verdadeiros no sentido de que um todo em desenvolvimento não se pode entender mediante simples transposição do antigo método axiomático da matemática aos demais objetos. (ZELENÝ, 1978, p. 68)

Zelený entende que a proposta de Hegel de uma nova abordagem para se pensar o problema do ponto de partida da ciência é pertinente, em virtude de ele identificar o estudo de algo em desenvolvimento, que muda, que não é fixo. Deste modo, Hegel discorda do método axiomático da matemática que pressupõe uma essência fixa. Essa seria a grande contribuição de Hegel para a abordagem marxiana sobre o começo científico. Sobre a crítica hegeliana ao método axiomático da matemática, Zelený (1978, p. 68) diz o seguinte:

Este procedimento pressupõe uma essência fixa, enquanto que a nova ideia básica de Hegel consiste, como temos dito, em conceber a essência como autodesenvolvimento. Hegel preparou a tese marxiana sobre o ponto de partida da ciência com a sua ideia da estrutura circular do sistema científico e da vinculação indissolúvel do imediato (o não mediato) e do mediato na realidade e no conhecimento. (ZELENÝ, 1978, p. 68)

Essa ideia sobre o começo científico hegeliano encontra-se em seu livro *Ciência da Lógica*, e Zelený (1978, p. 68-69) leva em consideração a influência desse texto na escrita científica de Marx, porém ressalta o aspecto idealista hegeliano descartado por Marx que é a identidade entre ser e pensamento. Veja como ele faz essa crítica:

Porém, ao mesmo tempo, a solução hegeliana do ponto de partida do sistema científico está predeterminada e deformada pelo princípio idealista-objetivo da identidade de pensamento e ser. Ao considerar como realidade mais própria e desenvolvida das divinizadas categorias lógicas, da qual a realidade material da natureza e da sociedade seria mera encarnação, Hegel põe ao começo de seu sistema na *Lógica* o conceito do “Ser”, do “ser puro” “ser sem determinação anterior”. A simples liberação de todas as determinações faz deste “ser puro” ao mesmo tempo o “Nada”. A ciência começa, pois, propriamente com a unidade de “Ser” e “Nada”, com o que está dado ao mesmo tempo o princípio do movimento imanente necessário, que conduz às categorias mais complexas e à construção de todo o sistema científico. (ZELENÝ, 1978, p. 69)

O movimento, identificado por Hegel, que vai do abstrato ao concreto, do mais simples ou indeterminado ao mais complexo ou determinado, é o que orienta Marx em sua exposição.

(...) Marx reelabora as ideias dialéticas hegelianas do ascender desde o simples, pobre em determinações, até o complicado, rico em determinações, a ideia, pois, da ciência como um círculo, e da conexão do imediato com o mediato. Ao mesmo tempo em que faz isso, Marx reelabora também essencialmente a teoria pré-marxista da reordenação da realidade e do conhecimento. (ZELENÝ, 1978, p. 69-70)

Em sua abordagem, Marx acaba por fazer uma crítica ao sistema hegeliano, à divinização das categorias lógicas. O problema da abordagem hegeliana posto por Zelený (1978, p. 69-70) está em conceber esse movimento enquanto movimento da realidade, onde o abstrato, ou o indeterminado, cria a realidade concreta. Quanto a isso, Marx discorda veementemente, e usa o método do movimento do abstrato ao concreto como uma forma do pensamento se apropriar da realidade concreta e complexa e não como automovimento de certo pensamento, no sentido de o próprio pensamento se autodeterminar no mundo, onde o pensamento é capaz de se realizar enquanto ser material. Em Marx, o pensamento se apropria do material, procura transpor o material no pensamento e não o contrário.

Na reprodução intelectual de uma realidade complexa, Marx não parte da análise de conceitos abstratos, mas da análise de outra realidade simples, da concreção elementar da célula originária, cuja determinação, considerada a partir do todo complexo desenvolvido, é abstrata. O todo

concreto aparece como resultado da subida do abstrato ao concreto, o que revela o caráter circular do procedimento dialético e que em Marx é apenas a forma própria da apropriação e reprodução do concreto pelo pensamento. (OLIVEIRA, 2004, p. 41)

Segundo Zelený (1978, p. 70), Marx não parte da análise de conceitos abstratos, mas da análise de uma realidade simples, esse é o abstrato em Marx segundo Zelený, não parte de um conceito, mas de uma realidade e, com isso, ele está isento de qualquer abordagem idealista²⁰. Aqui, parece difícil entender o conceito de abstrato em Marx, abstrato enquanto simples, enquanto realidade, mas isso não seria o concreto? Bem, Zelený parece não resolver claramente essa questão, existe aqui uma confusão conceitual. Como visto anteriormente, Ilienkov resolve melhor essa questão, pois entende o ponto de partida em Marx, como a primeira abstração, aquela que vem diretamente das impressões sensíveis, não só do conteúdo material das coisas, mas também da relação social entre elas. E é dessa primeira abstração que Marx parte, da representação do mundo sensível na mente do homem, que vem de uma realidade concreta. Ela é uma representação do real, não o real e nem mesmo o real transposto do pensamento, ainda não é o concreto pensado (*Gedankenkonkretum*). Deste modo, a análise sobre o ponto de partida em Marx ganha interpretações diversas, as que vão entendê-lo enquanto abstrato, e as que vão entendê-lo enquanto concreto, remetendo-o ao empirismo.

Na verdade, Zelený está mais preocupado em mostrar o aspecto materialista de Marx do que em resolver essa confusão conceitual, do ascender do abstrato ao concreto que, diferente de Hegel, não significa o automovimento do pensamento, ou da Ideia que leva à objetivação de ambos, mas a apropriação da realidade concreta pelo pensamento. Neste caso, o concreto não vem do pensamento e sim o contrário, o pensamento apropria-se intelectualmente do concreto. Sendo assim, Zelený (1978, p. 70) entende que por mais que Marx se utilize da dialética hegeliana, ele a faz enquanto método de exposição do pensamento e não enquanto movimento de autodeterminação da Ideia. Para Zelený, o que Marx quer é conhecer a realidade

20 “[A] oposição do trabalho abstrato aos trabalhos concretos e, daí, do valor ao valor de uso, não é o resultado de uma ação generalizante efetuada pelo teórico, mas produto do real-efetivo do modo como se constitui o capital como objeto específico, devendo a teoria limitar-se a reproduzi-la e apresentá-la através de conceitos” (GRESPLAN, 2012, p. 31). Assim, a abstração parte do real, não é algo arbitrário ao real, não é uma ação efetuada meramente pelo teórico, as diversas abstrações ao longo da exposição de Marx têm sempre como ponto de partida o real.

material e não determiná-la pelo pensamento, este precisa captar a matéria, reproduzi-la na mente. Entende que se o pensamento quer conhecer a matéria deve seguir o caminho dado por ela, sendo assim, a história dá o rumo da construção conceitual:

O estudo da diferença entre a concepção materialista e dialética marxiana e a idealista e dialética hegeliana sobre o problema do ponto de partida do sistema científico conduz, pois, às questões de suas concepções diferenciadas e contrapostas do desenvolvimento dialético e da relação entre o procedimento da exposição teórica e da história real. (ZELENÝ, 1978, p. 70)

A questão posta é sobre a diferença entre a concepção marxiana e hegeliana da dialética e a relação entre o procedimento da exposição teórica e da história real. Segundo Zelený, na concepção marxiana a dialética é utilizada como procedimento da exposição teórica, agora, cabe pensar a relação entre a exposição dialética de Marx e a história real. Não seria o real também dialético? Essa relação poderia identificá-lo com o idealismo hegeliano? Em que medida a exposição científica de Marx tem relação com o desenvolvimento histórico e como essa relação se distancia da concepção hegeliana? Observe o que Zelený (1978, p. 73) nos diz a respeito dessa relação:

A análise de Marx se move simultaneamente em dois planos, o plano do desenvolvimento teórico (Marx diz, às vezes, “desenvolvimento lógico”) e o plano do desenvolvimento histórico real. O movimento no plano do desenvolvimento teórico é derivado, é em certo sentido, também parte da história real, e precisamente das conexões básicas da história real.

Aqui, a relação entre o desenvolvimento teórico e a história real é clara, se o método dialético é utilizado por Marx para pôr o real no pensamento, esse método de exposição precisa em alguma medida seguir o movimento da realidade. Não estamos falando do automovimento do pensamento, mas no movimento dialético da realidade captado pelo pensamento. “O movimento no plano do desenvolvimento teórico, ainda que possa divergir do movimento da história real, e prolongar-se em sentido oposto a ele, não é uma construção *a priori*, mas ‘reflete... simplesmente a vida do material’” (ZELENÝ, 1978, p. 73). Isso diferencia Marx de Hegel, o seu

desenvolvimento teórico abstrato da exposição de *O Capital* toca constantemente a realidade concreta, não enquanto determinada pelo pensamento, mas enquanto determinante do pensamento.

Ao caracterizar a análise marxiana geralmente se enfatiza que o desenvolvimento teórico de Marx *toca* constantemente a realidade histórica factual. A afirmação é importante. Todo *O Capital* de Marx está penetrado por esta constante oscilação entre o desenvolvimento dialético abstrato e a concreta e sensível realidade histórica. (ZELENÝ, 1978, p. 73)

Toca e ao mesmo tempo se separa dela, expressando a partir da abstração suas relações internas, idealizada e tipificada, esse é o papel da ciência, pôr no plano ideal a realidade histórica dada.

Mas ao mesmo tempo, devemos também enfatizar que a análise marxiana *se separa* constantemente do curso e da superfície da realidade e expressa idealmente as relações internas necessárias dessa realidade. (ZELENÝ, 1978, p. 73)

Separa-se à medida que busca entender e compreender as relações internas da realidade que não aparecem na superfície da mesma. Para Marx fazer esse mergulho nas relações internas da realidade, ele usa o método da abstração, que procura separar os elementos e as características dessa realidade, para estudá-los. Esse processo de abstração só pode ser realizado por uma operação do intelecto, não pode ser visto nem encontrado mediante a mera observação da realidade concreta, que se apresenta como um todo complexo. O desvendamento da complexidade acontece a partir dessa operação do intelecto que é o método de abstração, necessário para demonstrar a complexidade da realidade. Essa é a proposta científica de Marx, segundo Zelený, a reconfiguração que ele faz em relação à concepção científica de seu tempo.

Marx tem podido *conceituar* a realidade histórica exclusivamente pelo fato de que constituiu a reconfiguração científica como organização interna, idealizada e tipificada, das relações capitalistas historicamente reais (ZELENÝ, 1978, p.73).

Segundo Zelený, para Marx a ciência precisa reconfigurar no plano intelectual a realidade, o que significa trazer a realidade para o plano do ideal, tarefa difícil quando, ao mesmo tempo em que expõe seu pensamento, procura distanciar-se de Hegel. Esse aspecto de sua abordagem para uma leitura apressada de Marx pode colocá-lo no rol dos idealistas. Mas como há muito já viemos frisando, colocar o material no plano do ideal não significa dizer que o ideal em seu automovimento objetiva a realidade concreta.

Esta “separação” não ocorre no interesse de um afastamento da realidade histórica, não é nenhum voo idealista da realidade. Pelo contrário, se efetua, no interesse da assimilação racional da realidade, no interesse da abordagem intelectual materialista-dialética da realidade. (ZELENÝ, 1978, p. 73)

A separação é uma operação realizada pelo pensamento, no sentido de procurar representar a realidade, de compreendê-la, de conceituá-la. Zelený (1978, p. 74) ressalta que sem esse procedimento feito pelo intelecto seria impossível para Marx explicar o caráter e a natureza do capitalismo. “Esse procedimento ‘ideal’ da reprodução intelectual da realidade é *necessário* para conceituar a realidade histórica factual; mas seria um erro supor que possa um dia substituir a realidade histórica” (ZELENÝ, 1978, p. 74). Esse é o movimento necessário na construção de uma teoria acerca da realidade.

Para tanto, Zelený (1978, p. 73) procura demonstrar o aspecto histórico factual da exposição de Marx e identifica duas formas que esse aspecto aparece no sistema científico de Marx. A primeira forma diz respeito a exemplos que ilustram o desenvolvimento teórico proposto, e a segunda forma é composta dos acontecimentos e fatos históricos, que não são por si só ilustrações do desenvolvimento teórico, mas historicamente dados. A intenção, aqui, é demonstrar o materialismo de Marx e o seu distanciamento do idealismo de Hegel.

Tal como o discurso de Hegel, também o discurso de Marx é posicional; propõe e institui objetividades específicas a cada passo do seu desenvolvimento. Ao contrário, porém, do discurso do idealismo, não se trata de um discurso da tomada de consciência ou do desenvolvimento do Espírito. Trata-se sim de reconstituir conceptualmente esse discurso que está aí tacitamente pronunciado em cada operação de troca, nos actos, nos

gestos e nas palavras dos homens concretos que, sem o saber, transformam os objectos, produtos do seu trabalho, em expressão uns dos outros, ao inclui-los num contexto social. (SILVA, 2006, p. 88)

Esses exemplos ilustram o tratamento materialista-dialético dado ao desenvolvimento teórico que Zelený (1978, p. 74) quer dar ênfase, ou seja, ao fato de Marx utilizar a dialética hegeliana, mas não o seu idealismo, dando a ela um tratamento materialista, onde o material é o ponto de partida do desenvolvimento teórico. Vejamos o que nos diz sobre isto:

Estes exemplos fazem a exposição mais intuitiva e vinculam-se com a concepção materialista dialética das conexões das formas legais gerais teoricamente desenvolvidas. Estas exposições histórico-fatuais se desenvolvem principalmente junto com a exposição teórica, ou mesmo *depois*, em capítulos especiais... (ZELENÝ, 1978, p. 74)

Esse tratamento tem relação com a análise genético-estrutural, onde, segundo Zelený, Marx busca a origem das formas capitalistas, pois essa origem garante entender a estrutura dessa sociedade. A análise genético-estrutural utiliza os fatos históricos como exemplos da forma de funcionamento do capitalismo que são dados ao longo da exposição teórica.

Já a segunda forma do uso que Marx faz dos fatos históricos ocorre da seguinte maneira, segundo Zelený (1978, p. 74-75):

O segundo grupo de exposições históricas está composto pelos acontecimentos históricos e os fatos históricos que não são em si mesmo ilustrações do desenvolvimento teórico, mas conscientemente introduzidos como forma de pressuposto comprovável, teoricamente indedutível e historicamente dados, para ser logo ponto de partida de novos desenvolvimentos históricos (ilustrados talvez por acontecimentos histórico-fatuais do tipo anterior).

Neste caso, os acontecimentos e fatos históricos são utilizados como pressuposto comprovável, ou seja, aquilo que não está posto, mas está presente e é comprovado pelos fatos, que teoricamente não podem ser deduzíveis caso não se demonstre na realidade histórica. Assim, a história real se faz presente e necessária na exposição teórica de Marx. Quanto a isso, Zelený (1978, p. 75) traz como

exemplo da função e da legitimidade dos acontecimentos histórico-fatuais as considerações de Marx sobre a acumulação primitiva de capital que demonstram a segunda forma da análise genético-estrutural materialista-dialética da exposição de *O Capital*, que consiste na análise histórica feita por Marx enquanto gênese, origem da estrutura do capital, e na análise conceitual onde os conceitos são analisados em suas contradições, dentro do movimento que vai desde a origem até a formação da estrutura do sistema, e nesse processo algumas fases que estão presentes no começo desaparecem na estrutura:

Marx distingue: a) as condições e os pressupostos da existência do capital que cria o capital mesmo por seu próprio movimento, e b) as condições e os pressupostos da existência do capital, que pertencem somente à história da criação do mesmo capital, que são meras fases da gênese do capitalismo, e que desaparecem enquanto que o capital se move já sobre seu próprio fundamento. (ZELENÝ, 1978, p. 75)

Deste modo, entende-se que a acumulação primitiva exemplifica muito bem certos fatos históricos presentes na gênese do capitalismo, mas que não permanecem na estrutura desenvolvida da forma capitalista. Como diz Zelený (1978, p. 75), “pertencem somente à história da criação do mesmo” e que ao longo do desenvolvimento desaparecem.

Outro aspecto importante para entender melhor a exposição teórica de Marx, trazido por Zelený (1978, p. 77), diz respeito à forma como Marx entende o conceito que é diferente da economia política:

O conceito marxiano de “conceito” expressa a forma lógica que não encontramos na economia política clássica inglesa e que é essencial para a concepção materialista-dialética da reprodução intelectual da realidade e para a análise genético-estrutural marxiana como tipo específico de análise.

Essa forma lógica expressa no conceito em Marx nos ajuda a compreender a sua exposição teórica, ou seja, a forma como conduz os conceitos e consequentemente a entender como ele se diferencia da economia política, assunto que tratado com mais detalhes no segundo capítulo a partir da abordagem dada por Ilienkov e que não está muito claro em Zelený. Compreender os conceitos em Marx significa, então, compreender melhor sua concepção materialista-dialética, quando

toma sempre como ponto de partida a própria realidade e a análise genético-estrutural que ele faz da realidade capitalista quando procura os fundamentos a partir da gênese histórica das estruturas capitalistas.

O “conceito” é para Marx a reprodução intelectual da articulação interna, da estrutura interna de um objeto, e precisamente dessa estrutura interna em seu desenvolvimento, em sua gênese, em sua existência e em sua morte. No conceito de “conceito” Marx elabora a forma lógica que unifica intimamente o ponto de vista estrutural e o genético, tal como corresponde à nova concepção lógico-ontológica, dialético-materialista. “Conceito” significa a captação racional, a reprodução intelectual, o reflexo intelectual do objeto em sua natureza genético-estrutural, ou seja, em sua legalidade genético-estrutural. (ZELENÝ, 1978, p. 77)

A forma lógica que Marx elabora no conceito corresponde a uma forma geral, universal²¹ que fala das relações internas, da origem, do desenvolvimento e da morte da coisa estudada. Sobre esse aspecto, vale ressaltar que “Marx não aceita o universal já constituído sem anteriormente inquirir sobre o processo de sua constituição” (SILVA, 2006, p. 85). Essa forma lógica do conceito esclarece também sobre a nova concepção lógico-ontológica utilizada por Marx que diz respeito à compreensão dialético-materialista da realidade. Essa forma consiste no entendimento do que vem a ser o movimento dialético da realidade, consiste em entender, como dito anteriormente, a essência enquanto movimento e não enquanto estática. Esse movimento não se refere à sucessão histórica das diferentes formas de sociedade, mas sim à sua articulação dentro da sociedade burguesa moderna.

Porém essa articulação (a) não é estática, mas existe apenas “no movimento”, tornar-se a base da forma que leva à ruína a forma transformada, que leva à gênese e ao desenvolvimento de outra forma; (b) e esta articulação processual na forma transformada possui conexões internas com a história nas fases nas quais a forma estudada se converte em “forma desenvolvida”. (ZELENÝ, 1978, p. 78)

21 Marcuse (2004, p. 117) ao interpretar o conceito de universal em Hegel, na *Ciência da Lógica*, faz a seguinte consideração que nos ajuda a entender melhor como Marx aplica o mesmo: “O conteúdo do universal está preservado no conceito. Se o universal é uma realidade, e não apenas uma abstração, o conceito designa esta realidade. Por outro lado, a formação do conceito não é um ato arbitrário do pensamento, e sim algo que acompanha o movimento mesmo da realidade. Em última análise, a formação do universal é um processo histórico, e o universal é um fator histórico.”

Sendo assim, a forma desenvolvida leva à morte sua forma anterior e é ao mesmo tempo a gênese, a origem de outra forma que está por vir. O movimento acontece desta maneira, a forma desenvolvida torna-se também a forma originária do movimento posterior, essa é a influência hegeliana na exposição de Marx, que marca o caráter dialético da mesma. Assim, é preciso levar em conta a gênese histórica para que se possa expor cientificamente a articulação processual da forma desenvolvida, e essa gênese histórica deixa claro o movimento da realidade identificado por Hegel enquanto autodesenvolvimento da Ideia, e identificado por Marx enquanto o resultado da ação dos homens mediante suas condições materiais, ou seja, o autodesenvolvimento da matéria, neste caso, em Marx o *a priori* seriam as próprias condições materiais dadas historicamente, essa é a principal diferença entre Marx e Hegel, pois para Hegel a Ideia é a própria matéria. Deste modo, para Marx, o estudo da gênese histórica passa a ter uma forte relevância para o entendimento da forma desenvolvida, ou seja, da forma investigada que, por sua vez, é sempre um resultado de um desenvolvimento anterior, e nesse aspecto Marx concorda com Hegel no sentido de entender a história como um movimento contínuo, onde o movimento posterior já é um resultado do movimento anterior, observe:

Não é possível expor cientificamente a articulação processual na forma desenvolvida sem levar em conta a gênese histórica, assim como os procedimentos teóricos capazes de interpretar as suas conexões estrutural-processuais e *ao mesmo tempo* o contexto histórico-genético *anterior* ao desenvolvimento da forma investigada. (ZELENÝ, 1978, p. 78-79)

Zelený destaca, no trecho acima, a importância da gênese histórica para a exposição científica de Marx, onde a mesma auxilia na articulação processual dos procedimentos teóricos necessários para interpretar as conexões estrutural-processuais, e o contexto histórico que deu origem ao desenvolvimento da forma investigada. Aqui, o destaque é dado para o desenvolvimento teórico da escrita marxiana, onde a articulação das ideias é dada pela exposição da gênese histórica, o que nos remete ao ponto de partida em *O Capital* de Marx. E para tanto caímos mais uma vez em Hegel, vejamos:

Ao caracterizar a forma lógica marxiana do “conhecimento conceituante” (ou “conceito”) utilizamos o termo “estrutura”: o fazemos em um sentido generalizado e específico que se liga com Hegel. A *Ciência da Lógica* hegeliana é a obra que, de um modo idealista, tem levado a uma nova concepção estrutural da realidade, ao novo conceito de estrutura: esse conceito não se expressa mediante uma ou duas categorias, mas apenas o sistema inteiro pode expressar a nova concepção da “estrutura” e dar uma teoria geral dela. (ZELENÝ, 1978, p. 79)

O conceito de estrutura remete à ideia de totalidade em Hegel que, para Zelený, influencia fortemente a abordagem marxiana, conforme exposto acima, sendo preciso considerar o todo e não apenas a parte, quer dizer, é preciso entender as partes em sua relação como o todo. Esse conceito de estrutura se refere ao sistema inteiro e não apenas a uma ou duas categorias que compõem a estrutura. Pensar o sistema inteiro e as suas articulações internas é o que Marx procura fazer na sua exposição, seguindo, deste modo, a orientação da lógica hegeliana e conseguindo, ao mesmo tempo, manter-se longe de seu idealismo. E Marx faz isso todo o tempo em sua exposição em *O Capital*, onde ao abstrair um conceito não perde de vista as suas relações com o todo, por exemplo, mesmo abordando a mercadoria enquanto valor de uso, não perde de vista a sua relação com o mercado e com as outras mercadorias.

Para Zelený (1978, p. 79), o conceito de estrutura é muito importante para entender o pensamento científico, e procurar entendê-lo sem relacionar Marx a Hegel certamente levará ao fracasso. Fugir do conceito hegeliano de totalidade, no caso aqui tratado, enquanto estrutura seria uma tentativa fracassada se se pretende entendê-lo sobre a base do materialismo dialético. E isso é o que muitos tentam fazer, exorcizam Hegel de qualquer abordagem marxiana e, para Zelený (1978, p. 79), esse não seria o melhor caminho para compreender a estrutura lógica do pensamento de Marx.

Sobre a estrutura lógica da exposição de *O Capital*, Zelený (1978, p. 80) procura exemplificá-la a partir da abordagem que Marx faz do *dinheiro*, onde num primeiro momento se busca a origem do mesmo. Esse início da exposição acerca do *dinheiro* é feito pela análise histórico-lógico, que serve apenas para dissipar sua obscuridade inicial, pois ainda não o conhecemos por inteiro. O primeiro momento é dado por essa análise, que busca a origem histórica da forma *dinheiro*.

Marx estuda primeiro a *origem* do dinheiro, explica o *nascimento* do dinheiro mediante uma análise histórico-lógica. Em sua opinião, se supera a primeira dificuldade da análise do dinheiro enquanto que se compreende sua origem a partir da mercadoria e da troca de mercadorias. Com isso se dissipa o enigma do dinheiro. Mas, o fato de que o dinheiro deixe de ser algo enigmático não basta para que seja conhecido, não termina seu conhecimento. (ZELENÝ, 1978, p. 80)

Deste modo, a análise histórico-lógica ajuda a superar apenas uma primeira dificuldade. Depois é preciso empreender outras formas de conhecer para se chegar a um conhecimento mais aprofundado, que conceitue a realidade conforme a concepção dialético-materialista. Outras análises, então, se fazem necessárias.

Marx continua a análise das várias funções do dinheiro (e das determinações formais que se desprendem dele), a análise das características qualitativas e quantitativas da expressão monetária das razões das trocas das mercadorias, logo a transformação do dinheiro em capital, no segundo volume a análise da fase monetária do capital industrial, e no vol. III a análise do capital monetário, o crédito, etc. Aqui se apresentam, pois, permanentemente *todas* as categorias lógicas de Marx, todo o aparato lógico categorial da nova concepção do determinismo, preparada pela *Fenomenologia* e a *Lógica* hegelianas. (ZELENÝ, 1978, p. 80)

E, assim, Zelený (1978, p. 80) compreende a lógica expositiva de Marx, que vai das categorias mais simples às mais complexas. Dos elementos históricos originários mais elementares à forma mais desenvolvida, sofisticada, complexa, mais cheia de determinações. Das relações mais simples como a análise das características qualitativas e quantitativas do dinheiro, que dizem respeito às suas relações de troca, até à sua transformação em capital que leva às fases do capital industrial e monetário. Sobre essa perspectiva, Zelený (1978, p. 80) concorda que a exposição lógica em Marx coincide com a lógica hegeliana no que diz respeito ao percurso do simples ao complexo, e isso teria relação com a análise histórico-lógica feita por Marx (2011, p. 193), observe:

O dinheiro como capital é uma determinação do dinheiro que vai além de sua determinação simples como dinheiro. Pode ser considerado como realização superior, do mesmo modo que pode ser dito que o macaco se

desenvolve no ser humano. Mas, nesse caso, a forma inferior é posta como sujeito predominante sobre a forma superior. De qualquer modo, o *dinheiro como capital* é diferente do *dinheiro como dinheiro*. A determinação nova tem de ser desenvolvida. Por outro lado, o *capital enquanto dinheiro* parece a regressão do capital a uma forma inferior. Mas é somente o seu pôr em uma particularidade que já existe antes dele como não capital e constitui um de seus pressupostos.

Assim, Marx demonstra o desdobramento do conceito de dinheiro, desde a sua forma mais simples, até a sua forma mais desenvolvida, enquanto capital. Essa construção conceitual, é claro, tem sempre como ponto de partida a história, os fatos concretos, porém, não segue necessariamente a ordem cronológica dos acontecimentos, pois Marx trata os conceitos sempre como pressupostos, na forma simples está pressuposta a forma desenvolvida, e na desenvolvida a simples²².

Na passagem que segue, Marx (1996, p. 439) se refere ao processo de produção do valor enquanto ponto de partida histórico e conceitual da produção capitalista, vejamos:

A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista.

Neste caso, Marx deixa claro que a produção de valor é o que caracteriza o ponto de partida da produção capitalista, sendo este tanto histórico quanto conceitual. Com isso, ele quer dizer que a produção de valor é o ponto de partida não só na gênese histórica do desenvolvimento da produção capitalista, mas também que o mesmo é o ponto de partida conceitual.

Aqui temos uma questão muito importante da análise do método empregado por Marx, que é a relação entre o lógico e o histórico. Quanto a essa passagem em Marx, Zelený (1978, p. 81) entende que esse ponto de partida histórico (a produção

22 Segundo Belluzzo (2013, p. 44): "A mercadoria, em sua dupla natureza de valor de uso e valor de troca é o ponto de partida da exposição porque exprime as 'relações elementares' do modo de produção capitalista já constituído em todas as suas formas." Belluzzo entende que esse movimento não se trata do movimento da dialética hegeliana, de superação e conservação. Para ele, o tratamento que Marx dá consiste em tratar as categorias já constituídas em todas as suas formas. E foi essa a inversão aplicada por Marx à dialética hegeliana, foi assim que ele a inverteu. Partiu das formas já constituídas, não reconstituiu historicamente seu objeto de estudo, partiu do próprio modo de produção capitalista, retornando à sua forma mais elementar, esse é o caminho inverso feito por Marx.

de valor), por ser também o ponto de partida conceitual, segue sendo o ponto de partida não só de todo o processo do capital já desenvolvido, mas também da estrutura interna da produção. Neste caso, o processo teórico-lógico e o processo histórico se relacionam.

Zelený (1978, p. 82) entende que esse processo pode ocorrer de forma paralela, quando o desenvolvimento do conceito coincide com o processo histórico, isso ocorre quando historicamente se passa de categorias²³ mais abstratas para as mais complexas. “E encontramos a relação de *incongruência* quando o desenvolvimento histórico tem sido diferente. Neste caso, a análise teórica segue por um caminho diferente do processo histórico...” (ZELENÝ, 1978, p. 82). Sendo assim, nem sempre o histórico coincide com o conceitual, porém ele é muito importante, pois o conceitual parte das condições dadas historicamente. O processo de construção conceitual, mesmo tendo como ponto de partida o histórico, enquanto o mais simples, segue por outros rumos necessários para a reconstrução do material na mente do homem.

O que se pôde observar sobre a exposição de Zelený, acerca da análise do ponto de partida em Marx, é o seu aspecto dialético que se apresenta tanto como dado historicamente no processo de gênese da sociedade capitalista, como para explicar os diversos momentos do desenvolvimento do próprio capitalismo. Ou seja, para ele, o ponto de partida estudado e analisado por Marx permite tanto explicar a gênese histórica do sistema capitalista de produção, como também os diversos momentos de desenvolvimento deste.

Para Zelený, o ponto de partida em Marx é histórico e é ele que permite a construção do conceitual. A origem histórica serve para a construção conceitual pois, para ele, se apresenta como o elemento mais simples do processo, é o começo simples que permite explicar posteriormente a complexidade que se desenvolve a partir dessa realidade histórica mais simples. Sendo a gênese do sistema capitalista mais simples que os seus desdobramentos, para Zelený, Marx começa por ela e, pouco a pouco, vai acrescentando aspectos mais complexos do desenvolvimento. A

23 Quanto a isso, Grespan (2012, p. 34) discorda, para ele: “as categorias se referem não às coisas em si mesmas, e sim à função a elas atribuídas pelo capital de acordo com o momento específico da constituição de seu conceito; e a apresentação delas adquire o caráter de enriquecimento progressivo de seu conteúdo, porque se complexificam gradativamente aquelas funções dentro do movimento totalizante do capital.” Assim, a ênfase dada não diz respeito ao objeto especificamente, mas a sua relação com o todo, ou seja, ao papel que exerce na totalidade. Isso nos faz pensar que não é a ordem histórica que conduz Marx na exposição das categorias econômicas, mas sim a forma como o capital as apresenta.

questão é que Zelený confunde o aspecto materialista com o histórico, e nesse caso, temos problemas em identificar exatamente por onde e como Marx começa sua exposição. Seria das relações de troca simples? Acreditamos que não, pois a análise implementada por Marx, no primeiro capítulo de sua obra, apresenta o conceito do valor da mercadoria em sua forma desenvolvida, sendo assim, esse simples não parece ser a forma histórica simples, a qual é negada pelo próprio capital.

3.6 O CAPITAL COMO PONTO DE PARTIDA

Agora passamos para o estudo da abordagem dada por Rosdolsky ao ponto de partida d'*O Capital*, que demonstra uma grande preocupação quanto àqueles que não admitem a influência hegeliana em Marx e, por isso, para ele, a publicação dos *Grundrisse* foi de extrema importância para provar essa influência. Pois, a partir desta, foi possível enxergar o que antecedeu à publicação d'*O Capital*, demonstrando o dilema de Marx em relação à exposição dos resultados de suas pesquisas e a sua escolha em seguir a exposição segundo a dialética vista em Hegel.

Assim, Rosdolsky em seu livro *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx* propõe o estudo d'*O Capital* a partir dos *Grundrisse*. Com isso, pretende argumentar contra as diversas abordagens que procuram combater a ligação entre Marx e Hegel ou pelo menos afastá-las. O problema em questão diz respeito à crítica marxista de tradição materialista que precisava distanciar Marx ao máximo do idealismo hegeliano. Rosdolsky se posiciona de forma diferente a essa tradição e, por isso, ele é chamado para o debate, pois faz o contraponto à mesma. Suas considerações procuram demonstrar a influência da dialética hegeliana em Marx.

No prefácio de seu livro, Rosdolsky cita uma série de comentários da crítica marxista que procura demonstrar essa separação entre Marx e Hegel. Ele deduz que essa crítica seja superficial, e logo em seguida aborda a grande importância dos *Grundrisse* para demonstrar o contrário, observe:

Seja como for, os *Grundrisse* de Marx eliminarão essa superficialidade. Em *O capital*, a influência de Hegel só se manifesta, à primeira vista, em algumas notas de pé de página. Já os *Grundrisse* são uma grande remissão a Hegel, especialmente à sua *Ciência da Lógica*, e mostram a radical inversão materialista de Hegel. (ROSDOLSKY, 2001, p. 17)

Rosdolsky entende que a influência hegeliana em *O Capital* é grande, mas que, ao mesmo tempo, Marx apresenta em seu texto uma radical inversão materialista, ou seja, inverte a ordem idealista de Hegel para uma ordem materialista. O que é interessante notar é que Rosdolsky, diferente de outros estudiosos como Macherey e toda a tradição althusseriana, não demonstra nenhum receio em identificar a dialética presente na exposição d'*O Capital*, pelo contrário, para ele é extremamente necessário conhecer esse aspecto do pensamento de Marx para a compreensão da obra. Por isso, Rosdolsky coloca os *Grundrisse* como obra fundamental para expressar essa influência teórica em *O Capital*, pois nela fica explícito a fonte que Marx bebeu para escrevê-lo.

Depois da publicação do *Grundrisse*, não será mais possível que os críticos acadêmicos de Marx escrevam sobre a sua obra econômica sem que antes tenham estudado seu método e sua relação com Hegel. Os *Grundrisse* serão o osso mais duro de roer tanto para os adversários como para os partidários do marxismo. Ao fim e ao cabo, porém, sua publicação elevará o nível geral da literatura econômica marxista. (ROSDOLSKY, 2001, p. 17)

Entender Marx requer compreender a dialética e a inversão materialista realizada por ele, deste modo Rosdolsky ressalta que essa influência de Hegel seria algo de difícil aceitação e entendimento entre os estudiosos marxistas e não-marxistas. E esse é o desafio que estamos procurando desvendar, qual a medida da dialética materialista de Marx? Como se dá essa inversão em seu texto? Para responder a essas questões podemos pensar um primeiro aspecto que já vem sendo analisado ao longo deste trabalho que é justamente a análise do ponto de partida d'*O Capital*. Pudemos verificar até aqui que esse ponto de partida diz respeito à riqueza da sociedade capitalista, que é representado pela mercadoria, nesse aspecto Marx parece seguir a tradição da economia política clássica, o que para Rosdolsky é um começo apenas aparente, vejamos:

A divisão visível da obra coincide ou não com a subdivisão convencional proposta pela economia burguesa? Sim, mas só aparentemente. A tarefa da investigação marxista consiste em não se deixar enganar por semelhanças superficiais, procurando chegar à essência da questão, às premissas metodológicas fundamentais que diferenciam a subdivisão de Marx em relação à convencional. (ROSDOLSKY, 2001, p. 39)

A exposição de Marx pode até parecer com a da Economia Política Clássica, segundo Rosdolsky, isso é apenas uma aparência, pois Marx não fica na superfície empírica desses conceitos, pelo contrário, procura chegar à essência, aos fundamentos e, por isso, se diferencia, “a economia política burguesa toma as suas categorias diretamente da empiria e as emprega como conceitos descritivos das formas econômicas em sua aparência imediata, sem conseguir penetrar em suas relações essenciais” (MÜLLER, 1982, p. 23).

Vemos, em Marx, não só uma inversão materialista, feita em relação à dialética hegeliana, mas também uma inversão empírica no sentido de entender o concreto não como dado empiricamente, mas como resultado da investigação. E, segundo Rosdolsky, é nos *Grundrisse* que o método de *O Capital* fica claro:

Marx demonstra aqui, antes de tudo, que “ir do abstrato ao concreto” é o único método científico adequado para “apropriar-se do concreto, reproduzindo-o como um concreto pensado”. Na Introdução, em uma passagem famosa, ele diz: “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, portanto a unidade do diverso.” Por isso, o pensamento só pode compreender plenamente o concreto “em um processo de síntese”, ou seja, pela reconstrução progressiva do concreto a partir de suas determinações abstratas mais simples. (ROSDOLSKY, 2001, p. 39)

Deste modo, Marx inverte também a lógica empírica da Economia Política Clássica, passando a considerar que o concreto da sociedade capitalista só pode ser dado pelo pensamento. Como já foi dito anteriormente, só o pensamento pode garantir o conhecimento da realidade concreta, pois nessa sociedade o real está escondido, não pode ser visto apenas a olhos nu, é necessário o exercício do pensamento para que a realidade das relações capitalistas de produção possa ser apreendida pela mente humana. É importante notar, aqui, tanto a inversão empírica feita por Marx como a inversão materialista que considera o material enquanto ponto de partida de toda e qualquer construção teórica. Sendo assim, Rosdolsky segue

citando uma passagem conhecida de Marx do livro *Sobre a Crítica à Economia Política*, e a *Introdução de 1957*, a única parte dos *Grundrisse* que foi publicada anteriormente, que faz menção à diferença do método empregado por ele e pela economia política, onde se refere ao abstrato e ao concreto.

Se a análise científica (econômica, no caso) começa diretamente “pelo real e concreto”, pelas próprias “condições reais” - por exemplo, a população ou o mercado mundial -, só poderá enxergar uma imagem difusa e totalmente indefinida da realidade. “A população é uma abstração se deixo de lado, por exemplo, as classes que a compõe. Essas classes, por sua vez, são uma palavra oca se desconheço os elementos sobre os quais repousam, como por exemplo o trabalho assalariado, o capital etc.” (ROSDOLSKY, 2001, p. 39)

Com isso, Rosdolsky quer mostrar como Marx estabelece a distinção entre o método da economia política e o método empregado por ele. Marx demonstra que a economia política começa pelo real, pelo concreto e, por isso, tem uma imagem difusa e indefinida da totalidade, deste modo é preciso, para compreender o todo complexo, começar pelo simples. A crítica que Marx faz deixa clara a nítida incompreensão da economia política acerca da sociedade capitalista, considerando-a, além de imagem difusa e indefinida, palavra oca. Marx não poupa palavras para se referir a falibilidade do método usado pelos economistas, e propõe um novo método, o qual considera cientificamente correto:

Por isso, o método cientificamente correto na economia política deve elevar-se “a partir do simples – trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca – até o Estado, o comércio entre as nações e o mercado mundial”, para poder examinar o desenvolvimento do modo de produção capitalista como uma totalidade orgânica. (ROSDOLSKY, 2001, p. 39-40)

Esse novo método não procura entender a realidade de uma só vez e à primeira vista, pelo contrário, o método correto deve elevar-se do simples ao complexo, por isso categorias como o trabalho, a divisão do trabalho, a necessidade e o valor de troca devem ser considerados primeiro, antes de se procurar entender o Estado, o comércio entre as nações e o mercado mundial que envolvem muito mais

elementos como os citados enquanto mais simples. Só assim será possível compreender, de fato, a totalidade orgânica da sociedade capitalista.

Rosdolsky reconhece que, quando Marx define o método cientificamente correto da economia política, pode-se entender que esse é o método que ele vai procurar usar também na escrita d'*O Capital*:

Reproduzimos esse trecho, tão frequentemente citado na literatura marxista, porque também nos esclarece sobre o plano estrutural de Marx em 1857; porque revela que já esse plano (como ocorreria depois com *O Capital*) “segue o caminho que parte das determinações abstratas na direção do concreto”. Não se pode interpretá-lo como se a subdivisão ali apresentada correspondesse ao “ponto de vista da matéria bruta”. (ROSDOLSKY, 2001, p. 40)

E assim podemos deixar claro o posicionamento de Marx quanto a partir das categorias mais simples, do abstrato, às categorias mais complexas, ao concreto. Quanto a isso, os *Grundrisse* são de extrema importância, pois demonstram essa prioridade metodológica em Marx e que, por sua vez, não parece dizer respeito apenas ao ponto de partida, mas se estende por toda a obra.

O plano original foi concebido como um processo de síntese, efetuando repetidamente a “passagem do abstrato ao concreto”. Isso fica bem claro na variante do plano que aparece nas p. 138 - 139 dos *Grundrisse*. Nela, a investigação parte das categorias gerais (valor de troca, dinheiro, preço) para chegar, através da análise da “estrutura interna da produção” - das categorias do capital, da propriedade da terra e do trabalho assalariado - à síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. (ROSDOLSKY, 2001, p. 40)

Assim, segundo Rosdolsky, Marx efetua repetidamente a passagem do abstrato ao concreto em sua exposição, esse parece ser o método empregado por Marx em toda a obra, neste trecho percebemos o que Macherey deixou de fora da sua abordagem, o processo de síntese implementado constantemente por Marx ao longo de sua exposição. Entende que a exposição se faz desse modo, utiliza esse percurso do abstrato ao concreto para desvendar, pouco a pouco, a complexidade da sociedade capitalista, sendo o concreto a síntese de múltiplas determinações e

relações, ou seja, a passagem do abstrato ao concreto é o movimento que leva à totalidade.

Nela se “contempla” a sociedade burguesa “em relação consigo mesma”, o que oferece novos pontos de vista. No entanto, este não é o último passo da concretização. Pois a economia nacional deve ser concebida também em suas relações com o exterior, com outras nações capitalistas (e não capitalistas), e, ao fim e ao cabo, como parte de um todo mais amplo, que compreenda o conjunto dos países. Só então chegamos à categoria do mercado mundial e da economia mundial como uma “rica totalidade com múltiplas determinações e relações”. Finalmente, o mesmo processo de “elevar-se do abstrato ao concreto” se repete também no “Livro sobre o capital”. Nele, Marx começa com o “capital em geral” para chegar, através do exame da concorrência e do sistema de crédito, à forma mais acabada que o capital assume, o capital dividido em ações. (ROSDOLSKY, 2001, p. 49)

Sendo assim, a passagem do abstrato ao concreto significa a passagem do capital em geral para o estudo das formas mais desenvolvidas do mesmo, como o mercado de ações. Pois, com base na forma geral se pode entender melhor as relações complexas.

Entender a totalidade para Marx (1999, p. 39-40) significa compreender o todo orgânico, ou seja, significa compreender que as partes precisam ser consideradas na totalidade, principalmente nas suas relações internas, para só depois se compreender as suas relações externas. É preciso entender seus mecanismos de funcionamento para poder vê-la em sua totalidade, e é isso que distingue Marx da Economia Política Clássica e que estabelece o seu método considerando, por ele, como o método cientificamente correto a ser usado.

O que distingue o plano inicial, antes de mais nada, é a consideração da economia burguesa como um “todo orgânico”, é o ponto de vista da totalidade ou, como disse Lukács, o “predomínio multifacético e determinante do todo sobre as partes”. (Como isso está distante do método da economia burguesa, que estabelece uma vinculação exterior entre os fenômenos econômicos!) (ROSDOLSKY, 2001, p. 40)

Esse aspecto da obra de Marx o distância do método empírico utilizado pela economia burguesa pois, em Marx, o todo predomina perante as partes, ou seja, as

relações internas entre as partes não são esquecidas, permanecem presentes. Enquanto a economia burguesa se preocupa com as relações exteriores dos fenômenos econômicos e não considera as relações internas da sociedade burguesa, Marx procura primeiro compreender as suas relações interiores para depois considerar as relações exteriores.

Outro aspecto importante muito discutido a respeito do método utilizado na exposição teórica de Marx diz respeito à sua relação com a ordem histórica.

No mesmo capítulo da Introdução, Marx diz que seria “impraticável e errôneo” considerar “as categorias econômicas na ordem em que elas foram historicamente determinantes”. “A ordem em que se sucedem está determinada pelas relações que existem entre elas na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente inversa da que parece ser sua ordem natural ou da que corresponde à sua ordem de sucessão no curso do desenvolvimento histórico. Isso deve ser levado em conta porque oferece elementos decisivos para o plano [do nosso estudo]. Parece ser mais natural, por exemplo, começar pela renda da terra, a propriedade fundiária, pois ela está ligada à terra, fonte de toda a produção e de toda a existência, a primeira forma de produção de todas as sociedades mais ou menos estáveis: a agricultura. Entretanto, nada seria mais equivocado” (ROSDOLSKY, 2001, p. 40-41)

Sendo assim, Rosdolsky traz o comentário de Marx que afirma a impossibilidade de seguir a ordem histórica em sua exposição. Isso não quer dizer que Marx despreza a história, muito pelo contrário. Como visto anteriormente sobre a interpretação dada por Zelený à exposição de Marx, os acontecimentos históricos, não na sua ordem cronológica, são tanto o ponto de partida como o ponto de chegada da exposição teórica, ou seja, da construção teórica do conceito. Quer dizer, o desenvolvimento teórico não segue a ordem histórica, ele tem um curso independente. Só é tocado pela história à medida que os acontecimentos constituem a referência material a qual se quer compreender.

Pois, “em todas as formas de sociedade, uma determinada produção e as relações que ela engendra conferem a todas as outras produções e relações seu lugar e sua importância”. No modo de produção capitalista, a agricultura se converte cada vez mais em um ramo da indústria, e como tal submete-se ao capital. Precisamente por isso, no exame teórico da ordem social burguesa, o capital, na condição de “potência econômica que

predomina sobre toda a sociedade burguesa”, constitui “o ponto de partida e o ponto de chegada, devendo ser analisado antes da propriedade da terra”. (Só “quando ambos tenham sido analisados separadamente devemos analisar sua relação recíproca”.) (ROSDOLSKY, 2001, p. 41)

Assim, Rosdolsky nos ajuda a compreender que o capital tanto é o ponto de partida como o ponto de chegada da exposição de Marx, constatando a abordagem dialética. Sendo o ponto de partida d'*O Capital* o próprio capital, podemos considerar o próprio título da obra. O que não invalida a concepção de que a riqueza seja o ponto de partida no sentido de o capital ser a forma pela qual nos referimos à riqueza da sociedade capitalista, que pode se manifestar através das mercadorias, porque são elas a manifestação material do valor. E, assim, podemos dizer que o capital é a riqueza da sociedade capitalista, que por sua vez é representada pela mercadoria, que por sua vez permite a manifestação dessa riqueza pelo valor.

Como vimos, Rosdolsky dá muita relevância ao aspecto histórico da exposição de Marx, e coloca o ponto de partida, conforme o próprio Marx descreve, do elevar-se do abstrato ao concreto. Deste modo, concorda que o abstrato é o ponto de partida em Marx, e o entende enquanto o geral, neste caso, o capital em geral. Ele também procurou diferenciar Marx da economia política demonstrando que Marx vai além por considerar a totalidade. No próximo capítulo procuraremos clarear mais esses aspectos da obra de Marx.

3.7 O MÉTODO CIENTIFICAMENTE CORRETO

Quando Marx diz que seu método parte do abstrato em direção ao concreto não significa que ele desconsidera o primeiro movimento do concreto ao abstrato, tanto é que ele diferencia o método de investigação do método de exposição. Porém, mesmo diferenciando-os, demonstra em sua exposição a relação intrínseca que um exerce sobre o outro e, deste modo, vamos percebendo o quanto o método dialético de expor seu pensamento também foi o método usado no processo de investigação. Vejamos como Ilienkov (1975, p. 31) interpretou a relação entre a exposição e a investigação:

Naturalmente isto não significa de modo algum que a outra forma está totalmente ausente. Isto significa pura e simplesmente que a redução da plenitude concreta dos fatos à sua expressão abstrata na consciência não é nem a forma específica nem ainda ao menos a determinante do reflexo teórico do mundo.

O que Marx quer, ao falar que o método de exposição segue do abstrato ao concreto, segundo Ilienkov (1975, p. 31), é dar ênfase que o conhecimento teórico não é pura e simplesmente a expressão abstrata do mundo na consciência dos homens, como pensava a economia política que, por isso, encerrou os seus trabalhos nessa etapa. Marx, em seu texto, fez questão de demonstrar que o abstrato não é o fim do processo, senão o meio, e é deste modo que, a partir do método dialético, tece sua crítica ao método empregado pela economia política.

Seguindo a analogia feita por Ilienkov (1975, p. 31) sobre o papel da alimentação na vida do homem: “O homem come para viver e não vive para comer. Mas faz falta estar louco para deduzir disto que o homem tem que viver sem se alimentar: seria também absurdo acusar este aforismo de 'rebaixar' o papel da alimentação”. O mesmo se dá no processo de construção teórica, onde a abstração parte do concreto e deve a ele retornar, ela não é o fim, ela serve ao concreto. O que parece que a economia política fez foi abandonar a segunda parte do percurso da construção teórica, o retorno ao concreto, ficando apenas na abstração, dando mais ênfase ao “comer” do que ao “viver”.

Para Ilienkov (1975, p. 31), a abstração é feita para que o homem possa apreender em sua mente o real, porém, se a tarefa não for completada de nada vale a abstração, o papel da ciência é justamente esse. Não se pode ignorar o real e abandonar o projeto de conhecê-lo, ou seja, nos contentarmos com um conjunto de fatos desordenados e confusos retirados da realidade sem que se chegue a uma compreensão dessa realidade. E Ilienkov (1975, p. 31) ainda vai mais além, não basta a compreensão da realidade é preciso que essa compreensão se volte para a prática, é nesse sentido que o pensamento que parte do real retorna ao mesmo.

Naturalmente o concreto no pensamento não é um fim em si, não é a meta final. A teoria tomada em seu conjunto não é mais que um “momento desvanecedor” no processo de mudança das matérias reais, práticas entre o homem e a natureza. Da teoria se passa à prática e este caso pode ser

também um passo qualificado “do abstrato ao concreto”. A prática não tem já um fim mais elevado fora dela, ela mesma planeja seus fins, é um fim em si.

A teoria é vista enquanto desvanecedora, pois ainda que o concreto seja recomposto no pensamento, esse procedimento não deixa de ser uma abstração, não passa a ser real pelo fato de estar no pensamento, é só uma representação, mais clara que as primeiras, mas ainda uma representação que precisa se voltar para o mundo. A teoria deve voltar-se à prática, essa é a sua função. “E é justamente por isso que no curso da elaboração da teoria, cada passo, cada generalização, são igualmente confrontadas constantemente com as indicações da prática e são devolvidas a esta como à meta suprema da atividade teórica” (ILIENKOV, 1975, p. 31). A prática é a própria realidade em seu movimento, a qual toda teoria precisa se voltar.

Cada passo da análise consiste num retorno à prática, no sentido de não se perder a visão do movimento. Os retornos implicam num reconsiderar, num não perder de vista o universo em que o objeto estudado se encontra, suas interconexões e relações. “É aqui que reside o sentido profundamente dialético das teses de Marx sobre o método que consiste em 'elevar-se do abstrato ao concreto’” (Ilienkov, 1975, p. 32). O retorno ao concreto se constitui em um constante ressignificar no todo, num crescendo até que se chegue à prática e tendo ela enquanto determinante.

Isto significa que todas as definições abstratas, realmente científicas e não ilusórias e vazias não aparecem somente na cabeça do homem como resultado de uma redução irreflexiva e acidental do concreto ao abstrato, senão como resultado da progressão sistemática da consciência ao longo do processo regular geral de desenvolvimento da ciência, da concretização do saber existente e da transformação crítica. (ILIENKOV, 1975, p. 32)

Na construção científica, as abstrações da realidade se fazem num plano reflexivo, progressivo e sistemático, assim se desenvolve a ciência segundo o método empregado por Marx. Ela não se encerra no abstrato, precisa fazer o caminho de volta ao concreto, no processo de construção teórica. E fazer esse caminho de volta ao concreto significa não ficar só na análise, e sim chegar à

síntese, caminho não percorrido pela Economia Política Clássica. Vejamos como isso ocorre:

Não se pode apresentar as coisas como se cada ciência devesse primeiro passar por uma etapa de aproximação exclusivamente analítica do mundo, que seria uma etapa de redução puramente indutiva do concreto ao abstrato, para somente depois que este trabalho tenha sido completamente terminado, possa “reunir” as abstrações obtidas no sistema e “elevar-se do abstrato ao concreto”. (ILIENKOV, 1975, p. 32)

Não podemos tratar o momento da análise como estanque, pelo contrário, ele não é um momento isolado como Macherey o tratou, a análise precisa caminhar junto com a síntese, é isso que caracteriza o método dialético empregado por Marx. Enquanto Marx caminhava com a análise e a síntese, a economia política se restringia apenas à análise, entendendo que esse procedimento esgotava o procedimento científico. É por esse motivo que muitas vezes acusamos os empiristas de se aterem exclusivamente na descrição dos fatos sem chegarem a uma síntese dos mesmos, que nos daria uma visão mais articulada do todo. É nesse sentido que a economia política é seriamente criticada por Marx, ela não apresenta a síntese e, por isso, o método empregado por ela não é o método cientificamente correto.

Quando Marx se refere à história da economia política burguesa e salienta que desde o momento de sua aparição tem tomado o caminho da análise unilateral para não comprometer-se senão mais tarde por um caminho “cientificamente correto”, não quer dizer com isso que toda ciência contemporânea deva seguir esse exemplo e passar por uma primeira etapa puramente analítica antes de elevar-se do abstrato ao concreto. (ILIENKOV, 1975, p. 32)

Não é que o método de análise seja um erro, a questão é que ele não pode ser o único procedimento na pesquisa científica. Esse foi o principal erro dos economistas para Marx, por isso não recomenda o uso exclusivo do mesmo. Sozinho, o método analítico não serve nem à ciência nem para esclarecer nada, pois na lógica dialética o primeiro procedimento sozinho, de se passar do concreto ao abstrato, não é suficiente para alcançar o conhecimento da realidade. E mesmo que

o segundo procedimento seja cumprido, o de passar do abstrato ao concreto, esse seria o movimento de síntese, mesmo assim isso não seria suficiente. A questão mais séria, aqui, diz respeito ao entendimento de ciência dos economistas e de Marx. A Economia Política Clássica baseia-se na lógica formal que não admite a contradição, enquanto que a lógica dialética²⁴, utilizada por Marx, entende a realidade enquanto contraditória. Esse é o maior conflito entre a ciência empregada por Marx e a ciência empregada pelos economistas.

Com efeito, a ciência não só ignora a lógica dialética, como também considera que as contradições, longe de serem uma característica positiva da realidade, são apenas o índice de erros subjetivos, isto é, da insuficiência das hipóteses teóricas adotadas, hipóteses que, entrando em contradição com os fatos, devem por isso mesmo serem mudadas ou abandonadas. (COLLETTI, 1983, p. 88)

Deste modo, ao se depararem com uma contradição, os economistas entendiam que estavam no caminho errado e desistiam, por isso, não foram capazes de explicar a realidade das relações econômicas. Temos aqui um problema de método.

O método exclusivamente analítico não é uma virtude que se pode recomendar como modelo a ser seguido. Ele tem expressado bastante a inevitável limitação histórica da economia política burguesa que provem, em particular, da ausência de um método elaborado do pensamento dialético. A lógica dialética não recomenda somente à ciência contemporânea começar pela análise pura e pela pura redução do concreto ao abstrato para passar seguidamente a uma síntese também pura, a uma pura elevação do abstrato ao concreto. Uma via tal não conduz ao conhecimento concreto, e se ela conduzisse, seria somente depois dos mesmos percursos sofridos pela economia política anterior a Marx. (ILLENKOV, 1975, p. 32)

Diferente do que pensava Macherey, Ilienkov (1975, p. 32) entende que uma única via é insuficiente, o método cientificamente correto corresponde a uma via de mão dupla, na qual o movimento da análise se encontra com o da síntese, e onde

24 "Trata-se de captar e expor o modo de produção capitalista enquanto sistema, isto é, enquanto uma totalidade que se estrutura, se divide e se reproduz em si mesma e, ao mesmo tempo, se limita a si mesma numa dupla perspectiva, a saber, através das condições de seu devir e da dinâmica que aponta para além dela em virtude de suas contradições internas. A dialética emerge aqui como o procedimento adequado à captação de *conexões sistemáticas*, o que o método analítico das ciências modernas não pode fazer." (OLIVEIRA, 2004, p. 18-19)

cada síntese construída se remete ao processo de análise para sua verificação. A dialética enquanto método é constituída por essa via dupla entre a análise e a síntese, onde uma complementa a outra na construção conceitual.

O exemplo citado por Marx é mais um argumento em favor da tese de que a ciência deve agora, desde o princípio, tomar um caminho científico correto sem repetir os percursos do século XVIII, e utilizar o método dialético elevando-se do abstrato ao concreto, no qual a análise e a síntese estão organicamente unidos. É um argumento em favor do dever da ciência de elaborar desde o princípio suas definições abstratas fazendo de cada uma delas um passo pelo caminho do movimento da realidade como um todo em desenvolvimento. (ILIENKOV, 1975, p. 32-33)

A crítica de Marx, a qual Ilienkov se refere acima, se remete a toda a tradição, critica a ciência meramente empírica que não faz a síntese das abstrações, critica a tradição idealista pondo a realidade material enquanto determinante de toda e qualquer construção teórica. E, assim, Marx faz uma nova ciência a partir de sua exposição. “A ciência, se ela é verdadeiramente ciência e não uma simples coleção de fatos e de informes, deve desde o princípio refletir seu objeto e desenvolver suas definições da maneira que Marx definiu como a única possível e correta...” (ILIENKOV, 1975, p. 33). Marx faz sua exposição de um modo totalmente diferente do que se poderia conceber até então:

A vantagem principal desse “procedimento de exposição”, longe de ter um caráter literário e estilístico, consiste justamente em que o autor de *O Capital*, não expõe de uma maneira dogmática e didática, os resultados completos obtidos, não se sabe como, senão que tem realizado perante os olhos do leitor, todo o processo de investigação que conduz a tais resultados. “O leitor que queira seguir-me deverá decidir se elevar do singular ao geral”, advertia Marx desde sua *Introdução a contribuição a crítica da economia política*. Este método de exposição conduz o leitor a compreensão dos detalhes particulares, do abstrato a um enfoque cada vez mais concreto, desenvolvido, geral da realidade econômica, ao geral como resultado da interpretação das particularidades. (ILIENKOV, 1975, p. 34)

A atenção de Marx com a exposição em *O Capital* não pode ser caracterizada como um cuidado voltado apenas para o aspecto estilístico e literário, como dito acima. Ele queria mostrar os resultados de sua pesquisa de um modo científico,

quer dizer, mostrar o resultado e, ao mesmo tempo, o caminho percorrido, que o levou às conclusões mais acertadas. Queria expor os detalhes e as particularidades de suas descobertas.

É certo que, fazendo isto, o processo de investigação não se encontra reproduzido em todos os detalhes e desvios das investigações que duraram mais de vinte e cinco anos, senão nos pontos essenciais nos quais a própria investigação tem mostrado que o pensamento tem progredido até o entendimento: Marx não reproduziu os numerosos desvios do tema central que são inevitáveis ao trabalho de qualquer sábio. No transcurso das investigações reais se examinam com frequência fatos que não têm ligação direta com o sujeito: na realidade, só suas análises podem demonstrar se eles se referem ou não ao sujeito. Ademais, o teórico deve a cada instante voltar ao exame do fatos que parecem ter sido já estudados a fundo. Esta investigação não é uma progressão sistemática, seu movimento é completo e incompleto e progride voltando-se para si mesmo e desvios frequentes sobre caminhos secundários. (ILJENKOV, 1975, p. 34)

E é assim que o modo de exposição, segundo Iljenkov (1975, p. 34), acaba por coincidir com o método de investigação, é claro que na exposição não é possível seguir todos os passos da investigação com seus erros e acertos. Deste modo, exposição deve mostrar o caminho do acerto. Durante a investigação ainda não se tem claro o caminho correto, na exposição o percurso seguido já foi feito, a chegada já foi determinada pela etapa anterior.

A exposição definitiva não reproduz todas as etapas: graças a isto o processo de investigação aparece abaixo de seu aspecto verídico, livre de eventualidades e incoerências. Ela está como “endereçada” e reveste o caráter de movimento de progressão sistêmica em concordância com a natureza e com o movimento dos fatos mesmos. O pensamento já não passa da análise de um fato a análise do seguinte antes de tê-lo efetivamente esgotado: já não faz diferença voltar várias vezes à mesma coisa a fim de aperfeiçoar o que havia ficado sem terminar. (ILJENKOV, 1975, p. 35)

Sendo assim, a exposição é a investigação corrigida, ou seja, exposição e investigação não são momentos estanques, se relacionam assim como a análise e a síntese. O método dialético não permite uma cisão entre as partes, pelo contrário, as mantém unidas, e é por isso que o concreto dado no pensamento é tido por Marx

como “síntese das múltiplas determinações, como a unidade do diverso”, onde os contrários estão unidos numa relação complementar e não excludente.

Assim, o “procedimento de exposição” de *O Capital* não contém outra coisa que seu procedimento de investigação corrigido, não arbitrariamente, senão em estreita correspondência com as exigências das leis ditadas pelo próprio processo de investigação. Dito de outra forma, o procedimento de exposição está depurado, neste caso, de todos os momentos complementares; ele responde rigorosamente às leis objetivas da investigação. (ILIENKOV, 1975, p. 35)

O processo de investigação dita as leis da exposição, esse aspecto é característico da dialética em Marx, onde os conceitos são tirados da realidade prática, material. Seguindo esse caminho, podemos afirmar que a investigação determina a exposição, a exposição se refere aos dados da investigação, para tanto a exposição precisa da investigação. A matéria determina a ideia, molda-a e, assim, Marx demonstra seu materialismo.

Segundo Ilienkov (1975, p. 35), na exposição de *O Capital*, obra mais madura de Marx, ele corrige o ponto de partida da investigação. Ele começa estudando as estruturas políticas e jurídicas, para só depois chegar à análise das relações econômicas, sendo assim, no processo investigatório o ponto de partida foi um, enquanto na exposição, o ponto de partida foi outro. E é aqui que Marx corrige a investigação a partir da exposição. Ao estudar as estruturas políticas e jurídicas, Marx não conseguiu compreendê-las satisfatoriamente, só quando estudou as relações econômicas foi que começou a entender as questões políticas e jurídicas da sociedade.

Na realidade, ainda que o direito e a política tenham sido estudados por Marx antes de empreender as investigações econômicas, tais questões não foram compreendidas cientificamente “de modo materialista” e corretamente, senão quando ele analisou a economia em suas características gerais. (ILIENKOV, 1975, p. 36)

Daí a importância da economia na principal obra de Marx, que corrige todo o processo anterior. E mais ainda, no estudo da própria economia, Marx também teve que definir o seu ponto de partida correto, e ele se debruçou muito sobre esse

aspecto, tanto é que mudou muitas vezes o primeiro capítulo d'O *Capital*, para não incorrer no mesmo erro dos economistas.

Para começo dos anos cinquenta, Marx consagrou muito tempo à compreensão dos embates enredados da circulação monetária em período de crise e de “prosperidade”. Estas tentativas são as que têm conduzido a conclusão de que não se podiam compreender as leis da circulação monetária sem haver previamente elaborado em todos os detalhes o conceito de valor. Somente depois de ter feito isto se convenceu de que havia compartilhado até aqui muitas das ilusões de Ricardo. (ILIENKOV, 1975, p. 36)

E, assim, Marx descobriu o ponto de partida da sua exposição teórica, quando percebeu a importância do conceito de valor para a compreensão das leis de funcionamento da circulação monetária.

E uma das críticas principais e constantes de Marx ao método da economia política burguesa, inclusive a Smith e Ricardo, a de que ela permanece exterior ao seu objeto por ser incapaz de desenvolver as suas determinações categoriais a partir de seu movimento essencial, a lei do valor, enquanto determinações cada vez mais complexas do trabalho abstrato objetivado. (MÜLLER, 1982, p. 23)

E é aí que reside o grande achado de Marx, perceber qual conceito é mais importante para explicar os outros. Não foi a ordem histórica que levou Marx a compreender os fenômenos econômicos, e sim o entendimento de um aspecto e seus desdobramentos, a lei do valor.

Por isso não se pode justificar o procedimento que consiste em estudar os fatos elevando-se do abstrato ao concreto pela ordem na qual se desenvolve historicamente o estudo dos assuntos. Este método expressa a sucessão na qual se cristaliza na consciência do teórico a concepção objetiva adequada ao objeto considerado e não a ordem em que tal ou qual aspecto da realidade atrai, por tal ou qual razão, a atenção da ciência. Este método expressa uma lei interna de desenvolvimento da concepção científica que se abre caminho no curso do desenvolvimento histórico através de uma massa de contingências e desvios, e frequentemente de vias secundárias, ignoradas pelos mesmos teóricos. Por isso, não é fácil elevar a superfície do desenvolvimento científico (quer dizer, a consciência dos teóricos). Esta lei pode não manifestar-se durante muito tempo na

consciência do teórico, ou pode aparecer sobre tal forma que não se reconhece. (ILIENKOV, 1975, p. 36-37)

Seguir o curso histórico não fez Marx chegar ao conceito de valor, para isso ele partiu do que aparecia aos seus olhos, do que lhe chamava a atenção. A própria realidade o atraiu, e foi estudando as articulações internas dessa realidade que Marx conseguiu alcançar o conceito de valor.

Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que tem entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece com sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. (MARX, 2011, p. 60)

Para tanto, ele precisou estudar as suas relações internas, as mais microscópicas. É claro que ele não abandonou a história, pelo contrário, foi nela que ele se debruçou a cada momento em que precisou melhor determinar o seu objeto de estudo, a história representou a materialidade de Marx, a qual se voltava a todo momento para conferir a aplicação da teoria que estava construindo.

Frequentemente, o processo real do conhecimento científico (quer dizer, a progressão sistemática do pensamento até a realidade concreta) difere notavelmente da ordem cronológica. Em seu fragmento acerca da dialética, Lenin assinala o fato de que para analisar a lógica do desenvolvimento do conhecimento, a “cronologia acerca das pessoas” não é obrigatória e não corresponde sempre a ordem real da penetração do objeto no pensamento. (ILIENKOV, 1975, p. 37)

E a partir do estudo das articulações internas do que salta aos olhos, Marx constrói sua teoria encontrando o conceito de valor e, a partir dele, desvenda não só a realidade econômica da sociedade, mas também ela como um todo. Esse é o método dialético, o real e o teórico se relacionam, mas não na ordem pela qual as coisas acontecem no real, mas sim na ordem pela qual o real chama a atenção do teórico. O aparecer do fenômeno para o teórico, a forma como a realidade presente se mostrou para Marx. Assim, a penetração do objeto no pensamento não necessariamente segue a ordem cronológica.

De todo modo isto se deduz que todas as características do método de investigação de Marx aparecem com maior nitidez e pureza em *O Capital* mesmo e não nos rascunhos, apontamentos e considerações nascidas diretamente em sua cabeça durante seu estudo dos fatos econômicos. (ILIENKOV, 1975, p. 37)

E é por isso que *O Capital* reflete o método científico em Marx, pois constitui a sua obra de maturidade, onde expõe, já mais maduro, os resultados de sua pesquisa. Depois de tantos rascunhos, ele chega a um desfecho do método e publica *O Capital*, onde procura demonstrar o método cientificamente correto, e onde procura corrigir os erros e as omissões cometidos em texto anteriores.

É aqui onde se põe a limpo a verdadeira sucessão das definições científicas, as quais não se revelam senão gradualmente no curso de investigações prévias, das que o próprio Marx não tinha sempre uma clara visão. Marx teve sempre um espírito de lúcida autocrítica: frequentemente corrigia “*a posteriori*” os erros e omissões cometidos nas etapas prévias de seu trabalho. (ILIENKOV, 1975, p. 37)

Daí a grande importância d'*O Capital*, nele encontramos a lógica empregada por Marx, pois podemos examinar a forma pela qual fez ciência. É nele que Marx faz a demonstração do método cientificamente correto para o exame da realidade, o método dialético. Marx, com isso, pôs à amostra as entranhas do sistema capitalista de produção, só o método dialético permitiu essa façanha.

Por isso precisamente Lenin indicava que para elaborar a “Grande Lógica” do marxismo faz falta olhar, sobre tudo, *O Capital* e que o procedimento de exposição empregado por Marx em *O Capital* deve servir de exemplo de apreensão da dialética em geral. Depois destas considerações preliminares se pode passar a um estilo mais detalhado do método científico correto de formação das determinações científicas e de tratamento teórico dos dados da intuição viva e da representação. (ILIENKOV, 1975, p. 38)

Marx procura deixar claro o aspecto prático de sua exposição, ele fez teoria, mas esta jamais perdeu a sua referência com o real, ele não se prendeu nas abstrações como fez a economia política, Marx foi além delas, voltou-se ao real, saiu

do abstrato para o concreto. Elevou-se ao concreto dado pelo pensamento, a sua teoria procurou a complexidade a fim de reconstituir o concreto no pensamento.

Para Ilienkov (1975, p. 38), Marx parte do empírico, enquanto o simples, quer dizer, do abstrato, enquanto o livre de determinações em direção ao geral, ao complexo, ao determinado, ao concreto pensado (*Gedankenkonkretum*). Entende que Marx não se contenta com a primeira abstração, a da simples representação do mundo na mente, e vai além, procura dar vida a esse conjunto de representações. O concreto está sempre presente, tanto como ponto de partida da construção teórica tanto como ponto de chegada. O concreto vem primeiro, pois faz parte do processo de investigação, porém, uma vez feita a abstração da própria realidade concreta, é preciso torná-la uma teoria, por isso a exposição é um elevar-se do abstrato ao concreto, por envolver a exposição.

Assim, o ponto de partida em Marx pode ser visto também enquanto concreto, à medida que nele existe alguma determinação. Quando nos referimos ao ponto de partida enquanto abstrato, não estamos falando do “ser puro” de Hegel, pelo contrário, a realidade segue sempre enquanto determinante da construção teórica. O ponto de partida em Marx contém em si as contradições da realidade, pois é a própria realidade. E por esse prisma podemos observar o aspecto concreto do ponto de partida.

... o início do *Capital* deve sua origem a pressupostos no fundo relacionados com a dialética hegeliana, o começo da obra de Marx é baseado em uma necessidade posta pelo objeto da sua análise. A representação da abstração - o ponto de partida real do *Capital* - é um aspecto determinado, uma característica real do modo de produção capitalista. (VIEIRA, 2012, p. 87)

A questão é que o método dialético une os contrários, esses contrários não se excluem como o abstrato e o concreto, a análise e a síntese, a investigação e a exposição, a aparência e a essência, pelo contrário, formam uma unidade. Não há separação entre eles, no desenvolvimento teórico um depende do outro. Segundo Bonfeld (1987, p. 35): “O conceito de Marx de abstrato e concreto é, assim, a metáfora metodológica para a continuidade do desenvolvimento descontínuo do concreto dentro do abstrato e vice-versa”. Resultado do método aplicado por Marx,

onde não há a linearidade estabelecida pela ciência empírica. A complexidade da exposição em Marx consiste justamente na dificuldade que se tem em considerar esses conceitos dentro de um mesmo contexto, e é justamente isso que Marx chama de totalidade, porque só assim podemos conhecer a complexidade da sociedade na qual vivemos.

Todavia, o ponto de partida para Ilienkov consiste no concreto, pois compreende que a investigação toca a exposição. Assim, ele demonstra um aspecto muito importante da abordagem dialética, a relação entre os aparentes opostos. Porém, é importante lembrar que na dialética, os opostos não se excluem, pelo contrário, eles se tocam, na abordagem heraclitiana eles se misturam, pois fazem parte de um mesmo processo; e, segundo Hegel, fazem parte da mesma totalidade.

Ilienkov nos esclarece sobre a inter fusão dos opostos na abordagem de Marx porém, diferente de Marx, ele evita diferenciar investigação de exposição, e é nesse aspecto que ele parece falhar. O próprio Marx procura traçar uma linha que diferencia a investigação da exposição, e é seguindo essa abordagem que deve-se definir o começo da exposição em Marx e não o começo da investigação. A exposição de Marx, como visto no primeiro capítulo, começa pelo conceito mais abstrato, mais geral, como o próprio Marx anunciou. A dificuldade de Ilienkov talvez seja a mesma de todos nós, a dificuldade de entender a inter fusão dos opostos, e não a exclusão entre eles. Ilienkov, em vez de compreender que a investigação está pressuposta na exposição, coloca-a como posta. E, no que diz respeito a esse problema, do posto e do pressuposto no começo d'*O Capital*, Fausto (2002, p. 284-285) nos esclarece melhor:

Marx quer começar pela aparência do sistema, que é a circulação simples; mas a aparência do sistema é um "momento" "negado" pelo próprio sistema. Dever-se-ia começar por uma pressuposição negativa da circulação simples seguindo desde o início o que "faz" o próprio sistema? Mas que poderia significar começar por uma negação como essa? Vê-se mal como seria possível *pôr* tal negação, sem *pôr* ao mesmo tempo o que a nega, isto é a essência do sistema. Mas, nesse caso, a apresentação como desdobramento progressivo de formas, estaria, parece, comprometida.

Deste modo, seria um problema começar pelo início, quer dizer, pelo começo histórico, que seria a circulação simples e seguir, passo a passo, o desdobramento

histórico ao longo da exposição, pois, a mesma é negada pelo sistema. Assim, começar por uma negação não seria o começo ideal. Do mesmo modo, como começar por algo negado sem explicitar o próprio sistema que a nega? Mesmo diante de tantos “poréns”, Marx queria começar pela circulação simples, mas fazer disso um começo adequado era o grande problema a ser resolvido.

A solução seria, pois, apresentar esse ser-negado do sistema que é a circulação simples *como se ele estivesse posto e não negado*. E, na realidade, isto significa apresentá-lo como ele se apresenta a si mesmo. Por isso, o início não tem nada de hipotético, na sua *aparência de positividade*. Portanto, o que o sistema nega *como sua aparência* (isto é, o que ele nega *porque* põe só como aparência) será posto de início; colocando entre parêntese essa negação. Só num segundo momento, abrir-se-á os parênteses, pondo a negação. (FAUSTO, 2002, p. 285)

Deste modo, Fausto procura demonstrar que o começo nada tem de histórico, e nem é uma explicação prévia lógica²⁵ no sentido linear. Mesmo o objeto de análise sendo a produção capitalista, Marx procura começar pela circulação simples, pelo fato de ela ser interior ao sistema. E esse é um aspecto que diz respeito ao método dialético aplicado à exposição:

Entretanto, o sistema se apresenta nesse primeiro momento sobre uma forma estranha (que é precisamente a da *sua* aparência). Estranha produção capitalista em que o capital está ausente e a finalidade é o valor de uso. Eis a tese da antinomia. A antítese se diz da seguinte maneira: a seção I é o lugar do trabalho abstrato, fundamento do valor, e o lugar do próprio valor [...] (FAUSTO, 2002, p. 285)

Logo, começar pela circulação simples não parece ser adequado, visto que o sistema capitalista, objeto da exposição, faz a sua negação. Quer dizer, a circulação simples, que visa o valor de uso, nega o capitalismo, e o capitalismo que visa a acumulação de capital, pode-se dizer, visa o valor de troca, acaba por negar o valor de uso. O sistema capitalista não mais produz para atender as necessidades

25 Benoit (1996, p. 24) entende “[o] desenvolvimento da análise lógica, [como] a ampliação em espiral da análise das contradições, [onde Marx] pouco a pouco, vai inserindo, cada vez mais, um maior número de determinações históricas, pouco a pouco, vai concretizando o abstrato e assim historicizando a lógica.” Não no sentido da linearidade cronológica da história, mas como um desenvolvimento que parte do real, onde o real conduz a análise lógica, conduz no sentido do aparecer aos olhos o homem, no sentido do que se apresenta à sensibilidade dos sujeitos históricos construtores dessa realidade, e que precisam desvendá-la, com o olhar crítico, filosófico, racional, que procura a dinâmica interna das relações que aparecem aos seus olhos.

humanas (valor de uso), pelo contrário, produz para atender a reprodução do próprio capital (valor de troca). Esse é o aspecto contraditório do capitalismo que conduz Marx em sua exposição.

A solução da antinomia é a *posição como contradição*. A tese e a antítese devem ser relidas, para que esta contradição se livre da forma da contradição de entendimento, ganhando a forma da contradição – *contradição* apesar de tudo – dialética. O capital não está ausente como diz a tese, mas *pressuposto* (o que indica uma ausência afetada pela presença). (FAUSTO, 2002, p. 285)

Ao começar pela circulação simples, Marx coloca o capital como pressuposto, que no caso de ser uma contradição dialética, não significa que o pressuposto esteja totalmente ausente como no caso da contradição de entendimento. Diferente da visão kantiana de contradição, onde um oposto exclui o outro, no caso da contradição hegeliana, um oposto pressupõe o outro, os contrários não se excluem, fazem parte da unidade do real, a unidade sintética.

Do mesmo modo, não é verdade que a finalidade seja o valor de uso. Na realidade, é a finalidade *posta* – o que é diferente – que é o valor de uso, não a finalidade “tout court”. O valor de uso é na realidade *posto como finalidade*, mas isto significa que ele está presente, mas está “afetado” por uma outra finalidade que lhe é oposta. (FAUSTO, 2002, p. 285)

O valor de uso além de ser algo negado pelo capitalismo, é a finalidade posta no início da exposição – pois faz parte de seu fundamento – ao mesmo tempo que não é a finalidade do texto. Assim, também, o capitalismo não está posto no começo da exposição, ou seja, está escondido, negado, ao mesmo tempo que também está presente, enquanto pressuposto. Essa é a dificuldade de se entender o começo da obra de Marx, o aspecto contraditório do real é posto na exposição. Compreender o seu caráter dialético, de que a negação não é uma negação absoluta, é fundamental para a compreensão de seu texto.

Inversamente, no que se refere à antítese: se é verdade que o objeto é desde o início o modo de produção capitalista, é preciso “acrescentar” - isto representa na realidade uma negação – que se trata do capitalismo “negado”. Isto é, o capitalismo está “lá”, caso contrário não se poderia apresentar o trabalho abstrato e o valor. Mas, se o capitalismo está lá, ele

está de certo modo com os sinais invertidos: *lá onde o capitalismo nega, a seção I põe, lá onde ele põe a seção I nega*. Entretanto, as determinações presentes na seção I são sem dúvida determinações do capitalismo. (FAUSTO, 2002, p. 285)

A seção I procura pôr os fundamentos do sistema, mesmo não os apresentando ainda. Apresenta seus fundamentos negando-os, partindo da circulação simples, para só depois expor o sistema que nega por si só a mesma, porém a necessidade de começar pela circulação simples, pois é nela que estão os fundamentos. Deste modo, a questão do começo²⁶ se apresenta, enquanto parte contraditória do real, do modo como o real se põe, e na exposição o princípio é o próprio fim, o desenvolvimento teórico d'*O Capital* é um retroceder ao fundamento, o princípio é o fim e o fim, o princípio. E, deste modo, é só o método dialético que permite abarcar esse movimento.

No primeiro capítulo de sua obra, Marx conceitua o valor da mercadoria, esse é o começo, o conceito de valor de troca, o que temos de mais abstrato do sistema capitalista de produção, é importante notar que Marx procura o conceito mais abstrato não da história das sociedades humanas, mas da sociedade capitalista, esse começo não é empírico, pois, como vimos, não se trata de uma descrição vinda da sensibilidade, pelo contrário, trata-se de uma elaboração do pensamento a partir da realidade.

Sendo o valor de troca da mercadoria uma construção social, constitui-se de uma abstração, no sentido de que o trabalho concreto sozinho não explica o valor de troca, e essa foi a dificuldade encontrada pelos economistas clássicos, não conseguiram perceber a construção social do valor e, portanto, abstrata. “A abstração passa a funcionar como medida da existência social do concreto” (SILVA, 2006, p. 93). O trabalho abstrato, ou seja, a média social dos trabalhos, passa a funcionar objetivamente. Deste modo, a abstração passa a ter uma existência real dada pelas próprias relações sociais.

Segundo Antunes (2008, p. 21), no Livro Primeiro, Marx analisa “de modo formal e abstrato as leis da produção da mais-valia enquanto tal, da mais-valia em

26 “O começo pressupõe assim o fim, fim que, na verdade, é princípio, *arché*, fundamento originário. Por isso mesmo, em *O Capital*, em certo sentido (“*para nós*”, para quem já conhece o percurso), desde o começo já se pode pressupor o fim, princípio pressuposto que produz o começo. Portanto, o princípio (que é fim) está lá encadeado ao começo desde o começo, desta maneira, desde o começo está lançado em encadeado, com férrea necessidade, todo o movimento do primeiro livro.” (BENOIT, 1996, p. 22)

seu nível mais puro e idealizado.” Antunes (2008, p. 21) entende que esse é o momento da exposição das contradições mais genéricas e potenciais, que não deixa de conter uma primeira totalização abstrata, que nos esclarece tanto sobre a forma mais elementar do capitalismo, a mercadoria, quanto sobre seu fim. Aqui o conceito de totalidade é tratado enquanto a possibilidade de se vislumbrar o fim da mercadoria, a sua destruição. O que só é possível se compreendermos as leis gerais que determinam o seu funcionamento e que conseqüentemente nos levam à síntese, ao entendimento do movimento como um todo.

Somente depois que os aspectos genéricos são compreendidos é que se torna possível avançar na exposição, e é o que Marx faz, conforme Antunes (2008, p. 21) destaca, quando no Livro Terceiro analisa a pluralidade dos capitais individuais, ou seja, as determinações da concorrência entre os capitais. Antunes (2008, p. 21) entende que existem momentos mais abstratos e momentos mais determinados, é importante destacar, aqui, que o movimento da exposição dialética por mais que faça abstrações e generalizações não perde de vista a totalidade²⁷, por estar sempre vinculado ao real com suas determinações, tendo-o como pressuposto e retornando a ele.

Mais uma vez, chegamos a um ponto que é decisivo para a forma como a própria crítica da economia política de Marx deve ser lida. Para ter certeza, o primeiro volume de O Capital discute a abstração "capital em geral" (mais ou menos) a partir das questões levantadas pela existência de "muitos capitais", e até mesmo no final do Volume Três ainda temos que "deixar de lado" as conjunturas do mercado mundial, crédito e assim por diante. Mas isso de forma alguma implica que a forma-valor, trabalho abstrato, mais-valia, etc. - em suma, todos os temas centrais do Volume Um - sejam menos reais do que os temas abordados no desdobramento do Volume Três. (GUNN, 1987, p. 62)

O problema está em não se compreender o aspecto dialético da obra de Marx, o que leva a análises insuficientes e confusas sobre o ponto de partida d'O *Capital*, análises que não conseguem entender o aspecto abstrato e ao mesmo

27 “Em Marx, a totalização é retorno ao fundamento num sentido muito preciso, isto é, fundamento é aqui posto como determinação da lógica da essência. Ora, a lógica da essência é negatividade, o que significa dizer que o retorno final ao absoluto em Marx é negativo. A totalização negativa é exteriorizante, uma espécie de reflexão exterior da interioridade.” (OLIVEIRA, 2004, p. 88) A lógica da essência é negatividade porque nega o fundamento que é exterior a ela. Deste modo, a totalidade é o retorno da essência ao exterior, ou seja, à aparência, mas agora desvelada.

tempo total desse começo. Abstrato porque faz a negação do próprio capital e do dinheiro, total porque o final está nele sempre pressuposto.

O método dialético consiste em situar a “parte” no “todo”, como ato inverso ao efetuado pela abstração analítica. A abstração parte da representação (todo pleno) e chega à determinação abstrata (clara, mas simples). O ato dialético parte da determinação abstrata e constrói sinteticamente uma totalidade – concreta em relação à determinação, abstrata em relação à “totalidade concreta explicada”. (DUSSEL, 2012, p. 53)

Assim, a partir do abstrato se constrói a totalidade, o abstrato é uma determinação por deixar de ser uma representação caótica do todo e passar a ser uma representação clara e simples do todo. Para tanto, o processo de análise precisa estar ligado ao processo de síntese, e é por isso que o abstrato é ao mesmo tempo determinado, pois ele está diretamente ligado à realidade. Enquanto a abstração analítica se ocupa apenas em tirar do todo a parte, o método dialético também faz o movimento contrário, o de situar a parte no todo.

A dificuldade de olhar a exposição teórica em seu aspecto dialético, quer dizer, considerando o seu movimento real – dificuldade movida pelo vício arraigado em nossas mentes de pensar conforme a ciência positiva meramente analítica e linear – é o que impede o leitor de compreender o aspecto abstrato e total do começo da obra de Marx. Deste fato, surge uma série de interpretações que tentam dar a Marx um tom puramente materialista sem que se abarque seu aspecto contraditório.

A tradição marxista, por vezes, tende ao cientificismo positivista²⁸, e procura encaixar Marx em suas proposições, pois esta, sim, possui o *status* de verdade na sociedade atual. E, nesse caso, não se dão conta que acabam se alinhando com a ideologia burguesa, buscando nela legitimação. A ciência em Marx difere da ciência positiva burguesa, Marx propõe um novo método, um método crítico, que permite enxergar as contradições presentes na realidade, e que não recua mediante as mesmas.

O desafio do método dialético consiste em enfrentar as contradições do real, e dela extrair o seu conteúdo crítico que possui em si data de validade, pois

28 Ciência positivista que trabalha com o método formal, apenas com a análise, num movimento meramente linear não fazendo a síntese como no método dialético.

preconiza o seu próprio fim. Olhar o mundo por esse prisma nos permite encarar o movimento, a mudança, o que nos deixa fora da zona de conforto das certezas que a humanidade ocidental procurou criar para si ao longo do tempo. É compreender que o movimento traz consigo contradição, negação, incerteza, insegurança, dúvida e, que cada novo momento é determinado por uma série de variáveis que dizem respeito a um contexto específico e peculiar da história, não podendo ser facilmente previsto, ou controlado.

CONCLUSÃO

A presente tese procurou demonstrar o ponto de partida abstrato em *O Capital* de Marx e, ao mesmo tempo, a importância desse começo como científico. Mostramos como Marx defende o seu método, que vai do abstrato ao concreto, como cientificamente correto e, com isso, a inversão conceitual de abstrato e concreto em relação à economia política clássica. Procuramos mostrar a crítica feita aos economistas, como também a crítica feita ao idealismo hegeliano. Porém, trouxemos não só as críticas de Hegel, mas também analisamos uma pequena parte do pensamento de Hegel, o qual Marx extraiu a ideia do começo abstrato e científico.

Assim, demonstramos o debate das diversas abordagens sobre o conceito pelo qual Marx começa a sua exposição, discutimos o ponto de partida dado pela riqueza, pela mercadoria, e pelo valor, se são abstratos ou concretos, se são empíricos ou não. Debate que nos levou a uma discussão sobre o método aplicado por Marx em sua exposição. Demonstrou também porque Marx considera o método utilizado por ele como o método cientificamente correto, que difere do método empírico utilizado pela economia política e do idealismo hegeliano. Pôde-se perceber que Marx realmente implementou um novo método ao estudo das categorias da economia política e, certamente, um método mais assertivo, que foi intitulado por ele mesmo como o método dialético invertido.

Os teóricos apresentados no último capítulo nos mostram uma série de divergências teóricas sobre as diversas interpretações dadas à exposição de Marx, cada um contribuiu em algum aspecto, mas falharam em outros. O primeiro deles, Macherey tem seu mérito por falar diretamente da grande importância do ponto de partida enquanto o começo científico, mesmo deixando de lado aspectos importantes da exposição de Marx como a síntese que permite alcançar a totalidade. Ele procurou demonstrar como Marx tratou os três principais conceitos do ponto de partida de sua obra, que foram os conceitos de riqueza, mercadoria e valor, e tentou nos demonstrar como na construção conceitual de Marx esses conceitos se transformam mutuamente.

Entretanto, Macherey não admitiu durante praticamente toda a sua abordagem o aspecto dialético empreendido por Marx, e procurou enfatizar a

materialidade da abordagem de Marx. Para Macherey, o ponto de partida da construção conceitual em Marx é a matéria. Isso não significa que, para ele, Marx seja um empirista. Macherey entende que o tratamento dado por Marx às categorias econômicas vai além da aparência dos fatos como a economia política clássica compreende. Assim, Macherey procura explicar que o método utilizado por Marx em sua exposição consiste no método analítico, diferente do método dialético hegeliano e do método empírico, assim, diferencia Marx tanto de Hegel como dos economistas, defendendo uma abordagem científica.

Mesmo evitando o caminho que leve a qualquer relação de Marx com Hegel, Macherey não pode discordar do próprio Marx e admite que o seu método caminha do mais simples ao mais complexo, o que nos remete diretamente a Hegel, o qual certamente indicou a Marx o caminho a ser trilhado em sua exposição.

Outro teórico estudado, que pôde dar a sua contribuição à análise da exposição de Marx, foi Zelený, que entende o ponto de partida em Marx também como material, como gênese histórica. Considera a materialidade de Marx como a própria história das relações sociais entre os homens. Sendo o ponto de partida material logo, neste caso, ele é histórico. Zelený entende que o método de elevar-se do abstrato ao concreto, de ir do simples ao complexo, consiste em começar pela gênese histórica, pois é na origem histórica que encontramos os elementos mais simples da sociedade capitalista. Porém, ele mesmo adverte, assim como Marx, que a exposição não segue necessariamente a cronologia dos acontecimentos, mas procura seguir o movimento do real. Como vimos, o problema de Zelený foi relacionar o simples ao histórico e, com isso, não perceber que o conceito de valor trabalhado no primeiro capítulo em Marx já é um conceito da forma desenvolvida do capital.

Rosdolsky, outro teórico que contribuiu com a nossa pesquisa, traz à tona o que Macherey deixou de lado, o papel da síntese na exposição de Marx. Além de procurar demonstrar a forte presença da dialética hegeliana em Marx, Rosdolsky entende que o movimento de elevar-se do abstrato ao concreto consiste num processo de constante síntese. Ele considera o capital tanto o ponto de partida como o ponto de chegada, à própria realidade material, ao próprio concreto. Portanto, entende que a investigação aparece na exposição. Rosdolsky levanta mais uma polêmica acerca do ponto de partida, não se refere nem à riqueza, nem à

mercadoria, nem ao valor, traz um outro elemento ainda mais complexo, que representa ainda mais a totalidade do sistema, o capital.

A tarefa de clarear essas diversas abordagens do ponto de partida e do método d'*O Capital* foi dada a um outro teórico, Ilienkov. Que ao demonstrar que a investigação aparece na exposição clarificou o aspecto empírico presente em Marx tão discutido nos outros teóricos. Ao explicar o conceito de abstrato nos ajudou a entender que existem diversos níveis de abstração, e que o primeiro e mais elementar dele é dado pelas representações vindas da sensibilidade, sendo ainda uma aparência dada pelo sistema pela qual Marx não se encantou. Ao explicar o método de elevar-se do abstrato ao concreto, Ilienkov nos mostrou que esse processo passa pela análise e pela síntese e que esses momentos são intercalados em toda a exposição. Assim, Ilienkov demonstra que o ponto de partida é a própria realidade material, não diferenciando a investigação da exposição, o que é um problema, pois Marx procurou diferenciá-las. A abordagem de Ilienkov nos ajuda à medida que ele nos afasta da abordagem do ponto de partida enquanto histórico, e reforça o seu aspecto fenomênico, a forma como ele aparece aos olhos do teórico. Mesmo considerando o ponto de partida material, ele nos mostra mais claramente o caminho da construção teórica trilhado por Marx que, por um processo lúcido e intencional, faz a análise e a síntese gradual de cada categoria estudada.

Fizemos um levantamento do debate que existe sobre o método dialético empregado por Marx, debate que discute sua relação e crítica tanto com economia política, quanto com o próprio Hegel, fontes nas quais Marx toma como referência. Percebemos que existem dois tipos de crítica em Marx, uma dirigida à economia política que diz respeito ao seu equívoco sobre a relação entre o concreto e o abstrato, que o fez não avançar na sua exposição, e a crítica feita ao idealismo presente na dialética hegeliana a qual Marx precisou inverter também²⁹. O entendimento das inversões implementadas por Marx interfere diretamente na compreensão sobre o ponto de partida de sua obra. O fato de Marx começar pela noção de riqueza como a economia política começa, ele o faz enquanto uma crítica,

²⁹ Marx inverte tanto os conceitos da Economia Política Clássica como o método dialético hegeliano. Em Hegel ele tira o misticismo, colocando a realidade como ponto de partida e não a Ideia. A inversão implementada nos economistas diz respeito ao fato de que, a realidade, o concreto, não é só ponto de partida na construção conceitual, de onde saem as primeiras abstrações, mas é também ponto de chegada, o concreto dado pelo pensamento, que ocorre no final da exposição teórica, quando é possível representar de forma mais clara a realidade até então caótica.

demonstrando que ela é uma abstração, coisa que os economistas não perceberam, e, por isso, acreditavam começar pelo concreto (FERNANDES, 2010). Assim, Marx, já no começo de sua exposição, imprime uma crítica à economia política. E, do mesmo modo que faz com os economistas, Marx também faz com o idealismo hegeliano, por partir de abstrações que saem da própria realidade.

Sendo assim, Marx segue na sua abordagem inicial e, aplicando o método de análise, de abstração, demonstra que o começo da exposição científica, no caso da ciência econômica, é abstrato. A inversão em relação à economia política diz respeito a começar por onde eles achavam que já era o fim, Marx parte das abstrações dadas da intuição sensível, e avança nelas, enquanto os economistas se contentam com as abstrações mais voláteis, acreditando que elas eram o final da exposição teórica.

Quanto à inversão feita à dialética hegeliana, Marx coloca o material enquanto determinante da construção conceitual. Aqui aparece o aspecto materialista de Marx, o qual Zelený entendeu enquanto a gênese histórica, e que Ilienkov entende enquanto o fenômeno que aparece aos olhos do teórico.

Ao longo do texto, procuramos esclarecer, como dito acima, a confusão conceitual entre os termos abstrato e concreto utilizados por Marx, para que o seu método do elevar-se do abstrato ao concreto pudesse ser melhor compreendido. Esse aspecto foi esclarecido na abordagem de Ilienkov, onde outros aspectos do modo de exposição em Marx também foram explicitados como a relação análise/síntese e investigação/exposição, que aparecem em todo o curso da exposição.

Deste modo, podemos concluir que o ponto de partida da exposição de Marx vem das abstrações da intuição sensível e, por isso, ele é entendido por muitos como empírico, à medida que as abstrações têm como origem a realidade material, é nesse momento que investigação e exposição se tocam, pois juntas fazem parte da construção dialética do conceito. O método dialético se utiliza dos dois momentos, seja porque ele demonstra o movimento da construção conceitual, ou seja pelo aspecto que ele demonstra o movimento do real.

Diante de todo esse debate, a pesquisadora entende que o ponto de partida em *O Capital* de Marx é abstrato, já que ele diz respeito à exposição teórica. Entende abstrato não só como representação dos dados da sensibilidade, mas

também principalmente enquanto o processo de abstração necessário para o desenvolvimento do conceito. A abstração empreendida por Marx acontece a cada nova determinação, esse processo é entendido como o método de análise. A análise que estuda as minuciosidades de cada nova categoria, até que Marx alcance a unidade do diverso, a totalidade do sistema capitalista de produção. O começo em Marx se caracteriza pelo processo de abstração empreendido em sua análise, e ele faz isso a todo momento. A cada nova categoria estudada, ele começa com a abstração dessa categoria. Sabemos que Marx dedica o primeiro capítulo de sua obra *O Capital* ao estudo do conceito do valor da mercadoria, esse é o seu ponto de partida, o conceito de valor, e sendo o valor uma categoria abstrata por natureza, reforçamos o começo abstrato declarado pelo próprio Marx. Assim, concluo a minha exposição sobre “O ponto de partida científico no capítulo I d’*O Capital* de Marx” e espero que a pesquisa tenha contribuído na análise, sistematização e síntese do tema proposto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Jadir & BENOIT, Hector. *A dialética do conceito de crise em O Capital de Karl Marx*. - Edições Mais Valia : Tikhé, 2008.

ARON, Raymond. *O marxismo de Marx*. [tradução de Jorge Bastos] – São Paulo : Arx, 2005.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O Capital e suas metamorfoses*. - São Paulo : Unesp, 2013.

BENOIT, Hector. Da lógica com um grande “L” à lógica de O Capital. In: *Marxismo e Ciências Humanas*, FAPESP/Cemarx, IFCH-UNICAMP, São Paulo, 2003.

_____. Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de O Capital. In: *Crítica Marxista* : Editora Xamã, v.1, n.8, 1999, p. 81-92.

_____. Sobre a crítica (dialética) de O Capital. In: *Crítica Marxista* : São Paulo : Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p. 14-44.

_____. Sobre o desenvolvimento (dialético) do Programa. In: *Crítica Marxista*. São Paulo : Xamã, v.1, n.4, 1997, p. 9-44.

BONEFELD, Werner. Open Marxism. In: *Common Sense: A journal of a wholly new type*. Edinburg : University of Edinburg, n.1, May 1987, p. 34 - 38.

CIRNE-LIMA, Carlos Roberto. *Dialética para principiantes*. 3ª ed. São Leopoldo, RS : UNISINOS, 2005.

CRESSONI, André Góes. *Possibilidade e abstração em O Capital de Karl Marx*. [s. n.] Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Campinas, SP, 2010.

COLLETTI, Lucio. *Ultrapassando o marxismo*. [tradução de Eduardo Brandão] Rio de Janeiro : Ed. Forense Universitária, 1983.

CORAZCA, Gentil. O caminho de volta do abstrato ao concreto: uma introdução ao método da economia política em Marx. In: CORAZCA, Gentil. *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2003, p.43-92.

- DUSSEL, Enrique. *A produção teórica de Marx: um comentário ao Grundrisse*. [tradução de José Paulo Netto] 1ª ed – São Paulo : Expressão Popular, 2012.
- FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Política / Investigação para uma reconstituição do sentido da dialética*. - Tomo III. São Paulo : Ed. 34, 2002.
- FERNANDES, Viviane B. *Os conceitos de abstrato e concreto na categoria mercadoria em O Capital de Marx*. 101 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo – PR, 2010.
- GERAS, Norman. Essência e aparência: a análise da mercadoria em Marx. In: COHN, Gabriel. *Sociologia para ler os clássicos*. Rio de Janeiro : Azougue Editorial, 2005. p. 189 a 221.
- GERMER, Claus M. A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: CORAZCA, Gentil. *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2003.
- GORENDER, JACOB. Apresentação. In: MARX, KARL. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção *Os Pensadores*.
- GRESPLAN, Jorge. A dialética do avesso. *Crítica Marxista*, São Paulo : Boitempo, v.1, n.14, 2002, p. 26-47.
- _____. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. - 2ª ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2012.
- GUNN, Richard. Marxism and Mediation. In: *Common Sense: A journal of a wholly new type*. Edinburg : University of Edinburg, n.2, July 1987, p. 57 - 66.
- HEGEL. *Ciência de la Lógica*. [tradução direta do alemão Auguste e Rodolfo Mondolfo] Volume I e II. Buenos Aires: Libreria Hachette S.A, 1956.
- _____. *Ciência da lógica: (excertos)*. [seleção e tradução Marco Aurélio Werle] São Paulo : Barcarolla, 2011.
- HYPOLITE, Jean. *Studies on Marx and Hegel*. [translated, with an Introduction, Notes, and Bibliography, by John O'Neill] New York, Evanston, San Francisco, London : HARPER TORCHBOOKS, 1973.

ILYENKOV, Evald. *Dialectics of the Abstract & the Concrete in Marx's Capital*. 1960. Disponível em <<http://www.marxists.org/archive/ilyenkov/works/abstract/index.htm>> acesso em 24/04/2009.

_____, Elevarse de lo abstrato a lo concreto. In: *El capital, teoría, estructura y método*. México : Ediciones de Cultura Popular, 1975.

MACHEREY, Pierre. A Propósito do Processo de Exposição de *O Capital* (o Trabalho dos Conceitos). In: ALTHUSSER, Louis; RANCIERE, Jacques & MACHEREY, Pierre. *Ler O Capital*. [tradução de Nathanael G. Caixeiro] – Vol. I, Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1979, p.173-221.

MARCUSE, Hebert. *Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social*. [tradução de Marília Barroso] São Paulo : Paz e Terra, 2004.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1858 : esboços da crítica da economia política*. [tradução de Mário Duayer e Nélio Schneider] São Paulo : Boitempo, 2011.

_____ *Marx-Engels Correspondence 1858*.

In: <http://marx.libcom.org/works/1858/letters/58_01_16.htm> Acessado em 14 de agosto de 2015.

_____ *O Capital: Crítica da economia política*. Livro Primeiro, vol. I, Tomo I, São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção *Os Economistas*.

_____ *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Coleção *Os Pensadores*.

MOURA, Mauro Castelo Branco. Marx e o determinismo. In: NÓVOA, Jorge. *Incontornável Marx*. Salvador : EDUFBA; São Paulo : Editora UNESP, 2007.

_____ *Os Mercadores, o Templo e a Filosofia: Marx e a Religiosidade*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2004.

_____ Sobre o projeto de crítica da economia política de Marx. In: *Crítica Marxista*. São Paulo : Editora Xamã, v.1, n.9, 1999, p.52-78.

- MÜLLER, Marcos Luiz. Exposição e Método Dialético em 'O Capital'. In: *Boletim da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas*. Belo Horizonte, 1982. v.2, p.17-41.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo. *Dialética Hoje: lógica, metafísica e historicidade*. São Paulo : Loyola, 2004.
- PIETRANERA, Giulio. La Estructura Lógica de "El Capital". In: DOBB, Maurice & et alii. *Estudios Sobre El Capital*. México / Argentina : Siglo XXI, 2011, p.21-87.
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo : Abril Cultural, 1985. Coleção *Os Economistas*.
- ROBAINA, Carlos Roberto de Souza. *O conceito de contradição em Hegel e seu desdobramento na obra de Marx*. 2013, 108 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. [tradução de César Benjamin] Rio de Janeiro: EDUERJ : Contraponto, 2001.
- RUBIN, Isaac I. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo : Polis, 1987.
- SAAD FILHO, Alfredo. *O valor de Marx: Economia política para o capitalismo contemporâneo*. [tradução Alfredo Saad Filho] – Campinas, SP : Unicamp, 2011.
- SILVA, João Esteves da. A realidade da abstração. In: *Crítica Marxista*. São Paulo : Revan, v.1, n.23, 2006, p.79-96.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. vol. 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção *Os Economistas*.
- SOUZA, José Crisóstomo de. Ordem Lógica e Ordem Histórica em Hegel e Marx. In: *Revista Eletrônica de Estudos Hegelianos*. Revista Semestral da Sociedade Hegel Brasileira – SHB. Ano 2º – n. 03 Dezembro de 2005.
- STACE, W. T. *The Philosophy of Hegel: A systematic expositions*. Toronto and London : Dover Publications, 1955.
- TAYLOR, Charles. *Hegel: sistema, método e estrutura*. [tradução de Nélio Schneider] São Paulo : Realizações Editoras, 2014.

TEXIER, Jacques. A dialética, o homem e o valor segundo Ruy Fausto. In: *DISCURSO*. São Paulo : USP, n.18, 1990.

VIEIRA, Zaira Rodrigues. *Catégories et Eméthode dans la théorie de la valeur de Marx. Sur la dialectique*. 361 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Université Paris Ouest – Paris, 2012.

ZELENÝ, Jindrich. *La Estructura Lógica de El Capital de Marx*. México : Ediciones Grijalbo, 1978.